

Trabalhos
de
Antropologia
e
Etnologia

VOL. 43
(1-2)

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
2003

S.P.A.E.
SOCIÉDÁDE
PORTUGUESA-DE
ANTROPOLOGIA
E-ETNOLOGIA



SOCIÉDÁDE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918.

Instituição Colectiva de Utilidade Pública
(D. R. n.º 89, 2.ª série, de 16/04/1987)

Inscrita na Cons. do Registo Com. do Porto sob o n.º 49
Pessoa Colectiva n.º 501 663 614



Sede: Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4099-002 Porto - Portugal

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* – Susana Oliveira Jorge; *Secretários* – Mário Jorge Barroca; Ana Bettencourt.

Direcção: *Presidente* – Vítor Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* – Henrique Gomes de Araújo; *Secretário* – Paulo Castro Seixas; *Tesoureira* – Ana Leite da Cunha; *Vogais* – Maria de Jesus Sanches; Paula Mota Santos; António Manuel Silva; Margarida Santos Silva; Leonor Sousa Pereira.

Conselho Fiscal: *Presidente* – Eduardo Jorge Silva; *Secretários* – Sérgio Monteiro Rodrigues; Carla Stockler Nunes.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A • D E
A N T R O P O L O G I A
E • E T N O L O G I A



**TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA**
Revista inter e transdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas

VOL. XLIII
Fasc. 1-2

FLUP - BIBLIOTECA
Periódicos

888193

39(05)
Tra.



PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
2003

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
(Registada no Instituto da Comunicação Social sob o n.º 112408)
Vol. XLIII fascs. 1-2 2003

Direcção

Vítor Oliveira Jorge

Redacção

Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4099-002 PORTO (Portugal)
E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt

Composição, Impressão e Acabamentos

Litografia A.C.
Rua Conselheiro Lobato, 179 – 4705-089 BRAGA
Telefs. 253 272 967 / 253 616 540 – Fax 253 612 008
E-mail: aclitografia@mail.telepac.pt

Distribuição:

DINAPRESS
Largo Dr. António de Sousa de Macedo, 2
1200-153 LISBOA
Tel. 21 395 5270 – Fax 21 395 0390
E-mail: info.dinapress@dinalivro.pt

Dezembro de 2002.

Tiragem: 750 exs.

Depósito legal n.º 27405/89

ISSN: 0304 – 243 X

Para o volume 43 (fascs. 1-2 e fascs. 3-4) desta revista foram solicitados os apoios de:

- IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (“Programa de Apoio a Revistas”)
- **FCT** **Fundação para a Ciência e a Tecnologia**
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA
- Fundação Calouste Gulbenkian

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i>	7
<i>Envelhecimento: contas da idade e a contas com modos de viver e morrer,</i> por António Joaquim Esteves	9
<i>Tanto faz, ou a cultura do aborrecimento: uma viragem ética na construção</i> <i>identitária pós-moderna,</i> por Isabella Alessandra Cortada Roberto	47
<i>Da máquina panóptica ao teatro heterotópico. A arquitectura, o urbanismo</i> <i>e a convivalidade,</i> por Paulo Castro Seixas	61
<i>O centro comercial, o espaço público e os cidadãos,</i> por Alice Duarte	75
<i>O Museu do Côa e a sua circunstância,</i> por Susana Oliveira Jorge	87
<i>Os vinte anos do Campo Arqueológico de Mértola. Entrevista com</i> <i>Cláudio Torres,</i> por Henrique Gomes de Araújo	97
VÁRIA	
<i>O contributo da epigrafia na história económica de Bracara Avcgsta,</i> por Rui Morais	115
<i>O complexo arqueológico de Vale Ferreiro, Serafão, Fafe (Norte de Portugal),</i> por Ana M. S. Bettencourt, Francisco de Sande Lemos & Maria Teresa Araújo	123
<i>Problemas metodológicos e interpretativos que plantean los depósitos</i> <i>sedimentarios del yacimiento arqueológico de Papa Uvas</i> <i>(Aljaraque, Huelva),</i> por José Clemente Martín de la Cruz & Agustín M ^a Lucena Martín	151
<i>Análisis palinológico del poblado calcolítico de Los Itueros (Santa María</i> <i>del Arroyo, Valle Amblés, Ávila, España),</i> por José Antonio López Sáez & Pilar López García	171

<i>Ciência é comunicação?</i> , por Vítor Oliveira Jorge	181
<i>Património e criação contemporânea: uma dicotomia inútil,</i> por Vítor Oliveira Jorge	183
<i>Os jovens e a criação de identidade(s) em torno de uma profissão emergente:</i> <i>a arqueologia</i> , por Vítor Oliveira Jorge	185
<i>Noticiário. Investigadores franceses das áreas da Antropologia e Pré-história</i> <i>no Porto</i> , por Vítor Oliveira Jorge	187
<i>Recensão</i> , por Maria Beatriz Rocha-Trindade	191

PREÂMBULO

Entramos no vol. 43 dos TAE, com um duplo fascículo (1/2) cheio de temas diversificados e interessantes. Inauguramos também a relação com um novo distribuidor, particularmente profissionalizado neste campo de actividade, que espero venha a permitir uma maior difusão da revista. E confiamos em que o IPLB e a FCT continuem, como até aqui, a apoiar-nos, e que outras entidades também o façam, para que esta revista prossiga a sua carreira e os seus objectivos.

A SPAE e os TAE constituem um património científico e até moral, muito ligado à Universidade do Porto, que importa não só defender, mas incrementar. É o que persistentemente temos feito – falo naturalmente em nome da direcção da SPAE e da comissão redactorial da revista –, sem desalento, e apesar de todas as dificuldades, apenas certos da justeza do nosso caminho, e de com ele darmos continuidade à obra de vultos que fazem parte da história da UP e do Porto. Os leitores presentes e futuros desta revista – “núcleo duro” da actividade da associação –, os sócios, os colegas, os estudantes, todos os seus utentes, far-nos-ão justiça. E essa certeza dá-nos ânimo para prosseguir.

À Litografia A.C., de Braga, que nos últimos anos gratuitamente nos tem cedido precioso espaço de armazenamento para publicações da SPAE, o nosso agradecimento, nomeadamente na pessoa do seu proprietário, sr. António Candeias. Temos sido colaboradores constantes, para obviar a algumas das muitas carências (que talvez já tivessem feito outros, de diferente ténpera, desistir), não sendo a mais pequena delas o facto da SPAE ocupar apenas, já há anos, um pequeno cubículo da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, nunca tendo tido uma sede apropriada.

Estamos praticamente reduzidos a uma “caixa de correio” – mas mesmo assim não quisemos nunca, nem queremos, romper o “cordão umbilical” que desde sempre nos une à FCUP. Os vários responsáveis, reiteradamente por nós contactados, sempre se têm mostrado sensíveis – nem algo diferente seria de esperar! – às nossas razões, mas sem que até agora daí tenham decorrido alterações práticas à situação vigente, alterações essas que não são adiáveis “ad aeternum”.

Dado que esta revista é também o elo de ligação entre todos os actuais sócios da SPAE, e a sua “montra pública”, fazemos assim daqui apelo a todos esses responsáveis, a diferentes níveis, pelas possibilidades de ultrapassagem desta situação – aliás em sequência da moção aprovada pelos sócios na última Assembleia Geral de 16 de Março de 2002, realizada nas instalações do Centro Unesco do Porto – para que nos concedam espaço de funcionamento minimamente condigno. Um espaço definitivo e estável, para desenvolvermos as nossas actividades, no interior daquela Faculdade, num reconhecimento devido ao nosso estatuto de Instituição de Utilidade Pública, e a um historial que vem desde 1918, que se não pode apagar, e o qual supomos ter sabido honrar nos últimos anos, através de dedicação desinteressada e diária, num mundo onde quase já ninguém se move senão por objectivos lucrativos, evidentes, e a curto prazo.

A nós, estimula-nos obviamente um outro tipo de “recompensa”, que começa pelo

reconhecimento das autoridades que presidem à nossa Universidade, e à Faculdade de Ciências em particular, pois é nela que estamos desde sempre albergados.

Aquele espaço deverá conter uma área de armazenamento de publicações – embora estejamos a pensar numa forma de em parte as escoar utilmente entre potenciais leitores, reduzindo ao mínimo o “espólio morto” – uma área de biblioteca, e uma área para trabalho corrente e reuniões. Nada disso precisa de ser muito grande, pois temos noção das carências gerais de espaço. Só esperamos um sinal de justiça, que estamos certos de que não nos será regateado, dentro de um espírito de bom senso e de concórdia, entre universitários, e tendo em vista o interesse da Antropologia e das ciências humanas em geral.

Estas são cada vez mais fulcrais num mundo em que se não desenvolvermos o conhecimento dos outros – através do estudo das pessoas e das sociedades, através do enriquecimento (e não da depredação) de um imenso património de experiências e de diversidades, e a decorrente prática da tolerância, permitindo o diálogo em comunidades crescentemente multiculturais – caminharemos para um beco sem saída, a nível mundial. O diagnóstico está feito até à exaustão – ainda recentemente estiveram na nossa universidade Marc Augé e Philippe Descola (por iniciativa do DCTP-FLUP – ver noticiário final) – que nos falaram do mundo contemporâneo e das suas perplexidades, enchendo anfiteatros de pessoas interessadas numa palavra que nos dê estímulo, calor, felicidade, esperança. Que vamos fazer para corresponder a essa expectativa? Prosseguir com serenidade e com trabalho, naturalmente.

Porto, Dezembro de 2002.

Vítor Oliveira Jorge

ENVELHECIMENTO: CONTAS DA IDADE E A CONTAS COM MODOS DE VIVER E MORRER

por

António Joaquim Esteves*

Resumo: Reconhecendo a complexidade do objecto, percorre-se vários registos – demográfico, geográfico, geopolítico e antro-po-sociológico – para construir uma imagem polifacetada que guie a elaboração de dispositivos profissionais de intervenção.

Palavras-chave: Envelhecimento; modos de viver e de morrer; o corpo e a memória.

0. INTRODUÇÃO

Em qualquer aproximação analítica à velhice na sociedade contemporânea, não pode deixar de salientar-se a sua actualidade, problematicidade e complexidade. Antes de mais, basta notar o modo intenso como esta problemática atravessou as preocupações dos mais variados segmentos científicos e profissionais tanto como o âmbito mais generalizado das entidades públicas, dos mass-media e da população no seu conjunto, à medida que a população dita idosa se tornava mais numerosa, visível e vulnerável. Por outro lado, a transformação do seu estatuto social em objecto mediático-político não ocorreu, porém, sem que a sua natureza problemática perdesse, tantas vezes, acutilância e correspondente resguardo e atenção. É que, muito simplesmente, a complexidade que lhe inere foi suplantada ora pela urgência de encontrar, propor e acordar respostas às suas manifestações mais embaraçosas para o equilíbrio social ora pela aceitação acrítica de pressupostos e pré-definições administrativamente consolidadas nas várias instituições ao longo de muito tempo.

Nesta conjuntura, o objectivo assumido foi o de reconhecer a complexidade do objecto e, mesmo sem dar conta de toda a sua extensão, percorrer vários registos analíticos (demográficos, uns, económicos, outros, políticos, sociológicos e

* Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

antropológicos, ainda outros) para tentar construir uma imagem polifacetada, diante da qual uma qualquer prática profissional de orientação social pode elaborar dispositivos humana e socialmente viáveis e fiáveis no horizonte do que se poderia denominar a tarefa de “cuidar o futuro”¹.

Na organização deste percurso, há que salientar, por outro lado, a dupla semântica contida no vocabulário da “conta” e do “conto”. Dum lado, do lado do campo do cálculo, o esforço de objectivação e de quantificação: ora numa perspectiva demográfica (“os idosos contados”), ora numa perspectiva económica (“as contas dos idosos” – que aqui não incluiremos). Do outro, do lado do campo da narrativa, a organização do discurso e da experiência (“o conto dos idosos” ora num registo histórico-sociológico ora num registo político institucional ora num registo antropológico, “a contas com a vida e a morte”).

Em referência ao mote escolhido em 1950 pela “Sociedade Gerontológica Americana” – “dar vida aos anos; dar anos à vida” – pode-se dizer que se trata, no fim de contas, de configurar no âmbito da demografia e da geografia o coração duma *sociedade longevital*, o alcance duma *sociedade multigeracional* no âmbito da história e da sociologia, as formas em transformação duma *sociedade solidária* no âmbito da teoria política e da economia e, por fim, as formas e exigências duma *sociedade com rosto humano* no âmbito da antropologia e filosofia do corpo, da saúde e da morte.

1. OS IDOSOS CONTADOS: QUESTÕES DE DEMOGRAFIA E GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO. AS CATEGORIAS ETÁRIAS E AS CONDIÇÕES DE VIDA: ULTRAPASSANDO OS ETNOCENTRISMOS E A NATURALIZAÇÃO DOS CONCEITOS. OS DESEQUILÍBRIOS ETÁRIOS NO ESPAÇO PORTUGUÊS. INCONSCIENTE GEOESTRATÉGICO E ANGÚSTIAS NACIONALISTAS.

O objectivo desta secção é partir da representação tradicional do envelhecimento que toma como pressuposto o limiar etário de 65 anos, circunscrevê-lo nas suas dimensões quantitativas e geográficas a partir do peso do grupo idoso e da esperança de vida e reflectir sobre as consequências negativas do seu uso no quadro da análise das transformações em curso das nossas sociedades.

¹ Referimo-nos a *Cuidar o futuro. Um programa radical para viver melhor*, Lisboa, Trinova, 1998, publicado pela Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida presidida pela Eng. Maria de Lourdes Pintasilgo. Embora a noção de “cuidado” (“care”; “souci”) muito deva a certas correntes do movimento feminista, para uma visão panorâmica da sua utilização no quadro da filosofia, cfr. *Magazine Littéraire*, nº345, Julho-Agosto, 1996 (“Le souci, éthique de l’individualisme”).

1.1. Envelhecimento nas diversas escalas geográficas

A representação da estrutura etária das populações duma sociedade é habitualmente usada como instrumento para aferir, com todas as precauções epistemológicas exigidas, a sua “juventude” ou “envelhecimento”.

A partir do Quadro nº 1, é possível observar com clareza o contraste entre dois conjuntos de grandes regiões mundiais: dum lado, a África, a Ásia e América Latina, dotadas de uma estrutura etária onde o grupo mais jovem possui um grande peso, com tendência a crescer neste princípio do século XXI, e onde é muito reduzido o peso percentual do grupo idoso (65 e mais anos); do outro lado, os Estados Unidos e a Europa, como representativos de uma estrutura etária onde o grupo idoso apresenta um peso notável e em forte crescimento e onde o grupo jovem detém um peso relativamente pequeno. Nestes dois conjuntos se perfilam, dum lado, as chamadas sociedades duplamente jovens e, do outro, as sociedades duplamente envelhecidas, tendo em conta a evolução conjunta dos dois grupos.

Quadro Nº 1 – Estrutura etária das grandes regiões mundiais (1991)

	0-14 anos		15-64 anos		+65 anos	
	1991	2000-2005(a)	1991	2000-2005(a)	1991	2000-2005(a)
ÁFRICA	45,0	78,2	52,0	15,9	3,0	5,9
ÁSIA	34,0	46,6	61,0	44,3	5,0	9,1
AMÉRICA LATINA	38,0	50,0	57,0	41,4	5,0	8,6
EUA	22,0	32,5	66,0	48,5	12,0	19,0
EUROPA	20,0	25,8	67,0	52,5	13,0	21,7

Fonte: Brinkerhoff & White, 1991: 529; (a) Estimativas de *L'état du monde*, p. 608-610.

Embora reconhecido como uma tendência inelutável e geral, que assume, é certo, especificidades de região para região e de país para país, o envelhecimento constituiu, não obstante o carácter internacional de fórum político da “Cimeira do Cairo” de 1994, um dos “silêncios do Cairo”², concretamente ao lado da mortalidade geral e das migrações.

Sem esquecer as vias de envelhecimento das diferentes regiões – particularmente o rápido declínio da natalidade- Lassonde destaca o seu significado para os

² LASSONDE, Louise – *Les Défis de la Démographie. Quelle qualité de vie pour le XXI siècle?*, Paris, La Découverte, 1996.

países industrializados: “Nos países industrializados, ele [o envelhecimento] coloca a questão das relações entre gerações (relações humanas mas também modalidades de segurança social) e a das opções sociais a operar entre procurar prolongar a vida o mais possível ou assegurar à grandíssima maioria uma terceira idade de qualidade”³.

O envelhecimento numa sociedade como, de resto, a problemática demográfica no seu conjunto acabou, assim, por colocar-se sob uma outra bandeira: a bandeira da qualidade de vida. A história das transformações do estatuto científico-ideológico da natalidade no quadro do crescimento e do desenvolvimento é, por si só, instrutiva para alertar contra as teses simplistas sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea. Erguida, na Conferência de Bucareste promovida pela ONU em 1974, à condição de “descolagem” do crescimento por parte dos países industrializados chefiados pelos EUA contra os países do Sul, a redução da natalidade passou, com efeito, na Conferência do México em 1984, a factor irrelevante perante as condições económicas de livre comércio e livre iniciativa empresarial, até que, na Conferência do Cairo em 1994, se eclipsou perante o confronto ideológico posto em cena pelos defensores da aplicação dos direitos humanos à reprodução e sexualidade, dum lado, e, do outro, pelos defensores de concepções teocráticas mais apostados em impor dogmas religiosos do que favorecer o pluralismo cultural.

O mapa do “envelhecimento” das sociedades europeias é por si eloquente. Tomando como referência as áreas em que a percentagem de população com idade igual ou superior a 65 anos é superior a 16% da respectiva população, na Europa dos 12 (onde essa categoria etária constitui 14,5% do total) essas áreas dispõem-se em toda a orla costeira da Inglaterra, no centro e sul da França ligam-se, por um lado, à costa mediterrânica do noroeste e do centro da Itália (neste último caso, alargando-se até ao Adriático) e, por outro, cobrindo, em Espanha, Aragon, Castela de la Mancha e Castela e León e, em Portugal, Algarve, Alentejo e Centro até à fronteira.

Na década de oitenta, Portugal continental (cfr. QUADRO nº 2) traduziu a tendência do duplo envelhecimento na estrutura etária: reduzindo a percentagem do grupo jovem (-9,2%) e aumentando o peso do grupo idoso (3,9%). Na década de noventa, a tendência manteve-se: de 1991 para 1997, o grupo jovem viu diminuído o seu peso em 2,4%, enquanto o grupo idoso aumentou de 1,3%. No final de 1997, ainda segundo as estimativas do INE – *Estatísticas da Protecção Social 1997*, o índice de envelhecimento passava de 71,4 para 88,5 idosos de 65 e mais anos por cem jovens.

³ *Ibid.*: 115.

Quadro Nº 2 – Estrutura etária do continente (1981; 1991; 1994 e 1997) e sub-regiões da Região Norte (1991)

	0-14 ANOS	15-64 ANOS	+65 ANOS
CONTINENTE'81	28.9	61.3	9.8
CONTINENTE'91	19.7	66.6	13.7
CONTINENTE'94 ^(a)	18,0	67,6	14,4
CONTINENTE'97 ^(a)	17,0	67,9	15,1
REG. NORTE'91	22.1	66.4	11.4
– Minho-Lima	20.6	62.7	16.7
– Cávado	24.9	65.3	9.8
– Ave	23.9	66.9	9.2
– Grande Porto	20.0	69.4	10.6
– Tâmega	24.3	64.8	9.9
– E. Douro-e-Vouga	22.1	67.6	10.3
– Douro	21.4	63.0	15.6
– A. Trás-Montes	20.0	62.7	17.3

Fonte: INE, 1996-97; (a) INE – *Estatísticas da Protecção Social 1997*: 38.

Relativamente à Região Norte, assinaladas que foram as assimetrias regionais do envelhecimento em Portugal⁴, há que anotar o facto de que na região como um todo, essa dupla tendência é mais lenta, havendo, no entanto, que registar igualmente sub-regiões onde o envelhecimento na base e no topo é mais acelerado que no conjunto da região. Pertencem a esta última categoria Minho-Lima, Douro e Trás-os-Montes.

1.2. Esperança de vida por regiões geográficas de desenvolvimento

Outra perspectiva de observação que permite uma aproximação ao envelhecimento é a que se baseia na esperança de vida de que as populações beneficiam nas diferentes idades (desde o nascimento até às idades mais avançadas, nomeadamente aos 65 anos).

⁴ ESTEVES, A.J.; PINTO, J.M., “O envelhecimento na Área Metropolitana do Porto”, in *Estatística & Estudos Regionais*, nº 14, 1997,

A observação à escala mundial é elucidativa – conforme o Quadro nº 3 – sobre os ganhos de esperança de vida à nascença: no período de pouco mais de um quarto de século (1970-1997), esse ganho foi da ordem de 7.6 anos. Há que acrescentar, porém, em abono da objectividade, que esse aumento ficou a dever-se à evolução que beneficiou os países em vias de desenvolvimento (9.9 anos) e os países industrializados (6.3 anos), dado que nos países da Europa de Leste a evolução foi negativa (-0.2 anos). A distância que separava as posições mais favoráveis dos países industriais das dos países não desenvolvidos encurtou-se um pouco: diminuiu de 16.9 anos para 13.3.

Quadro Nº 3 – Esperança de vida à nascença (EVN) por áreas geográficas de desenvolvimento (1970; 1997)

	PVD	CEI/EL	PI	MUNDO
EVN – 1970	54.5	68.8	71.4	59.1
EVN – 1997	64.4	68.6	77.7	66.7
Progresso EVN	9.9	-0.2	6.3	7.6
Não > 40 anos(a)	14.6	8.3	3.1	12.5
Não > 60 anos(b)	28.1	24.7	10.6	25.3

Fonte: PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 1999 [8: 171; 4: 148; 5: 150]. PVD – Países em vias de Desenvolvimento; CEI/EL – Europa do Leste; PI – Países industrializados; EVN – Esperança de vida à nascença; (a) Pessoas que não devem ultrapassar os 40 anos; (b) Pessoas que não devem ultrapassar os 60 anos.

As áreas geográficas mais desfavorecidas em termos de esperança de vida continuam a ser as mesmas ao longo deste quarto de século, sem razões para esperar grandes alterações nos tempos mais próximos. Deste modo, os aumentos na esperança de vida por parte de África, que continua a deter os valores mais baixos de todo o mundo, não reduzem, antes pelo contrário, as distâncias em relação à média mundial, enquanto a Ásia consegue sobrepor-se ligeiramente à mesma média mundial. Mesmo assim, do quadro ressaltam as distâncias de 25,4 anos (1995-2004) entre a esperança de vida à nascença na Ásia e a da América do Norte.

O fosso entre os Países industrializados (PI) e os Países em vias de desenvolvimento (PVD) pode traduzir-se, conforme o Quadro nº 4, nos seguintes termos: nestes últimos países, há um número de indivíduos perto de cinco vezes maior do que nos países industrializados que não ultrapassa os quarenta anos, enquanto o número daqueles que não ultrapassam os sessenta ainda é, nos países em desenvolvimento, quase três vezes mais que nos países industrializados.

Face a esta observação e com a leitura do Quadro nº 4, poderemos dar-nos conta de quanto a definição demográfico-administrativa da velhice – na base do

limiar dos 65 anos- era inadequada, por ocidentalocêntrica⁵, há já vinte e cinco anos para os continentes da América Latina (com a esperança de vida em 63,1 anos), da Ásia (58,5 anos) e da África (48,0 anos); e, hoje ainda, aparece inadequada para África, onde essa esperança de vida continua – e tudo leva a pensar que continuará – abaixo desse limiar (51,4 anos).

A evolução neste último quarto de século e as expectativas elaboradas para este final de século caracterizam-se pelo aumento geral em todos os continentes. As diferenças neste aumento são, todavia, notórias:

- de 1975/80 para 1995/2000, a esperança de vida ao nível do mundo aumentou de 5,9 anos;
- ao nível de África aumentou em 3,4 anos; na Europa, o aumento foi de 2.1 anos; na América Latina tal aumento foi de 6.1 anos, enquanto na Ásia foi de 7.8 anos, de 4.9 anos na América do Norte e de 5.0 anos na Oceania.

Quadro Nº 4 – Esperança de vida^(a) de 1975 a 1995 e projecção para 2000-2010

	1975-1980	1980-1985	1985-1990	1990-1995	1995-2000	2005-2010 ^(b)
MUNDO	59,7	61,3	63,1	64,3	65,6	68,3
África	48,0	49,5	51,3	51,1	51,4	53,2
América Latina	63,1	64,9	66,7	68,1	69,2	71,4
América do Norte ^(c)	73,3	74,7	75,2	75,9	76,9	78,2
Ásia ^(d)	58,5	60,4	62,5	64,5	66,3	69,4
Europa ^(d)	71,2	71,9	73,0	72,6	73,3	75,0
Oceania	68,2	70,1	71,3	72,9	73,8	75,6

CORDELIER, S.; DIDOT, B. (direc.) – *L'État du Monde. Annuaire économique géopolitique mondial*, Paris, La Découverte & Syros, 1999. (a) Número de anos que viveria, em média, uma criança nascida no período em causa, supondo que as taxas de mortalidade por grupo etário permanecem durante a sua vida inalteradas relativamente ao período de nascimento; (b) Projecção; (c) Não incluído o México; (d) As repúblicas da ex-URSS umas são classificadas na Europa e outras na Ásia.

Sabendo da importância que o índice de desenvolvimento humano representa em termos de esforço para sintetizar o maior número de factores significativos de desenvolvimento⁶, parece de aproveitar a perspectiva oferecida por esse indicador (cfr. Quadro nº 5). Ora o que de fundamental resulta é que a imagem acerca da esperança de vida segundo os tipos de desenvolvimento humano não se altera por aí além.

⁵ Para uma visão global que ultrapasse as contribuições sectoriais, cfr. AMIN, Samir – *O eurocentrismo. Crítica de uma ideologia*, Lisboa, Edições Dinossauro, 1999.

⁶ Cfr. PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 1999.

Quadro Nº 5 – Esperança de vida à nascença (EVN) por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (1970; 1997)

	DESENV. HUMANO ELEVADO (DHE)	DESENV. HUMANO MÉDIO (DHM)	DESENV. HUMANO BAIXO (DHB)
EVN (1970)	70,6	57,3	42,8
EVN (1997)	77,0	66,6	50,6
Homens	73,7	64,8	49,7
Mulheres	80,2	68,7	51,5
Diferencial M/H	6,5	3,9	1,8
Progresso da EVN (97/70)	6,4	9,3	7,8

Fonte: PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 1999 [1: 134-137; 2: 138-141; 8: 168-170]

Os progressos da esperança de vida à nascença ao fim de mais de um quarto de século (1970-1997) evidenciam o caso dos países de desenvolvimento humano intermédio (9, 3 anos) sobre os progressos dos países de baixo desenvolvimento humano (7,8 anos) e, mesmo, dos países de desenvolvimento humano elevado (6,4 anos). As diferenças entre homens e mulheres quanto a esperanças de vida à nascença – sempre favoráveis às mulheres – não deixam, porém, de merecer um destaque. Os valores dessas diferenças, com efeito, acompanham a hierarquia do desenvolvimento humano (6,5 anos nos países de DHE; 3,9 anos nos países de DHM; e, finalmente, 1,8 ano nos países de DHB). Não deixa de ser significativo, ainda, o fosso que se mantém entre o mundo de desenvolvimento humano elevado e o mundo de desenvolvimento humano baixo: o fosso era equivalente a 27,8 anos em 1970 e de 26,4 em 1997; em 1997, o fosso entre homens desses dois mundos era de 24,0 anos, enquanto o fosso entre as mulheres ascendia a 28,7 anos.

A Europa dos Quinze representa uma região com altas esperanças de vida à nascença, o que não impede diferenças e variações desencontradas na sua evolução.

Os dados relativos a 1994 e as estimativas para 2000 quanto à esperança de vida para os homens apontam Portugal e a Suécia como os países, respectivamente, com os valores mais baixos e com os valores mais altos. Quanto às mulheres, essas posições são ocupadas pela Dinamarca, com a mais baixa esperança de vida, e pela França, com a esperança de vida mais alta. As previsões para 2000 apontam subidas em todos os países quer para os homens quer para as mulheres, exceção feita para as mulheres em Itália (que mantém a mesma esperança de vida) e na Suécia (onde se verificaria uma pequena diminuição).

Um outro aspecto, que resulta do Quadro nº 6, é o que se refere à amplitude das diferenças de esperanças de vida à nascença entre homens e mulheres. Essa

amplitude das diferenças não é a mesma nos diferentes países: assim, vai, em 1994, de 5.0 anos (Grécia) até 8,1 anos (França), enquanto as estimativas para 2000 apontam para uma queda dessa amplitude tanto no país com diferença maior (França, com 7,8 anos) como no país com menor diferença (agora a Suécia, com 4.5 anos). Neste final de século, a atender à comparação entre os dados relativos a 1994 e às estimativas de 2000, as diferenças de esperança de vida entre homens e mulheres apresentarão uma queda na maior parte dos países (9 países, mais precisamente).

Quadro N° 6 – Esperança de vida à nascença na Europa dos 15

	Esperança de Vida à Nascença – 1994 ^(a)			Esperança de Vida à Nascença – 1999 ^(b)		
	Homens (1)	Mulheres (2)	Diferença (2-1)	Homens (3)	Mulheres (4)	Diferença (4-3)
Bélgica	73,4	80,1	6.7	73,8	80,6	6.8
Dinamarca	72,7	78,1	5.4	73,0	78,3	5.3
Alemanha	73,1	79,6	6.5	73,9	80,2	6.3
Grécia	75,2	80,2	5.0	75,6	80,7	5.1
Espanha	73,8	81,1	7.3	74,5	81,5	7.0
França	73,8	81,9	8.1	74,2	82,0	7.8
Irlanda	73,2	78,7	5.5	73,6	79,2	5.6
Itália	74,7	81,2	6.5	75,0	81,2	6.2
Luxemburgo	73,2	79,7	6.5	–	–	–
Holanda	74,6	80,3	5.7	75,0	80,7	5.7
Áustria	73,4	79,7	6.3	73,7	80,2	6.5
Portugal	71,6	78,6	7.0	71,8	78,8	7.0
Finlândia	72,8	80,1	7.3	73,0	80,6	7.6
Suécia	76,1	81,4	5.3	76,3	80,8	4.5
Reino Unido	74,2	79,4	5.2	74,5	79,8	5.3

Fonte: Cálculos a partir de (a) EUROSTAT – *Statistiques Démographiques 1996*: 102; (b) *L'État du monde 2000*: 610.

O Quadro n° 7 permite-nos observar nestas últimas quatro décadas da “Europa dos quinze” como se veio alargando o período de vida para além da idade da saída da vida activa (em princípio aos 65 anos). É este adiamento da mortalidade que está na base daquilo que alguns autores referem, em comparação com a primeira transição que envolveu o desfasamento das curvas de mortalidade e

natalidade, como a “segunda transição”⁷. Do ponto de vista político e cultural, o que está em descoincidência é, por um lado, o envelhecimento biológico e, por outro, o envelhecimento na sua definição social e política.

Quadro N° 7 – Esperança de vida aos 65 anos de 1960-1994 na actual Europa dos 15

	1960		1970		1980		1990		1994		1994-1960	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Bélgica	12,4	14,8	12,1	15,3	13,0	16,9	14,3	18,5	14,8	19,1	2,4	4,3
Dinamarca(a)	13,7	15,3	13,7	16,7	13,6	17,6	14,0	17,8	14,3	17,7	0,6	2,4
Alemanha	–	–	–	–	–	–	14,0	17,6	14,7	18,4	–	–
Grécia	13,4	14,6	13,9	15,2	14,6	16,8	15,7	18,0	16,1	18,4	2,7	3,8
Espanha	13,1	15,3	13,3	16,0	14,8	17,9	15,3	19,0	15,7(b)	19,5(b)	2,6	4,2
França	12,5	15,6	13,0	16,8	14,0	18,2	15,6	19,9	16,2	20,6	3,7	5,0
Irlanda	12,6	14,4	12,4	15,0	12,6	15,7	13,3	16,9	13,9	17,4	1,3	3,0
Itália	13,4	15,3	13,3	16,2	13,3	17,1	15,1	18,8	15,4(c)	19,2(e)	2,0	3,9
Luxemburgo(d)	12,5	14,5	12,1	14,9	12,3	16,0	14,2	18,3	14,6	18,7	2,1	4,2
Holanda	14,2	15,7	13,6	16,5	14,0	18,5	14,4	19,0	14,8	19,1	0,6	3,4
Áustria	–	–	11,7	14,9	12,9	16,3	14,4	18,0	15,1	18,6	–	–
Portugal	13,0	15,3	12,2	15,0	12,9	16,5	14,0	17,0	14,4	17,9	1,4	2,6
Finlândia	–	–	–	–	12,5	16,5	13,7	17,7	14,6	18,6	–	–
Suécia(e)	13,7	15,3	14,2	16,8	14,3	17,9	15,3	19,0	16,0	19,7	2,3	4,4
Reino Unido	11,9	15,1	12,0	16,0	12,6	16,6	14,1	17,8	14,7	18,3	2,8	3,2
Média	13,0	15,1							15,0	18,7	2,0	3,7

Fonte: EUROSTAT, *Statistiques Démographiques 1996*: p. 152-159. (a) Os dados de 1960 e 1970 referem-se a 1961-62 e 1970-71; (b) Os dados referem-se a 1993; (c) Os dados referem-se a 1992; (d) Os dados de 1960, 1970, 1980 referem-se a 1960-3, 1970-2 e 1978-80; (e) Os dados de 1960, 1970 e 1980 referem-se a 1960-4, 1970-4 e 1980-4.

Em média, nestas quase quatro décadas, os homens da “Europa dos Quinze” ganharam 2,0 anos, passando a viver 15.0 anos em vez de 13.0 depois de abandonarem a vida activa, enquanto as mulheres ampliaram esse ganho para 3.7 anos, passando de 15.1 em 1960 para 18.7 anos em 1994.

Os ganhos de sobrevivência na reforma variam, é certo, de país para país:

⁷ LASSONDE, *Op.cit.*: 116.

relativamente a 1994, pode-se registar que os países se situam entre as duas posições extremas, desde a Irlanda, com os períodos mais baixos de sobrevivência de 13,9 para os homens e de 17,4 para as mulheres, até à França, com os períodos mais altos da ordem dos 16,2 anos para os homens e de 20,6 anos para mulheres.

1.3. Inconsciente geoestratégico e angústias nacionalistas

As análises actuais do envelhecimento não é mais possível separá-las dos quadros de valorização que presidem aos juízos positivos, como os de H. Mendras⁸, ou aos juízos negativos, como os de Didier Pène⁹. E, nomeadamente, não é mais possível fazê-las sem o enquadramento geoestratégico em que o envelhecimento acaba por entrar.

É numa breve pergunta lateral de D. Pène¹⁰ que podemos surpreender o assomar desse inconsciente geo-estratégico. A dada altura da sua análise económica sobre as consequências negativas do envelhecimento sobre a sociedade, pergunta o autor: “Como pode a Europa desempenhar o papel que pretende ter no mundo se se compõe de uma zona globalmente despovoada ao mesmo tempo que fecha as suas fronteiras?”.

Conhecidas as tendências de envelhecimento e de aumento da esperança de vida de acordo com os dados até aqui apresentados, é necessário evocar, ainda que brevemente, linhas profundas dos movimentos migratórios ao nível mundial e ao nível mediterrânico.

De acordo com Chesnais¹¹, no último meio século (1950-1989) destacam-se como os quatro grandes pólos de imigração: em primeiro lugar e destacados, os EUA, com um saldo migratório da ordem de 25 milhões de indivíduos; a seguir, Alemanha e França, com saldos de 9 e de 4 milhões respectivamente; em terceiro lugar, o Canadá e a Austrália, cada um com saldo migratório da ordem dos 3,5 milhões; finalmente, o Japão e a Arábia Saudita, com pouco menos de 3 milhões de saldo migratório. Para o mesmo período, como pólos de emigração destacam-se: acima de 2 milhões de emigrantes, o México, rumo aos EUA, Argélia e Turquia, para a Europa, e Egipto e Afeganistão, rumo à Arábia Saudita; abaixo de 2 milhões, Marrocos, Jugoslávia e Japão, no sentido da Europa; Paquistão, Índia e Filipinas, sobretudo para a Arábia Saudita.

⁸ MENDRAS, Henri – “Le troisième âge animera la société française”, in *Futuribles*, nº 80, Setembro de 1984.

⁹ PÈNE, Didier – *La civilización de los jubilados*, Madrid, Ediciones Encuentro, 1999.

¹⁰ *Ibid.*: 227.

¹¹ DEBIÉ, F., *Géographie économique et humaine*, Paris, PUF, 1995.

No caso da Europa, os movimentos migratórios que mais importância têm do ponto de vista geoestratégico definem-se em relação ao Mediterrâneo, desde o Magrebe até à Turquia. Neste conjunto se localizam países cuja história combina não só a proximidade física – tantas vezes manejada para discursos aparentemente inocentes e optimistas – como também relações de dominação e resistência. Na actualidade, acrescenta-se a fronteira mais próxima que separa o Norte industrial e desenvolvido e o Norte mais próximo de qualquer Sul não desenvolvido. Como se estas divisões não bastassem para complicar a criação dum espaço político de entendimento e de paz e duma área económica de exemplar e eficaz parceria no reconhecimento do direito ao desenvolvimento e às suas condições, somam-se as divisões político-culturais que frequentemente se enxertam na oposição entre a cultura cristã e a cultura do islão¹².

O estudo das condições de envelhecimento e de baixa natalidade na Europa face aos diversos países mediterrânicos permite situar a origem das angústias nacionalistas da parte de certa Europa que, numa situação de *double bind*, está presa à necessidade de abertura aos movimentos migratórios ao mesmo tempo que, sobretudo em tempos de crise, enfrenta os riscos de ruptura social e cultural desenvolvidos a pretexto das populações neles envolvidos.

Quadro Nº 8 – Taxa Média de Crescimento da População em países a norte e a sul do Mediterrâneo

Países	Taxa de Crescimento Anual (%)		Países	Taxa de Crescimento Anual (%)	
	1975-1997	1997-2015		1975-1997	1997-2015
Alemanha	0,2	()	Marrocos	2,0	1,4
França	0,5	0,2	Argélia	2,8	1,9
Itália	0,2	-0,3	Tunísia	2,2	1,3
Espanha	0,5	-0,2	Líbia	3,5	2,1
Portugal	0,4	-0,1	Egipto	2,3	1,5
			Turquia	2,1	1,3

Fonte: PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999: 197-199*.

Quer para a evolução havida desde 1975 até 1997 quer para as estimativas até 2015, as diferenças de crescimento são muito grandes entre os países candidatos a países de emigração e países prováveis de destino.

¹² A problemática aqui referida encontrou um tratamento bastante amplo no nº 94 de *Hérodote. Revue de Géographie et de Géopolitique*, 1999 (“Europe du Sud, Afrique du Nord”).

O mesmo desnível se pode verificar a propósito da taxas de fertilidade (cfr QUADRO nº 9).

Quadro Nº 9 – Taxas de Fertilidade e sua evolução (1975-1997)
em países a norte e a sul do Mediterrâneo

Países	Taxa de Fertilidade		Países	Taxa de Fertilidade	
	1975	1997		1975	1997
Alemanha	1,5	1,3	Marrocos	6,3	3,1
França	2,0	1,7	Argélia	7,3	3,8
Itália	2,1	1,2	Tunísia	5,9	2,6
Espanha	2,8	1,2	Líbia	7,5	3,8
Portugal	2,6	1,4	Egipto	5,3	3,4
			Turquia	4,7	2,5

Fonte: PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*: 197-199.

O envelhecimento europeu não pode, assim, aparecer como apenas um problema de equilíbrio e de substituição de gerações e de simetria entre ciclos de vida da sua população nacional. Ao mesmo tempo, há que compreendê-lo como um desafio às democracias europeias na sua capacidade de gestão humana das suas fronteiras, de construção de relações económicas susceptíveis de garantir o desenvolvimento sustentado de países exteriores ao seu espaço político e de substituição da tradicional cultura da hegemonia pela cultura do pluralismo e pela política-jogo soma positiva.

1.4. Velhice: uma categoria administrativa etnocêntrica e socialmente frágil(izadora)

A reflexão acerca do envelhecimento nas nossas sociedades dá como inquestionável e “natural” a referência à idade de sessenta e cinco anos como limiar de entrada nessa condição etária.

Ora tais discursos que se baseiam nessa fronteira etária nem sempre se apercebem da visão duplamente etnocêntrica que encerram: por um lado, em relação à diversidade geográfica do nosso mundo¹³; por outro, em relação ao

¹³ BOURDELAIS, Patrice – *L'âge de la vieillesse. Histoire du vieillissement de la population*, Paris, Odile Jacob, 1993 (nomeadamente o cap. 8 “A geografia do envelhecimento”). Da mesma

passado, cuja diversidade, aliás, não é assim tão distante como se pode pensar.

Em relação a outros espaços mundiais, poderia em rigor, a partir deste parâmetro etário e a tomá-lo como universal e imutável, falar-se, agora, em quase ausência de velhice (cfr. Quadro nº 4) e, para as próximas décadas¹⁴, ter que se estimar, apesar das dificuldades introduzidas pela difusão da SIDA, um envelhecimento muito mais rápido e acentuado nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos.

Em relação ao nosso passado, relativamente próximo, há que convir que a designação demográfico-administrativa de idoso ou velho, como equivalente ao indivíduo ou população com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, pouco mais é do que uma mera palavra, *flatus vocis*, que ignora a diversidade de condições reais de saúde e vitalidade assim como as reais funções na cadeia de gerações quer para a parte a montante (dos mais idosos, próximos da perda de autonomia) quer para a parte a jusante (dos filhos jovens em idade activa ou dos netos em fase de criação e educação) que é possível estabelecer a favor do momento actual e em desfavor desse passado não remoto.

Através de vários escritos seus, a historiadora francesa Patrice Bourdelais mostra este efeito de ilusão de conhecimento, nomeadamente quando escreve: “É dever do historiador mostrar com força que, sob a enganadora continuidade das categorias, exibida e muitas vezes inconscientemente aceite, as realidades mudaram. *Os limiaries não mexem, as conotações tão-pouco, e todavia tudo muda: o estado de saúde dos sexagenários, o seu lugar e o seu papel na sucessão das gerações, os seus recursos económicos e o seu género de vida*”¹⁵.

Reconhecido embora o limiar mítico dos “sessenta e cinco” como resultado dum processo conflitual, mais ou menos subterrâneo mas sempre perturbador das classificações estabilizadas ao longo do tempo, a sua consagração é obra política simultaneamente frágil e fragilizadora. Frágil, na medida em que, ao contrário de outras construções sociais de classificações, está de há muito submetida a um processo de perda de referencialidade para práticas sociais nucleares; fragilizadora, na justa medida em que deixa desamparados e em risco os indivíduos e grupos sociais atingidos por estas práticas. Deste facto nos poderemos dar conta – de acordo com Quadro nº 10 – através das alterações no mercado de trabalho com incidência sobre o contingente de força de trabalho com idade próxima deste limiar.

autora, cfr. “Le vieillissement de la population: question d’actualité ou notion obsolète?”, in *Le Débat*, nº 82, 1994, pp. 173-192.

¹⁴ WILSON, Gail – *Understanding Old Age. Critical and Global Perspectives*, Londres, Sage, 2000: 35.

¹⁵ BOURDELAIS, *op. cit.*, 1993: 385.

Quadro N° 10 – Taxas de emprego masculino de indivíduos com idades 55-64 anos (1970-1990)

	1970	1980	1990	1990-1970/1970
Alemanha	78,9	64,1	52,5 (1)	-33,4%
França	74,0	65,3	43,0	-41,9%
Holanda	76,8 (2)	61,0	43,9	-42,8%
Reino Unido	86,6	73,9	63,4	-26,8%
Suécia	84,1	77,5	74,5	-11,4%

Fonte: OCDE – *Statistiques de la population active 1992*.

Em alguns dos principais países europeus, representantes de diversos estilos de política social, é facilmente visível a comum tendência, ainda que com diversas intensidades, verificada nestas duas décadas, para a retirada do mercado de trabalho do grupo etário situado na proximidade do mítico limiar dos sessenta e cinco anos. A pressão das forças que comandam a gestão dos recursos humanos nas organizações do trabalho tem actuado, até agora, ao arrepio da idade referencial, no sentido de antecipar, certamente de maneiras muito diferenciadas¹⁶, a saída do emprego. Quer isto dizer que este limiar etário que serve de referência normativa para a entrada na reforma é suficientemente frágil para transformar-se e alargar-se num período de exposição à vulnerabilidade face aos interesses do poder empresarial, seja particular seja público.

2. OS IDOSOS A CONTAS COM A VIDA E A MORTE: MODOS DE VIDA E MODOS DE MORRER. OS IDOSOS E A QUALIDADE DE VIDA. O IDOSO: O CORPO E A MEMÓRIA. “VIDAS LÚCIDAS/ /MORTES SÚBITAS” (B. BRECHT)

Na sua obra *Da velhice*, Cícero coloca na boca de Catão, um dos interlocutores de Lélío e Cipião, a refutação das objecções antropológicas e sociológicas tradicionalmente levantadas contra a velhice. Estas são como que invariantes da imagem da velhice por detrás das quais se colocam modalidades históricas por esta assumidas: concretamente, a velhice afasta os homens dos seus negócios,

¹⁶ GUILLEMARD, Anne-Marie – “Emploi, protection sociale et cycle de vie: Résultats d’une comparaison internationale des dispositifs de sortie anticipée d’activité”, in *Sociologie du Travail*, n° 3, 1993, pp. 257-284.

enfraquece o corpo, suprime todos os prazeres da vida e encontra-se perto da morte¹⁷. No seu conjunto, estes são os indicadores favoritos numa definição pela negativa, que identifica a velhice como mero défice vital e social, sem espaço possível para a velhice enquanto ‘status’ socialmente negociado na arena dos interesses geracionais, dos poderes da economia e da economia do poder na família.

Reconhecidos estes limites, com actualidade inegável nos tempos que correm, e aceite a “segunda carreira” como possível, desejável, recomendável e potenciável¹⁸ não será de pouca monta o reconhecimento que nesta proposta está implícito da centralidade do corpo como acesso à compreensão dos modos de viver e de morrer.

A partir desse “tema” iluminante para uma visão da antropologia e da sociologia (da) ética do envelhecimento, torna-se incontornável acolher como postulados fecundos da análise posterior dois enunciados avançados por Pohier:

1º “Cometeríamos um erro acreditando que se pode reapropriar a [sua] morte sem reapropriar o seu corpo”¹⁹;

2º “O corpo doente é tanto nosso quanto o nosso corpo de boa saúde”²⁰.
Começemos por situar o corpo no modo de viver e na qualidade de vida.

Modos de viver e qualidade de vida

Ao contrário da felicidade – “a felicidade (“bonheur”) não se procura: encontra-se, tal como a infelicidade, por acaso” (Abraham Moles), a “qualidade de vida”, que nos últimos tempos tem vindo a suceder-lhe na gramática cultural da civilização moderna, converteu-se em objecto maior de procura, de investimento e de verificação. Trata-se, como é notório, de um daqueles conceitos que mais resistências oferecem aos esforços aturados de operacionalização e que, apesar disso ou talvez por isso, se ergue, na sua ambiguidade em contínua e sempre controversa resolução, à função reguladora enquanto “novo olhar crítico sobre o meio social”²¹.

¹⁷ CÍCERO, Marco Túlio [106-43 A.C.] – *Da velhice*, Lisboa, Livros Cotovia, 1998.

¹⁸ Entre outros, cfr. GAULLIER, Xavier – *Les temps de la vie. Emploi et retraite*, Paris, Editions Esprit, 1999.

¹⁹ POHIER, Jacques – *La mort opportune. Les droits des vivants sur la fin de leur vie*, Paris, Seuil, 1998: 221.

²⁰ *Ibid.*: 222.

²¹ MOLES, Abraham A. – “Existe-t-il une qualité de la vie quotidienne?”, in WITKOWSKI, Nicolas (dir.) – *L’état des sciences et des techniques*, Paris, La Découverte, 1991. Para uma visão mais alargada, cfr. VERGATI, Stefania (dir.) – *Dimensioni sociali e territoriali della qualità della vita*, Roma, EUROMA, 1989.

Para começar, registre-se o maior consenso sobre o princípio de que o conceito de “qualidade de vida” não se reduz ao seu patamar económico e material de “nível de vida” nem se contenta com a dimensão de saúde ou de controlo médico sobre a doença, muito embora estes elementos continuem a constituir sérios e indispensáveis contributos para conferir “qualidade de vida” aos modos de viver da população idosa.

Como A. Fagot-Largeault reconhece no meio da sua discussão médico-filosófica, “nos países desenvolvidos não basta ganhar anos de vida, é preciso ganhar em qualidade”²². Vale a pena, todavia, reter o resultado do seu esforço de operacionalização, para mais vindo dos âmbitos disciplinares referidos:

“A qualidade de vida, sob o ângulo individual, é o que se augura no novo ano: não a simples sobrevivência mas o que faz a vida boa: saúde, amor, sucesso, conforto, gozos-em suma, felicidade. Sob o ângulo colectivo, a qualidade de vida não se reduz à prosperidade económica (nível de vida e de desenvolvimento), ela comporta bens políticos (liberdade, igualdade, segurança), bens culturais (educação, informação, livre criação), recursos demográficos (taxa de natalidade conveniente, população globalmente de boa saúde, mortalidade fraca). A noção de qualidade de vida [Q.V.] é seguramente pluridimensional. Mesmo limitando-se àquilo que, na qualidade de vida, se refere à saúde [H.Q.L.] tem-se um conceito pluridimensional [“Quality-adjusted life years”]”²³.

Já a este nível médico já ao nível mais global, a sua complexidade prende-se, desde logo, com o facto de implicar duas coisas fundamentais:

- a) A análise do “meio que envolve o indivíduo” na diversidade das suas realizações (cidade, campo, hospital, escola, família, empresa, viagem, etc.) que são as diversas “paisagens da sua acção”;
- b) Acima de tudo, “o *juízo*” que os indivíduos fazem, na diversidade dos grupos a que pertencem e das culturas a que se reportam, acerca do grau em que aquele meio de vida contribui para a realização do seu “projecto de vida”.

Em A. Moles poderemos encontrar cinco parâmetros de um modelo geral cuja aplicação, mais ou menos engenhosa, à condição da população idosa fica a nosso cargo e de quem possa entrever nele vantagens heurísticas. Por ordem que reputamos mais adequada ao objecto em análise, podem considerar-se os seguintes parâmetros objectivos do meio de vida dos idosos: meio seguro; meio fiável; meio acessível; meio sustentável; meio rico.

²² FAGOT-LARGEAULT, Anne – “Réflexions sur la notion de qualité de la vie”, in *Archives de Philosophie du Droit*, 36 (“Droit et Science”), 1991, p. 138.

²³ *Ibid.*

Mais do que para qualquer outra categoria social, a garantia de um *meio seguro* é uma exigência básica. Sobre ele recai o desejo e a expectativa de que a vida física, o território de vida, os bens do idoso estejam a salvo de incursões, atentados e ameaças de quem, inimigo ou agressor, queira conquistá-los ou destruí-los. A progressiva fragilidade física do idoso, mormente quando vive só, propicia as tentativas dos agentes de insegurança duma sociedade incivil²⁴.

A caracterização do *meio fiável* passa pela garantia de que o universo de objectos complexos que se atravessam no quotidiano dos idosos funcionam sem azares nem incertezas no momento em que estes os utilizam ou pelo menos são acessíveis os pormenores da sua correcção e utilização. A relação de confiança com os meios tecnológicos e organizacionais torna-se num limiar decisivo de qualidade de vida, depois de garantida a eliminação do risco de vida. Não só está em apreciação o espaço público e semi-público como o próprio espaço privado.

Os elementos que constituem um meio de vida podem diferenciar-se pelo grau de (in)acessibilidade. Bens e serviços que sejam requeridos para a satisfação das necessidades dos indivíduos, nomeadamente dos idosos, podem encerrar um custo desmesurado de espaço a percorrer ou de tempo a gastar, o qual, por si só, pode comprometer o acesso a eles num registo de gratificação oportuna. Nada mais ilustrativo do que evocar, aqui, a desculpa burocrática: “(é reformado), não trabalha, pode esperar”. Outros custos, porém, podem tornar inacessíveis esses bens e serviços: para não mencionar os preços financeiros, atente-se no esforço físico ou mental, na incerteza de insucesso.

A qualidade de vida passa, também, pela existência ou construção de *meios ricos* do ponto de vista da multiplicidade de estímulos desejáveis, de centros de interesse mobilizadores de atenção e imaginação, de fontes de gratificação. Com esta exigência de riqueza do meio de vida não se compatibilizam a restrição de movimentos no espaço ou as práticas rotineiras no tempo, na exacta medida em que fecham as oportunidades de contacto social e não estimulam a actividade de readaptação à novidade e à surpresa.

Um último parâmetro da qualidade de vida estabelece as exigências de um *meio sustentável*. Surgida a propósito do ambiente natural, a ideia de sustentabilidade implica que as mudanças ocorridas não podem comprometer o futuro e os projectos relativos a ele da parte das gerações mais novas. Esse desejo secreto de que as mudanças sejam comportáveis em projectos de vida com sentido reforça-se na população idosa que não aceita, imperturbada, que as coisas mudem de um

²⁴ O conceito de “incivilidades” tem vindo a associar-se não só às nossas sociedades modernas mas, sobretudo, a determinadas facetas da vida das cidades. Para uma visão de conjunto, cfr. ROCHÉ, Sebastien – *Sociologie politique de l’insécurité. Violences urbaines, inégalités et globalisation*, Paris, PUF, 1998; ROCHÉ, Sebastien; SCHLEGEL, Jean-Louis – *La société d’hospitalité*, Paris, Seuil, 2000; ROCHÉ, Sebastien – *Tolérance zero? Incivilités et insécurité*, Paris, Odile Jacob, 2002.

momento para outro. A insegurança perante a velocidade das transformações e as vertigens desequilibradoras nas experiências de mudança não entram na qualidade de vida em geral, especialmente na dos idosos.

O grande retorno à casa e o modo de viver dos idosos

Na estruturação da existência humana reconhecem-se como processos cada vez mais significativos os que incidem sobre o espaço e sobre a experiência vivida que dele fazem os indivíduos e as diferentes categoriais sociais: a continuidade do corpo com o espaço não é, com efeito, mera metáfora ao serviço da especulação.

No caso das categorias sociais representadas pelos idosos, sobressai o espaço habitacional quer no registo positivo de poder dispor dele quer no registo negativo de dele ser privado. Experienciado em geral como espaço de defesa e segurança, região propícia ao reencontro consigo próprio e à capacidade de afirmação e construção da vida através do corporal, o alojamento aparece no horizonte do idoso como *lugar de retorno* como nunca antes tinha acontecido. Sem comparação com o retorno a casa, diariamente, no fim do trabalho, com o retorno a casa para fim de semana ou para férias, este retorno a casa partilha, na sociedade industrial, a marca da fase terminal da vida, por mais longa que esta tenha vindo a ser para um número de estratos sociais cada vez maior.

A continuidade do quadro habitual de vida no espaço próprio da família goza, à partida, de um valor superior para o melhor equilíbrio e bem-estar físico, psíquico e social do idoso. As próprias alternativas de residência institucional ou de “adoção” e acolhimento por famílias da comunidade não podem deixar de ser contempladas e ponderadas à luz desse critério fundamental que é o bem-estar do idoso. Do mesmo modo, os esquemas aparentemente mais favoráveis como o da rotatividade pelos espaços residenciais dos filhos ou de outros parentes não podem furtar-se a esse juízo sob pena de falharem alguns dos parâmetros anteriormente focados de qualidade de vida.

No quotidiano dos idosos, à semelhança do que é exigido no das outras categorias sociais da cidade, em muito contribui para a qualidade de vida a sábia combinatória dos três tipos de espaço que a antropologia e a psicologia do espaço construído elaboraram – o espaço público, o espaço semi-público e o espaço privado²⁵. A identidade dos idosos e o sentido de prazer do seu viver quotidiano

²⁵ MELA, Alfredo – *A sociologia das cidades*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, nomeadamente os capítulos 4 e 6; PEREIRA, Virgílio Borges – *Os vincados padrões do tecido social*, Porto, Afrontamento, 1999, em especial a III Parte.

passam, com efeito, pela recomposição, à medida das suas capacidades de utilização, das oportunidades de expressão oferecidas por este tríplice cenário.

No cenário mais contíguo ao corpo humano avulta o espaço de residência, razão por que a disponibilidade de alojamento constitui trave-mestra de qualquer política habitacional²⁶.

Em recente estudo do INE sobre algumas características dos alojamentos no período 1990/1995, podem verificar-se algumas transformações dignas de registo. Antes de mais, ao nível do *tipo de alojamento*.

Diminuiu a percentagem de todos os agregados que viviam em barracas e situações similares (3,0% em 1990 para 0,9% em 1995): a percentagem de “idosos sós” (5,7% para 2,4%) a viver nessas condições também diminuiu, mas digno de nota é o facto de ainda constituir a percentagem mais alta quando comparada com os outros tipos de agregado (“casal de idosos”, “casal com um idoso”, “representante idoso com outros” e “outros agregados com idosos”).

Tal como nos agregados em geral, diminuiu a percentagem dos “agregados com idosos” a viver em apartamentos (25,5% em 1990 para 20,3% em 1995), excepção feita para o caso de “idosos sós” cuja percentagem aumentou (de 23,5% para 24,3%).

Geral, porém, foi o aumento dos agregados a viver em moradia independente: quer no caso dos agregados no seu conjunto (de 65,6% para 71,2%) quer dos “agregados com idosos” (de 71,6% para 78,7%), mesmo no caso dos “idosos sós” onde ocorreu o menor dos aumentos (de 70,8% para 73,3%)

O benefício que constitui o acesso a alojamentos mais *recentes* (de construção posterior a 1970) atingiu os agregados em geral (de 35,% em 1990 para 39,9% em 1995), não deixando de lado os “agregados com idosos” (que passaram de 16,4% em 1990 para 20,7% em 1995) e os “idosos sós” (que passaram de 8,1% em 1990 para 14,6% em 1995).

As tendências quanto a *área habitável* disponível apresentam-se muito convergentes nos diferentes tipos de agregados. Neste período de tempo, diminuiu a percentagem de agregados com área habitáveis inferiores a 20m², no conjunto (2,4% para 1,5%), nos “agregados com idosos” (3,2% para 2,0%) e nos próprios “idosos sós” (6,8% para 4,4%). A mesma tendência de diminuição ocorreu relativamente a alojamentos com áreas compreendidas entre 20m² e 39m²: no conjunto dos agregados (de 12,9% para 9,2%); nos “agregados com idosos” (de 14,9% para 11,6%); e nos “idosos sós” (de 21,9% para 19,2). Relativamente a alojamentos com área compreendida entre 60m² e 79m², verificou-se a mesma tendência de diminuição dos agregados que os possuem: o total de agregados a dispor

²⁶ SANCHEZ, Vera, “Política social y Vivienda”, in BRACHO, Cármen A.; FERRER, Jorge G. (coords.) – *Política social*, Madrid, Mc Graw-Hill, 1997.

de alojamentos com essa área desce neste período de 25,4% para 23,5%; a percentagem de “agregados com idosos” desce de 25,2% para 23,3% enquanto a percentagem de “idosos sós” cai de 22,7% para 20,7%. A fruição de áreas habitáveis superiores a 80m² generalizou-se para o conjunto dos agregados (passando de 35,4% em 1990 para 44,5% em 1995), para os “agregados com idosos” (de 31,5% para 37,9%) e para os “idosos sós” (de 20,5% para 25,8%). Foi nos alojamentos com áreas intermédias, i.e. compreendidas entre 40m² e 59m², que se verificou uma evolução contrastada: diminui a percentagem do conjunto de agregados que os possuem (de 24,0% em 1990 para 21,3% em 1995), enquanto estacionou a percentagem dos “agregados com idosos” (25,2% em 1990 e 1995) e aumentou a percentagem de “idosos sós” na posse desse tipo de alojamentos (passando de 28,5% para 30,0%).

A qualidade específica do alojamento inclui, por sua vez, a existência de *infra-estruturas básicas* no estado actual de desenvolvimento das nossas sociedades. Considerados não dispor de condições básicas (i.e., sem água, electricidade e instalações sanitárias) registam-se 1,2% do total de agregados em 1990 e 1,0% em 1995; 1,9% dos “agregados com idosos” em 1990 e 1,5% em 1995; e, na percentagem maior de entre estes agregados, os “idosos sós” ao nível dos 5,6% em 1990 e dos 3,1% em 1995. As carências mais frequentes que atingem a população em geral e a dos idosos em especial referem-se à água canalizada, à instalação sanitária e ao sistema de esgotos. A água canalizada faltava em 11,0% do total dos agregados em 1990 e em 6,8% em 1995; em 15,4% dos “agregados com idosos” em 1990 e em 9,6% em 1995; assim como, na maior das percentagens, em 21,9% dos “idosos sós” em 1990 e em 15,1% em 1995. Quanto às instalações sanitárias, a distribuição da sua carência era a seguinte: faltava em 9,9% do total dos agregados em 1990 e em 7,1% em 1995; faltava em 16,3% dos “agregados com idosos” em 1990 e em 11,3% em 1995; e faltava em 29,1% dos agregados constituídos por “idoso só” em 1990 e em 18,3% em 1995. A outra grande carência refere-se ao sistema de esgotos e distribuía-se da seguinte forma: faltava em 11,3% do total dos agregados em 1990 e em 7,6% em 1995; faltava em 17,3% dos “agregados com idosos” em 1990 e em 11,8% em 1995; e ainda faltava em 24,0% dos agregados constituídos por “idoso só” em 1990 e em 18,6% em 1995.

Em jeito de conclusão, pode dizer-se que as carências verificadas em torno do alojamento dos idosos, embora tenham vindo a melhorar, acusam uma distância em relação às condições espaciais da qualidade de vida bem maior que a da população geral não idosa. De resto, só na observação e contacto directos com as situações de vida, fora do carácter abstracto das expressões numéricas e dos seus valores médios, é que se pode entender o clamor pela casa e pela saúde, como duas das condições prévias e mais graves do prazer de viver (n)a velhice.

Sociabilidades e recursos extra-domésticos

Os espaços domésticos encontram alternativas e complementos nos equipamentos sociais e nos diversos serviços que têm vindo a ser oferecidos num ritmo diferenciado de crescimento.

As “residências” apresentaram um salto importante de 1993 (32) para 1994 (51), situando-se, em 1998, a sua oferta global no total de 56. Os “lares”, por seu turno, depois do aumento de 600 (1994) para 657 (1995), conheceram um salto quantitativo de grandes proporções entre 1995 (657) e 1996 (895), situando-se o seu número em 848 em 1998, depois da filtragem ocorrida entre 1996 e 1997 (em que se contabilizaram 726).

Os serviços que são disponibilizados aos idosos para satisfazerem as mais diversas necessidades centram-se em espaços exteriores à habitação – quer sob a forma de “centro de dia” quer sob a forma de “centro de convívio” – quer no espaço da própria residência – sob a forma de “apoio domiciliário” – e no espaço de residência de famílias que os recebem – sob a forma de “acolhimento familiar”. Ora esta política de desenvolvimento da solidariedade com os idosos através destas diferentes modalidades teve um forte impulso no ano de 1995 e conheceu um redobrado vigor nos anos seguintes. Se, com efeito, de 1994 para 1995, pôde registar-se o aumento de centros de dia de 951 para 1054, de centros de convívio de 203 para 222, de apoio domiciliário de 784 para 921, de acolhimento familiar de 0 para 38, os anos de 1996 e 1998 constituem pontos altos de desenvolvimento consistente e ampliado: os centros de dia, com o valor de 1148 e 1314; os centros de convívio, com 237 e 287; os apoios domiciliários, com 1069 e 1329; e os acolhimentos familiares com o montante de 29 e 52, respectivamente.

Os aspectos mais comprometedores para as oportunidades de segurança e activa sociabilidade dos idosos encontram-se, porém, através do registo de algumas informações estatísticas produzidas pelo INE. Assim, “viver só” passou a ser uma situação mais frequente de 1992 a 1998: no total passou de 17,2% para 19,9% do conjunto dos idosos. Para além disso, tal condição conjuga-se mais acentuadamente no feminino, dado que mais de 25% das mulheres idosas vive desse modo, enquanto nessa situação só se encontra 9,9% dos homens.

Perante as imagens trazidas pela sociologia da família acerca da manutenção de laços das famílias nucleares urbanas com as famílias de origem – o que significou uma interessante correcção de perspectivas acerca da urbanização e dos seus efeitos sobre os grupos domésticos nela implicados –, perante essas imagens, os dados do mesmo inquérito do INE não deixam de obrigar a reconsiderar o alcance de tais laços. Nesses dados, com efeito, pode se observar que os idosos estabelecem mais contactos sociais com os vizinhos do que com os amigos e familiares: enquanto 67,8% declara conversar diariamente com os vizinhos, só

35,0% afirma reunir-se praticamente todos os dias com amigos e familiares quer em sua casa quer fora dela.

O contexto local da vida do idoso aparece, assim, no centro do seu espaço de vida: constringido à proximidade, tecendo nela os vínculos de (re)conhecimento e nela encontrando os suportes da sua (auto)imagem, o idoso defronta, ainda, a necessidade de dar-se um modo de viver que amplie a dimensão activa e de pertença da sua identidade.

Numa sociedade onde a participação activa é, em geral, escassa, não espanta que, ainda de acordo com os dados apurados pelo INE, só 9,7% dos idosos sejam membros de uma organização cultural ou social, sendo que essa participação diminui à medida que aumenta a idade e é maior nos homens que nas mulheres.

A dimensão activa do modo de viver do idoso não apresenta, por seu lado, sinais bastantes e suficientemente inequívocos que lhe dêem a possibilidade de contrariar ou resistir à “normal” tendência de desestruturação do tempo e de fragilização corporal. No caso português, foi possível apurar no inquérito do INE que actividades leves, como andar a pé ou de bicicleta ou outras do mesmo género, eram praticadas só por 32,1% dos idosos, com uma frequência por parte dos homens duas vezes maior que a das mulheres, baixando o exercício físico regular para o nível dos 3,3% dos homens vs. 1,7% das mulheres.

Por este pequeno inventário de aspectos atinentes ao modo de viver dos idosos pode-se ter uma noção aproximada de quanto falta para uma estratégia de reconversão do tempo disponível após a saída do emprego. Nomeadamente, se partirmos do quadro hipotético proposto por Druhle: “As pessoas não preenchem o seu emprego de tempo e o seu calendário por meio de actividades pontuais, efémeras e aleatórias. Trata-se de encontrar uma ou várias actividades duráveis e recorrentes que vão permitir assegurar uma continuidade de si e da sua vida no decorrer dos dias. Uma das questões – continua Druhle – que a investigação deve resolver é esta: como se geram estas actividades de substituição que assegurem a estabilidade e a continuidade dum modo de vida? São elas uma amplificação de actividades do tempo livre do período anterior ou, antes, a invenção e o desenvolvimento de novas formas substitutivas? Há formas intermédias entre estes dois pólos? Como é que estes tipos se distribuem na população em causa?”²⁷.

²⁷ DRUHLE, Marcel – “Vieillesse-déficit ou vieillesse négociée: les conséquences méthodologiques d'un choix d'objet”, in GUTH, Suzie (dir.) – *L'insertion sociale. Actes du colloque 'Sociologies IV'*. Tome I, Paris, L'Harmattan, 1994: 166-167.

Para uma velhice activa em territórios urbanos

O propósito enunciado de apontar para uma velhice activa em territórios urbanos parece, à primeira vista, tributário de uma imaginação sem contacto com a dureza das dinâmicas urbanas, particularmente segregadoras e implacáveis para com os idosos assim como para outros grupos vulneráveis. Ora, tão paradoxalmente quanto provocadoramente, é dessa imagem que simultaneamente deve partir o pensamento sobre a reconstrução social da cidade e a integração dos idosos como tarefa capital desse processo: convocar para construção da cidade os que dela têm sido de forma sistemática afastados, esquecidos ou mal representados na organização da democracia e fazer chegar até eles a “vez” de “ter voz”.

Os territórios urbanos estão, com efeito, confrontados com a necessidade de se tornarem activos a partir da implicação de todos os actores colectivos e de todas as categorias sociais, mormente quando os processos económicos e sociais mais fortes inscrevem no tecido social urbano novas desigualdades, com novas vítimas a somar às do velho regime urbano²⁸.

No caso daqueles territórios que, no seu mais interno reduto, se constituem de forma desproporcionada por populações idosas – tal como o Porto²⁹ – é incontornável, então, mais do que em qualquer outro, uma política de cumplicidade com estas, no sentido daquilo que era sintetizado pelo sábio: “o dom dos bens materiais torna as pessoas dependentes mas o dom do conhecimento torna-os livres”³⁰.

No âmbito do trabalho preparatório da Conferência da Nações Unidas “Habitat II”, realizada em Junho de 1996 em Istambul, foram identificados cinco princípios que vêm a sua oportunidade acrescida relativamente à participação dos idosos como guardiões da sustentabilidade da vida urbana:

- perante a lógica dos massmedia que axiomatizam a notícia como a “má notícia”, estender as boas notícias e as boas iniciativas;
- simplificar as questões complexas e atender aos pormenores da implementação de soluções;
- na transferência de soluções de cidade para cidade, adequar acções a situações locais;

²⁸ CASTELLS, Manuel – *The Information Age: Economy, Society and Culture. Vol.III: End of Millenium*, Oxford, Blackwell Publishers, 1998, nomeadamente o capítulo 2, consagrado ao “quarto mundo”; SASSEN, Saskia – *As cidades na Economia Mundial*, São Paulo, Studio Nobel, 1998; MARTENS, Albert; VERVAEKE, Monique (coords.) – *La polarisation sociale des villes européennes*, Paris, Anthropos, 1997.

²⁹ ESTEVES, A.J.; PINTO, J.M. – “O envelhecimento na Área Metropolitana do Porto”, in *Estatísticas e Estudos Regionais* (INE-Porto), nº 14, Maio/Agosto 1997, pp. 22-30.

³⁰ GIRARDET, Herbert – *The Gaia Atlas of Cities. New Directions for Sustainable Urban Living*, Londres, Gaia Books Limited, 1996.

- as visitas aos lugares e os intercâmbios de pessoas entre cidades aparecem como suportes mais fiáveis da partilha das boas ideias;
- mudar o modo como funcionam as instituições da cidade de forma a facilitar o acesso directo às melhores práticas e a cooperação descentralizada nas iniciativas.

O idoso: corpo, tempo e memória

A compreensão do idoso assim como a intervenção, qualquer que seja o seu sentido, junto dele não depende só dos quadros espaciais onde tece a sua existência quotidiana mas da experiência que faz quer do seu corpo quer da sua **relação ao tempo**.

Relativamente a este, deve-se a Aristóteles a afirmação básica e difusa de que “eles vivem mais pela recordação do que pela esperança”. Quer isto dizer que o passado ocupa o lugar central do seu trabalho mental e da sua experiência pessoal, constituindo, por sua vez, o quadro de referência da sua postura diante do presente.

A expressão que subentende o confronto implícito com o presente é bem (re)conhecida: “(n)ó meu tempo”. Nela se desencanta a experiência de quase-exilado³¹ que o idoso insinua ter relativamente ao presente, que não assume como “seu”, traduzindo a distorção duma identidade que não calibra a vida como narrativa (passado), a vida como consciência (presente) e a vida como projecto (futuro). Tempos esses, de resto, que só como solidários podem dar origem, no ser humano, ao prazer de viver.

As oportunidades de interacção humana não podem, assim, mesmo ao nível profissional, restringir-se à dimensão mais imediata da memória.

A teoria de Marc Augé³² é, se quisermos, bastante iluminadora acerca das complexas relações que se estabelecem nesse mesmo campo da memória. Ao apresentar o seu trabalho *Les formes de l'oubli* como um “pequeno tratado do emprego do tempo”, estabelece como argumento principal a seguinte ideia: “O esquecimento é necessário à sociedade como ao indivíduo. Há que saber esquecer para apreciar o sabor do presente, do instante e da espera, mas a própria memória tem necessidade do esquecimento: é preciso esquecer o passado recente para reencontrar o passado antigo”³³. Com receio talvez de ser mal interpretado, tenta

³¹ BEAUVOIR, Simone de – *La vieillesse*. Vol. 2, Paris, Gallimard, 1970: 239-241; 259.

³² AUGÉ, Marc – *Les formes de l'oubli*, Paris, Éditions Payot & Rivages, 1998.

³³ *Ibid.* 7.

precisar as relações entre estas duas experiências humanas – que são “trabalho de jardineiro”³⁴ ao fim e ao cabo- do seguinte modo: “Fazer o elogio do esquecimento não é vilipendiar a memória, menos ainda ignorar a recordação mas reconhecer o trabalho do esquecimento na primeira e encontrar a sua presença na segunda. A memória e o esquecimento – acaba o autor por dizer- de certo modo mantêm entre si a mesma relação que a vida e a morte”³⁵.

Em suma, poderíamos ousar dizer que essa “maneira de conservar em si de modo suficiente a cumplicidade com a criança que um dia se foi” e esse “renunciar àquilo que se foi (...) o mais tarde possível”, como características desse estado de espírito que é a velhice nas palavras da psicanalista M. Mannoni³⁶ não têm que aparecer como incompatíveis com a ideia do sociólogo sobre a necessidade de o idoso habitar o (novo) tempo como sendo (também) seu. Essa será, até, a relação de uso mais positivo do tempo humano que os diversos profissionais de cuidados com os idosos não deverão deixar de potenciar. E, por seu turno, a experiência da velhice como “exílio do seu tempo” só encontra condições objectivas propícias nas sociedades que aos idosos vedam actividades, solidariedades e projectos com as gerações mais novas.

A **experiência do corpo**, em paralelo com a experiência do tempo, torna-se uma dimensão central não só da experiência da velhice, com formas específicas em contraste com a de outras fases do ciclo de vida, como do estudo e da intervenção-interacção com os idosos.

A forma de fragilidade, especialmente sinalizada pela doença, com que o corpo aparece e se integra na experiência da velhice é o dado mais típico a ter em conta na abordagem ao ser idoso, mesmo e sobretudo quando, pela força dos ritos e convenções sociais, se trata de eufemizá-los ou, mesmo, denegá-los.

As diversas áreas de saber, filosóficas e científicas, reconhecem, todavia, cada vez mais e fora da situação de enfermidade, que a existência humana é, primeiro que tudo, corporal. E que, até, “ele (o corpo) se torna *o outro mais próximo*”, ou, ainda, “um *alter ego* donde emana a sensação e a sedução”, pelo que se poderia dizer que a própria sociabilidade começa em nós mesmos, isto é, com o corpo que somos³⁷.

Na actualidade, há um consenso cada vez mais vasto e lúcido³⁸ acerca da ideia de que os outros que não o próprio entram na construção da velhice como

³⁴ Ibid.: 24.

³⁵ Ibid.: 20.

³⁶ MANNONI, Maud – *Le nommé et l'innomable. Le dernier mot de la vie*, Paris, Denoël, 1991: 5.

³⁷ LE BRETON, David – *La sociologie du corps*, Paris, PUF, 1992: 109.

³⁸ PHILLIPSON, Chris – *Reconstructing Old Age. New Agendas in Social Theory and Practice*, Londres, Sage, 1998. Na sequência da sua obra anterior – *Capitalism and the Construction of Old Age* (Macmillan, 1982), onde o envelhecimento aparece como “uma experiência que era moldada pelas

entram na construção social do corpo e da doença, mesmo que a aparência material do corpo ofusque a sua dimensão simbólica, cultural e social.

A experiência do corpo na velhice e a forma como os outros entram na sua construção podem resultar mais perceptíveis a partir dos dois confrontos que Simone de Beauvoir estabelece: o primeiro, com o corpo na doença e o segundo, com o corpo na adolescência. Na situação da doença, “esta anuncia a sua presença, e o organismo defende-se contra ela duma maneira por vezes mais prejudicial do que o próprio estímulo; existe com mais evidência para o sujeito que a sofre do que para o meio social que tantas vezes ignora a sua importância; [ao passo que] a velhice aparece mais claramente aos outros que ao próprio sujeito”³⁹.

Na situação da adolescência, “o adolescente dá-se conta de que atravessa um período de transição: o seu corpo transforma-se e incomoda-o. O indivíduo idoso, [porém], sente-se velho através dos outros sem ter experimentado sérias mutações: interiormente, não adere à etiqueta que lhe colam; já não sabe quem ele é”⁴⁰.

O corpo não escapou imune às transformações científicas e culturais que nas sociedades ocidentais tiveram lugar ao longo dos últimos três séculos e que, de uma maneira ou de outra, com mais ou menos coerência, permeiam as diversas culturas profissionais (médicos e enfermeiros; assistentes sociais, psicanalistas e técnicos de manutenção e reabilitação, etc.), privilegiando aquelas que vão adquirindo a hegemonia no campo dos saberes ou das práticas socialmente valorizadas.

O contributo da antropologia histórica e cultural pode ajudar a compreender como a medicina, cada vez mais segmentada e apoiada tecnologicamente, se centrou no corpo na sua materialidade e, preferencialmente, no corpo afectado pela doença, servindo de contra-modelo para práticas de cuidados de forte densidade humana, social e cultural.

Um longo percurso, que se confunde com a história da modernidade, foi traçado pelo antropólogo David Le Breton⁴¹ com a “estruturação individualista” da sociedade, com a “dessacralização da natureza” e da “individuação do homem”

relações e instituições sociais características duma sociedade capitalista” (1998: 6) – o autor recorda quatro ideias fundamentais: primeiro, a ideia de que “sempre que o capitalismo entra em crise – como na década de trinta e de oitenta – são inevitavelmente as pessoas da classe trabalhadora, especialmente se desempregadas ou forçadas à reforma, que mais sofrem”, assistindo-se a um “esforço do capitalismo para resolver os seus problemas através de cortes nos padrões de vida das pessoas que trabalham”; depois, que “o capitalismo tem um conjunto de prioridades que quase sempre relegam as necessidades individuais e sociais para trás da procura de lucros”; ainda, que “como sistema social o capitalismo pode ter um impacto desastroso sobre a vida dos idosos”; finalmente, mas não menos importante, que “o capitalismo continua a ser um sistema de exploração: uma classe dominante ainda se apropria e controla a riqueza produzida pela classe trabalhadora”.

³⁹ BEAUVOIR, S., *Op. Cit.*, vol. II, 1970: 14.

⁴⁰ BEAUVOIR, S., *Op. Cit.*: 26.

⁴¹ LE BRETON, David – *Anthropologie du corps et modernité*, Paris, PUF, 1998.

até que, finalmente, “o corpo é um resto”, na exacta medida em que aparece “cortado do cosmos, cortado dos outros, cortado de si mesmo”⁴².

Esta “antropologia residual”, que desde então se desenvolveu e aprofundou numa medicina que penetra o seu olhar nas instâncias mais ínfimas da realidade bio-química e nela intervém recorrendo às tecnologias mais eficazes sem qualquer comparação com as da dissecação proibida pelos poderes medievais, permite culturas profissionais centradas no “homem anatomizado” e no “animal-máquina” que, subentendendo autênticas “tecnologias políticas do corpo” (Foucault), muito fazem para que os humanos deixem de sentir-se “sujeitos” e “senhores” do seu próprio corpo, não mais encontrem nele a “face” da sua subjectividade, “a porta e a ponte” (Simmel) de construção dos laços sociais, a “fonte identitária” (D. Le Breton) da sua personalidade. Numa “antropologia residual” como esta acaba por se esfumar “o estatuto dado ao corpo na definição social da pessoa”⁴³: ninguém se espantará, pois, que o idoso, mais do que qualquer outro humano noutra fase da vida, prescindida de viver, ou seja levado a não viver, o seu corpo como sujeito e, desse modo, também viver-à-sujeito.

Com a hiperespecialização da medicina, despersonaliza-se e dessocializa-se o corpo, por um lado, e despersonaliza-se a doença, por outro; por via dela, mais do que por qualquer outra via, se esquece que “o homem é um ser de relação e de símbolo e não só um corpo a reparar”⁴⁴.

Pelo que à medicina diz respeito, “na elaboração gradual do seu saber e do seu saber-fazer, (ela) negligenciou o sujeito e a sua história, o seu meio social, a sua relação ao desejo, à angústia, à morte, ao sentido da doença, para não considerar senão o ‘mecanismo corporal’”⁴⁵. Pelo que ao doente e à doença diz respeito, as consequências sucedem-se de maneira coerente: “Esta visão da doença só pode levar o doente a entregar-se nas mãos do médico e a aguardar que o tratamento recebido produza o seu efeito. A doença é coisa diferente do doente; o esforço deste para curar-se, a sua colaboração activa não são consideradas essenciais. O paciente não é encorajado a interrogar-se sobre o sentido íntimo do seu mal, nem a tomá-lo a seu cargo. Apenas lhe pedem que seja paciente, tome a sua medicação e espere os seus efeitos. Esse é o escolho da medicina que não é a medicina do sujeito: o recurso a um saber do corpo que não inclui o homem vivente”⁴⁶.

⁴² *Ibid.*: 46.

⁴³ *Ibid.*: 11.

⁴⁴ *Ibid.*: 190.

⁴⁵ *Ibid.*: 46.

⁴⁶ *Ibid.*: 188.

A este ponto da análise, ressalta a possibilidade de determinadas práticas profissionais constituírem obstáculos institucionais à tarefa mais que urgente, para o idoso, de se apropriar do seu próprio corpo. Alguns exemplos no sentido contrário poderão constituir marcos orientadores de práticas esclarecidas e emancipatórias.

Simone de Beauvoir, por exemplo, não deixou escapar a ambiguidade dos processos de somatização do desprazer, do mal-estar e do mal-viver que, numa lógica social, sucedem à entrada na reforma: “Muitas vezes o reformado dá ao seu corpo a atenção que o seu trabalho já não lhe reclama. Queixa-se das suas dores para se esconder que sofre duma perda de prestígio. Para muitos, a doença serve de desculpa à inferioridade [social] que doravante lhe cabe. Pode ser uma justificação do seu egocentrismo: o seu corpo reclama doravante todos os seus cuidados. Mas é sobre um fundo de angústia bem real que se definem estas condutas”⁴⁷.

Maud Mannoni, por seu lado, despista e denuncia certas lógicas institucionais que se tecem num fundo de inumanidade: “Estes estabelecimentos [hospitais], se é verdade que eles são assepsizados e tecnicizados, ignoram muitas vezes tudo a respeito do simples intercâmbio humano. As pessoas idosas “bem cotadas” são, então, as que são passivas e dormem todo o dia. Não se quer saber das que perturbam e cujo *protesto* tem todavia valor de verdade (relativamente a uma concepção normativa da gerontologia que reduz o indivíduo a ser apenas puro objecto de “cuidado”, sendo-lhe recusado o direito à palavra)”⁴⁸.

David Le Breton, por fim, depois de, na senda aberta por Simmel a respeito dos sentidos na cidade moderna, inventariar a ancoragem sensorial do quotidiano que ao idoso interessa não perder ou, até, recuperar, socorre-se de algumas propostas de R. Sebag-Lanao para restaurar a imagem do corpo do idoso através duma acção directa sobre o próprio corpo: “restituir à pessoa idosa a sua identidade, nomeando-a, procurando reconstruir o fio da sua vida; favorecer a manutenção das relações familiares; organizar o espaço da instituição num registo mais personalizado, criando lugares propícios ao convívio; promover uma política de movimento para limitar o acamar e a demissão do corpo pela organização duma ginástica adaptada; tomar cuidado do vestuário e do penteado para restaurar o narcisismo; reintroduzir o sentimento do prazer na vida quotidiana; favorecer o contacto pessoal entre prestador de cuidados e pessoa cuidada nos dois sentidos”⁴⁹.

⁴⁷ BEAUVOIR, S., *Op. Cit.*: 41.

⁴⁸ MANNONI, M., *Op. Cit.*: 26.

⁴⁹ LE BRETON, D., *Op. Cit.*: 152.

Do envelhecimento à morte apropriada

Numa sociedade longevital como aquela que se procurou desenhar na primeira parte, algumas transformações importantes vêm somar-se àquelas que atingiram nos últimos séculos o envelhecimento e a morte dos humanos quer nas suas condições objectivas quer nas atitudes culturais perante eles.

As sociedades desenvolvidas que no seu processo histórico confiaram o exercício legítimo do monopólio da violência a certos aparelhos do Estado restringiram as possibilidades de a morte ocorrer num contexto de, e por via de violência. E deram, dessa forma, aos humanos a expectativa de, pacificada a sociedade, poderem morrer pacificamente no seu leito. Do alcance cultural deste processo e da sua repercussão na estrutura da personalidade humana – que N. Elias⁵⁰ salientou em primeiro lugar – só pode fazer-se uma ideia aproximada imaginando, entre outros, o modo de viver e o modo de morrer em situações de guerra e violência grupal, em condições de campos de concentração e extermínio ou em experiências religiosas de morte colectiva.

Os resultados do processo de “desencantamento do mundo”⁵¹ não deixaram inalterada a imagem desta fase da vida humana. Como exemplos desse mundo, em boa medida abandonado, destaquem-se três. Antes de mais, refira-se a súplica religiosa – “a subitanea et improvisa morte libera nos Domine” – que traduzia o ideal da “boa morte” assim como o desejo e a necessidade sentida de dar tempo à “preparação para a morte” quer nos seus elementos propriamente profanos (“testamento” e últimas disposições para os familiares) quer nos seus elementos religiosos (“extrema-unção”). O mundo em referência está, na verdade, nos antipodas do que Bertolt Brecht apontava no seu poema “Lista das Preferências de Orge”: “Vidas, as lúcidas / Mortes, as súbitas”⁵².

Para além disso, ao contrário da visão eufemizada de Ariès, surge a atmosfera religiosa de medo perante a morte que desde o cristianismo medieval⁵³ se

⁵⁰ ELIAS, Norbert – *La dynamique de l'Occident*, Paris, Calmann-Lévy, 1975, mormente a II Parte consagrada a “Esboço duma teoria da civilização”.

⁵¹ Cfr. GAUCHET, Marcel – *Le désenchantement du monde. Une histoire politique de la religion*, Paris, Gallimard, 1985, nomeadamente acerca da sua tese sobre “o religioso pós-religião”. Central nesta ideia é separar duas ordens de realidade: a “religião” enquanto forma social e histórica concreta e “necessidades intangíveis da função simbólica”. “Porque para começar – sustenta Gauchet – a experiência subjectiva a que remetem com efeito os sistemas religiosos constituídos, pode perfeitamente funcionar por si, no vazio, de certa maneira. Não tem qualquer necessidade de se projectar nas representações fixadas, articuladas em corpos de doutrina e socialmente partilhadas para se exercer. Porque, depois, pode muito bem investir-se fora do tipo de práticas e discursos que foi até ao presente o seu terreno de eleição” (GAUCHET, 1985: 292).

⁵² BRECHT, Bertolt – *Poemas*, Porto, Campo das Letras, 1998: 50.

⁵³ VOVELLE, M. – *L'heure du grand passage. Chronique de la mort*, Paris, Gallimard (Col. “Découvertes”), 1998.

cultivou e se impôs aos crentes de múltiplas formas, nomeadamente sob as imagens do Deus-juiz, do “Dia da Ira” e da “morte ceifeira”, como estratégias inexecutáveis do poder jogando simultaneamente a “chantagem com a morte” e a “chantagem com a vida”⁵⁴.

Por fim, entre outras características é incontornável destacar como a estrutura social propiciou condições objectivas para que “a agonia dos seres humanos [fosse] uma questão muito mais pública do que hoje”⁵⁵: era, pois, no meio dos seus parentes, amigos e vizinhos que a “separação definitiva” se dava.

As condições actuais em que a morte ocorre apresentam uma configuração de nítido contraste.

Antes de mais, o espaço em que ela ocorre. Ela tende, com diferenças entre países, a verificar-se, não na casa própria junto dos familiares, mas em instituições específicas, onde o corpo se tornou, em regra, o centro dos cuidados materiais e, porventura, não mais do que desses. Paradoxalmente, o hospital, meio profissionalizado por excelência, onde a luta contra a doença e a luta contra a dor são levadas ao extremo das possibilidades técnicas, é também o lugar onde a morte surge como o evento estranho e a sua proximidade como factor da mais imediata saída do doente. Maud Mannoni⁵⁶ nota, de passagem, que “a morte sempre foi excluída do saber médico (salvo em medicina legal)” e S. Miles⁵⁷ acrescenta, por seu lado, referindo-se aos valores pessoais e da família e aos da medicina, “que há um enorme fosso entre os dois sistemas de valores”.

Norbert Elias, o sociólogo e historiador que se tornou o mestre da evolução política da expressão e controlo das emoções na sociedade moderna ocidental, colocou a “solidão dos moribundos”, que se inscreve coerentemente no “impulso de individualização”⁵⁸ do processo civilizacional do Ocidente, como o traço marcante da atitude face ao envelhecimento e à morte na nossa sociedade desenvolvida. Combinando a perspectiva serena de que toda a vida tem um fim, o sociólogo é atento às ligações da *ars vivendi* e da *ars moriendi* e, entre outros, privilegia como ponto de análise “a tarefa [que temos] de tornar a separação, o fim dos seres humanos, quando ela ocorre, tão leve e agradável quanto possível aos outros como a si próprio”⁵⁹. E continua a sua análise: “De resto, não se trata só da conclusão definitiva da vida, do certificado de óbito e da urna funerária.

⁵⁴ THOMAS, Louis – *Mort et pouvoir*, Paris, Payot, 1978.

⁵⁵ HEINICH, Nathalie – *La sociologie de Norbert Elias*, Paris, La Découverte, 1997: 43-46.

⁵⁶ MANNONI, M., *Op. Cit.*: 52.

⁵⁷ MILES, Steven – “Personal dying and medical death”, in THOMASMA, David; KUHSNER, Thomasine (eds.) – *Birth to Death. Science and Bioethics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 163-168.

⁵⁸ ELIAS, N. – *La solitude des mourants*, Paris, Christian Bourgeois Editeur, 1988: 91.

⁵⁹ *Ibid.*: 12.

Muitos homens morrem pouco a pouco, tornam-se frágeis, envelhecem. Os últimos momentos são importantes, certamente. Mas muitas vezes a partida dos seres humanos começa bem mais cedo. A maioria das vezes, as suas enfermidades físicas separam já os seres a envelhecer dos próprios vivos. O seu declínio isola-os. O seu gosto dos contactos humanos pode diminuir, a sua capacidade afectiva declinar. Aí está o mais difícil: esta exclusão silenciosa dos seres a envelhecer da comunidade dos vivos, o resfriamento progressivo das suas relações com seres para quem iam os seus afectos, que representavam para eles um sentido, uma segurança. Este declínio não é difícil apenas para os que sofrem fisicamente, mas também para os que são abandonados. O facto de que o isolamento prematuro dos moribundos, sem ser especialmente querido, seja frequente justamente nas sociedades desenvolvidas, é – conclui N. Elias – uma das fraquezas destas sociedades⁶⁰.

Como se depreende deste trecho, “a solidão dos moribundos” não se restringe ao puro efeito da ausência física dos vivos, nem esta pode ser comparada com a falta de “reconhecimento” por parte destes. Por isso, como premissa de toda uma fenomenologia social da “solidão de moribundos”, o autor precisa o seu pensamento ao afirmar o seguinte: “quando um ser em vias de morrer deve experimentar o sentimento – ainda que esteja em vida – de que não significa mais nada para os que o rodeiam, é então que ele é verdadeiramente solitário⁶¹”.

Para não deixar no ar a gravidade do problema, é bom reter a ideia de Elias, várias vezes repetida ao longo do seu ensaio, de que “nem sempre é muito fácil mostrar a seres que estão a caminho da morte que eles não perderam o seu significado para os outros⁶²”. E assinalar o modo implícito como, a propósito dessa dificuldade provada pelos jovens, ele catapultava essa dificuldade ao estatuto sociológico de um problema de “desfasamento cultural” (“cultural lag”) acima das possibilidades individuais de resposta. É que, com efeito, na sua opinião, “para muitos jovens, as fórmulas rituais da sociedade antiga que facilitavam o domínio de situações críticas da vida, soam a falso e vazio. Não há ainda rituais novos correspondentes ao padrão actual de sensibilidade e de comportamento, próprios a facilitar o domínio das situações críticas que aparecem incessantemente na vida⁶³”.

Em suma, a evolução das atitudes face à morte abarca, nos seus traços fundamentais, várias transformações sintetizadas por Heinich, socióloga francesa especialista em sociologia da arte e na obra de N. Elias: “não a substituição da serenidade pela angústia, mas a passagem da familiaridade para a estranheza, do

⁶⁰ *Ibid.*: 12.

⁶¹ *Ibid.*: 86.

⁶² *Ibid.*: 86.

⁶³ *Ibid.*: 19.

cuidado colectivo à individualização, da expressão dos sentimentos ao seu recalamento e do acompanhamento ritualizado do moribundo ao seu isolamento medicalizado”⁶⁴.

No quadro da sociedade longevital, surgem outros elementos que apresentem contrastes nítidos com os do passado e levantam alguns dos problemas mais controversos do campo da filosofia da vida humana.

Em termos aparentemente constatativos e filosoficamente irrelevantes, pôde afirmar-se: “Em vez de uma morte que era mais ou menos rápida porque não se sabia como atrasá-la, a morte tornou-se um processo longo e que quase tudo se faz para prolongar. A morte, que outrora matava cedo, mata agora muito mais tarde; a morte, que outrora matava rápido, mata agora muito mais lentamente”⁶⁵.

Assim sendo, sobrepõem-se aspectos inextricavelmente ligados cuja valorização não é automaticamente idêntica: o prolongamento da vida, que aparece traduzida nas estatísticas da esperança de vida, encerra, e tantas vezes oculta, o prolongamento da morte⁶⁶, onde se alojam processos actualmente irreparáveis de senescência mais ou menos profunda e demência⁶⁷, de frequente redução das manifestações vitais do homem às comuns modalidades vegetativas ou de alongamento de sofrimentos crónicos⁶⁸. Neste contexto de progressos científicos e técnicos aparecem na ribalta da reflexão humana, demasiado importantes e íntimas para serem domínio exclusivo de saberes profissionais e institucionalizados, questões sobre o valor ou (f)utilidade da dor, sobre a suportabilidade da vida em qualquer condição, sobre o significado humano da morte⁶⁹.

Em torno das questões sobre o sofrimento e a dor na vida humana, os fundamentalismos das teorias éticas, no seu nível de abstracção, vêem-se confrontados, na prática, com a convergência⁷⁰ numa sabedoria feita de cuidado (“care”) e prudência (“fronèsis”) em que avulta a percepção do poder degradante da dor – “sofro/e como uma besta”, ouve-se nesse registo, contido, o murmúrio – na vida humana a partir de certos patamares. Os enunciados absolutos e abstractos em termos de “dever” ou em termos de “prazer” caem por terra por irrelevantes na singularidade da situação e por carentes de mediação interpretativa da complexidade do contexto de actores, recursos e expectativas.

⁶⁴ HEINICH, Nathalie – *La sociologie de Norbert Elias*, Paris, La Découverte, 1997: 44.

⁶⁵ POHIER, J., *Op. Cit.*: 19.

⁶⁶ POHIER, J., *Op. Cit.*; THOMASMA, D.; KUHSNER, Th. (eds.), *Op. Cit.*, 1996.

⁶⁷ POST, Stephen – “People with dementia: A moral challenge”, in THOMASMA, D.; KUHSNER, Th. (eds.), *Op. Cit.*, 1996, pp.154-162.

⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁹ Para um exame das condições sociais e tecnológicas das sociedades actuais, cfr. FERNANDES, A. Teixeira – *Para uma sociologia da cultura*, Porto, Campo das Letras, 1999.

⁷⁰ FAGOT-LARGEAULT, A. – *Op. Cit.*

Paralelamente, a discussão alarga-se e desloca-se para a “obstinação terapêutica” dos profissionais da medicina. Face a esta, o próprio campo da medicina não deixa de elaborar como referências práticas conceitos críticos como “tratamento médico fútil”⁷¹. Nesta situação se reencontra, com efeito, o profissional com a esquecida dimensão simbólica da equação pessoa / corpo / tecnologia / médico: “Actos simples, como segurar a mão de um doente, molhar os lábios do paciente, falar com e ouvir o paciente e seus queridos, são tanto uma parte de cuidados de saúde como o são as máquinas e dispositivos da mais recente tecnologia”⁷².

Numa e noutra situação, há lugar para realçar a importância de conter a dinâmica simultânea de desincorporação social e de incorporação individualista da dor, reforçando as pontes de intercomunicação. Na dor, com efeito, como na paixão, ocorre o que o antropólogo sugeria com a pergunta retórica: “que importa o vizinho ao homem apaixonado?”⁷³. Uma e outra situação cortam as amarras que prendem a pessoa aos seus contextos mais amplos de sociabilidade. Com uma diferença fundamental: enquanto na paixão a dinâmica de desconexão social com o mundo se concentra na díade dos apaixonados, na dor o isolamento e a incomunicação com os outros confunde-se com a diluição e concentração no corpo em sofrimento.

As estratégias interpessoais, familiares ou profissionais, com o doente, mormente em situação de próxima ou irreversível saída do mundo dos vivos, confrontam-se, nesta situação, com a necessidade de repor, o mais discreta e eficazmente, as condições de abertura aos outros, na mediação com as memórias do passado, com a atenção e empatia dos presentes, com projectos futuros, numa palavra, resistindo com o refazer de forças favoráveis ao convívio com seres humanos significativos.

Nesta situação, porém, depois de afirmada a necessidade fundamental de **apropriação do próprio corpo**, incluindo do próprio corpo enfermo, por parte do sujeito humano, a questão mais ousada e mais difícil, porque, também, a mais íntima e final, sem lugar a qualquer “coda”, prende-se com a possibilidade de o ser humano **apropriar-se a própria morte**.

Frente a esta questão, nem sempre as posições que se reclamam de concepções humanistas e, em princípio, conferem ao ser humano, na sua finitude e fragilidade ao nível do pensar, do sentir e do agir, o poder e o dever de pilotar a sua vida, encaram a sua aplicabilidade ao momento terminal da vida e às con-

⁷¹ JECKER, Nancy S.; SCHNEIDERMAN, Lawrence J. “Stopping futile medical treatment: Ethical Issues”, in THOMASMA, D.; KUHSNER, Th. (eds.), *Op. Cit.*: 169.

⁷² *Ibid.*: 175.

⁷³ LE BRETON, 1999: 57.

dições de dignidade aceitável por parte do sujeito humano. Por um humanismo truncado, frequentemente tributário de concepções metafísicas alienantes, o ser humano que teve nas suas mãos, na incerteza e no risco, as escolhas mais vitais da sua existência, vê-se subtraído do poder de decidir acerca do limiar de degradação que humanamente lhe parece inaceitável no corpo-para-si e no corpo-para-os-outros. A afirmação proferida por uma autoridade institucional segundo a qual “não faz sentido querer eliminar a dor eliminando o paciente”⁷⁴ substitui e sobre-põe o ponto de vista de quem “inflige” a morte ao do doente-sujeito, reduzindo-o por essa via ao estatuto de “objecto”, ainda que sob a retórica de que o paciente está acima da dor.

Neste contexto, sobressai a posição, ainda que em registo utópico, de Tomás Moro, que, não obstante, a Igreja católica haveria de declarar seu “santo”, em 1935: “Os doentes, como já o disse, são cuidados com muito afecto. Nada se omite, nem medicamentos, nem regime, do que poderia dar-lhes a saúde. Mais, os que sofrem duma doença incurável recebem a consolação de visitas assíduas, de conversações, num palavra de tudo o que lhes pode trazer algum alívio. Entretanto, se a doença não é só incurável mas se acompanha de sofrimentos verdadeiramente atrozes e incessantes, os sacerdotes e os magistrados dirigem ao paciente uma exortação: dado que já não pode assegurar nenhuma das funções próprias da vida, é uma sobrecarga aos demais e a si próprio e não faz mais do que sobreviver à sua própria morte, que ele não se obstine a deixar-se devorar mais tempo pelo mal e pela doença que o roem; e, dado que a vida é para ele um tormento, que não hesite em aceitar a morte; que ele se arme, pois, de esperança e que abandone esta vida cruel como se foge a uma prisão e a um cavalete de tortura; ou que ele mesmo se livre dela ou, pelo menos, e por um acto da sua vontade, que convide os outros a livrarem-no dela. Seguindo estes conselhos, como a morte o não arrancará às doçuras da vida mas a um verdadeiro suplício, dará, até, prova de sabedoria; e porque, em todo este problema, não fará mais do que seguir os conselhos dos sacerdotes, isto é, dos intérpretes da divindade, ele dará mesmo prova de piedade e santidade. Aqueles que se deixam convencer por estas razões, ou põem fim eles mesmos aos seus dias deixando de se alimentar, ou se fazem adormecer para serem “libertos” sem provar a sensação da morte. Mas não levam ninguém à morte contra a sua vontade e não diminuem em nada os cuidados que lhes prestam. Há, todavia, algo de honroso em deixar-se convencer a morrer como acabamos de o dizer”⁷⁵.

⁷⁴ Afirmação do Bastonário da Ordem dos Médicos publicada em *Público* (2000.02.17).

⁷⁵ POHIER, J., *Op. Cit.*: 235-236. Preferiu-se a tradução do francês à portuguesa (Tomás Morus – *A utopia*, Lisboa, Guimaraes Editores, 1990).

Nesta narrativa utópica – onde a imaginação se torna particularmente generosa para com os campos de poder religioso e jurídico – a postura humanista é reconduzida àquilo que hoje parece ser fundamental: por um lado, antecipando o enunciado daquilo que se tem como “os direitos dos vivos sobre o fim da sua vida”⁷⁶, e, por outro, implicando a correcção duma distorcida hierarquia de cuidados, agora no sentido de que “é preciso que se preocupem muito menos com a *relação* do agente da eutanásia com o acto eutanásico, e muito mais com a *relação* do paciente com a sua vida e com a sua morte”⁷⁷, dado que, ainda nas palavras do mesmo autor, “partir da noção de direito da pessoa envolvida (...) parece ser uma perspectiva mais segura e justa do que partir da noção dos deveres e dos direitos de quem trata”⁷⁸.

Em suma, quer isto dizer que, ao contrário do que frequentemente ocorre, muito por força do poder profissional implicado, a decisão sobre o termo da vida não pode ser vista, acima de tudo, como problema médico ou do âmbito da decisão médica, devendo, antes, deduzir-se a intervenção profissional da vontade do próprio doente em termos compatíveis com a sua própria consciência profissional.

Tendo construído a sua posição ao longo de quase três décadas de trabalho intelectual sob a inspiração da filosofia tomista e depois de uma década e meia de trabalho na “Associação para o Direito de Morrer em Dignidade” (ADMD), Pohier resume este movimento nos seguintes termos: “(...) A eutanásia voluntária não é uma escolha entre a vida e a morte nem uma escolha da morte contra a vida; ela é *uma escolha entre duas maneiras de morrer*. Porque a morte já está aí: não só porque, desde que há vida, a morte está inscrita no programa de que ela é uma etapa, mas de uma forma mais precisa e concreta. Quando o cancro, a Sida ou outras doenças graves estão aí, quando a grande velhice está aí, a escolha já não é entre a vida e a morte mas entre dois modos de morrer. E, uma vez que a morte faz parte da vida, é também um dilema entre duas maneiras de viver: morrer na sequência de uma eutanásia voluntária é uma maneira de *viver* humanamente, dado que se assume então a morte com a sua liberdade e a sua responsabilidade; morrer sem recorrer a uma eutanásia voluntária é uma outra, dado que se assume então a morte – ainda que diferentemente – com a sua liberdade e a sua responsabilidade”⁷⁹.

⁷⁶ Esta expressão corresponde ao subtítulo da citada obra de J. Pohier e a uma das suas teses nucleares. Acentuando que “a morte não é o contrário da vida” mas, antes, que “a morte é uma fase normal e natural da vida”, pergunta-se o autor: “*ajudar a viver*, o que é que implica se a morte faz parte da vida?” (POHIER, 1998: 38-44). Igualmente recorda que “no cristianismo como no judaísmo [ao contrário doutras formas religiosas mediterrânicas e mesopotâmicas] não é a vida que é ‘sagrada’, são os vivos que são ‘eleitos’ e ‘santos’” (Id.: 42).

⁷⁷ POHIER, J., *Op. Cit.*: 248.

⁷⁸ POHIER, J., *Op. Cit.*: 125

⁷⁹ POHIER, J., *Op. Cit.*: 154.

Correndo embora o risco de abreviar a hierarquização das questões e dos princípios, ousaríamos dizer que não há “cuidado paliativo” maior – reduzir o sofrimento – do que ajudar o ser humano a ser humano no próprio morrer: senhor de si na própria morte como na vida. Destino único no reino da vida; ou, para dizê-lo com as palavras do filósofo Karl Jaspers: “ser homem é ser livre; o sentido da história é que nos tornemos verdadeiramente homens”.

Porto, Julho 2002.

TANTO FAZ, OU A CULTURA DO ABORRECIMENTO: UMA VIRAGEM ÉTICA NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA PÓS-MODERNA

por

Isabella Alessandra Cortada Roberto*

*“Vive com o teu século mas não sejas sua criatura”
Friedrich Von Schiller*

Resumo: uma das consequências actuais resultante do avanço descontrolado da sociedade monopolista refere-se à reprodução de seres alienados, eles próprios convertidos em objectos de um universo em que contam apenas enquanto mercadoria. A satisfação imediata torna-se em meta última. A saturação instala-se, sobra o vazio do excesso, a solidão na superabundância de comunicação. É o espectáculo do aborrecimento no seio do qual emerge um homem pessimista, desenraizado, em busca da sua própria identidade num contexto de indefinição e deriva sociais.

Palavras-chave: Relativismo; pós-modernidade; identidade.

Já em 1983, na sua obra de charneira *A Era do Vazio*, Lipovetsky anunciava – e denunciava – os mais recentes perigos da época pós-moderna, nomeadamente a apologia de um certo ideal apático e a sensação de impotência generalizada. Dessas frinchas surge um homem volátil e *light* (como certos produtos *light* que nos últimos anos inundaram o mercado – tabaco sem nicotina, cerveja sem álcool, coca-cola sem cafeína e sem açúcar, alimentos sem calorias e sem gorduras...); tudo lhe interessa, mas só a nível superficial, aceita tudo porque tudo é etéreo, efémero, leve, banal, numa palavra, tudo é relativo. Presenciou tantas mudanças, tão rápidas e num espaço de tempo tão curto, que começa a não saber a que se deverá ater, fazendo afirmações como “vale tudo”, “tanto faz” ou “é indiferente”. E assim deparamos com um profissional na sua especialidade, que conhece bem

* Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (Inglês/Alemão) – FLUP. Licenciatura em Ciências da Educação – Fac. Psicologia e Ciências da Educação U.P. Curso de Especialização em Estudos Culturais: “Utopia e Identidade Nacional” – FLUP. Mestranda em Estudos Anglo-Americanos – FLUP.

a tarefa que tem em mãos mas que, fora desse contexto, está à deriva, sem ideias claras, apegado a um mundo cheio de informação que o distrai mas que, a pouco e pouco, o converte num homem plastificado, permissivo e vazio de projectos. É o homem representado pelo telespectador que, com o comando à distância, passa de um canal para o outro procurando não sabe bem o quê, ou que dedica o fim de semana à leitura de jornais (desportivos, sobretudo) e revistas *light*, quase sem tempo – ou vontade – para outras ocupações de maior interesse. Dir-se-ia que a sua bandeira é composta por uma tetralogia niilista: **hedonismo-consumismo-permissividade-relativismo**. Empenhado em fazer uma revolução sem finalidade e sem programa, sem vencedores e sem vencidos, dá por si imerso num paulatino cepticismo e, conseqüentemente, num individualismo de morte, espécie de desabamento axiológico que conduz à **metafísica do nada**, sem grandes dramas, perturbações angustiantes ou tragédias...

Estas existências sem aspirações nem denúncias produzem o **relativismo**, um mecanismo de defesa que Freud¹ estudou e desenhou de forma quase geométrica – tudo depende, qualquer análise pode ser positiva ou negativa, não há nada absoluto, nada é totalmente bom ou mau. Trata-se de uma tolerância interminável, da qual nasce a indiferença pura, um novo tipo de **cinismo** – estamos perante a ética dos fins ou da situação, mas também do consenso, situamo-nos em posições ambíguas e não chegamos a lado nenhum, é a grande *apoteose da incoerência*, mescla de frieza impassível e de neutralidade sem compromisso alinhavadas de uma curiosidade ilimitada... Um homem a quem não preocupam as velhas questões do existencialismo (Kierkegaard, Heidegger, Sartre, Camus...), nem os problemas sociais ou os grandes temas do pensamento (liberdade, verdade, justiça...). Já não lê o *Ulisses* de Joyce, *Em busca do tempo perdido* de Proust, ou os contos de H. Hesse.

Face à cultura do instante, à ausência de vínculos, ao **pensamento débil**² poderá o novo homem escapar à grave sentença de Thomas Hobbes, de que “o homem é lobo para o homem”?³

Premissa: o protótipo do *homem pós-moderno* busca o absoluto desde o seu ponto de vista. De que forma? Convertendo-o em relativo. Os novos valores são os do triunfador, deixando legiões de vencidos fora do ringue social. Cícero dizia

¹ Apud Huisman 1993: 272 e 322. Para um aprofundamento das questões da Modernidade segundo Freud, consultar as obras *Inquietante Estranheza* (1919) e *Mal-Estar na Civilização* (1929).

² Expressão da autoria do filósofo italiano Gianni Vattimo (“il pensiero debole”). Cf. *O Pensamento Débil* (1983) e *O Fim da Modernidade – Niilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-moderna* (1985).

³ Apud Huisman 1993: 356. Para uma consulta mais aprofundada, ler as obras de Hobbes, *Da Natureza Humana* (1650) e *Leviatã* (1651).

que o fundamental para se levar uma existência ordenada era o respeito por si mesmo e pelos demais, buscando a transcendência.⁴ Uma vez quebrados esses laços de solidariedade e entregue a um individualismo atroz, o homem concentra-se unicamente em si próprio.

Assim, actualmente, e quando já se volatizaram as cosmovisões globais, vive-se um *realismo por encomenda* em que cada um vê o que quer e interpreta a realidade de forma subjectiva, acomodando-a aos seus planos e preferências. Já não há debate de ideias nem se procura esse *homem autêntico* de que falavam os existencialistas. Pelo contrário, tudo fica suspenso num mundo desvirtualizado, surgindo um cinismo prático, expressão da fria supressão dos anelos inter-relacionais e do desembocar numa atitude típica de quem está do avesso. É a decepção plena, já não há verdades objectivas que sustentem o homem, tudo é negociável. Por isso o *cínico* é pragmático e sarcástico, não nega a realidade, comprova-a e reconhece-a mas não vê compensação em alcançar a verdade e o que esta traz consigo. O *céptico*, por seu turno, é mais honesto, pensa que é impossível alcançar a verdade mas respeita os que dizem possuí-la ou buscá-la. E com a verdade indefesa, o mais frequente é entregar-se à moda, atirando-se para os braços do que se tolera em vez de se combater o cinismo com convicções firmes. Consequentemente, cultivam-se um conjunto de estados anímicos enredados pelo tédio e pela desolação, ocasionando uma forma especial de tristeza... É então que nasce uma nova paixão: a paixão pelo nada. E uma nova experiência: fazer tábua rasa de tudo para ver o que é que emerge desta ruptura das directrizes e superfícies da geometria humana, se possível sem grandes dramas, catástrofes ou perturbações trágicas. Já não existem inquietações culturais, denúncias ou grandes aspirações sociais, tudo convida ao não compromisso, porque só é capaz de se comprometer quem é livre, e o homem pós-moderno é cada vez mais escravo dos seus gostos subjectivos (Lipovetsky, 1983). Seguindo esta linha de argumentação, caímos no **relativismo** de querer a encontrar a verdade através dos nossos desejos e pensamentos: a verdade assume-se como o útil, o prático, dependente de um emaranhado de relações complexas, e fechada sobre si mesma. É a apoteose das opiniões e dos juízos particulares, com o que se cai num novo absoluto: **tudo é relativo**.⁵

⁴ Apud Huisman 1993: 355. Para uma consulta mais aprofundada ler de Cícero a obra *Da Natureza dos Deuses* (45 a 44 AC).

⁵ A propósito desse paradoxo, o filósofo americano Richard Rorty prefere utilizar o termo *ironista* ("ironist") para designar alguém que integra as suas próprias ideias na contigência de tudo. O ironista não pretende ter um ponto de vista superior aos outros, ao contrário do *relativista* que, quando afirma "tudo é relativo", pode querer estar a assumir uma posição de superioridade, enaltecendo o seu ponto de vista em detrimento de opiniões diferentes. O *ironista* dirá "eu penso assim, mas o que eu penso é tão contigente como tudo o resto" (cf. *Contigência, Ironia e Solidariedade*, 1992).

O **relativismo ideológico** define-se, portanto, como aquela postura segundo a qual não existe nenhuma verdade absoluta, universal, válida e necessária para todos. Transposta para a linguagem matemática, a verdade é uma mera função de uma variável condicionada, a lembrar a clássica afirmação de Protágoras de que “o homem é a medida de todas as coisas” – a mente de cada sujeito e a sua compreensão da realidade, assim como os tipos de vivências que tenham sulcado a vida, conduzirão a um outro tipo de verdade.⁶ E por isso a filosofia do relativismo desemboca gradualmente no *cepticismo*, existindo, porém, uma diferença clara entre um e outro: para o relativismo, a verdade é algo que está em constante mudança, movendo-se de cá para lá, segundo o juízo de cada um; para o cepticismo, a verdade absoluta existe, mas a razão humana é incapaz de a alcançar, produzindo uma desvalorização do entendimento que não pode chegar ao conhecimento da verdade com os meios naturais que tem à mão.⁷

As raízes históricas deste novíssimo **relativismo ideológico** terão de ser procuradas tanto no Iluminismo que percorre o século XVIII (desde a Revolução Francesa ao enciclopédismo donde surgiu a crença no progresso infinito) como no liberalismo do século XIX – trajectória-chave na história do pensamento. Ambos, aliados ao marxismo posterior, provocam o estado actual das ideias, fazendo emergir um homem pessimista, desiludido, indiferente à verdade por comodismo, por não aprofundar questões substanciais. Assim surge a ideia do *consenso* como juiz último: se há consenso a questão é válida, o mundo e as suas realidades mais profundas são submetidas a plebiscito para se decidir se constituem algo de positivo ou de negativo para a sociedade. O importante é a opinião da maioria, e se tudo é válido, se tudo tem a mesma leitura, desembocamos numa contradição interna muito clara: se toda a verdade é relativa, se tudo está condicionado, su-

⁶ Apud Huisman 1993: 224.

⁷ Platão chamou a esse movimento *sofismo*, constituído por professores itinerantes que, de cidade em cidade, vendiam o seu saber a quem o pagasse bem. Este facto, escandaloso para a época, mereceu-lhes a designação de mercadores ou caixeiros viajantes do saber... Eram professores, não investigadores, e os seus objectivos eram de carácter prático, não filosófico, possuindo uma notória ausência de escrúpulos que os levava a procurar o triunfo. Isto explica-nos o significado depreciativo de tal modo ligado à palavra que, ainda hoje, *sofista* é sinónimo de deturpador consciente da verdade, uma espécie de satã intelectual e moral. Contudo, foram eles os iniciadores de um movimento em que continua a assentar a nossa ideia ocidental de cultura, porque implicava que o centro de interesse da razão deixasse de ser o Universo circundante para passar a ser a realidade humana, que descobriram instável e problemática. Numa palavra, produzia-se um discurso essencialmente antropológico. E talvez porque o ensino dos sofistas fosse uma espécie de coroamento, isto é, dirigia-se a alunos não principiantes, o termo “professor catedrático” pode ser um tosco equivalente moderno de sofista, já que possui uma amplitude semelhante – abrange diferentes campos do saber – e, embora *investiguem*, todos *ensinam* e todos são pagos. Parece ter sido então a primeira vez que os filósofos se tornaram *pedagogos*. (apud Huisman 1993: 419). Para uma consulta mais aprofundada ler de Platão *Protágoras*, ou *Os Sofistas* (388 AC).

bordinado, vinculado a outras variáveis, há que admitir também que toda a verdade é absoluta, com o que se nega a premissa maior fazendo-nos cair num argumento sem sentido – *contraditio in termini*.

No campo da arte as coisas não se passam de maneira diferente. Sabemos que quase todos os movimentos vanguardistas perseguiram arduamente a paixão frenética como novidade. Agora estamos na *pós-modernidade* (cf Lyotard 1979)⁸ e, tal como o *pós-modernismo*, todos os “ismos” artísticos foram condicionados por processos políticos decisivos: desde o *fascismo ao comunismo*, desde o *surrealismo* preconizado por Breton e inspirado de algum modo por Freud, ao *marxismo* como teoria de luta de classes, desde o *existencialismo* com toda a sua força, à pintura abstracta que vai desde Vasilii Kandinsky e Paul Klee a Jasper Johns, Willem de Kooning, passando por Miró, Antoni Tàpies e toda a pintura não realista. Depois o *construtivismo*, o *expressionismo abstracto* e a *arte conceptual*, assumindo variadíssimas formas, que se fundem na *minimal art* e no *comportamentalismo*.⁹

Assim, a partir da década de 60, o panorama das artes plásticas é dominado por uma diversidade de tendências, por uma forte componente teórica e pela aproximação de diferentes meios de expressão e de recursos tecnológicos: referimos, a título de exemplo, a *land art* (intervenção na natureza), a *body art* (intervenção no corpo/“performance”) e a *computer art* (utilização da máquina e meios informáticos), alargando-se a prática da pintura tradicional. Finalmente, a *transvanguarda*, definida pelo seu teórico Benito Oliva, cobre uma vasta área artística que caracteriza os anos 80 e se prolonga na actualidade. No fundo, corresponde a uma atitude de busca do passado, dos passos anteriores da arte, inscrevendo-se num processo de procura de um eu *trágico* que se define em função das mitologias individuais (arte hedonista). Todos estes movimentos são transitórios do

⁸ Conceitos como *Modernidade* e *Pós-Modernidade* (entre outras variantes) são objecto de múltiplos debates. Não é nossa proposta embrenhar por um campo por de mais e controverso. A questão é de tal modo complexa que há autores que criticam a própria ideia de Modernidade (Latour). Outros preferem a expressão “Super-Modernidade” (Augé), “Modernidade tardia”, “alta Modernidade” (ou “tardo-Modernidade” (Giddens) para identificar os nossos tempos. Outros ainda recorrem ao termo *Contemporaneidade* (B. Sousa-Santos). Não há, contudo, consenso entre os autores sobre as possíveis correspondências entre os conceitos.

⁹ O Comportamentalismo é uma arte que não impõe condições, estabelece uma relação íntima com o quotidiano e desenvolve as técnicas de *assemblage* e *combining painting* numa aproximação à *junk culture* – floresce na Europa em torno do crítico de arte Pierre Restany, designando-se por *Novo Realismo*. Uma outra corrente que vem alimentar a vanguarda internacional é a *Arte Pobre*. Aparece em Itália e o termo foi utilizado pela primeira vez em 1967 por Germano Celant, para designar uma arte matérica, antítese da *Minimal Art* (arte que reduz as obras a elementos essenciais e manipuláveis espacialmente). A *Arte Pobre* recorre, além dos elementos primários, à luz eléctrica, aos néons e ao aço e propõe-se corporizar uma ideia na matéria, pelo que se funde no *Conceptualismo Comportamental*. (apud *O Processo Criativo* 1983: 80, 81).

descrédito do marxismo como explicação global do mundo, substituindo o futurismo na pintura. A morte de Karl Marx como símbolo ideológico traçou os limites entre duas etapas, o começo de uma nova era, cuja queda tem um enorme significado histórico que começamos agora a presenciar. Daqui resulta uma sociedade neurótica e desequilibrada que Jean Baudrillard (1991)¹⁰ rotula de desordem pós-moderna e que leva ao frenesim do superficial e a uma confusão de géneros: tudo é estético, tudo é político, tudo é social. Na arte desapareceram as regras e os critérios, tpas as tendências cohabitam – nasce a anti-arte. Todo o objecto é belo... posto que nada é belo, tudo é relativo e o melhor é navegar em todas as direcções e em nenhuma ao mesmo tempo.

Há, pois, um lema sublime que flutua na mente do homem coevo: “Por que não?”. Ou dito de outro modo, “atreve-te a ir mais longe, experimenta tudo a ver o que sentes”. Já é possível a combinação incessante e rotativa de possibilidades inéditas, buscando novos paraísos (na maior parte das vezes artificiais), numa vertigem de sensações caleidoscópicas. Porém, estas experiências não procuram nada de profundo, nem tão-pouco o pretendem fazer, o objectivo é apenas que o homem se distraia, que passe bem e que não se aborreça. A convicção de que a fome de absoluto é impossível (cepticismo), produz um estilo vida que vai perdendo gradualmente o seu sentido, uma espécie de existência à deriva. Numa palavra, a cultura do aborrecimento. Que saída resta? Se é impossível ascender ao transcendente por falta de perspectiva, torna-se necessário mergulhar no imediato: a busca incessante do bem-estar. O conforto converte-se em filosofia e meta máxima. É o *welfare state* dos americanos. E ao possibilitar-se ao homem da sociedade do bem-estar a satisfação de todos os apetites materiais, além de uma série de liberdades claramente delineadas, pode acontecer que, se não se abrirem outras vias mais ricas no campo cultural e espiritual, ele venha a deslizar por uma rampa que termina na frivolidade. São todas as características correspondentes ao que Gilles Lipovetsky denomina, em *O Império do Efémero*, “o século da sedução e do império” (Lipovetsky 1987: 186). Trata-se de uma sociedade centrada no consumo, aturdida pela publicidade, infantilizada e influenciada pelos personagens que estão na moda, que não é capaz de estabelecer sistemas, teorias ou esquemas para a vida pública. A vida tornou-se num simulacro da própria vida, numa espécie de *distopia ideológica* surgida da morte dos ideais e da superabundância de tudo o resto.¹¹

No homem *light* há uma total ausência absoluta de cultura. No terreno intelectual ele só procura aquilo que se relaciona com a sua vida profissional ou com interesses mais particulares. O seu nível de leitura (no que respeita a ensaios

¹⁰ Cf. Baudrillard, 1992, *A Transparência do Mal. Ensaio sobre os Fenómenos Extremos*.

¹¹ Cf. Baudrillard, *Simulacro e Simulação* (1991) e *A Sociedade de Consumo* (1981).

ou romances contemporâneos) é praticamente nulo, desconhecendo ainda as obras clássicas. Tudo o que saia fora do âmbito profissional resulta débil, ligeiro, evanescente. A regra de ouro é a superficialidade, de tal forma que se, à mesa de um café, por exemplo, surge um tema considerado sério, é frequente que logo de imediato alguém o trivialize colocando um dissolvente irónico que despiste os contertúlios, conduzindo novamente à conversa oca. De facto, repetem-se continuamente as mesmas frases, comentários ou lugares-comuns. Este tema tem vindo a preocupar alguns intelectuais europeus como Alain Finkelkraut (*A derrota do pensamento*, 1988) e Jean-François Revel (*O conhecimento inútil*, 1988). A conclusão é uma e a mesma: nunca, como hoje, a informação foi tão abundante e difusa; nunca, como hoje, houve tanta ignorância. O homem é cada vez menos sábio, no sentido clássico do termo.

E assim o homem contemporâneo passa demasiado tempo diante da televisão, criando uma conduta repetitiva que se vai transformando em hábito, espécie de ópio do qual é muito difícil afastar-se. Tão difícil, que as pessoas com menos recursos culturais ou menos criatividade para preencher os seus tempos livres de modo enriquecedor, ficam presas nesta malha uma e outra vez. Daqui derivará um homem pouco culto, passivo, entregue ao mais fácil: apertar um botão e deixar-se ficar, porque tudo se reduz a divertimento para os seus olhos. Não há um mínimo acto de vontade. O *zapping* é já a carta magna do super-mínimo esforço: o homem deixa passar o tempo, distrai-se, consome minutos (horas!) sem mais pretensões. É a evasão através do mundo da fantasia, das imagens que vão entrando pelos olhos mas que não chegam a ser arquivadas, tão grande é a sua rápida sucessão e a sua falta de conexão.

O comando à distância converte-se na chupeta do adulto. E quando este não a encontra, a situação pode tornar-se terrível, uma espécie de síndrome crónico e inultrapassável. Encontramo-nos, decididamente, ante a vingança do telespectador devido à péssima programação que hoje, com a chegada dos canais privados, nos trouxe a denominada *televisão-lixo*: brutalidade descarnada, filmes, séries e intrigas medíocres. A acrescentar a tudo isto, os debates paupérrimos do ponto de vista ideológico, e os concursos triviais que viram as costas a qualquer consideração minimamente cultural. Assim, ver muita televisão produz seres robotizados, passivos, acrílicos e, mais grave ainda, sem inquietações culturais. O sujeito deambula pela oferta elástica de possibilidades, está em todo o lado e em lugar nenhum, dando aso a uma forma de liberdade totalmente original, a de tudo ver, escusando-se sempre, porém, a qualquer tentativa de se ligar a algo. Estamos, pois, perante um novo tipo de relativismo que é o **relativismo visual**, o consumidor de *zapping* comunga com tudo e simultaneamente não se identifica com nada. A vida é o triunfo dos *mass-media*, tal como refere Guy Debord em *Anotações sobre a Sociedade do Espectáculo* (1971). A discussão actual está vazia,

os meios de comunicação prestam-se a dar-nos notícias e informações que não nos dizem nada, estamos ante uma *vida-cocktail* desvalorizada, ante a mediocridade de um novo analfabetismo.

Perante a agonia do homem libertário, consumido pelo próprio consumismo devorador numa lógica de fazer para ter, ter para consumir mais, vem-nos à ideia uma questão: o que se terá passado para que se tivesse operado esta mudança tão ostensiva?

Recorde-se que já Henri Lefebvre em *A vida Quotidiana no Mundo Moderno* (1967) denunciava as consequências da industrialização numa sociedade dominada pelas relações de produção e de propriedade capitalistas: por um lado, a degradação do lúdico na programação do quotidiano, na racionalidade organizativa, passa a ser uma constante, e por outro, deparamo-nos com a descoberta científica do acaso, do risco ou do jogo no centro das forças naturais e das actividades sociais. A legitimação oficial desta sociedade é a satisfação, que, por seu turno, ocasiona uma saturação rápida dos bens disponíveis e uma crise generalizada dos valores, das ideias, da arte e da cultura. Resta um vazio enorme. O consumo do espectáculo torna-se no espectáculo do consumo, a alienação torna-se uma prática social. O homem vai-se definindo nas suas acções e actividade: como sujeito específico, concreto, situado num contexto histórico, perdendo-se no seio das coisas, no cúmulo da acumulação de objectos, sem desejo e sem necessidade, numa confusão entre plenitude e saturação. Para esta sociedade a obsessão é o diálogo, a comunicação, a participação, a integração. O que é novo é a solidão no meio da abundância, a ausência na superabundância dos signos de comunicação. O lugar é sempre algures. É o quadro do aborrecimento. Nações inteiras aborrecem-se e, contudo, as pessoas estão satisfeitas, quase felizes...

A transformação da sociedade como resultado da globalização e suas fragmentações representam uma nova questão para a teoria social. A obra de Touraine utiliza a acção colectiva como ponto de partida para uma interpretação construtivista da modernidade: é o regresso da agência, o actor social já não é descontextualizado, como em Habermas, mas é um actor colectivo e, contrariamente ao pós-modernismo, um agente de mudança social. Os seus primeiros trabalhos (anos 60/70) falam de uma Sociologia da acção em que a sociedade deve ser tida como um campo de mudança social: ela não só se reproduz ou se adapta a si própria, mas também se transforma, e os agentes de mudança são os movimentos sociais / actores colectivos e não as estruturas (oposição clara à redução da sociedade ao status quo ou a um sistema de valores ou estruturas). Só a partir da década de 90 é que o autor passa a usar um conceito mais alargado de sujeito e das possibilidades de Democracia por associação ao fim do social: em *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?* (1997), o conceito de sujeito proposto, enquanto desejo de construção de uma vida realmente individual, está visceralmente dependente da

harmonia entre a vivência no mundo tecnológico e a afirmação da realidade histórica de cada indivíduo. A sociedade pós-industrial¹² é uma sociedade de muitos conflitos, há inúmeros agentes e não se sabe qual será o agente de historicidade. O conflito passou do modelo económico para o modelo cultural e do conhecimento. Estamos ante o fim do social ocasionado por todas as condições que levam à “desmodernização”, a sociedade deve ser pensada como um complexo de relações sociais e movimentos, de produtos culturais e lutas políticas (Touraine, 1997: 29). Eis a característica central da sociedade contemporânea: o contínuo desenvolvimento do colapso do social como resultado da inevitável separação das esferas da cultura, personalidade, política e economia (Touraine, 1997: 14). As ideologias estão a desaparecer e estão a ser substituídas por movimentos neo-comunitários à procura de conquistar novos espaços que foram abertos por um regresso mais ou menos geral à subjectividade (espécie de reviravolta de um totalitarismo social para um totalitarismo cultural). A Modernidade implica opções de múltipla-escolha para o indivíduo que está emancipado das ordens tradicionais da autoridade, mas que tem de lidar com a questão do risco e da confiança (Touraine, 1997: 27-29).

Nesta sequência, Delanty¹³ faz corresponder a noção de *Identidade* a uma forma de conhecimento contestada, no que concerne as fronteiras de grupo e os códigos fundamentais da adesão grupal. O que é distintivo acerca das actuais formas de identidades colectivas é a sua capacidade para contestar a estrutura social vigente e os códigos culturais. A Modernidade destruiu a comunidade e a Pós-Modernidade baseou-se no eclipse do social; a comunidade tornou-se num factor-chave nas novas abordagens pós-modernistas, ligando-a ao conceito de cidadania (pertença a uma comunidade política, importância da identidade e da participação). Em traços gerais, e de acordo com a ideia que ainda hoje prevalece, a comunidade opõe-se à sociedade, tal como a tradição se opõe à ideia de Modernidade. É preciso ultrapassar esta dualidade, num contexto de cultura pós-moderna, tal como preconizou Castoriadis (1987)¹⁴ ao referir-se a uma globalização da comunidade em torno de um novo imaginário cultural.

Esta oposição clássica surgiu primeiramente, em 1887, com Ferdinand Tönnies (*Comunidade e Sociedade*), que se reportava à comunidade como representativa de um mundo orgânico, coeso e tradicional (proximidade, solidariedade, confiança e autonomia – certa dimensão emocional), enquanto a sociedade seria o mundo moderno, fragmentado, repleto de estruturas racionais, individualistas (alienação, distância, industrialismo, racionalização, desencanto). A comunidade implicaria, ainda, um sentido mais forte de autonomia de agência, enquanto a

¹² Cf. Bell, Daniel, 1973, *The Coming of the Post-Industrial Society*.

¹³ Cf. Delanty, Gerard, 2000, *Social Theory in a Changing World*.

¹⁴ Cf. *As Encruzilhadas do Labirinto II – Domínios do Homem*.

sociedade conduziria a uma alienação da agência através de uma objectivação das estruturas societárias. Actualmente, a era das massas está a dar lugar a novas relações sociais e como resultado estamos a entrar na era das tribos (Maffesoli, 1996), espécie de “comunidade emocional”, instável, aberta, produto da fragmentação do social e da desintegração da cultura de massas. As pessoas dão por si em redes temporárias, “tribos”, organizadas em torno de estilos de vida e imagens. Giddens refere-se a este processo como “disembedding”¹⁵, em que a tradição perde a sua força e a agência, transformada pela reflexividade, emancipa-se. Contudo, *comunidade* e *sociedade* estão interligados por exigências de ética de responsabilidade em encontrar uma base institucional. A Democracia e as instituições da sociedade civil, como a esfera pública, são o meio através do qual o espírito da comunidade e a ideia do social se interligam. Não devem ser ideias antitéticas. O social não deve ser fundido com a ideia de comunidade, mas deve ser equacionado através de uma institucionalização de espaços de confiança, solidariedade e autonomia. A comunidade, por outras palavras, podia transformar-se na dimensão reflexiva da sociedade (Lash, 1994)¹⁶, e conseqüentemente, o local, o nacional e o internacional deixariam de ser patamares compartimentados e passariam a estar em interacção. Segmentação e globalização surgem, agora, como dois factores de um mesmo processo que conduzem o mundo para uma comunalidade convergente¹⁷, ou, como é actualmente designado, uma “glocalização”. Contudo, a oscilação entre macro e micro, entre a lógica dos grandes conjuntos e as lógicas de proximidade ainda irá ser durante muito tempo uma característica constitutiva do processo de construção do mercado mundial integrado. A massificação alterna com a “desmassificação”, sendo, de resto, que esta contribui para fazer recuar os limites daquela e para vencer as resistências à “estandardização universal”.

O direito à diferença visa, pois, atender às demandas identitárias dos novos movimentos sociais (feminista, étnicos, pessoas com necessidades especiais...), carregando, porém, consigo, uma dualidade: o envolvimento nas questões de justiça social e das relações mais igualitárias, e a referência ao que lhes é peculiar enquanto elemento de distinção (demanda pelo reconhecimento de identidades específicas). Isto permite-nos interpretar que tais movimentos estão, ao mesmo tempo, no registo das lutas democráticas e/ou socialistas, por meio da reafirmação da igualdade (Touraine, 1997), e no registo do campo conservador pela afirmação e consentimento com a ideia de diferença (Pierucci, 1990). Mas é, em particular a partir dos anos 60, que este direito à diferença requisitado pelos movimentos

¹⁵ Cf. Beck, Lash, Giddens, 1994, *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ Cf. Levitt, 1983, *The Globalization of Markets*.

sociais passa a fazer parte, sobretudo, do campo progressista, onde adquire o sentido de respeito pelas singularidades e/ou necessidades específicas em consideração à diversidade humana.

De forma semelhante, a noção de inclusão social está ligada à ideia do direito à igualdade que, desde pelo menos o século XVIII, baliza as lutas sociais e um ideal político e de sociabilidade para a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias, mas foi somente a partir de meados século XX que fomos protagonistas de uma viragem que vincula as lutas pela inclusão com direito à diferença. Contudo, as demandas pelo direito à diferença não estão isentas de riscos quanto às consequências sociais indesejáveis para os próprios protagonistas. Por um lado, a afirmação da diferença, na polifonia das vozes sociais, pode vir a fortalecer o sentido conservador, acarretando uma fragmentação da sociedade civil pelo crescimento das reacções fundamentalistas e de xenofobia. Por outro lado, a afirmação da diferença pelas próprias minorias representada na demanda pelo respeito a identidades específicas pode proporcionar a redução das relações destas minorias com o resto da sociedade, inclusive a redução das relações com outros e entre os próprios grupos sociais minoritários, não raro, também, sofrendo processos de discriminação, exclusão e violência. É o tema da “comunicação paradoxal”, ou, dito de outro modo, da inclusão sem comunicação (sociedade global) ou da comunicação com exclusão (comunidade) – eis o actual dilema do mundo pós-moderno, traduzido na necessidade de o sujeito enfrentar o “double bind” da globalização e da privatização (Touraine, 1997: 17, 20).¹⁸ Diminuem, assim, os espaços de solidariedade, favorecendo-se a formação de “tribos identitárias”¹⁹ em detrimento da busca de caminhos e de formas de lutas sociais conjuntas para a ampliação da igualdade como direito. Contrariando a sua motivação primordial, o direito à diferença pode contribuir para o revigoramento ou formação de sociedades e mentalidades excludentes (mais no sentido de exclusão das diferenças), seja através do revigoramento de exclusão das minorias pelo grupo social hegemónico, seja pela exclusão ocorrida entre os próprios grupos sociais minoritários, justificada pelas especificidades das suas demandas identitárias. Este processo que poderíamos denominar de “guetização”, engendrado ou fortalecido pelas minorias, é percebido na busca da reafirmação e do orgulho pela identidade construída²⁰, podendo levar à construção de espaços sociais exclusivos que dêem conta da manifestação dessas identidades.

Estas reflexões levam-nos a afirmar que a cidadania substancial dos diversos grupos sociais e identidades presentes numa sociedade, e até mesmo a cidadania

¹⁸ A propósito deste tema, cf., também, Araújo, H. Gomes de, 2000, pp. 17-21.

¹⁹ Cf. Sherer-Warren, 1999, *Cidadania sem Fronteiras: Acções Colectivas na Era da Globalização*.

²⁰ Cf. Castells, Manuel, 1999, *O Poder da Identidade*.

planetária, passa pelo fortalecimento e pelo estreitamento da relação entre o direito à igualdade e o direito à diferença. Neste sentido, ainda, uma democracia correspondente a uma política do sujeito em que os seres humanos não se reduzam à mera condição de indivíduos, dilacerados por constrangimentos externos, mas possam tornar-se actores dos seus projectos de vida individuais e colectivos, afigurar-se-á, quem sabe, como a resposta ao problema. (Touraine, 1997: 29, 30)²¹. O desafio será o de reconciliar *sujeito* e *razão*, abrindo caminho para a possibilidade de se criar um quadro institucional em que as concepções universais de cidadania possam ser aliadas a uma política da diversidade.

Concluindo, há já muito tempo que, em relação à realidade, nos contentamos com as imagens e, em relação às coisas, com a sua cópia. Secretamente, preferimos não ser confrontados com o original, basta-nos o *copyright*. A universalização dos factos, dos saberes, da informação, é uma condição para o seu desaparecimento. Por isso é inútil aspirar ao universal, é inútil aspirar aos cumes – já não há cumes nem filosofia da transcendência. O pensamento vive no exílio (Finkelkraut, 1988).

Um homem assim não deixará marcas. Na sua vida não há lugar para revoluções. A sua moral converteu-se numa ética de regras de urbanidade, numa mera atitude estética. Do Maio de 68 não ficou rasto. Os protestos foram abafados pela lógica da apatia e pelo medo de arriscar que caracteriza o homem alienado. Um ser humano rebaixado à categoria de objecto, repleto de consumo e de bem-estar – numa palavra, insípido, como a comida: sem calorias, sem gorduras, sem excitantes...

Assim descrito o presente, restar-nos-ia depositar todas as esperanças no futuro. Será? O que dizer, então, do nível cultural médio do estudante do ensino universitário, que deveria envergonhar todo aquele que o frequenta? Formam-se máquinas de executar ordens e não homens e mulheres conscientes da sua individualidade e da sua relação com o mundo e o outro – tudo se comercializa, até o próprio saber. Os alunos preferem consumir entretenimento plastificado (TV desde logo, mas não nos esqueçamos do cinema, dos livros, da música e do teatro *light...*) a contactar com a arte e/ou com o pensamento. Opina-se alegremente sobre tudo e sobre nada, discute-se a política mediática, ela própria reduzida à condição de produto.

Por tudo isto e muito mais, impõe-se, como forma de combate a este cenário desolador, o regresso da discussão e dos esforços de reflexão às nossas vidas. Estamos numa encruzilhada. O que fazer?

Já Friedrich Holderlin dizia que em cada um nós há dois territórios diferenciados: o dos sonhos e o da razão. É necessário traçar fronteiras interiores capazes de distinguir um do outro, estabelecer um certo paralelismo com a dicotomia Iluminismo (primazia da razão, mundo das ideias, universalismo) e Romantismo

²¹ Cf. do mesmo autor, *Crítica da Modernidade* (1992).

(importância dos sonhos, esfera íntima dos sujeitos, relativismo). De um modo mais lato, dir-se-ia que nos nossos dias se vive uma espécie de regresso ao romantismo, nada interessa tanto como a história privada de alguém, os seus lugares ocultos, a sua dimensão mais inacessível.²² Cada homem é uma promessa e, para que esta se torne realidade, é necessário que ele lute pelos seus sonhos, apoiado num modelo de identidade sólido e num esquema referencial atractivo, com força para arrastar na direcção certa. O homem das décadas vindouras não se deixará derrubar pelo passar dos anos, não se desvanecerá ante as mudanças e as modas, exercitará o espírito e a razão, o pensamento e uma cultura plurais, acima de pré-juízos e convencionalismos. Sustentado pelo progresso humano e científico, renunciando ao pensamento débil e à trivialização da inteligência, o homem poderá evitar assim essa melancolia da existência, fruto de uma vida insubstancial e descomprometida, alimentada pelo princípio do “vale tudo” ou “tanto faz”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, HENRIQUE GOMES DE (2000), “Jano às portas do milénio. O conceito de sujeito na construção social do cidadão”, in *Trabalhos de Antropologia e de Emologia*, XL, 3-4, 17.
- BAUDRILLARD, JEAN (1992), *A Ilusão do Fim ou A Greve dos Acontecimentos*. Lisboa: Terramar.
- BECK, ULRICH (1999), *World Risk Society*. UK: Blackwell Publishers.
- BRUCKNER, PASCAL (2000), *A Euforia Perpétua. Ensaio sobre o Dever de Felicidade*. Lisboa: Editorial Notícias.
- DELANTY, GERARD (2000), *Modernity and Postmodernity*. London: Sage.
- DELANTY, GERARD (2001), *Social Theory in a Changing World*. London: Polity Press.
- GIDDENS, ANTHONY (1999), *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- HUISMAN, DENIS (1993), *Dicionário das Mil Obras de Filosofia*. Porto: Porto Editora.
- LIPOVETSKY, GILLES (1983), *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio D'Água.
- MAFFESOLI, MICHEL (2000), *O Eterno Instante. O Retorno do Trágico nas Sociedades Pós-Modernas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MAFFESOLI, MICHEL (1996), *The Time of the Tribes. The Decline of Individualism in Mass Society*. London: Sage.
- SOARES, EDUARDO MARTINS (ed.). *O Processo Criativo. Técnicas dos Grandes Artistas*. 1983. Lisboa: Difusão Cultural.
- SCHWEDER, RICHARD (1997), “A revolta romântica da Antropologia contra o Iluminismo”, in *Educação, Sociedade & Culturas*, VIII, 135-188.
- TOURAINÉ, ALAIN (1997), *Iguais e Diferentes. Poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.

²² Cf. Schweder, Richard, 1997, especialmente pp. 135-188.

DA MÁQUINA PANÓPTICA AO TEATRO HETEROTÓPICO.

A arquitectura, o urbanismo e a convivencialidade

por

Paulo Castro Seixas*

Resumo: Ver ou ser visto e sentir e ser sentido são a dupla cisão de um programa arquitectónico, resultado da substituição da máquina panóptica baseada no trabalho por um teatro heterotópico que articula trabalho e consumo. Habitar, trabalhar e consumir tornam-se, assim, indissociáveis de imaginar-se, realizar-se e divertir-se e é este o programa arquitectónico dos Condomínios, das Multinacionais e dos Shoppings.

Palavras-chave: Antropologia urbana; arquitectura; convivencialidade.

1. INTRODUÇÃO

As obras dos arquitectos serão projecção de um olhar? Porque não também de um tocar, de um escutar, de um cheirar, de um saborear... Existe de facto a dominância do olhar? E de que olhar se trata: Será um primeiro olhar ou será antes um segundo olhar, um olhar de reacção a outro olhar? Por outras palavras, será um olhar livre ou um olhar condicionado? E será um olhar próximo ou distanciado? Se fosse próximo não teríamos que ter em conta os demais sentidos? E se é distanciado, será pensado ou imaginado?

O que me proponho pôr em discussão neste texto é a possibilidade da Arquitectura urbana moderna se ter centrado no padrão do olhar-pensado-e-distanciado e ao qual se está a sobrepor, desde meados do séc. XX, um padrão dominante do sentir-e-imaginar-próximo que, ainda assim, não exclui o anterior. Ou, de outra forma, que a arquitectura passou de uma cisão entre o ver e o ser visto para uma cisão entre o arquitectonicamente pensado e a experiência arquitectónica sensível e imaginável.

* Universidade Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril, 4200-349 Porto.
E-mail: pcseixas@hotmail.com

Digo Arquitectura urbana e, portanto, começaria por especificar o que quero dizer quando falo de cidade para, num segundo momento, procurar caracterizar a passagem de uma máquina panóptica para um teatro heterotópico como padrão arquitectónico-urbanístico. Finalmente, tentarei abordar o destino das cidades e que agenda política adoptar para as realizarmos enquanto *civitas*.

2. O QUE É UMA CIDADE? DIFERENÇA E CONVIVENCIALIDADE OU O ESTRANGEIRO PRÓXIMO

O que é a cidade senão o lugar do Estrangeiro, como disse Simmel no seu ensaio “Digressão sobre o estrangeiro” (Simmel, 1977: 716-740)? O que é senão o lugar, ao mesmo tempo temporário e sem tempo definido, dos que vêm de fora? E se assim é, a cidade faz-se, logo à partida, em paradoxo porque o estrangeiro se define exactamente pela não pertença ao lugar onde é definido como estrangeiro... Assim, se a cidade é o lugar dos Estrangeiros, ela não é senão um imenso não-lugar (sem história, sem identidade, sem relação) como diz Augé (1994). Ou, podemos também dizer, se a cidade é o lugar do estrangeiro, a essência da cidade é a distância do estrangeiramento¹ ou, como diz Virilio (2000: 45) “a questão do próximo e do longínquo é a questão da cidade”. Fazer cidade é, então, trabalhar sobre essa distância primeira, a distância de uma nostalgia e/ou de uma saudade do futuro. É esta distância que provavelmente sustenta a ambivalência do desejo-ódio que a cidade inclui, da contínua sensação de perda e do contínuo procurar-se. O estrangeiro, a distância, a perda e a procura: é dessa amálgama que se fez o progresso da cidade moderna.

O tempo que separa a origem do estrangeiro do seu ser-af urbano verte-se no espaço, ao mesmo tempo de liberdade e de reserva, das relações urbanas; tal como se verte no tempo de um progresso, que se quer presente, tanto como domínio sobre o outro como de comunhão com esse mesmo outro. É este espaço atomista de liberdade e reserva e este tempo do progresso como domínio e comunhão que condicionou o olhar moderno dos arquitectos, os quais tiveram como missão gerir arquitecturalmente as distâncias entre a liberdade e a reserva; o domínio e a comunhão². O olhar do arquitecto devia responder ao desafio do

¹ Como Simmel afirma “a distância, numa relação, significa que o próximo está distante, mas ser estrangeiro significa que o distante está próximo.”. Assim, e parafraseando Simmel, um Sírio não é um estrangeiro em sentido específico, dado que está para além da distância e da proximidade, ou seja não existe. Assim, “o estrangeiro é um elemento do próprio grupo, como os pobres e as diversas classes de «inimigos interiores». São elementos que, se por um lado são imanentes e têm uma posição de membros, por outro lado estão como que fora e à nossa frente.” (Simmel, 1977: 716-717)

² A hipótese que aqui se coloca é a de que a arquitectura e o urbanismo modernos (com particular relevância a partir do século XVIII) se apresentaram como soluções para os paradoxos ecológicos,

número crescente, da densidade crescente e da heterogeneidade crescente³, possibilitando a Diferença na Convivencialidade ou a possibilidade do estrangeiro próximo como elemento-chave da cidade⁴.

Nas páginas seguintes coloca-se assim a hipótese da arquitectura e do urbanismo serem um segundo olhar que responde ao desafio que é colocado quando o entrecruzar de olhares entre determinados actores sociais atinge um limiar de distância crítica que põe em causa o nosso frágil equilíbrio entre agregação e agressão. Este desafio é o da continuidade da possibilidade da própria cidade na sua relação de Convivência e Diferença.

Ensaiaando esta hipótese para algumas transformações nos dois últimos séculos, propõe-se que a diferenciação urbanística, a arquitectura panóptica e a montra ao longo do século XIX foram respostas arquitectónicas para um entrecruzar de olhares no limiar crítico da distância entre burguês e operário mas que pode ser melhor compreendido em função do entre-olhar do burguês e da prostituta. Enquanto a distância urbanística e a montra transformavam a burguesia numa classe espectadora/consumidora de cidade; a máquina panóptica aprisionava a vida dos operários no trabalho. Num segundo momento, surge mesmo uma estrato social tampão para restabelecer as distâncias sociais de convivencialidade. Esta classe tampão, a classe média do século XX, vai exponenciar na sua vivência as lógicas paradoxais de duplo vínculo de uma e de outra das classes do capitalismo liberal: por um lado, o seu lugar de trabalho, e mesmo o lugar de habitar, é em parte panóptico como o eram os lugares de trabalho e de vida do operariado; por outro lado a fuga física e mental que, respectivamente, a diferenciação urbanística e a

sociais e psicológicos caracterizados por diversos autores. A metrópole torna visível o dilema entre o nível biótico ou comunal e o nível racional ou cultural da vida em comum (sistematizando desta maneira a ecologia humana dos anos 20 com Chicago o dilema já racionalizado na segunda metade do século XIX pelos Higienistas europeus); torna visível um dilema social, descrito de inúmeras formas (classista por Marx e Engels; interpretativo por Tonnies; socio-normativo por Durkheim; sociológico por Wirth; antropológico por Robert Redfield, etc.); torna visível, finalmente, o dilema psicológico entre as forças profundas emocionais e as forças superficiais racionalizantes, criando a personalidade "Blasé" (Simmel).

³ Utilizamos aqui a definição de cidade proposta por Louis Wirth no seu célebre artigo "O urbanismo como modo de vida". De facto, não quer dizer que eu considere que a resposta dos arquitectos e urbanistas se faz em função apenas daqueles estímulos. A arquitectura e o urbanismo como elemento-chave na regulação da Diferença é muito mais complexo e não cabe no presente artigo pelo que optei por esta fórmula simplista.

⁴ Esta é, de facto a utopia urbana sempre a reflectir e a realizar. Digo utopia porque o "urbanismo antropológico" que caracteriza uma convivencialidade não-violenta da Diferença (cf Fernández Martorell, 1997 e Seixas, 1999: 59-65) é o trabalho sempre inacabado e incompleto da *polis* na *civitas*. O momento histórico em que nos encontramos, de transição de um paradigma socio-espacial da urbanização para um paradigma socio-espacial da metropolização e de um padrão político de expiação da Diferença para um padrão político de resgate da Diferença, torna a reflexão clássica sobre os limites antropológicos de uma *polis civica* extremamente actuais.

montra consubstanciavam para a burguesia vão agora poder ser levadas ao extremo pelo automobilização e pela ecrânização da vida quotidiana. Esta situação entre-dois da classe média tende a ser um problema à procura de solução, quer pela consciência que vai produzindo na própria classe média, quer porque a tendência compensatória-ilusória da fuga da cidade evasora e castelizadora é um padrão capaz de destruir a cidade ou de reproduzir cidades duais. Assim, o desafio à arquitectura e urbanismo era produzir locais urbanos que conjugassem o paradoxo entre identidade pelo trabalho com a identidade pelo consumo e em que habitar, trabalhar e consumir fossem indissociáveis de imaginar-se, realizar-se e divertir-se: é este o programa das heterotopias dos Condomínios, das Multinacionais e dos Shoppings. A heterotopia ilusório-compensatória do consumo sobre põe-se, sem substituir completamente, a máquina coerciva panóptica do trabalho.

3. DA MÁQUINA PANÓPTICA AO TEATRO HETEROTÓPICO

O olhar do arquitecto é uma boa metáfora para as distâncias urbanas no século XVIII e XIX: a transição do homem-actor do século XVIII para o homem-espectador do século XIX institui a gastronomia dos olhos, como diz Sennett (1995), a qual define os passeios públicos da aristocracia e da burguesia, quer como lugar de domínio sobre o povo, quer como de comunhão entre pares. No entanto, uma ambivalência de nojo e de desejo, enfim de possibilidades, caracteriza, entretanto, o entre-olhar do burguês dandy, o flâneur, e da prostituta que Baudelaire evoca na poesia e experiencia na vida, as quais Walter Benjamim analisa, e que vai além do olhar – ou da sua ausência – entre o burguês e o proletário que Engels (1975), mais do que Marx, nos refere. Este olhar frente-a-frente do burguês e da prostituta revela uma crise da distância que põe em causa a própria existência da cidade pelo que é um desafio aos arquitectos e urbanistas. E é, exactamente, por um lado a um nível urbanístico, e, por outro lado, a nível arquitectónico que a crise se procura resolver.

A) Por um lado, ao nível urbanístico, é a própria cidade que se expande, possibilitando assim, em função de uma maior área, as distâncias necessárias, evidenciadas, na maior parte das cidades europeias, em função da distinção quer entre cidade antiga ou cidade baixa e cidade nova ou cidade alta, quer entre cidade oriental e cidade ocidental. Esta divisão é urbanística no sentido mais amplo, quer dizer, é espaço-socio-ideológica pois as críticas higienista e socialista sustentaram a reestruturação urbana, disciplinando-a como um todo segundo uma perspectiva panóptica⁵ global.

⁵ O panoptismo, tal como o caracteriza Foucault é exactamente um modelo de “Disciplina-Mecanismo” ou “Disciplina Generalizada” e não um modelo de “Disciplina-Blocus” ou “Disciplina de

No caso do Porto foram os Almadras, pelos vistos seguindo o olhar do consul do Reino Unido e arquitecto amador John Whitehead, que planearam a expansão radiocêntrica, possibilitando a deslocação burguesa para essa cidade nova e alta ao longo do séc. XIX, deixando a cidade baixa e antiga para os estratos mais desfavorecidos. (cf Ferrão, 1989: 171-181)

B) por outro lado, ao nível arquitectónico, pode-se talvez dizer que é a invenção da montra (Sennett, 1995: 179-189, e especialmente 183-84) e da arquitectura panóptica (Foucault, 1975: 197-229) que fazem a Diferença. O burguês vê compensado o seu desejo nas arcadas e nas montras, as quais materializam em objectos visíveis e consumíveis a imaginação lúbrica, disciplinando esse olhar de desejo, de liberdade e de domínio. Quanto à prostituta e a todos aqueles que com ela partilham o olhar distanciado da burguesia, acabam sendo objecto desse olhar que vê sem ser visto, quer pela inquirição íntima do médico e do polícia sanitário, quer pelo panoptismo de Bentham que institucionalizou as pessoas (in)visíveis, enfim disciplinou esse olhar de nojo, reserva e domínio.

No Porto, no último terço do século XIX as montras burguesas na Praça de D. Pedro são de tal forma importantes que ganham denominações como “Aquário dos Imbecis”, “Pasmatório dos Loios” ou “Real Clube dos Encostados” (Fernandes, 1997: 52). Por outro lado, e na mesma época, a Escola Médica do Porto, e principalmente Ricardo Jorge, vai disciplinar o olhar arquitectónico em função de princípios higienistas que, em particular, tomaram as ilhas como bode expiatório urbano criando uma distância social eficaz até aos dias de hoje. (Cf Seixas, 1999: 337-398)

Este olhar urbanístico e arquitectónico e a sua aplicação terá impossibilitado que uma crise das distâncias resultasse numa sensação de indistinção espacial generalizada, o que agudizaria a consciência da Diferença social, podendo redundar em aberto conflito. Assim, o olhar frontal entre o burguês e a prostituta activou o olhar arquitectónico enquanto mecanismo cultural de evitamento da violência⁶ levando a uma disciplina do espaço pela produção extensiva (no espa-

Excepção” aplicável unicamente a certas e determinadas instituições. Trata-se, assim, de um modelo disciplinar aplicado a toda a sociedade e visível, de uma forma muito nítida na reestruturação urbana oitocentista. O objectivo principal era o de poder controlar as relações entre as pessoas de forma a impossibilitar as misturas perigosas e os seus princípios ordenadores eram a **hierarquia** (inscrição de um sistema binário de forma hegemónica por processos de exclusão inclusiva); a **vigilância** (o poder deve ser visível e inverificável – cisão entre olhar e ser visto possibilitando o ver-sem-ser-visto e o ser-visto-sem-ver – dando assim a ideia de uma vigilância permanente) e a **escrita** (do inquérito de excepção ao inquérito higiénico contínuo e ao processo judicial permanente, antecessores dos Censos, Inquéritos Sociológicos, Relatórios de Actividades profissionais, etc.)

⁶ Os estudos etológicos têm referido que o ser humano, ao contrário dos demais animais, não possui mecanismos inatos inibidores da agressão. Ora tal abertura antropológica coloca a questão da

ço) e intensiva (discursiva e textual) da Diferença⁷.

A segunda revolução industrial, pela invenção do motor de explosão no final do século XIX, possibilitou mecanismos tecnológicos de exponenciação das diferenças socioespaciais necessárias a uma convivência num espaço urbano de um maior número de habitantes, em maior densidade e com uma maior heterogeneidade.

Poder-se-ia pensar que a auto-mobilização ferroviária ou rodoviária em velocidade iria reduzir o estrangeiramento que era a essência da cidade ao possibilitar uma relação de proximidade entre os lugares das origens pessoais ou/e familiares e a cidade de residência. Mas ao mesmo tempo que tal foi possível para alguns urbanitas, outros usaram a velocidade para levar mais longe o seu estrangeiramento, um segundo nível de estrangeiramento em que uma multiplicação dos vínculos espaciais e sociais sustenta uma diluição identitária ou, se se quiser, uma identidade múltiplíce, de certo modo já evidenciada por Simmel (1979, c1902) e que se pode denominar cosmopolitismo. Ao contrário, ao operariado restaria o confinamento ao localismo do centro da cidade – no caso do urbanismo anglosaxónico – ou ao confinamento suburbano – mais no caso do urbanismo continental – e trajetórias casa-trabalho-casa.

No caso do Porto, talvez não seja menosprezável fazer uma análise da relação entre a implantação do automóvel como elemento burguês e a deslocação dos estratos menos favorecidos para os Bairros Sociais.

Como Paul Virilio (2000) refere, as tecnologias de transporte estão associadas às tecnologias das comunicações e das telecomunicações como o cinema e a televisão. E de facto tais tecnologias possibilitaram trajectos diferenciados, mantendo as distâncias e, por isso, a cidade enquanto possibilidade. Enquanto a burguesia se fazia transportar para longe, o operariado deixava-se transportar sem sair do lugar. Assim, o que a burguesia vivia, o operariado imaginava.

a) A burguesia ia mais longe para ver de perto o distante, vendo à distância aqueles que tinha por perto na cidade. Assim se compreende o turismo e, talvez mesmo, a própria Antropologia.

possibilidade de mecanismos culturais de evitamento da violência, eles próprios continentes da “identificação cognitivo-emocional com os congéneres [que] é, em Homo, o único antídoto real para a violência” (Soczka, 1994: 122-138 e, especificamente, 131). É assim que julgamos a arquitectura e a ideologia como mecanismos culturais de evitamento da violência, respectivamente a montante e a jusante, a explorar pela Antropologia.

⁷ A noção de uma produção extensiva (arquitectónico-urbanística) e intensiva (ideológico-discursiva-imagética) da Diferença, utilizada por mim na investigação de doutoramento, é, exactamente, a aplicação desta ideia da existência de mecanismos culturais de evitamento-regulação da violência, no caso concreto da cidade do Porto (Seixas, 1999).

- b) Por outro lado, aos operários era agora possibilitada também uma montra, a do cinema, que, qual simulacro da montra comercial burguesa do século XIX, ficava aquém e além desta ao mesmo tempo já que a não materialização do desejo em qualquer objecto era compensada pela imaginação de se tornar outro noutra qualquer lugar.

Por outro lado, ao longo do século XX, a intervenção do Estado, pelo sector público da economia, pela escola de massas e pela complexificação da própria tecnocracia estatal, possibilitou a emergência de um estrato social tampão, baseado no modelo dos Profissionais Liberais e que possibilitou uma classe média legitimada pelo capital simbólico a montante e pela divisão corporativa do trabalho a jusante. A principal função deste estrato foi e é a de estar entre-dois e, por essa via, manter as distâncias entre a burguesia industrial ou/e financeira e o operariado fabril ou/e dos serviços. A criação desse estrato intermédio faz com que passemos de um modelo liberal a um modelo organizacional de sociedade que activa uma série de paradoxos sustentados pelo próprio paradoxo de desejo-medo da relação entre burguês e prostituta:

1. Por um lado, a extensão de derivações do modelo panóptico a todas as organizações, pela “burocracia”, abrange no medo do panoptismo disciplinar um estrato social *burguês* que, no entanto, espera ser tratado como conjunto de sujeitos e já não como mero conjunto de objectos como acontecia no panoptismo prisional, hospitalar e fabril existente até então.
2. Por outro lado, a extensão da montra a todas as organizações, pelo complexo mediático-publicitário, abrange no desejo do consumismo da montra e dos objectos dos seus desejos a burguesia que, no entanto, espera poder gerir a relação entre objecto de desejo e espectador de objectos de desejo.

A situação desta classe média implica, assim, um estatuto e uma função social de “duplo vínculo” (caracterizado por Bateson e Watslawick) entre o capitalista/turista e o operário/desempregado. Mesmo que a classe média não tome consciência de tal situação e da sua razão sócio-cultural (o que provavelmente só acontecerá com um determinado sub-estrato dessa classe ao qual chamo burguesia profissional), a tensão provocada por tal situação implica rituais de descompressão criados por e para essa classe social ao longo do século XX (fins-de-semana/férias/Natal/Aniversários...) e que se sustentam, basicamente, numa reacção umas vezes de fuga física e outras vezes de ficção mental que o automóvel e o ecrã possibilitaram.

Podemos assim perspectivar a cidade da segunda metade do século XX e do início do século XXI como um conjunto de equipamentos compensatórios deste

conflito social interiorizado psicologicamente pela chamada classe média. Uma cidade dominada pelo automóvel e pelo ecrã, confundindo-se cada vez mais um e outro:

- a) pela contínua miniaturização e portabilização do ecrã tornando-se biomobilizável;
- b) pela ecrãização contínua do automóvel pelo telemóvel, pelo computador de bordo, pela superfície envidraçada; e
- c) pela pandemia publicitária da paisagem urbana, constituindo-se cada vez mais a cidade como uma tele-cidade.

A “experiência mediada” (Giddens, 1994) pelo automóvel, telefone e pelo ecrã à qual a classe média se converteu alegremente explica-se em função da necessidade de manutenção das distâncias sociais em situação de “palco” e de controlo da acção social (trabalho) e como necessidade de compensação desse enclausuramento/encarceramento social, aquando nos “bastidores”⁸ (Lazer) em descontração no cinema, ao telemóvel ou em frente à televisão, ao vídeo ou ao DVD.

Se a experiência mediada se torna fulcral para a manutenção quotidiana das distâncias sociais entre-dois por parte desta classe média, põe-se a questão da cidade enquanto tal, ou seja enquanto lugar de história conjunta em relação construindo uma identidade. Por um lado, se considerarmos que tal classe média é o destino das sociedades capitalistas avançadas, põe-se a hipótese do fim do homem público e da cidade se tornar um deserto social, um não-lugar, mera extensão em que se cruzam cápsulas de privatismo. Enfim o problema do estrangeiro e da distância atingiria o extremo de tudo se tornar distância, fazendo com que a reserva mental mas em comunhão abrisse caminho à liberdade de domínio sobre o outro. Por outro lado, se considerarmos que as sociedades capitalistas avançadas tendem a criar um fosso social forte que se traduz numa nova fragmentação urbana, põe-se a hipótese da classe média se alienar da cidade numa evasão-castelização auto-mobilizada e mediático-publicitária, deixando a cidade apenas para os pobres, muitas vezes imigrantes cuja identidade se estabelece pelo trabalho. Tal dicotomia, a não ser acautelada, pode activar imaginários de revolta como os que Mike Davis refere, ou mesmo concretizações desses cenários.

Mais uma vez coloca-se então o desafio à arquitectura no sentido de criar um modelo arquitectónico-social que permitisse a manutenção das distâncias sociais pela experiência mediada e que socializasse para a experiência mediada enquanto interacção controlada e não livre de forma a evitar a violência e, mais

⁸ Utiliza-se aqui as noções de Erving Goffman (1983).

importante que tudo, que salvasse a cidade enquanto lugar público, ainda que pelo resgate miniaturizado da mesma.

Ora tal como o estrato social criado ao longo do século XX é um estrato de duplo vínculo, também esse novo modelo urbanístico-arquitectural implicaria um duplo vínculo em que a um panoptismo adequado a uma identidade construída pelo trabalho e associada à coacção e coerção para o trabalho e em relação ao que recusa o trabalho, se sobrepõe um heterotopismo, associado a uma identidade construída pelo consumo e aos controlos sociais que têm como base tal consumo. Assim, a extensão da arquitectura e urbanismo de tipo panóptico a uma camada burguesa implicou uma complexificação dessa arquitectura, dando origem a uma lógica dupla em que o ver *ou* ser visto se vai complementar com um sentir *e* ser sentido que obscurece a função coactiva e, por vezes mesmo coerciva da primeira lógica. É esta nova fórmula que se aplica na cidade contemporânea nos modelos arquitecturais que enformam as principais funções sociais: habitar, trabalhar e consumir.

Assim, o novo locus de trabalho pelo modelo da multinacional, o novo locus habitacional pelo modelo dos novos condomínios e o novo locus de lazer, pelo modelo do centro comercial, constituem-se, cada vez mais, como teatros da cisão entre o arquitectonicamente pensado e a experiência imaginável pelo visitante/habitante/trabalhador numa arquitectura aberta, inacabada e processual em que o padrão do sentir-e-imaginar-próximo se sobrepõe/substitui a máquina iluminista que cindia o ver do ser visto numa arquitectura fechada, perfeitamente estruturada e acabada dominada por um padrão do olhar-pensado-e-distanciado⁹. São estas estruturas, que podemos chamar heterotópicas¹⁰ (Foucault, 1986), que possibili-

⁹ Este padrão do teatro heterotópico baseado no sentir-e-imaginar-próximo tem evidentes influências de escritos de autores como Baudrillard e Debord.

¹⁰ Num importante artigo "Of Other Spaces", na sua tradução inglesa Foucault faz um rápido périplo histórico pelas noções de espaço, desde um espaço fechado e hierárquico rígido, enfim de "colocação" a um espaço entendido como "extensão", porque aberto ao infinito, até um espaço mais actual entendido como "localização" e, finalmente, como "relações entre localizações" ou "séries, árvores ou grelhas". Ora, entre os vários lugares há "alguns que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros lugares, mas de maneira a suspeitar, neutralizar ou inverter o conjunto de relações que eles designam, espelham ou reflectem. Estes espaços, os quais estão ligados com todos os outros ao mesmo tempo que contradizem todos os outros lugares, são de dois tipos essenciais". E Foucault continúa descrevendo as Utopias como os primeiros desses lugares (lugares sem localização real) e as heterotopias ("lugares reais (...) os quais são como que contra-lugares, uma espécie de utopia efectivamente actuante na qual os lugares reais, todos os outros lugares reais que podem ser encontrados numa cultura, estão simultaneamente representados, contestados e invertidos. Os lugares deste tipo encontram-se fora de todos os lugares, mesmo que possa ser possível indicar a sua localização na realidade. Devido ao facto destes lugares serem absolutamente diferentes de todos os lugares que eles reflectem e dos quais falam, eu chamar-lhes-ei, por contraste às utopias, heterotopias.". Ao longo do resto do artigo, Foucault caracteriza as heterotopias através de seis princípios: 1º Universalidade: todas as culturas produzem heterotopias; 2º Diversidade: diferentes sociedades em diferentes tempos concedem funções diferentes às

tam, ao mesmo tempo, a manutenção das distâncias, a manutenção do espaço público urbano (ainda que sob gestão privada) e a socialização para essa contínua experiência mediada não só entre cada um e os demais mas, o que é fulcral, entre cada um e si mesmo. Apesar destes modelos arquitectónicos funcionarem de formas idênticas e cada inovação num dos modelos ser constantemente apropriada pelos outros, não deixa de haver algumas especificidades.

a) Assim, o centro comercial é a evolução compensatória da montra burguesa oitocentista. Acontece agora que se estimula a quem se revê no espelhamento das paredes *bunker* do centro comercial a entrar para além da (in)visível montra e a fazer parte da própria montra num jogo dos possíveis, teatral e imaginário, em que pessoas e objectos se tornam comutativos nesse mesmo jogo. O hipermercado-centro comercial constitui o primeiro grau arquitectónico urbano da socialização para a manutenção das distâncias pela contínua pendularidade entre visão directa, visão mediada pelos espelhos, montras e objectos e visão imaginada. As cadeias comerciais tematizadas (como o McDonalds, o Hard Rock Café, o restaurante Planet Hollywood), as zonas patrimonializadas e os parques temáticos e as cidades temáticas são os diversos patamares da exponenciação desse jogo teatral de distâncias.

Na área metropolitana do Porto surgiu o primeiro hipermercado do país, o Continente de Matosinhos em 1985. A sua gradual ampliação de forma a tornar-se tão só apêndice de um Centro Comercial temático (o NorteShopping) é bem ilustrativo do paradigma vivencial e arquitectónico de que as necessidades básicas se constituem nas traseiras do lazer.

Por outro lado a patrimonialização do centro histórico segundo os limites da muralha fernandina pode também ser compreendida como a possibilidade de compreender as diferenças sociais actuais ficcionando o miserabilismo em função de uma rusticidade localista, histórica e temática de carácter lúdico e turístico.

b) O novo condomínio parece jogar, por seu lado, mais deliberadamente com o sistema de ecrãização. A televisão ao ter domesticado o cinema tornando-o a quinta parede de qualquer habitação tornou também possível que o ecrã

suas heterotopias; 3º Negação do Princípio da Identidade ou da Não-Contradição dos lugares: as heterotopias justapõem num único local diversas localizações incompatíveis entre si; 4º Heterocronia: as heterotopias ligam-se a fatias de tempo específicas também vinculadas ao princípio anterior; 5º Sistema de abertura-fechamento: as heterotopias pressupõem um sistema de abertura-fechamento que ao mesmo tempo que as isola, as torna penetráveis, sem no entanto constituírem um espaço de acesso público. 6º Função de Ilusão e Compensação: as heterotopias realizam funções que se caracterizam num continuum entre Ilusão (representação de todos os lugares reais e imaginários) e a compensação (outro lugar real ordenado por oposição à desordem da nossa realidade). Os exemplos que Foucault dá, os quais não são menosprezáveis, são o do Bordel e da Colónia, e a aplicação deste continuum ao Centro Comercial, ao Condomínio e ao Local de Trabalho podem ser bastante heurísticos.

pudesse em si mesmo ser uma metáfora do lar. Assim do *outdoor* enquanto ecrã do automobilista, passando pelo *stand* de vendas enquanto televisor urbano portátil, até à maquete ou mesmo à virtualização videográfica do empreendimento, o novo condomínio vai-nos fazendo crer que podemos ali viver o filme das nossas vidas. E as personagens que nos oferecem são *a la carte*: o turista em férias; o aristocrata na sua Quinta; o executivo cosmopolita no Hotel; o ecologista numa reserva natural; o desportista no seu *Health Club* ou em ambiente natural.

Em relação ao Porto, podemos referir vários casos. Os condomínios da linha marítima de Gaia e de Matosinhos têm tendência a oferecer-nos o personagem do turista e do desportista; os condomínios nos Concelhos mais interiores (Gondomar, Valongo, Maia) oferecem-nos antes o aristocrata na sua quinta ou o ecologista numa reserva natural; os condomínios na cidade ou na sua imediata periferia oferecem-nos por vezes o personagem do executivo cosmopolita. Não é, evidentemente, de menosprezar também, que alguns condomínios tentem todas as opções ao mesmo tempo. Um lugar para viver tornou-se um mero anexo do que agora se chama um “conceito de vida” ou “um estilo de vida”, enfim “qualidade de vida” (Cf. Seixas, 1999a: 487-561).

c) O local de trabalho é ainda o mais estritamente funcional dos três locus da triangulação regional urbana quotidiana. E, no entanto, o telemóvel, o automóvel e o correio electrónico são cada vez mais elementos fulcrais. O teletrabalho é assim já uma realidade de muitos de nós, mesmo quando o ser visto sem ver institucional semi-panóptico é ainda a regra. O tempo de trabalho e de lazer confundem-se e as instituições empregadoras procuram ofuscar também a diferença entre espaços de trabalho e espaços de lazer. A ficção útil e eficaz psicológica da realização pessoal e socio-antropológica da cultura de empresa fizeram com que o trabalho, a profissão, e até mesmo a carreira tenham que ser elementos de um “projecto de vida” que faz com que tenhamos a suficiente auto-motivação para as agruras do trabalho quais crisálidas na expectativa de se tornarem um dia, ainda que só por um dia, borboletas.

Talvez um exemplo paradigmático para o Porto seja o do império SONAE, ainda que tal concepção do trabalho se possa analisar já em muitas empresas e outras instituições pós-industriais.

Assim, a classe média e, especificamente, a burguesia profissional, enquanto estrato social entre-dois, transformado pela fusão entre transporte e telecomunicações num viajante enclausurado (Seixas, 2000), revê-se nestes três equipamentos urbanos e na cidade como um todo quando ela é planificada pelos arquitectos segundo os mesmos princípios. Estes equipamentos urbanos são dúplices pois a sua função primeira (consumir, habitar, trabalhar) tende a tornar-se anexa e resi-

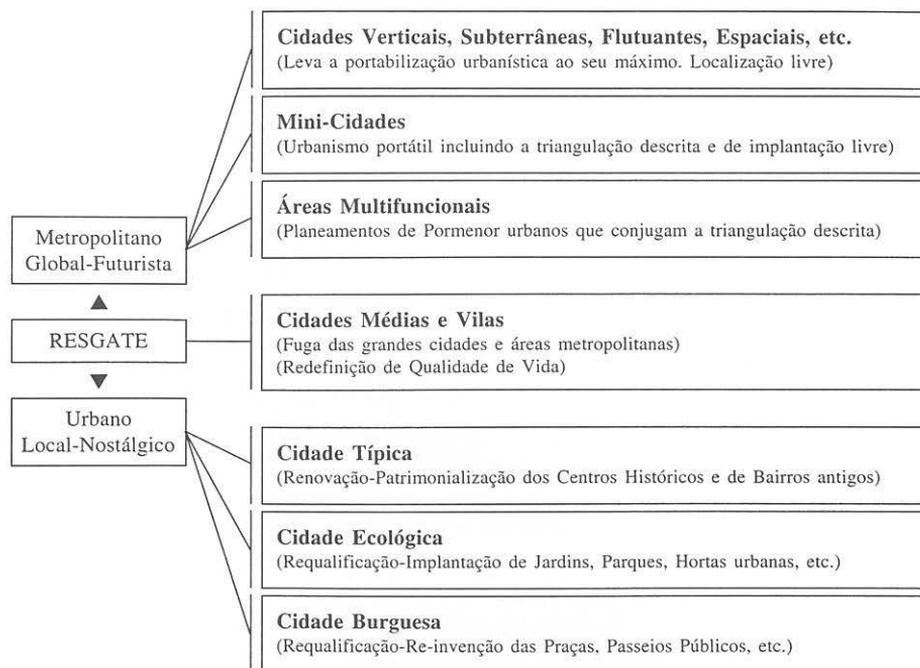
dual de uma função arquitectonicamente planeada ao pormenor (divertir-se; imaginar-se; realizar-se). Assim a ordem social e as distâncias sociais necessárias à mesma são conseguidas através de uma arquitectura em que tudo foi planeado ao pormenor e em que tudo está no seu lugar e tem uma função (heterotopia de compensação da parte do arquitecto), a de condicionar o seu utilizador à evocação da sua desordem pessoal, sentida e imaginada, de forma a criar a sua própria ilusão (heterotopia de ilusão). É desta forma que este novo olhar dos arquitectos possibilita a reestruturação quotidiana ritual do self na elaboração do seu lugar face aos demais estrangeiros com os quais habitamos a cidade.

4. PARA UMA AGENDA POLÍTICA CÍVICA

A hipótese apresentada propõe que interpretemos a triangulação heterotópica exposta (Novo Condomínio – Centro Comercial – Multinacional) como mecanismo cultural de evitamento da violência expresso num urbanismo compensatório do desaparecimento da cidade uni ou multicentrada e sua subsequente substituição por uma espécie de subúrbio sem referências que tudo devora (Alves Costa, 1998).

Se neste texto se tratou de caracterizar essa nova socio-espacialidade que se produz pelo resgate minimalista da cidade não podemos deixar de evidenciar que é também pelo resgate que se caracterizam muitas das actuais políticas urbanas. A Renovação dos centros urbanos; a Requalificação dos Bairros; a corrida à Patrimonialização; a Capitalização, ou a procura de um epíteto que caracterize a cidade como Capital de qualquer coisa; a Clubização, ou a inserção numa rede internacional que lhe possibilite uma mais-valia local; a Digitalização, pela construção de uma cidade paralela na Internet, etc.

Através destas diversas estratégias, o resgate minimalista é a política que serve quer para reencontrar a cidade perdida, quer para a construção de uma nova cidade inventada. Aliás, neste reencontro e invenção misturam-se o rural, o urbano e o metropolitano; o passado, o presente e o futuro; o nostálgico, o utópico e o heterotópico; a realidade geográfico-imobiliária e a ficção ideológico-publicitária; etc. Apesar da multiplicidade das suas conjugações, talvez se possa tipificar, em termos urbanísticos, os resgates-padrão que estão a ocorrer nas nossas grandes cidades e suas áreas metropolitanas. Neste sentido podemos distinguir um resgate urbano localista, dominado pela nostalgia da cidade central perdida; um resgate metropolitano, mais cosmopolita e dominado por uma ideologia futurista e, finalmente, um resgate total pelo fluxo de desurbanização e influenciado mesmo por uma ideologia contra-urbana. São essas alternativas que se procuram apresentar no quadro que se segue, tendo-se-lhe dado denominações de forma a facilitar a identificação para casos portugueses.



Esta política de resgate minimalista da cidade, a qual pode configurar uma conjunção dos diversos resgates-padrão acima caracterizados, não é necessariamente positiva ou negativa. De facto, se o resgate minimalista corresponde a uma produção arquitectónica e urbanística adequada às necessidades de uma burguesia profissional ou de profissionais, resta saber que cidade resta para os demais. É esta a pergunta fulcral de uma política cívica, ou seja aquela que procura uma cidade o mais inclusiva possível de forma a propiciar a Convivialidade na Diferença, o estrangeiro próximo, enfim o urbanismo antropológico. Cada uma das figuras de resgate que se enunciou em cada contexto urbano específico tem um “impacte socio-cultural” particular, o qual deve ser estudado no sentido de ponderar os “riscos socio-culturais” (Seixas, 1999b) da sua aplicação, ou seja, basicamente qual o lugar actual e virtual de cada uma das populações envolvidas nesse processo. De todas as formas, a actual política urbana de resgate deverá pautar-se por uma análise dos custos/benefícios da diversidade socio-cultural, tendo sempre em conta que um estrangeiro que não é próximo tende a ser considerado como inumano e até mesmo inexistente.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES COSTA, ALEXANDRE (1998), "A Cidade, o Subúrbio e o Resto" in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 38 (3-4).
- AUGÉ, MARC (1994), *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova: Bertrand Ed.
- ENGELS, FRIEDRICH (1975, c1892), *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*, Porto: Afrontamento.
- FERNANDES, JOSÉ ALBERTO RIO (1997), *Porto Cidade e Comércio*, Porto: Câmara Municipal do Porto.
- FERNÁNDEZ MARTORELL, MERCEDES (1997), *Antropología de la Convivencia. Manifiesto de Antropología Urbana*, Madrid: Catedra.
- FERRÃO, BERNARDO JOSÉ (1989, c1985), *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás 1758/1813. Uma Contribuição para o Estudo da Cidade Pombalina*, Porto: F.A.U.P.
- FOUCAULT, MICHEL (1975), *Surveiller et Punir. Naissance de la Prison*, Paris: Éditions Gallimard.
- (1986), "Of Other Spaces" in *Diacritics*, vol. 16 n° 1, Spring 1986.
- GIDDENS, ANTHONY (1994, c1991), *Modernidade e Identidade Social*, Oeiras: Celta ed.
- GOFFMAN, ERVING (1983, c1959), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Petrópolis: Vozes
- SEIXAS, PAULO CASTRO (1999a), *Paradigmas Socioespaciais e Políticas da Diferença. Ilhas e Novos Condomínios: Uma Interpretação Dialógica da Cidade do Porto*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia, Universidade de Santiago de Compostela.
- (1999b), "Outros Mapas: Impactes Sócio-Culturais e Antropologia de Urgência" in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 39 (3-4).
- (2000), "O Viajante Enclaustrado. Esbozo da Nova Figura Metropolitana" in *Tempos Novos*, n° 35, Abril 2000, Santiago de Compostela.
- SENNETT, RICHARD (1995, c1974), *O Declínio do Homem Público*, São Paulo: Companhia das Letras.
- SIMMEL, GEORG (1979, c1902), "A MetrÓpole e a Vida Mental" in Otávio Guilherme Velho (Org.), *O FenÓmeno Urbano*, Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- (1977) "Digresión sobre el Extranjero" in Georg Simmel *Sociología: Estudios Sobre Las Formas de Socialización*, Madrid: Ed. Revista de Occidente.
- SOCZKA, LUIS (1994), *Ensaio de Etologia Social*, Lisboa: Fim de Século.
- VIRILIO, PAUL (2000), *Cibermundo: A Política do Pior*, Lisboa: Teorema.
- WIRTH, LOUIS (1979, c1938), "O Urbanismo Como Modo de Vida" in Otávio Guilherme Velho (Org.), *O FenÓmeno Urbano*, Rio de Janeiro: Zahar Ed.

O CENTRO COMERCIAL, O ESPAÇO PÚBLICO E OS CIDADÃOS

por

Alice Duarte*

Resumo: Tendo como base um exercício etnográfico realizado em dois centros comerciais no início de 2002, o artigo procura evidenciar os diversos tipos de “visitantes” daqueles espaços destacando o seu papel enquanto espaço público contemporâneo.

Palavras-chave: antropologia, consumo, centro comercial.

1. A ETNOGRAFIA DO CENTRO COMERCIAL Primeiras impressões e algumas surpresas

Os dados e comentários aqui apresentados resultam de um exercício etnográfico que não ultrapassou ainda a sua fase exploratória, realizado nos dois primeiros meses de 2002 e efectuado em dois centros comerciais da área metropolitana do Porto: um mais central e outro mais periférico dentro daquele amplo espaço urbano, tendo este último já sido alvo de um trabalho mais sistemático.

Ao realizar uma primeira aproximação ao centro comercial enquanto unidade empírica de estudo numa pesquisa sobre *Os Novos Consumos e Identidades em Portugal*, a primeira evidência que surpreende é a utilização recorrente que as pessoas – ou, pelo menos, os portuenses – fazem dos centros comerciais enquanto espaços públicos, i.e., enquanto locais concretos onde podem permanecer e reunir-se, estabelecendo – ou não – contactos de diverso tipo com outros sujeitos.

Chego a esta constatação através de diversos dados etnográficos. Por um lado, todos os dias, mal o centro comercial abre, às 10h da manhã, imediatamente um número significativo de pessoas entra nele, sem que, no entanto, para a maioria desses visitantes o objectivo e a razão principal de aqui estarem seja a compra

* Antropóloga, Assistente na FLUP.

de um qualquer item específico de consumo. Isto não quer dizer que os visitantes do centro comercial, e concretamente estes primeiros do dia, não comprem nada no centro comercial; acontece, no entanto, que há outros motivos para cá virem e que só secundariamente o consumo é realizado, sendo muitas vezes não mais do que uma consequência das suas permanências neste espaço. Por outro lado e reforçando as minhas impressões no mesmo sentido, quando se procede a uma observação sistemática diária acaba-se por perceber que não só muitas destas pessoas todos os dias são as mesmas e que tal facto não se restringe aos visitantes da manhã, como há também outros visitantes que, embora não frequentadores diários, vêm ao centro comercial com regularidades diversas mas igualmente não definidas em função de compras a realizar. Quem são afinal estas pessoas e quais os motivos porque vêm ao centro comercial?

1.1. Os “visitantes habituais” do centro comercial

Começando pela manhã, para esclarecer aquelas questões é fundamental prestarmos atenção à chamada “Praça da Alimentação”¹ porque é para esse espaço que – imediatamente ou passado algum tempo – os “visitantes habituais” se dirigem. Ainda sem falar com eles apercebemo-nos que podem ser distribuídos por várias categorias. Há os “isolados” e/ou casais de certa idade, facilmente identificados como aposentados em termos profissionais, que ocupam sempre a mesma zona – senão mesmo, a mesma mesa – passando cerca de duas horas na leitura dos seus jornais ou livros. Estes “habituais” podem trocar alguns cumprimentos ou impressões quer com os seus “vizinhos” quer com alguém encontrado ocasionalmente, mas essas atitudes são maioritariamente esporádicas, permanecendo geralmente atentos à leitura ou apenas a algum comentário do companheiro.

Uma outra categoria de “visitantes habituais” é composta por homens, geralmente também aposentados e que também podem folhear o jornal ou um livro – sobretudo se ficaram sozinhos ou enquanto ainda estão sozinhos – mas para os quais a vinda ao centro comercial serve fundamentalmente para se encontrarem entre si. Há aqueles que marcam presença diariamente e aqueles que aparecem apenas duas/três vezes por semana; aqueles que permanecem a manhã toda e aqueles que ficam menos tempo; mas todos em conjunto se auto-remetem para um mesmo grupo.²

¹ A Praça da Alimentação – espaço relativamente delimitado em termos visuais que nos centros comerciais com menos de 15 anos tende a abrigar de forma exclusiva todos os espaços de restauração – nos dois centros comerciais em análise situam-se no andar superior e são relativamente amplas.

² Pode existir mais do que um destes grupos no mesmo centro comercial.

Relativamente a um destes grupos em concreto, os contactos que estabeleci com alguns dos seus membros permitem-me referir alguns aspectos interessantes. Por facilidade de nomeação chamemos-lhe o “grupo do Sr. Anselmo”. – Este tem uma constituição flutuante mas que ronda a dezena de indivíduos; tem uma mesa certa, das redondas maiores, onde diariamente o grupo se actualiza logo às 10 h da manhã (mesmo que sem a presença em concreto do Sr. Anselmo); a maioria dos seus membros reside num raio de 2km relativamente ao centro comercial, deslocando-se muitos deles a pé e referindo que o fazem porque precisam de fazer exercício físico, embora também haja elementos que vêm de carro; alguns dos membros são amigos e/ou conhecidos de longa data, mas há também relações mais recentemente estabelecidas e, tendencialmente no próprio centro comercial; de uma maneira geral, os membros do grupo conversam não só sobre a situação política e económica do país e das suas experiências profissionais, mas também de si próprios, conhecendo as histórias familiares uns dos outros: os empregos dos filhos, as suas características comportamentais e até algumas tendências tidas por menos apreciáveis, os gostos e desejos dos netos...

A maioria dos membros do “grupo do Sr. Anselmo” são aposentados mas nem todos e portanto, durante os dias de semana, há alguns que, independentemente de qualquer impedimento esporádico, não podem comparecer por razões profissionais. Acontece, no entanto, que o grupo tem encontro marcado também ao domingo de manhã: “todos os domingos, ah, isso é sagrado”, dizem eles. Sempre mais numeroso ao domingo de manhã, o “grupo do Sr. Anselmo” concretiza no centro comercial a sua comunhão dominical. Aqui passam a manhã antes de irem almoçar a casa, ao restaurante ou a casa de algum filho.

Para além disso, durante os dias de semana, da parte da tarde, já não propriamente o grupo mas de uma forma mais individual alguns dos seus membros regressam ao centro comercial, geralmente acompanhados pelas respectivas esposas. Podem passar e ficar na mesa “propriedade” do grupo se tiverem companhia de outros membros ou aproveitarem uma das áreas de sofás espalhadas pelo centro comercial para se sentarem e ficarem a ver o movimento das pessoas que passam.

Mas logo de manhã há ainda uma outra categoria de “visitantes habituais” que merece referência. São os “estudantes”, na sua maioria do ensino superior, que para aqui vêm para trabalharem em grupo ou individualmente. Em cima das “suas” mesas estão espalhados livros, fotocópias, apontamentos, cadernos de exercícios; geralmente, mesmo quando trabalham em grupo, o ambiente é bastante calmo e relativamente silencioso apesar da conversa estabelecida. Falando com alguns destes “habituais” pude verificar que para alguns a Escola que frequentam fica nas redondezas do centro comercial mas para outros essa proximidade não existe e que relativamente à zona de residência ela tende a não se situar nas

imediações do centro comercial, sendo possível encontrar indivíduos que vivem em locais muito diversos mas dentro da cidade (nalguns casos, temporariamente, enquanto estudantes) e indivíduos que estudando no Porto residem noutras concelhos da área metropolitana. Portanto, o centro comercial é escolhido como local de estudo e trabalho quer porque fica nas imediações da instituição de ensino frequentada quer porque serve de ponto de encontro para colegas vivendo ou dispersos pela cidade ou residentes nos subúrbios. Em grande parte sobrepondo-se à categoria dos “estudantes”, podemos falar ainda da sub-categoria dos “namorados” em relação aos quais o centro comercial serve também de local de encontro amoroso.

Relativamente a estes frequentadores recorrentes do período da manhã, os seus consumos no centro comercial são bastante reduzidos ainda que comportando algumas diferenças entre eles. Os “isolados” e os membros do “grupo do Sr. Anselmo” tendem a comprar apenas o jornal e/ou tabaco, sendo relativamente raro, por exemplo, tomarem o pequeno almoço ou beberem um café, não se vislumbrando geralmente sacos de compras por perto. Membros do “grupo do Sr. Anselmo” esclarecem mesmo que quando compram alguma coisa é geralmente um artigo em falta em casa (muitas vezes, alimentar) que a esposa lhes pede que adquiram; também um livro ou um rolo fotográfico mas igualmente tidas por compras pontuais, uma vez que outro tipo de compras é geralmente feito pelo casal e nem sempre em centros comerciais. Membro do mesmo grupo, o Sr. Mário é talvez a excepção uma vez que aproveita algumas das deslocações ao centro comercial para se inteirar das promoções existentes no hipermercado e delas aproveitar, mas o seu caso é também distinto porque tendo a sua esposa problemas de saúde complicados quem assegura em exclusivo o abastecimento doméstico é ele. De qualquer modo, este e os outros membros do “grupo do Sr. Anselmo” quando se fala da compras são bastante rápidos a frisarem que “não são as compras, nem de perto nem de longe, a razão de cá virmos”, indo mesmo ao ponto de esclarecerem que “como vimos aqui todos os dias, e claro, olhamos para as montras, sabemos bem quando é que alguma coisa vale a pena... e geralmente não vale.”^{3 e 4}

Para além disso, estas duas categorias de “habituais” também não almoçam no centro comercial, começando a sua debandada exactamente quando a Praça da

³ Declarações dos Sr. Mário e Sr. Francisco

⁴ Relativamente a compras com as esposas e sobretudo às de vestuário, é recorrente referirem que não fazem tais compras no centro comercial porque ou não encontram o que gostam – geralmente de porte mais clássico – ou não lhes serve em termos de tamanho. Afirmam que o local habitual para essas compras ainda é a “baixa”. Algumas destas questões necessitam de aprofundamento em termos de pesquisa.

Alimentação começa a ficar mais preenchida com pessoas estranhas aos “habituais”, ou seja, a partir das 12.30h. Alguns dos tais membros do “grupo do Sr. Anselmo” que regressam ao centro comercial com as esposas, fazem-no depois do almoço para tomarem o café.

Quanto aos “estudantes” e “namorados” os seus consumos, ainda que mais numerosos do que os das categorias anteriores, limitam-se geralmente às lojas da Praça da Alimentação: por vezes, um pequeno almoço frugal ou algo semelhante, um sumo, uma água, um café. Para além disso, a maioria é no centro comercial que almoça, mantendo ou não a sua permanência da parte da tarde; outros “estudantes” chegam ao centro comercial tendencialmente à hora do almoço e depois dele passarão ao estudo.⁵ Convirá, aliás, esclarecer que se é verdade que as “mesas de trabalho” deixam praticamente de ser visíveis das 12.30 às 14h, a partir dessa hora elas voltam a aparecer ainda que não em tão grande número como de manhã. Por tudo isto não é tão claramente observável o movimento e a hora de abandono do centro comercial por parte desta categoria de visitantes.⁶

Do que ficou dito pode concluir-se que o período da manhã apesar de bastante calmo em termos de consumo – é visível quer a afluência reduzida de compradores nas lojas quer a realização de tarefas como a renovação das montras por parte dos lojistas – é aproveitado por um número significativo de pessoas para aí procederem a outras actividades. Vimos também que alguns desses “visitantes habituais” prolongam ou repetem a visita da parte da tarde concretizando, no essencial, os mesmos tipos de actividades, embora, de facto, o centro comercial passe a comportar um número total de visitantes muito maior. Agora – sensivelmente depois das 15h – quando a ambiência geral do centro comercial mudou e é perceptível uma maior afluência de pessoas, verifica-se que há uma outra categoria de “visitantes habituais” que aqui vêm de tarde, em parte exactamente devido a esse maior movimento e número de pessoas: são os “observadores”.

Dadas as condições do centro comercial no momento e o facto destes “observadores”, antes de estacionarem no seu posto de observação habitual, geralmente deambularem ou “darem uma volta” pelo recinto, a sua presença não é tão imediatamente perceptível como a dos “habituais” da manhã nem o seu número facilmente contabilizado. Os pontos eleitos para observação têm, evidentemente, que permitir que as pessoas se possam sentar e por isso há, de facto, centros

⁵ Os “estudantes” terão, compreensivelmente, horários não tão regulares como os das outras categorias que sendo constituídas quase exclusivamente por aposentados tendem a repetir diariamente o mesmo esquema de ocupação do tempo.

⁶ Neste momento não disponho de informação etnográfica suficiente, mas tenho alguns indícios de que em certos casos – por exemplo, em período de frequências de avaliação – alguns destes “estudantes” possam passar aqui o dia, fazendo inclusivé a refeição da noite e estudando de forma continuada ou realizando pausas, por exemplo, para ir ao cinema.

comerciais mais indicados do que outros para esta actividade.⁷ Os sítios escolhidos são aqueles que para além de proporcionarem lugares sentados permitem visualizações espaiadas do movimento geral das pessoas.

Como ilustração desta categoria de “observadores” atentemos no caso do Sr. César e sua esposa, a Sra. D. Filomena. Ambos na casa dos 60 e muitos anos, ele aposentado e ela tendo deixado de trabalhar há mais de 30 anos, sem filhos e a residirem a alguns quilómetros do centro comercial vêm para cá em carro próprio, todos os dias da semana, depois do almoço que fazem geralmente em casa até por questões de saúde. Chegam ao centro comercial e começam por o percorrer diversas vezes até acharem que perfizeram a quantidade adequada de exercício físico. Como “ela é mais preguiçosa” do que ele (ou será, curiosa?...), por vezes, enquanto o marido continua o seu circuito de manutenção – que não deixa também de ser de observação – a Sra. D. Filomena já está abancada na mesa que habitualmente ocupam, situada numa zona estratégica da Praça da Alimentação. Em alguns dias, compram umas revistas ou um jornal que folheiam com alguma displicência mas a sua ocupação fundamental é observarem o que os rodeia, desde os outros visitantes até aos logistas, seguranças e funcionários de manutenção do centro comercial, assim como as suas deslocações. Sobretudo o Sr. César, que é mais loquaz, é capaz e tem prazer em me referir diversos pormenores sobre algumas daquelas pessoas, assim como comentários sobre os centros comerciais em geral e seus frequentadores, uma vez que antes de virem para este centro comercial iam para outros com a mesma regularidade. Neste, em concreto, passam cá toda a tarde e muitas vezes a estadia prolonga-se até às 21/22h. Nestes dias, para além de qualquer coisa muito ligeira que possam ter comido ao lanche, fazem também no centro comercial a refeição da noite: geralmente, leite com bolos ou torradas, uma vez que não jantam. São de tal modo assíduos que os amigos e familiares já sabem que se os querem encontrar só têm de vir ao centro comercial; mas mais do que isso, eles próprios marcam encontros para aqui, sobretudo com os sobrinhos com quem passam algum do tempo do serão.

Um aspecto comum a todos os “visitantes habituais” – e comum também na medida em que praticamente todos os informantes até agora contactados nele insistiram – é o facto das suas vindas ao centro comercial serem diárias (ou quase), mas apenas durante os dias de semana.⁸ Ao fim de semana teremos outro tipo de frequentadores, habituais e não só.⁹

⁷ Dos casos em análise, o centro comercial mais periférico tem nitidamente mais potencialidades: não só é bastante maior e tem mais movimento, como tem corredores e praças bastante largos onde aparecem distribuídos diversos bancos compridos ou conjuntos de sofás formando aquilo a que podemos chamar zonas de descanso. Isto para além da Praça da Alimentação que é também bastante ampla.

⁸ A única excepção assinalada é o encontro ao Domingo de manhã do “grupo do Sr. Anselmo”.

⁹ Este será o tema de outro artigo ainda no prelo.

1.2. Os “visitantes regulares” do centro comercial

Aquilo a que eu aqui simplesmente chamei utilização recorrente dos centros comerciais como espaços públicos por parte das pessoas, é uma evidência a que chego não apenas através dos “visitantes habituais” mas levando também em consideração outros casos etnograficamente perceptíveis de visitantes menos assíduos mas igualmente regulares.

O caso mais generalizado e possivelmente mais amplo em termos da diversidade de pessoas abrangidas é o caso dos “errantes”. Trata-se daqueles visitantes que vêm ao centro comercial sobretudo para dar um passeio, “ver as montras” e pôr-se a par de alguma novidade que possa surgir – de modo semelhante, aliás, ao que faziam ou ainda fazem noutras deslocações à “baixa”. Ao mesmo tempo que concretizam essa errância, podem esporadicamente vir à procura de um item específico de consumo ou procurando inteirar-se das múltiplas possibilidades relativas a uma compra futura tida como importante. A regularidade das visitas pode ser muito diversificada; tanto quanto consegui perceber até ao momento, desde uma vez por semana até uma vez por mês. A ideia deste passeio, à partida, pode não incluir a compra de qualquer artigo mas tem geralmente pressuposto alguma despesa que, no entanto, pode ser bastante moderada – um café, um gelado ou mesmo um lanche – ou mais significativa incluindo, por exemplo, uma ida ao cinema ou a concretização de várias compras não previstas inicialmente.

Um outro caso é o das “mães ou avós com crianças”. Para estes visitantes a intenção ou ideia subjacente é novamente vir ao centro comercial dar um passeio mas neste caso o local é escolhido em função essencialmente das crianças – do meio protegido que o centro comercial lhes oferece e das diversas actividades que aqui podem ser realizadas. O centro comercial é tido como uma espécie de parque de diversões onde é possível ou mais fácil passar com elas o tempo de forma agradável e até instrutiva: desde o próprio passear com bastante liberdade de movimentos até às possíveis compras para elas, passando por uma ida ao cinema, ao bowling, ao McDonald...

Como facilmente se compreende a assiduidade destes visitantes e a hora das suas visitas é condicionada quer pelo facto dos adultos implicados terem ou não uma ocupação profissional e respectivos tempos livres quer pela idade das crianças e o elas terem ou não horários escolares a cumprir. Portanto, crianças pequenas e acompanhadas por um ou dois avós, embora possíveis de encontrar praticamente a qualquer hora do dia, serão mais frequentes logo de manhã ou ao começo da tarde; enquanto crianças mais velhas e/ou acompanhadas pelas mães tendem a vir ao centro comercial mais para o final da tarde. Tanto quanto pude notar, o número destas mães com crianças aumenta á sexta-feira à tarde e no

começo da noite passam a ser bastante visíveis os “casais com filhos”¹⁰ Em tempo de férias escolares – e até talvez ainda mais em períodos de paragens escolares intercalares como foi o caso da semana de Carnaval – a afluência destes visitantes transforma-se numa autentica enchente.

Será precisamente nesses períodos sem aulas que de forma mais evidente se actualiza no centro comercial a outra categoria de “visitantes regulares”: os “grupos de adolescentes”. Estes grupos de tamanho variável – três a dez elementos? – normalmente reúnem em exclusivo ou rapazes ou raparigas e os seus objectivos ao escolherem o centro comercial para passarem os seus tempos livres são, no essencial, os mesmos que os da categoria anterior, sendo, no entanto, que agora se prescinde da presença dos adultos e que as actividades possíveis aumentam. Em muitos casos, estas visitas são usadas pelos adolescentes para realizarem uma espécie de prospecção de bens de consumo – sobretudo roupa mas também material de papelaria e informático, livros e CD’s – que só posteriormente serão adquiridos, noutras visitas em que virão acompanhados pelos pais. Normalmente a visita inclui o almoço – geralmente de *fast-food* – e uma ida ao cinema, tudo misturado com uma eufórica alegria e convívio com os amigos.

Para além de todas estas pessoas que individualmente ou em grupo, mas sempre a título pessoal, se deslocam ao centro comercial com objectivos diversos, há ainda aquilo a que podemos chamar as “visitas institucionais”, realizadas ou não com o apoio da própria Direcção do centro comercial. Estou a falar dos múltiplos grupos de crianças de infantários e respectivas educadoras; dos grupos de idosos trazidos pelos Lares ou Centros de Dia que frequentam; dos alunos e respectivos professores de Escolas Especiais dedicadas a diversas deficiências físicas e mentais¹¹... Para todos o centro comercial parece ser um espaço agradável, útil e até instrutivo.

1.3. Os “comensais” do centro comercial

Com a exposição feita até agora procurei evidenciar a grande variedade e quantidade de pessoas que, com regularidades diversas, se deslocam ao centro comercial para aqui procederem a diversas actividades que não primordialmente as de consumo. É evidente que o centro comercial tem uma outra categoria de

¹⁰ Embora neste artigo não foque a população do centro comercial aos fins de semana, convém deixar registado que casais ou um dos pais com os respectivos filhos são também frequentes ao Domingo de manhã.

¹¹ Em concreto, pude observar quer invisuais quer vítimas de paralisia cerebral que se deslocavam em cadeiras de rodas.

visitantes que são os “consumidores” e que, para além disso, todas as categorias antes enunciadas, noutras ocasiões que não as descritas deixam de ser “isolados”, “estudantes”, “observadores” ou “grupos de adolescentes” e passam a integrar a categoria dos “consumidores”. Estes não são, no entanto, nem o ponto de focagem deste texto nem o seu alvo de análise. A compartimentação de pessoas que aqui faço é obviamente analítica e tem por intenção procurar evidenciar as outras funções sociais que o centro comercial é chamado a desempenhar ainda que nunca deixe de servir a de centro de consumo.

Dito isto, entender-se-á, então, que eu destaque uma outra categoria de frequentadores do centro comercial que são os “comensais”. Neste caso, a vinda ao centro comercial também é diária durante os dias de semana e por isso estas pessoas são também “visitantes habituais”. No entanto, enquanto as outras categorias descritas utilizam o centro comercial sobretudo como usufruição de um espaço agradável e moldável a várias actividades e recorrem a relativamente poucos dos serviços disponibilizados – ou fazem-no, sobretudo secundariamente –; esta categoria de “comensais” vem aqui expressamente para almoçar no período de tempo relativamente curto que tem para o fazer. São na sua maioria funcionários do sector dos serviços – bancos, seguradoras, escritórios e comércio – cujos locais de trabalho se localizam nas redondezas e que no centro comercial encontram uma variedade de oferta a preços módicos impossível de encontrar noutra sítio. São mulheres e homens, sozinhos, aos pares ou em grupo que, literalmente, invadem a Praça da Alimentação entre as 13 e as 14h. Durante esse período o barulho aumenta consideravelmente – por isso é que os “isolados” e o “grupo do Sr. Anselmo” já desapareceram – e as pessoas procuram conciliar esforços quer para conseguirem mesa quer para superarem o problema das filas. Os contactos estabelecidos e a própria observação sistemática permite-se perceber que há um esforço no sentido de procurar variar o que se come, adoptando-se como estratégia a rotatividade dos restaurantes utilizados.

Quanto às pessoas que durante a semana jantam no centro comercial elas não constituirão propriamente uma categoria – e muito menos, de “habituais” –, sendo o seu número muito mais pequeno do que ao almoço e a sua composição muito variada, desde o grupo de amigos que combinou uma ida conjunta ao cinema à família que, de forma imprevista, se viu forçada a ir jantar fora.¹² No entanto, à sexta-feira à noite não só aumenta o número total de pessoas que janta no centro comercial como é perceptível também um número significativo dos tais “casais com filhos” pequenos. Alguns terão já aqui passado o fim de tarde e todos tendem a sair do centro comercial logo após o jantar, às 20.30/21.00h.

¹² É possível que haja alguma recorrência de vários tipos de “solitários”. Neste momento, no entanto, não disponho de informação suficiente.

2. O CENTRO COMERCIAL ENQUANTO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

Segundo Richard Sennett [1974], o “grand magasin” do século XIX inaugurou uma nova forma de comércio que era adequada ao modelo de produção e distribuição capitalista e que fez com que o cosmopolitismo inerente ao mundo urbano passasse a ser vivenciado através do consumo: esses novos espaços urbanos eram os locais de experiência da diversidade. Para muitas das actuais teorias do consumo – sobretudo se mantêm influências, ainda que residuais, da economia política marxista – o centro comercial traduz a forma mais avançada e globalizada de organização do capitalismo, sendo visto como a peça fundamental do espectáculo urbano engendrado para levar o consumidor a consumir. Para M. Gottdiener (1995: 83), por exemplo, os centros comerciais “são máquinas para realizar capital, i.e., para a transformação de bens manufacturados e serviços em consumo”. Dentro deles os indivíduos participam de um certo tipo de ambiência urbana tida por agradável mas que, de facto, serve é para “ocultar a sua natureza instrumental” de persuadir à compra. J. Goss (1993) levou a cabo uma pesquisa que incluiu um inquérito aos utilizadores do centro comercial, cujos resultados indicavam que 25% desses utilizadores não tinham intenção de realizar qualquer compra; apesar disso, para Goss (1993: 40) o centro comercial surge como uma paisagem simbólica desenhada pelos “capitães da consciência” com a finalidade de levar os consumidores ao consumo.

Não tenho nem a intenção nem a pretensão de poder rejeitar o capitalismo como um dos eixos institucionais da modernidade (Giddens, 1997); parece-me, no entanto, que o estudo do consumo não pode ser reduzido à explicação do imperativo económico de sustentar elevados níveis de procura para manter a produção capitalista rentável. Relativamente ao centro comercial é imprescindível que a análise não se limite às estratégias accionadas pelos seus *designers* e gestores para controlar e persuadir os consumidores mas que focalize também – e com igual atenção – os comportamentos particulares destes enquanto utilizadores do centro comercial. O confronto com os materiais empíricos antes descritos exige que reconheçamos que os utilizadores do centro comercial o usam de forma dinâmica e criativa, que se servem dele para uma multiplicidade de fins realizando autênticos actos de reapropriação de um espaço que sendo de posse privada desempenha, de facto, funções de espaço público. O centro comercial como espaço público contemporâneo excede os propósitos estritos do consumo e é também um espaço com valor de uso, um espaço de vida diária e interacção social.

O conjunto de (re)utilizações do centro comercial activados pelos seus visitantes tornam manifesta a componente fundamental do espaço público da sobreposição de diversas funções sociais num mesmo território. Para além dos propósitos

de consumo, podemos perceber **a)** como o centro comercial proporciona a usufruição de um espaço comum sentido como agradável, útil e até instrutivo; **b)** ao mesmo tempo que torna possível a experiência da diversidade cosmopolita urbana pela reunião não-conflituosa, ou sequer tensa, de estranhos; **c)** como funciona como espaço comum de socialização para homens e mulheres, novos e velhos, activos e aposentados, mais e menos instruídos, com mais e me-nos dinheiro, facilitando e/ou possibilitando a intercomunicação social; **d)** sem, no entanto, pôr em causa o princípio da “presença anónima” e da “indiferença civil característica da modernidade” (Giddens, 1997) quando desejadas por qualquer sujeito;¹³ **e)** e como este espaço público de encontros públicos e privados pode ser escolhido como centro social de relações entre amigos e familiares, contrariando assim também a ideia de às multidões não poder corresponder senão a desordem e a confusão.

Para finalizar gostava apenas de deixar claro – para mim e para os outros – que a etnografia do centro comercial está incompleta e que essa será uma das lacunas a colmatar se queremos compreender mais profundamente os comportamentos e opções dos consumidores contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA

- GIDDENS, A. (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Celta, Lisboa.
- GOSS, J. (1993), “The «magic of the mall»: an analysis of form, function, and meaning in the contemporary retail built environment”, *Annals, Association of American Geographers* 83: 18- 47.
- GOTTDIENER, M. (1995), *Postmodern Semiotics. Material Culture and the Forms of Postmodern Life*, Blackwell, Oxford UK and Cambridge USA.
- SENNETT, R. (1995) [1974], *O Declínio do Homem Público. As Tiránias da Intimidade*, Companhia das Letras, S. Paulo.

¹³ Quanto a este tópico, posso acrescentar que durante a prática etnográfica me surpreendeu bastante a rapidez com que aquela “indiferença civil” desaparecia e as pessoas, quase de imediato, acediam a falar comigo.

O MUSEU DO CÔA E A SUA CIRCUNSTÂNCIA

por

Susana Oliveira Jorge*

Resumo: A autora exprime a sua opinião, como investigadora que trabalha na região de Foz Côa desde 1989, sobre o futuro Museu do Côa e suas características.

Palavras-chave: Vale do Côa; museu; cultura e desenvolvimento regional.

1. DESCOBERTA CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A construção anunciada do futuro Museu do Côa ocorre num contexto histórico preciso que, hoje, mais do que nunca, vale a pena recordar:

– O Museu do Côa justifica-se, em primeiro lugar, como corolário duma grande descoberta científica do séc. XX: a capacidade cognitiva da humanidade de há cerca de 20.000 anos (baliza cronológica muito genérica) de saber organizar de forma simbólica paisagens inteiras, e não apenas espaços subterrâneos, naturais e obscuros, como as grutas.

Ou seja, a descoberta duma maneira totalmente inovadora de “domesticar” a paisagem, introduzindo-lhe – em amplos espaços – signos, grafismos, padronizados. Na verdade, a descoberta da arte paleolítica do Côa não é “mais do mesmo”: não foram ali detectadas mais grutas pintadas e/ou gravadas, mesmo que deslumbrantes. A descoberta da arte rupestre de ar livre do Côa instalou em nós a percepção de que a humanidade de há 20.000 anos pensava os territórios que manipulava, e onde vivia, duma forma radicalmente diferente do que antes tínhamos imaginado, e também de um modo completamente diverso das “humanidades” que tinham antecedido o Paleolítico superior.

Tratou-se dum contributo extraordinário – uma autêntica “revolução”, diria, se a palavra não estivesse um pouco gasta, mesmo em arqueologia – para a com-

* Prof.^a da FLUP-DCTP (Coordenadora da Secção de Arqueologia). E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt

preensão da história do pensamento humano, contributo esse que se operou em território hoje português, nos finais do séc. XX.

É certo que esta descoberta, enquanto contributo científico, que revolucionou, como disse, a maneira de apreender a complexa mente dos nossos antepassados, não foi ainda compreendida pelo público em geral. Refiro-me mesmo a uma parte significativa do público cultivado. A generalidade das pessoas não se apercebeu ainda do que se alterou – do ponto de vista dos nossos conhecimentos e intuições sobre as formas de arte mais antigas da Europa – com a descoberta da arte do vale do Côa. O que significa que uma grande maioria dos cidadãos não interiorizou a importância e o fascínio científicos de tal descoberta, nem, por isso mesmo, a necessidade de ela dever polarizar a atenção dos poderes públicos.

Neste aspecto, cabe ao Estado fornecer meios aos investigadores, aos professores e a vários técnicos do património para poderem realizar todo um programa de divulgação duma realidade histórica, à partida, difícil de fazer partilhar pela generalidade da população. De facto, a sua importância não é de apreensão imediata, implicando dispor-se de alguns conhecimentos e instrumentos conceptuais.

Como é óbvio, o Museu do Côa emerge, neste contexto, como uma peça essencial para fazer aproximar as pessoas do seu passado longínquo: começa a ser estranho (para não dizer pouco ético), que Portugal possua no interior do seu território um valor histórico e patrimonial classificado pela UNESCO como um bem da humanidade, e que a grande maioria da população (sobretudo a menos escolarizada) não tenha ainda conseguido compreender as razões profundas de tal distinção. É preciso estabelecer essa ponte de comunicação – trata-se de um dever cívico para com os nossos concidadãos.

– A arte rupestre do Côa localiza-se no Alto Douro português, numa região interior, deprimida, embora contendo conhecidos valores patrimoniais e inúmeras valências potenciais. Desta forma, o futuro Museu do Côa justifica-se, em segundo lugar, como mais uma manifestação da vontade de urgente desenvolvimento regional da área onde essa infra-estrutura se vai implementar. Desenvolvimento regional que deve valorizar toda uma região fronteiriça, tendencialmente desertificada em termos humanos, que confina com a vizinha Espanha, e que, com ela, pode e deve criar sinergias em múltiplos sectores e a diferentes níveis.

Assim, o Museu do Côa, pela sua simples existência, serve para unir, para criar coesão local, regional, e até nacional (contribui, certamente como muitas outras iniciativas, para articular interior e litoral, compensar o enorme desequilíbrio existente no país), tendo óbvias repercussões num plano de cooperação supranacional. O Museu deve funcionar como um nódulo importante e decisivo numa rede de objectivos e iniciativas que articulem autarquias, associações, cidadãos, regiões, e, em última análise, os próprios Estados ibéricos.

Não devemos temer que o futuro Museu seja uma estrutura sub-aproveitada por falta de visitantes ou de público local. Devemos, claro, conceber um projecto bem dimensionado, mas integrá-lo dentro de uma programação mais vasta – e, nessa rede, ele terá utilização plena. O que não podemos é repetir o crónico erro português: fazer pequeno, planear mal, e depois da obra feita verificar que, afinal, se tivéssemos previsto melhor o futuro, e com um bocadinho só mais de audácia, se pouparia futuros constrangimentos e novos gastos ou ampliações.

Desta vez, façamos junto à fronteira algo que aproveite bem uma oportunidade única, e já divulgada em todo o mundo, potenciando-a. Uma estrutura que simbolize a ultrapassagem de duas dicotomias, numa síntese feliz: a de dois Estados que se guerreraram no passado, e que hoje são dois parceiros da vasta comunidade europeia; e a de duas realidades que, longe de se oporem, se complementam e mutuamente fortalecem – a da consciência histórica e da projecção para o futuro, a do património e a do desenvolvimento sustentado, a do Paleolítico e a do séc. XXI.

– O Museu do Cõa, emergindo na sequência duma grande descoberta científica, de âmbito mundial, e devendo assumir-se como um elemento potenciador do desenvolvimento regional e dum processo de interacção económica e social com a vizinha Espanha, tem, por força de razão, de respeitar, na sua génese, alguns princípios elementares:

1. O projecto do seu figurino global deverá sujeitar-se a um prévio mas amplo debate de ideias, no qual intervenham agentes dos mais diversos quadrantes. O debate é urgente, como urgente é a necessidade do Museu arrancar, não podendo portanto tal debate atrasar mais o processo;
2. O futuro projecto arquitectónico deve decorrer dum concurso público internacional, do que irá resultar, como consequência óbvia, um obra de qualidade indesmentível, conferindo categoria ao lugar em que se implementar, e portanto constituindo, por si só, uma mais-valia para a região;
3. Os conteúdos do futuro Museu do Cõa – que, do meu ponto de vista, deverão ter uma incidência regional, mas integrada no seu âmbito ibérico – deverão ser definidos tendo em conta pareceres de investigadores credíveis que trabalhem na região ou, na sua ausência (para certas áreas, temas, ou períodos cronológicos), de especialistas credenciados convidados para o efeito;
4. É óbvia a necessidade duma relação programática entre o Museu do Cõa e o Parque Arqueológico. Museu e Parque, apesar de entidades autónomas no seu estatuto próprio e funcionamento interno, devem agir em sintonia, enquanto instrumentos poderosos para a materialização dum programa de desenvolvimento regional, ancorado na cultura como um valor transversal, programa esse entendido como um verdadeiro desígnio nacional.

2. O MUSEU DO CÔA: ALGUMAS EVIDÊNCIAS

– Parece-me que, dadas as circunstâncias atrás referidas – a existência dum contexto arqueológico de importância extrema, classificado como “bem da humanidade”, inserto numa região deprimida que importa desenvolver – o Museu do Côa deverá ser um museu nacional de conteúdo e incidência regional, abrangendo tematicamente e em termos programáticos toda a área envolvente do vale do rio Côa.

Esta postura contraria frontalmente a tendência, subjacente a certos discursos, para considerar que os museus nacionais só devem existir nas principais cidades, de preferência no litoral. Um museu nacional no interior “rural” (realidade, aliás, e apesar de tudo, em profunda transformação, como sabemos, nomeadamente à medida que as acessibilidades forem melhorando) confere necessariamente àquela região fronteiriça, onde se insere, uma valorização e um estatuto de primeiro plano, que proporcionará estimulantes e permanentes contactos com o outro lado da raia.

Não se trata de pensar que o Museu, só por si, “desenvolverá” seja o que for. Trata-se de considerar que ele será um sinal de mudança de mentalidades e estratégias concentradas hoje no litoral, fazendo sinergia com outras iniciativas, dentro de um projecto de desenvolvimento do interior que o conecte (até em termos turísticos) com o litoral português, sobrecarregado, e com as regiões vizinhas da Espanha. Não nos podemos esquecer de que este último país é um dos maiores destinos turísticos mundiais.

Fazer no Côa obra “acanhada” (neste como noutros aspectos) seria mostrar pouca audácia ou perspectiva de futuro, e uma visão (essa sim, provinciana) pequena, sobre o que se afigura como uma oportunidade grande e única. O que não significa realizar algo de desproporcionado, gigantesco, ou difícil de manter. Está aqui um caso exemplar em que se tem de conjugar certa ousadia com o bom senso, o que implica articulação de vontades e liderança forte.

– O conteúdo do Museu deve evidentemente ter em conta a sua primeira motivação – as gravuras rupestres, património da humanidade – mas sem descuidar a necessidade de ir subindo de “escala” até à consideração do contexto das mesmas (arqueológico e histórico), e, finalmente, aos principais valores patrimoniais da região como um todo.

Neste âmbito, o Museu poderia apontar no seu discurso para alguns dos valores mais “perenes” da região, desde a sua agricultura, e arquitectura vernácula, até às formas da paisagem (modeladas pela natureza e pelo homem), aos modos de vida tradicionais e actuais, às inovações que foram sendo introduzidas, à “experiência de fonteira” em todas as suas dimensões, etc., etc.

Mais especificamente, as galerias permanentes do Museu – o seu discurso

“estável”, por assim dizer – deveriam abordar, entre outras (algumas até já brevemente mencionadas) as seguintes temáticas:

1. A arte paleolítica do vale do Côa e seu enquadramento paisagístico, actual (e, na medida do possível, passado). A integração regional, pensinsular e europeia deste tipo de “arte”, incluindo as formas de vida dos caçadores-recolectores que a produziram.
2. Toda a evolução cultural da pré-história recente, incluindo a arte esquemática, a arte da Idade do Ferro (tão abundante no Côa e no Douro próximo), devidamente enquadradas na pré-história e na proto-história regionais. Dois momentos haveria para já que salientar, tendo em conta as investigações realizadas na zona: a transição do Mesolítico para o Neolítico antigo (ou seja, o começo do longo processo de adaptação dos caçadores-recolectores ao mundo pós-glaciar); e o período das “idades” do Cobre e do Bronze antigo e médio (isto é, o desenvolvimento pleno da agricultura/pastorícia e a marcação do espaço de cada “território” por recintos monumentais dominando a paisagem).
3. A romanização da região, a Alta Idade Média, a restante Idade Média, a evolução histórica durante as Idades Moderna e Contemporânea.

Há que mostrar, em relação com numerosas pesquisas feitas e em curso, como é que a zona terá sido, nuns momentos, periférica, e noutros, não diremos central, mas mais próxima das grandes “correntes culturais”, para se tornar, recentemente, uma zona cada vez mais “desertificada” em termos demográficos.

Ao longo do itinerário de visita do museu, o público deve ir tomando contacto, consoante as épocas, com os recursos geológicos, mineiros, agrológicos, faunísticos, etc., etc., que foram sendo aproveitados pelo homem.

Por outras palavras, ir-se-á dando conhecimento, ao visitante, da realidade “natural” da região, mas de uma forma dinâmica, porque articulada com cada fase histórica. Ir-se-á explicando quais os solos, fauna, flora, e outros aspectos da geografia regional (pautada pelo modelado do xisto, mas também do granito e do quartzito) que em cada momento foram aproveitados, e com que fins.

Isto é, o Museu deve mostrar esta região como uma construção histórica, ou seja, como o resultado de uma permanente interacção, ao longo de milénios, entre forças naturais e humanas.

E, por outro lado, para adquirir o significado nacional e até internacional que se impõe, deve, para cada fase, dar uma ideia, embora necessariamente breve, do contexto peninsular e europeu em que os fenómenos humanos e sociais se desenrolavam.

Sem dúvida, um museu é um dispositivo de memória, correspondendo ao registo e visibilização de algo que se está perdendo ou que, mesmo, já desapare-

ceu – mas que se entende não dever esquecer, porque faz parte da diversidade da experiência humana. Mas também deverá estar aberto ao futuro, não ser uma “casa de nostalgia”, mas utilizar a memória como uma plataforma de imaginação para produzir o novo, para reinventar soluções. Nesse sentido, o museu é também uma infra-estrutura de inovação e desenvolvimento, polivalentes e modernos – de que o interior tanto carece.

– Sobre a localização do Museu, cuja motivação primeira são as gravuras rupestres, creio que ela deveria respeitar alguns princípios básicos do mais elementar bom senso:

- a) o Museu deveria implementar-se na área confinante das gravuras, ou seja, do vale do Côa, integrando-se na ambiência natural onde as mesmas foram executadas;
- b) o Museu deveria ocupar uma área relacionada com a anterior obra da barragem, por forma a, simbólica e fisicamente, dar um sinal definitivo de irreversibilidade da decisão tomada relativamente à antigamente projectada obra de engenharia;
- c) idealmente, o Museu deveria aproveitar a zona “ferida” pelas obras preparatórias de construção da barragem para, através da sua implantação, ajudar a repor a paisagem anteriormente agredida. Além disso, essa zona é, na margem esquerda, de excelente localização, e nela já se abriram espaços onde o Museu e todo o seu contexto se podem facilmente implementar, em termos físicos;
- d) o Museu deverá ter boas acessibilidades por estrada, preferencialmente já delineadas ou existentes, para não ter que se investir em novas infra-estruturas excessivamente dispendiosas.

Existe um lugar que une todas estas condições, como já acima se sugeriu: a margem esquerda do Côa na zona da Canada do Inferno.

Ainda recentemente tive a oportunidade de visitar o sítio e verificar a excelência deste lugar, qualquer que viesse a ser o projecto concreto de museu que ali se implementasse.

De facto, não conheço com o suficiente pormenor o projecto arquitectónico já realizado, para sobre ele me poder pronunciar.

Mas é bem conhecido que desde 1989 desenvolvo trabalhos arqueológicos na região, tendo acompanhado o “processo do Côa” desde o seu desencadear, em fins de 1994. Nessas condições, é meu dever cívico pronunciar-me sobre este assunto, deixando aqui registada, publicamente, e como investigadora, a minha perspectiva pessoal, como contributo para uma reflexão colectiva.

– Relativamente aos equipamentos indispensáveis no âmbito dum museu nacional, de conteúdo e incidência maioritariamente regional, é evidente que o

edifício tem de dispor das sub-unidades hoje consideradas indispensáveis a uma infra-estrutura deste tipo. Entre elas, acentuo apenas a importância de uma, por me parecer estratégica no quadro da compreensão integrada do património da região, por parte de todos os visitantes.

Refiro-me a um mini-auditório de “acolhimento” (talvez com capacidade para uma centena de pessoas) onde o público pudesse aceder, em termos audio-visuais, às diversas valências da região. Filmes curtos (10, 15 minutos), que passariam continuamente, e que poderiam ser complementados (para públicos mais sectoriais, e a horas previamente anunciadas) com outras curtas-metragens tematicamente mais específicas, abordando temas diversos, desde a fauna e flora da região, recursos hídricos, história, arqueologia, projectos de desenvolvimento, etc., etc.

Ou seja, tratar-se-ia de um espaço de iniciação, ou introdução, à visita da área do vale do rio Côa, desde a nascente à foz, por forma a preparar os visitantes para a sua plena fruição. Creio que este aspecto, parecendo secundário, é essencial. Implica naturalmente, a montante, a existência de circuitos turísticos devidamente organizados, insertos no mercado da especialidade e na sua rede de postos de venda/divulgação (em Portugal e Espanha, nomeadamente na zona de Castilla-León), e portanto publicitados e comercializados pelas vias próprias.

O Museu, como é óbvio, tem de ser um elemento de um circuito, ou de vários tipos de circuitos: ele deve emergir como um dos pólos de uma rede destinada à descoberta do “espírito” duma região privilegiada, do ponto de vista patrimonial e natural, em perfeita continuidade com a da Meseta norte espanhola.

3. CONCLUINDO

O Museu do Côa não tem grande utilidade para o país se ficar reduzido a uma dimensão local ou mesmo meramente regional.

Também não deve ser encarado como uma simples promessa por cumprir, mas assumido como um projecto que visa simultaneamente o desenvolvimento regional e a afirmação da identidade nacional.

O Museu do Côa deve ser um grande museu do interior, uma obra marcante do regime democrático, que saiba conjugar os desideratos locais e regionais com os desígnios de âmbito nacional.

Trata-se de algo excessivamente importante para ser instrumentalizado por quem quer que seja, ou por forças de qualquer natureza. É um teste à capacidade dos portugueses de se elevarem acima das pequenas quezílias e protagonismos, e de, a partir de um recurso milenário, erguerem obra que desafie o tempo.

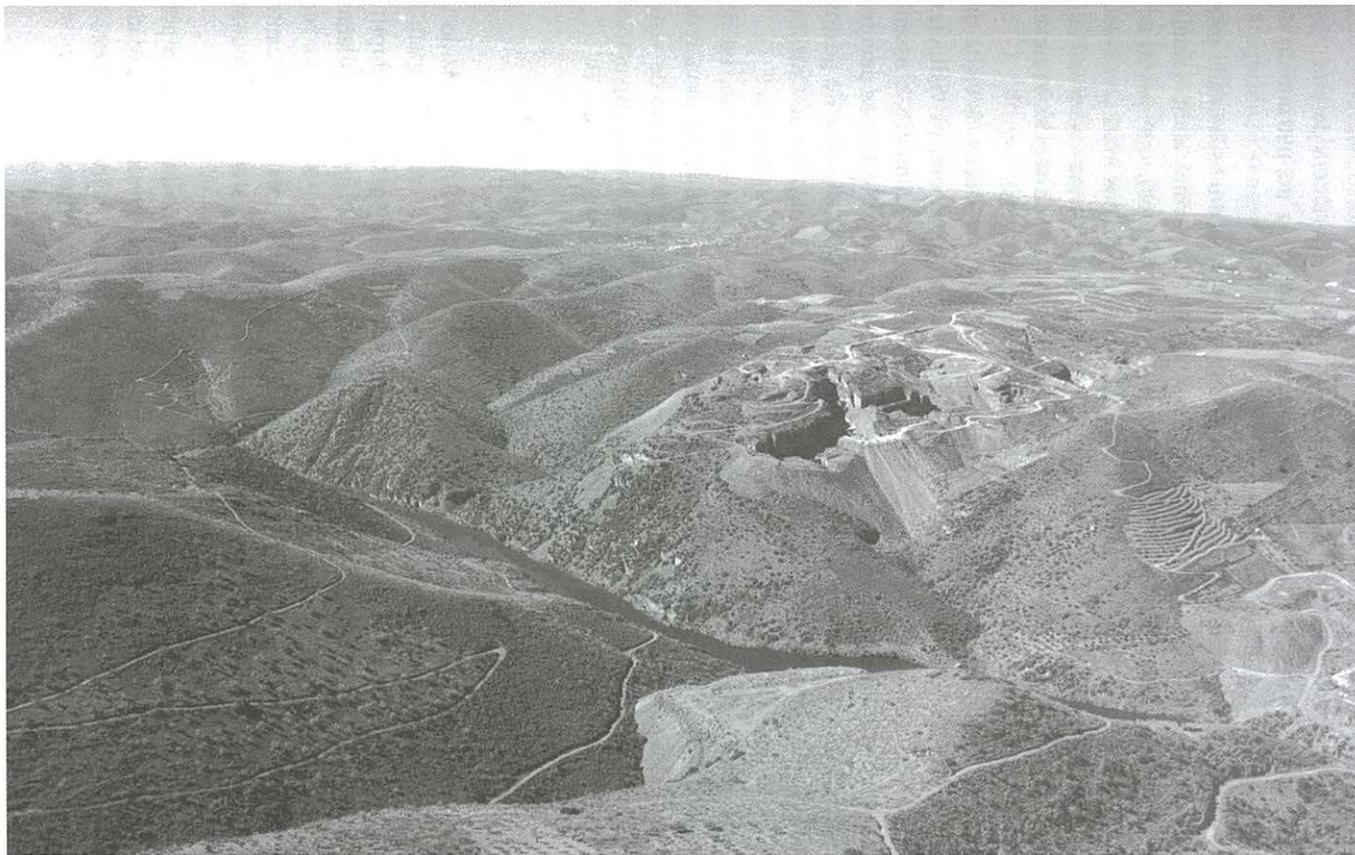


Fig. 1 – O rio Côa visto de helicóptero (em primeiro plano, margem direita do rio), observando-se as pedreiras do Poço, próximo da Canada do Inferno (foto V.O.J., Setembro 2002).

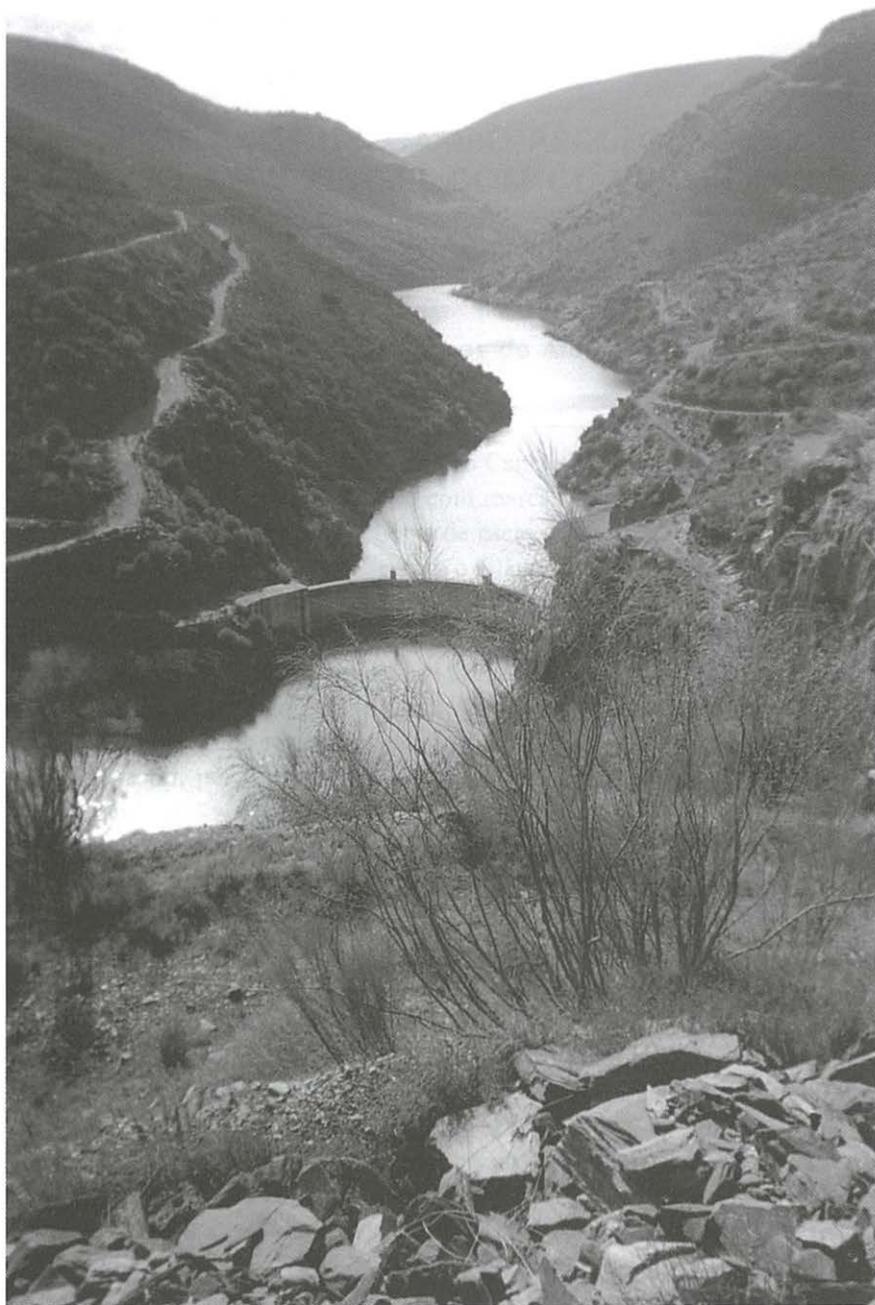


Fig. 2 – Rio Côa na área da ensecadeira da projectada barragem, perto da Canada do Inferno (foto V.O.J., Novembro 2002, tirada da margem esquerda do rio).

OS VINTE ANOS DO CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA. ENTREVISTA COM CLÁUDIO TORRES

por

Henrique Gomes de Araújo

Ao longo de quase um dia de visita ao Campo Arqueológico de Mértola, tive a oportunidade de entrar em contacto com marcas de uma obra de 20 anos. Primeiro, a Sede do Campo, os três níveis de escavações da Alcáçova do Castelo, o Núcleo Tardo-Romano ou Paleo-Cristão, o Islâmico. Depois, o Núcleo Lapidar da Torre de Menagem do Castelo, a exposição temporária de cerâmica islâmica, o Museu da Arte Sacra, o Museu Romano, o Núcleo de Tecelagem e a Ermida de S. Sebastião. Não sei se vi tudo, mas vi com certeza o mais importante*. No entanto, entre o momento em que esta entrevista foi feita – meados de 2001 – e o momento em que é entregue para publicação, outras coisas aconteceram. O texto da entrevista foi, por conseguinte, actualizado em alguns aspectos pelo próprio entrevistado.

Henrique Gomes de Araújo – Ora, hoje, que balanço é possível fazer desta obra?

Cláudio Torres – Sim, há já um balanço possível. A inauguração do Museu Islâmico, em finais de 2001, foi a nossa última obra e é um dos elementos-chave que ainda faltavam. É como a pedra-chave de uma abóbada e o cruzamento, digamos, de uma série de actividades. No princípio, a viragem aconteceu quando sonhámos que estando no interior do país, sem apoios, sem contactos, sem uma estrutura montada, tínhamos de fazer melhor do que se continuássemos nas zonas centrais, nas zonas urbanas, nas zonas universitárias. Assim, o nosso projecto esteve sempre apontado, precisamente, para a investigação científica de qualidade. Por outro lado, como os órgãos de poder locais estavam, de uma certa forma,

* Não quero aqui deixar de agradecer aos meus anfitriões desta visita, a dra. Susana Gomez e o dr. Virgílio Lopes.

a apoiar, a dar toda a força a esta iniciativa, mereciam ter uma contrapartida. Isso levou-nos, desde muito cedo, a justificar e explicar localmente aquilo que estávamos a fazer, e esse explicar localmente implicava uma acção pedagógica local. Portanto, além da investigação científica – que tem, obviamente a sua linguagem própria, impressa numa revista da especialidade e em publicações diversas – havia que mostrar o nosso trabalho ao público, de uma forma didáctica e clara. Daí a necessidade de construir, ou ir construindo à medida que íamos recolhendo materiais, uma série de Museus de Sítio. Nos primeiros anos, por exemplo, nunca tínhamos pensado em fazer um museu Romano, a seguir um outro Paleo-Cristão, etc, mas as coisas foram sendo feitas por arrastamento: primeiro a descoberta, depois uma intervenção arqueológica, os objectos exumados, e é a partir daí que se decide o que fazer e como fazer. Assim fomos architectando uma filosofia de intervenção. Em vários locais, no sítio do achado, sobre o próprio monumento e para o valorizar, deixámos ficar o testemunho, a exposição, o pequeno museu. A pouco e pouco, fomos arrastados para uma dinâmica imparável que, apesar do seu carácter aliciante e inovador, nos tem vindo a dificultar a vida: a dispersão dos núcleos museográficos exige um cada vez mais complexo aparelho de gestão. Mas por outro lado, essa dinâmica de reenquadramento urbano, tem sido inovadora e fundamental para o próprio desenvolvimento sustentado que defendemos. Quer dizer, para um pequeno povoado desviado das grandes rotas e apenas vocacionado para um nunca massificador turismo cultural, há que encontrar um outro tempo de permanência para o visitante. Ao ser motivado a visitar os oito, nove ou dez núcleos, ele fica mais tempo, pode almoçar, ou jantar e até dormir. Por outro lado, este aumento de permanência, que tem a ver quase sempre com um turista culturalmente interessado, passa também pela requalificação de outras componentes directamente relacionadas com os interesses dos habitantes. Tem de ser incentivada a criação de bons restaurantes e confortáveis alojamentos que respondam a uma estadia mais prolongada e portanto mais exigente.

H. G. A. – É interessante que o que me impressionou nesta obra, foi o facto de os meus guias serem dois arqueólogos oriundos de outras regiões, que levaram a sua implicação do trabalho no campo arqueológico ao ponto de fazerem uma opção de vida.

C. T. – Somos muitos agora, somos cerca de 30 pessoas.

H. G. A. – Fantástico! E dessas 30, muitas delas são de fora da região.

C. T. – Cerca de 15. 15 ou mais, já vieram de fora e aqui se fixaram de forma definitiva.

H. G. A. – São percursos de vidas que se entrecruzam com a história local.

C. T. – Há sempre novas pessoas que vêm.

H. G. A. – Isso parece-me uma dimensão da obra, porque há a obra que está expressa nestes museus de sítio, que está na museografia, mas há outra dimensão de carácter antropológico, mais humana, digamos assim.

C. T. – É curioso que, desde o início, este nosso projecto já tinha, de certa forma, essa valência incluída. Porquê? Pelo simples facto da nossa intervenção arqueológica ter sido direccionada para o período medieval, época em que, quase sempre, ainda são fortes as interferências com o mundo contemporâneo. Quando se faz arqueologia pré-histórica, por exemplo, o tempo de intervenção limita-se habitualmente a campanhas curtas de verão em locais afastados do povoamento actual. A recolha de informação através de artefactos tão escassos e rudimentares, obriga a um trabalho de minúcia que, aos olhos de um leigo, surge como extremamente cansativo e pouco motivador. Um conjunto de pedras queimadas pelo fogo, algumas esquirolas ósseas e instrumentos líticos, são suficientes para determinar o nível de ocupação e dar uma informação mínima sobre aquilo que se pretende, sendo naturalmente muito complexa ou mesmo impossível a sua musealização “in situ”.

Na arqueologia romana há muito que, de uma forma geral, já são conhecidas as tipologias arquitectónicas dos edifícios públicos e mesmo das casas de habitação e, portanto, são rapidamente atribuíveis a cada compartimento as funções de pátio, *peristilo* ou lagar de azeite. Mesmo na interpretação dos elementos decorativos da gramática clássica, já não há hoje grandes mistérios.

Ora bem, quando escavamos os níveis medievais, nada é assim: é um mundo ainda mal conhecido e bastante mais complexo do ponto de vista social. Ou seja: ao fazer uma intervenção num aglomerado medieval, chegamos a um muro ou a um pavimento e ninguém pode prever com segurança a que espaço ou sistema urbano pertence. Esta ignorância obrigou-nos desde o início a programar sistematicamente as intervenções arqueológicas numa escavação em área. Ou seja, temos de abrir superfícies muito maiores para começar a perceber qualquer coisa. Um simples pavimento de ladrilho pode ser de uma cozinha, de uma alcova, ou até de um pátio. Uma calçada tanto pode ser o solo de um estábulo, como de uma rua. Depois de percebermos a orgânica da casa, falta o quarteirão, a zona da cidade ou do povoado. ou seja: a complexidade e as interrogações vão crescendo à medida que vamos alargando a escavação. É por isso que uma das nossas constatações – e quando já estão exumadas mais de 15 casas do bairro islâmico de Mértola –, é o facto de continuarmos sem ter uma ideia global do bairro e a ter cada vez mais

dúvidas. É por isso que desde o princípio fomos obrigados a optar por um sistema de escavações diferente, não se podia fazer só uma campanha de verão. Fizemo-la durante os 3 ou 4 anos iniciais – 1978, 79, 80, 81 – mas não chegávamos sequer a perceber aquilo que tínhamos feito nessa campanha, era demasiado pouco tempo. Desde então fomos obrigados a optar por uma operação de permanência com a presença constante, durante todo o ano, de uma equipa de 6 ou 7 dos meus alunos que, inevitavelmente para alguns, se transformou em opção de vida.

H. G. A. – Nos anos 80?

C. T. – Foi em 84 – 85 que o primeiro grupo se fixou. Alguns casaram-se com pessoas da terra, vieram dar aulas, fizeram todos os esforços de preparação psicológica, porque havia qualquer coisa de comum que os unia e isso era, com certeza, fundamental: não era só a ciência pura. Havia um projecto político que, em minha opinião, foi o elemento aglutinador. Todos estávamos unidos num projecto de intervenção no território. Atravessávamos então um período conturbado da história do Alentejo, em finais da reforma agrária. Dentro das universidades fervilhavam ainda os grandes discursos teóricos da juventude e o esforço de os levar à prática. De certa forma, entre nós, aqui em Portugal, para toda esta geração, o 25 de Abril foi uma réplica inovadora do Maio de 68. Essa geração, nos anos 80, estava madura para se lançar em aventuras deste género. Portanto é por isso que as coisas assim aconteceram, e não foi só em Mértola. Encontramos em todos os cantos do país, pequenos núcleos, algumas pessoas aqui e ali, remando contra a maré, que continuam ainda a tentar intervir, que dinamizam associações e organizam projectos culturais. Foi a geração do 25 de Abril.

Por outro lado e complementarmente, o nosso projecto de Mértola teria sido impensável sem uma cumplicidade muito estreita com a autarquia. Aliás a própria ossatura e dinâmica da nossa associação, nunca deixou de cimentar uma ligação operativa com o novo poder autárquico saído das convulsões revolucionárias.

Nestes territórios do interior abandonados por uma população em fuga para o litoral ou para outros países, o despovoamento é também de cérebros, de massa cinzenta. Os primeiros a partir, a lançar-se na aventura de fugir à miséria e ao abandono, são sempre os mais jovens e sonhadores, os mais criativos e aguerridos. Portanto, as dificuldades por que passam actualmente os nossos territórios do interior são também provocadas pela falta de iniciativas de gente que aposte, que queira ficar e que arrisque mais um esforço de persistência. Entre a nossa equipa, alguns dos jovens que há anos começaram a trabalhar connosco, são hoje técnicos qualificados estando em vias também de concluir carreiras académicas. Este exemplo está agora, de certa forma, a arrastar outra gente, jovens de outras gerações que, pela primeira vez, se colocam a si próprios a hipótese de não partir. Por outro

lado, para os cidadãos, cujos pais foram muitas vezes, eles também, expulsos do mundo rural, estes programas de desenvolvimento sustentado começam também a ser aliantes, não só pela sua capacidade de oferecer formas de sobrevivência, como sobretudo pela oportunidade de cada um poder ver concretizado o seu projecto de vida, o seu projecto de afirmação pessoal, integrado num percurso colectivo.

H. G. A. – É justamente em regiões raianas subdesenvolvidas como a de Mértola, que o desenvolvimento é uma premência que não observamos noutros locais. Em que medida é que esta obra de defesa dos vários patrimónios que o Campo Arqueológico tem levado a cabo nestes 20 anos, tem contribuído para o desenvolvimento local? Falas-me de turismo...

C. T. – Como todos sabemos, as zonas mais urbanizadas do Litoral têm sido vítimas de uma maior destruição do património ambiental, paisagístico e mesmo cultural. Ao contrário, é no interior rural, nas zonas mais abandonadas, nas zonas que não tiveram ou não sofreram os inconvenientes da revolução industrial, que melhor tem sobrevivido o nosso património cultural, onde de facto se encontram as nossas melhores referências identificadoras com as marcas do passado, com um território profundamente humanizado. Nestas zonas, a nossa riqueza advém, paradoxalmente, de um longo atraso e abandono social. À medida que vamos poluindo e destruindo a qualidade de vida nos espaços litorais e nas cidades, este afastamento dos modelos urbanos começa a representar uma mais valia para outras formas de desenvolvimento sustentado. Temos o caso exemplar de uma cidade como Lisboa que foi, e de certa forma ainda é, uma das mais belas cidades europeias, na sua volumetria arquitectónica e paisagística, que infelizmente, estamos a tornar inabitável. É realmente imperdoável para a nossa geração continuar a permitir a destruição de Lisboa e dos seus arredores. Além de constantes violações na função habitacional, na escala e na descontrolada concentração humana, o avanço do cimento já destruiu a maior parte da envolvente agrícola, que, precisamente, foi uma das suas razões de ser e lhe deu fama e importância.

À medida que Lisboa – e as outras cidades – vai perdendo estes espaços verdes, aquela envolvente histórica de hortas e pomares que até há poucas dezenas de anos dera qualidade excepcional à vida urbana, os seus habitantes começam a pensar noutros espaços, a sonhar com o mundo rural transformado em paraíso perdido. E de certa forma, seguindo um processo semelhante a algumas outras megalópolises europeias, parece ter sido iniciado entre nós um movimento em que o cidadão mais jovem procura fugir para zonas mais limpas de poluição onde são ainda dominantes escalas e modos de vida mais humanos. Estamos convencidos, e isso hoje parece ser indesmentível, que esta ameaça de fuga para

o interior não é uma moda, é um processo que tende a crescer. Para já ainda é claramente maioritário o movimento pendular das férias e fins de semana, com ou sem casa secundária. A médio termo, cada vez se tornará mais exigente a necessidade de criar condições técnicas, científicas, e sociológicas para que a fixação no interior se torne definitiva. Depois dos acessos mais rápidos, vai crescendo uma certa capacidade de tele-trabalho e começa a haver formas modernas de acção e de intervenção não localizadas apenas nos tradicionais centros urbanos. A velha fábrica oitocentista está a desaparecer enquanto foco concentracionário, substituída por uma inovadora dispersão de tecnologias. É um fenómeno geral do mundo moderno, que, de forma inevitável, não só vai aproximar e valorizar os locais de mais qualificada habitabilidade, como pode desempenhar um importante papel na descentralização litoral e urbana.

O turismo, sem ser a panaceia, é também neste momento, uma das chaves para a possível sustentabilidade do interior deprimido. E no entanto, não o podemos esquecer, o turismo tem sempre duas faces que embora complementares, podem conter insanável contradição. Por exemplo, a instalação apressada de uma grande unidade hoteleira num pequeno povoado de mil e quinhentos habitantes como Mértola, traria, a meu vêr, mais desvantagens do que benefícios. Porquê? Primeiro porque, para um investimento desta envergadura, seria necessária a intromissão de uma cadeia de hotéis que, naturalmente desviaria as mais valias para outras paragens. Localmente apenas ficaria uma pequena porção dos lucros sob a forma de salários ao pessoal menor recrutado na terra. Para os autóctones, para os possíveis empregados, restavam os pequenos serviços de cama e restaurante, apenas o trabalho desqualificado e de certa forma degradante da gorjeta. Sem outras contrapartidas fortemente negociadas, não deve ser este o caminho a ser trilhado. Pavimentar as ruas, alindar as fachadas e florir canteiros, é certamente positivo, mas não será suficiente se o habitante, condenado à subserviência, apenas for chamado para todo o serviço, sem beneficiar directamente das previsíveis vantagens económicas.

Antes de abrir a este tipo de grande investimento hoteleiro, inevitável a médio-longo prazo, tem de ser preparado o terreno para evitar os perigos antes apontados de exclusivo aproveitamento da desqualificação profissional. Em vez de apenas tentar impedir, temos que anteceder este turismo massificador ou de luxo, tentando preparar o terreno para superar e mesmo inverter as incapacidades e sobretudo um certo complexo de inferioridade. Para atingir esse objectivo, sempre prosseguido pelo nosso projecto, não é suficiente a simples promessa de melhor nível de vida, se este não fôr acompanhado por uma dignificação das pessoas. Esta auto-estima, que no caso de Mértola começa a ser notória, advém sobretudo da consciência de que a sua terra, além de possuir uma enorme riqueza monumental e histórica, é também alvo da maior admiração por parte dos visitan-

tes. Esta é a nosso vêr a maior valência trazida pelo turismo cultural que, antes de mais, procura os museus e monumentos, os conjuntos e sítios únicos, as mais belas paisagens e também uma população mais simpática e mais digna do que servil.

É por isso que, em nossa opinião, a actual pressão hoteleira cada vez mais impaciente depois da recente mudança de poder autárquico, não pode ser deixada ao descontrolo, devendo os responsáveis acautelar os necessários equilíbrios capazes de evitar um turismo de massas.

O que se pretende é escolher e defender um turismo de qualidade. Não nos interessam aqueles que se deslocam apenas porque são ricos, e sim aqueles outros que olham sabendo olhar. Aqueles que vindo uma vez, voltam mais tarde para ver melhor ou saber das novidades, das novas descobertas. E é isso que, com mais ou menos êxito, temos conseguido.

O nosso clima mediterrânico de cariz continental, tem sido um bom aliado, evitando a sobrecarga de um turismo estival – habitualmente pouco interessado em qualquer outra coisa que não seja sol e praia. O viajante que pára em Mértola no Verão, é apenas para comprar uma garrafa de água, ou então é porque quer parar para conhecer algo de que já ouviu falar. Este turista é certamente uma pessoa mais informada que, em função do programa museográfico que já lhe é proposto, pode ficar mais tempo. Porém, além do preço do bilhete, das refeições e mesmo da dormida, ele vai deixar mais qualquer coisa que, do nosso ponto de vista é talvez a mais importante mais valia desta visita. O turista interessado e culto, no seu inevitável diálogo com os hospedeiros e demais habitantes, transmite outros saberes, conta outras histórias, deixa ficar outras riquezas até aí insuspeitas ou pouco valorizadas.

H. G. A. – Isso é muito interessante, porque eu estava a visitar aqueles lugares e os museus de sítio e estava a pensar realmente como é difícil avaliar a memória daquelas pessoas ao longo destes 20 anos. Mas também: como é que isso pode ser avaliado, como é que pode avaliar-se se a população se sente ou não hoje mais dignificada?

C. T. – É difícil, mas é possível.

H. G. A. – Se há alguns indícios, alguns indicadores que permitam...

C. T. – Alguns há, e acho que um dos mais significativos talvez, é aquele que mais se manifesta pela sua evidência: há menos de uma vintena de anos, Mértola era um povoadozinho insignificante, muito pobre, e afastado dos circuitos rodoviários e do qual os seus moradores não tinham motivos para ter muito

orgulho. Nessa altura era comum ouvir dizer ao imigrante nativo de Mértola que a sua terra de origem era Beja! Mértola era no fim do mundo e, de certa forma, o símbolo do atraso e da miséria.

Actualmente, ao contrário, ser de Mértola passou a ser não só positivo, como honroso. Toda a gente já ouviu falar da Vila Museu e nota-se uma ponta de orgulho ao referir a sua terra natal. Por outro lado são evidentes os benefícios económicos no comércio local. De um só restaurante inicialmente, os trinta mil visitantes que anualmente nos visitam, podem hoje escolher as suas refeições entre uma dúzia de casas especializadas. Parece que nos últimos anos, repentinamente, toda a gente percebeu que a arqueologia, os museus e o proprio casco histórico da vila atraíam inúmeros visitantes para comer, para comprar e mesmo para dormir. Tudo começou a mudar na forma de olhar a sua própria terra, na maneira de encarar o seu proprio futuro. Muitos jovens colocam pela primeira vez a hipótese de não partir em direcção a Lisboa ou ao Algarve. As pessoas começam a poder alugar os seus quartos, apostando sobretudo na recuperação das suas velhas casas que, afinal, são muito mais apreciadas pelos visitantes do que os modelos citadinos construídos nos arrabaldes para onde todos procuravam fugir.

H. G. A. – Mas as obras por custo...

C. T. – Desde há uma vintena de anos e na sequência de um acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de então e a Escola de Arquitectura de Lisboa, que a maioria das casas da Vila Velha tem um projecto de recuperação. Por solicitação dos proprietários, cada projecto podia ser candidatado a financiamento de forma a tornar mais confortável o espaço da casa, assim como os compartimentos eventualmente destinados a alugar aos turistas. De uma forma ou de outra, a recuperação urbana continua a ser apoiada pelos organismos centrais e pela autarquia, embora, infelizmente, sem grande impacto financeiro.

H. G. A. – O proprietário faz as suas obras...

C. T. – e fica com uma habitação extremamente valorizada. Tem sido um programa, infelizmente, de aplicação morosa, pelo facto da maioria dos habitantes do casco antigo, além de não terem condições para qualquer participação financeira, são apenas locatários de habitações muito degradadas cujos senhorios há muito se desinteressaram ou estão embrenhados em complicados processos de herança. Fugindo a estes problemas urbanos e também aproveitando a crescente importância da caça turística, nas imediações da vila têm sido abertos ao público alguns montes adaptados ao turismo rural e que estão a preencher a crescente procura de alojamento.

Hoje consideramos muito positiva a evolução lenta, mas sólida, deste processo de desenvolvimento sustentado. Contudo, e em consequência da grande procura, nos últimos tempos começaram a surgir problemas sobretudo relacionados com a falta de quadros tecnicamente preparados, na pouca motivação do pequeno comércio local e no alheamento da juventude que, na sua maioria, continua a sonhar em partir para os grandes centros urbanos.

E foi aí que mais uma vez a equipa do Campo Arqueológico apostou forte naquilo que, à primeira vista, parecia ser mais uma aventura destinada ao fracasso. Para inverter o desinteresse instalado e para motivar os mais jovens no âmbito da sua formação escolar, criámos uma Escola Profissional, reconhecida oficialmente, e onde a formação incide na arqueologia, ambiente, técnicas tradicionais de construção e turismo. Esta escola já funciona há quase uma dezena de anos, continua com uma média de oitenta alunos e está hoje enquadrada na estrutura nacional escolar Bento de Jesus Caraça.

O seu impacto local advém do facto de ter sido capaz de atrair a juventude escolar para actividades inovadoras, capazes de abrir futuramente mais hipóteses de emprego. O êxito destes cursos técnicos depende sobretudo de uma formação assente na prática, sustentada em acções de intervenção directa no terreno: Levantamentos de património histórico-etnográfico, intervenções arqueológicas, restauro de monumentos, etc. Por exemplo, na cadeira de técnicas tradicionais de construção, grupos de estudantes estão agora a dedicar-se à recuperação de alguns monumentos e casas na Vila Velha. Reabilitaram já a Torre do Relógio, tendo reconstruído na sua totalidade, a capela rural de S. Barão, que, no ano passado, voltou a ser integrada ao culto.

H. G. A. – Com mestres locais.

C. T. – Além de professores qualificados pertencentes alguns deles às equipas do Campo Arqueológico e da Associação de Defesa do Património, tem sido muito importante a contribuição de mestres construtores. Têm sido estes velhos mestres a transmitir conhecimentos sobre técnicas em desuso, como a abobadagem, a taipa e o adobe. Tem sido através desta revalorização de antigos conhecimentos, ligados concretamente ao mundo camponês, que também vão sendo recuperadas outras formas de olhar e de sentir. Muitos dos jovens actuais, ensinados pela vida moderna a desprezar o que é antigo e a incluir nesse conceito pejorativo os próprios pais e avós, pelo simples facto de serem analfabetos, passam a olhá-los de outra forma, com mais respeito.

H. G. A. – É de esperar a fixação de...

C. T. – Ora bem, esta atenção pela cultura local, este interesse pelo património cultural que está a ser despertado entre estes jovens escolares, atinge também indirectamente as suas famílias e, de certa forma prepara a população local a aceitar uma nova postura de respeito e valorização do seu passado e tradições. É o que tem sucedido por exemplo, com a própria culinária que já é abordada de outra forma nos restaurantes locais. Depois de intensos levantamentos das formas e hábitos alimentares, depois de vários cursos de formação em gastronomia tradicional, seguidos por jovens e menos jovens, é já possível responder às crescentes solicitações do comércio local. Têm saído livros de culinária, que são o resultado de levantamentos efectuados por alunos. Foram feitos e publicados levantamentos das artes da pesca e técnicas de construção naval que motivaram a recuperação de alguns barcos tradicionais do Guadiana.

H. G. A. – Podemos dizer que há já fixação da população jovem local, ou é de esperar que isso ainda venha a acontecer com o tempo?

C. T. – Em todo o país e com aceleração no pós-25 de Abril, está em curso o abandono do mundo rural em favor das grandes cidades do litoral, sobretudo da Grande Lisboa. Porém, devido também ao desemprego e à concorrência da imigração das ex-colónias e do Leste Europeu, na última década a deslocação dos desenraizados agrícolas começou a desviar-se para os pequenos e médios centros urbanos. Como outras vilas da região, Mértola cresceu à custa da morte de dezenas de pequenos povoados e montes antes dedicados à agro-pastorícia. A esta concentração não foi também alheia a instalação do polo escolar que aqui reúne todas as crianças e os jovens do ensino pré-universitário, oriundos do concelho. Mas apesar de tudo, a nossa vila, embora o seu casco e moldura humana sejam tipicamente urbanos, mantém uma escala de pequeno povoado com os seus pouco mais de mil e quinhentos habitantes.

H. G. A. – O que seria de esperar, se não fosse a vossa intervenção?

C. T. – É certo que Mértola tem vindo a beneficiar do seu passado histórico e da dinâmica do nosso projecto. O problema hoje é o que está a acontecer ao mundo rural, cujas aldeias continuam a esvaír-se, a perder toda a sua razão de ser económica e cultural. Os pastos, as searas e as hortas são abandonados. É certo que, numa primeira fase tem sido a vila a dar-lhes acolhimento. Porém é sempre um abrigo em final de vida a camponeses desenraizados.

Agora, em minha opinião, é necessário estancar este processo de despovoamento e de destruição de uma cultura e saberes seculares que definiram e justificaram a própria razão de ser destes territórios. Nesse sentido temos de despoletar

um esforço colectivo, para conseguir uma inversão de toda uma política agrária até agora aplicada com objectivos exclusivamente economicistas, sem respeitar ou sequer enunciar outros padrões culturais ou sociais. Aí a nossa intervenção pode ser apenas de denúncia, identificando e reforçando mecanismos identitários que, ao longo dos séculos, permitiram às comunidades de camponeses e de pastores sobreviver à indignidade da subserviência.

No que diz respeito propriamente à vila de Mértola, creio que além da sua função de centro do poder autárquico, atingiu a capacidade cultural de polo agregador regional. Tem conseguido fixar alguns dos seus jovens e agora é vital para a execução dos projectos culturais que se avizinham, a capacidade de chamar novos técnicos, de atrair mais massa cinzenta oriunda de outros locais e disposta a instalar-se.

Com esse objectivo e em colaboração com as outras instituições nacionais e internacionais, projectamos organizar um centro de formação altamente especializado em ciências históricas do Mediterrâneo que, estamos convencidos, poderá representar um passo significativo para concentrar localmente outras capacidades de desenvolvimento.

H. G. A. – A propósito do desenvolvimento local, é claro que surge a discussão entre o global e o local. Está na ordem do dia.

C. T. – A primeira “globalização”, dos nossos dias, bem visível, foi a Europa unificada. Consumada a integração, começámos naturalmente a perder vários poderes, alguns elementos de identidade, acompanhados por uma certa psicose de que o país ia ser engolido na voragem niveladora dos mais poderosos. Porém, em inesperada reacção – ou talvez nem tanto – foi perfeitamente sensível por todo o lado, por toda a Europa, sobretudo do Sul, um despertar, um reacender das identidades regionais, um evidente reforço do Local.

Mergulhando no passado, a nossa investigação histórico-arqueológica desta região tem proporcionado resultados interessantes sobre o equilíbrio de poderes, sobre as tensões sociais e políticas durante a chamada “Reconquista”, quando as estruturas comunitárias de poder são substituídas pelo novo sistema feudal. Hoje sabemos que a feudalização imposta às velhas sociedades mediterrâneas ou islâmicas, de tipo comunitário, é precisamente o momento de viragem em que é reintroduzida no Alentejo a grande propriedade, que já existira durante o Império Romano e que depois, perdurou até aos nossos dias. Desde essa altura, e sobretudo a partir de finais do século XV, começa a concentração do povoamento para facilitar o acesso à mão de obra, em simultâneo com a destruição da família alargada tradicional que é substituída gradativamente por uma outra família nuclear, mais fragil e dependente da vontade do senhor.

Na investigação arqueológica, estamos a tentar reconstituir a forma como foi organizada esta mutação da estrutura familiar, a maneira como funcionava o velho sistema fundiário mediterrânico antes da feudalização. As respostas a esta e a muitas outras perguntas, levanta mais dúvidas e interrogações sobre os limites antigos e actuais dos territórios, sobre os termos políticos dos municípios e também sobre o tipo de propriedade, sobre os modos de produção e sobretudo sobre as formas de reconhecimento e solidariedades no interior de cada comunidade agro-pastoril. Estas velhas comunidades, muito fortes aqui nestas terras agrestes e secas do sul alentejano, organizavam-se no interior de um espaço económico e cultural, com valências fortemente identitárias. Durante muitos anos, na peugada das raízes culturais destes territórios, procedemos a um levantamento da topografia religiosa da região, com demarcação das zonas de influência das capelas de peregrinação, dos locais sagrados e romarias. Temos vindo também a cartografar os caminhos velhos e as canadas longas e curtas da transumância.

Em época tardo-romana e islâmica, antes da intromissão feudal, o conhecimento dos sistemas de parentesco e solidariedades comunitárias, é decisivo para ainda hoje podermos perceber a topografia histórica de um território. Durante a época islâmica, quando se consolidam estas solidariedades de tradição mediterrânica, é o momento em que se estruturam os termos municipais que viabilizam economicamente as pequenas cidades e territórios autónomos.

H. G. A. – Há sim uma consonância, ou uma coerência, entre o projecto político de reforçar a identidade de Mértola hoje e a concentração urbana centrada no mundo islâmico.

C. T. – O civilização islâmica nestas regiões, longe das cidades onde, a partir sobretudo do século XI, se faz sentir com mais intensidade a influência dos novos hábitos religiosos e da língua franca da época, que é o árabe, representa, antes de tudo, um reforço da continuidade clássica mediterrânica, na sua forma tributária, e uma maior capacidade de resistir à feudalização da sociedade que já tinha sido iniciada durante o reino visigótico de Toledo.

A pouco e pouco, vamos conhecendo melhor estes territórios através também de uma análise estratigráfica dos solos, através dos restos alimentares, dos tipos e formas de cultivo, através dos sistemas de micro-regadio. São perguntas quase todas ainda sem resposta, mas que, pelo menos, já aprendemos a formular. Já conhecemos parcialmente a estrutura social agrária, os principais cultivos arbóreos e frutíferos. Sabemos, por exemplo, que a grande quantidade de grainhas de uva encontradas em sítios habitacionais do século XII de Mértola, não significa a existência nessa altura de grandes vinhas para a produção de vinho. Estas existem realmente nesta região, mas são posteriores ao século XVI. Na sociedade do

al-Ándalus era certamente produzido e consumido vinho, porém quase exclusivamente entre as classes superiores citadinas. Nestes ambientes camponeses, havia uma importante produção de uva de mesa, sobretudo para fabricar a uva-passa, obrigatória numa dieta alimentar onde o sabor agri-doce era dominante. É sintomático que na cozinha mediterrânica, a palavra árabe *acepipe*, significa precisamente uva-passa. Em todos os guisados de carneiro ou frango (*tagine*), no arroz e cus-cus, a uva-passa era e continua a ser condimento indispensável.

H. G. A. – E quando se visita o Campo Arqueológico nas suas várias realizações, fica-se com a impressão de que a investigação que o suporta, tem como destinatário próximo, a própria comunidade cuja memória é estudada. A investigação está próxima, está acessível. Os efeitos, os produtos da investigação estão em termos espaciais, físicos, ali. Isto é verdadeiro, ou essa impressão é apenas aparente?

C. T. – De muito cedo percebemos todos que, sem um apoio antropológico, sem um conhecimento geo-histórico, sem uma sistematização etno-arqueológica, era impossível abordar com seriedade a investigação em arqueologia medieval. Partindo do pressuposto, que consideramos irrefutável, de que a sempre repetida invasão árabe-berbere é um fenómeno pouco ou nada relevante no povoamento destas zonas do Ocidente Ibérico, e sobretudo no mundo rural, temos também de admitir uma forte continuidade populacional desde épocas bem anteriores à islamização. Afinal, em vez de invasores, estamos hoje a lidar com os descendentes das mesmas pessoas, com os mesmos espaços e formas de habitação, com as mesmas hortas e malhadas para o gado, com os mesmos saberes e cultura.

Sem esta forma de olhar, seria muito difícil perceber a funcionalidade de alguns espaços de habitação e sobretudo, a utilidade de inúmeros artefactos de um quotidiano em vias de extinção. Este diálogo constante com os habitantes, o querer saber onde e como se constrói, o perguntar como se usa, como se cozinha, foi fundamental para percebermos melhor os fenómenos sociais, algumas técnicas arcaicas e o próprio terreno que andávamos a pisar. Pudemos começar a responder com muito mais segurança às dúvidas que nos assaltavam, mantendo e desenvolvendo com as pessoas um contacto de proximidade e também de amizade.

Ao fim deste quarto de século de terreno, já muita informação teria desaparecido, se não fosse esta recolha cultural. Por outro lado, resta ainda muito a fazer, nomeadamente nos trabalhos agrícolas. Não temos tido capacidade e meios para nos dedicarmos mais seriamente a este mundo rural no momento em que dá mostras de maior fragilidade. Embora pontualmente encetado, falta quase tudo na recolha da memória oral, dos micro-dialectos, dos contos e romances, dos ritmos musicais, de uma forma geral, do imaginário popular de toda esta região. Já temos

algumas publicações dos levantamentos existentes, mas ainda falta muito.

Devido à equipa da Escola Profissional, tem sido feito um bom trabalho na recolha e aplicação das tecnologias tradicionais de construção. Como antes vimos, foram feitas em taipa várias obras experimentais de interesse público como a Casa Mortuária, as capelas da Sr.^a do Amparo – S. Brissos, S. Sebastião e ultimamente, S. Barão. Porém a aplicação destes saberes – com enormes vantagens na climatização habitacional – tem chocado, infelizmente, com as posturas legais de tipologia e construção que impõem muitas vezes padrões técnicos e formais apenas aplicáveis aos modelos citadinos e ao betão armado.

H. G. A. – Regulamentos camarários?

C. T. – Camarários e gerais. Mesmo na pequena habitação, são obrigatórios pilares de cimento. As portas e janelas têm de ser de um certo tamanho... etc. É verdade que são cada vez mais insistentes os aconselhamentos à arquitectura tradicional, porém a rigidez das posturas mantem-se inalterável. Impõe-se com cada vez maior premência a regionalização, a localização de certos preceitos culturais que nunca devem ter um carácter genérico.

H. G. A. – A vossa investigação, como tu dizias no início da entrevista, tem objectivos de intervenção.

C. T. – Nunca houve da nossa parte a arquitectura prévia de um plano de intervenção rigorosamente estabelecido. Tínhamos uma investigação científica a fazer e tínhamos vários projectos culturais e políticos na cabeça. Havia sempre inevitável inter-acção de programas, de consequências e dinâmica imprevisíveis.

H. G. A. – A investigação aparece normalmente em centros ligados a universidades ou institutos, e aqui aparentemente não. Como interpretar esta aparente ausência da universidade e dos seus centros de investigação?

C. T. – Seria impensável arrancar hoje com um projecto deste género. Em 1978 apenas alguns anos tinham passado sobre a festa do 25 de Abril e tudo ainda era possível. Todas as instituições, e com elas a Universidade, tinham sido postas em causa e nessa altura ainda não tinham recuperado a sua autoridade institucional. E por outro lado, não podemos esquecer-lo, a minha presença e acção local, até meados dos anos oitenta, foi indirectamente avalizada pela própria Universidade à qual eu estava então vinculado.

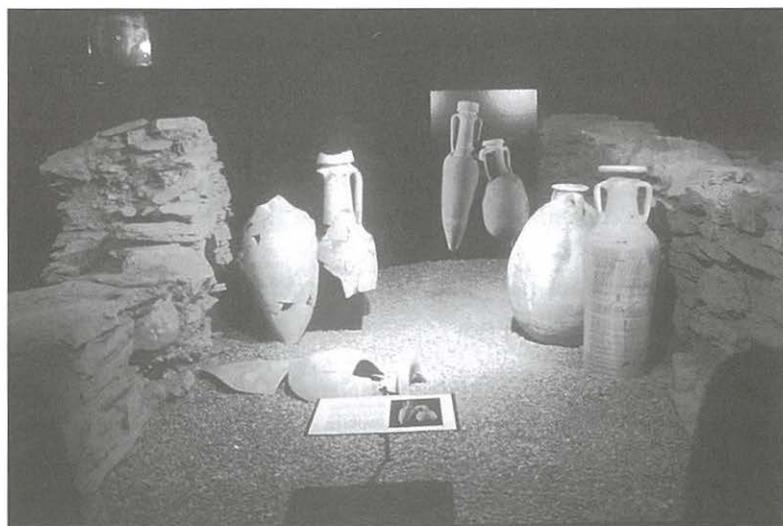
Esta iniciativa, foi de facto inovadora quando cortei com a universidade e convidei um grupo de jovens universitários para uma aventura. O Campo Arqueo-

lógico de Mértola foi lentamente afirmando a sua qualidade e o reconhecimento nacional, o que, de certa forma, nos permitiu recuperar um estatuto de prestígio equivalente à própria universidade. Neste momento temos em vigor, e com resultados positivos, vários acordos institucionais com algumas universidades e institutos universitários portugueses no Porto, Évora e Faro. Fora do país temos trabalhado em boa colaboração com as universidades de Lion e Toulouse na França, na Espanha com Murcia, Huelva, Sevilha e com a Complutense de Madrid. Em Marrocos mantemos contacto com a Universidade e com o Instituto de Arqueologia de Rabat. Na fase seguinte, quando acabar a reconstrução da chamada Casa Amarela, futura sede de um Instituto de Estudos Islâmicos e Mediterrânicos e for reorganizada a biblioteca e instalações doadas pelo prof. Mattoso, esperamos iniciar um programa formativo direccionado para cursos superiores especializados.

H. G. A. – Saibamos nós ver, nestes vinte anos do Campo Arqueológico de Mértola, uma caso exemplar de como o “tempo longo” de que falava Braudel, pode surpreender-nos hoje a criar futuro na vida de uma comunidade mediterrânica.



Escola Oficina de Tecelagem (CAM)



Núcleo Romano do Museu de Mértola (CAM)

V Á R I A

O CONTRIBUTO DA EPIGRAFIA NA HISTÓRIA ECONÓMICA DE BRACARA AVGVSTA

por

Rui Morais*

Resumo: Estuda-se o contributo da epigrafia no contexto da economia e comércio de Bracara Augusta. Neste contexto, destaca-se uma inscrição da época de Cláudio dedicada pelos cidadãos romanos que negociavam em Bracara Augusta.

Palavras-chave: Epigrafia; comércio; negociantes.

I. INTRODUÇÃO

O estudo da epigrafia no contexto do comércio é fundamental para o entendimento da economia da cidade. Trata-se de saber até que ponto as epígrafes latinas de *Bracara Augusta* nos esclarecem acerca da vida económica da cidade e, sobretudo, a sua evolução no contexto do NO peninsular. No entanto, ao consultarmos o *corpus* de inscrições relacionadas com a cidade, desde logo nos apercebemos da extrema dificuldade em deduzir testemunhos sobre a vida económica.

II. AS INSCRIÇÕES

A função de mercado privilegiado que a cidade desde cedo exerceu está, no entanto, bem documentada por um conjunto de inscrições aí encontradas. Para além de uma inscrição com a dedicação a Mercúrio, encontrada num muro da cerca do Seminário de Santiago em Braga (Tranoy, 1981: 315; Santos, Le Roux e Tranoy, 1983: 188, n° 8; Est. IV, n° 10) as proximidades do Seminário de Braga, actualmente em depósito no respectivo Museu, e de três inscrições (vid. *CIL*, II, 2417; *AE*, 1973: 310) dedicadas aos *Lares viales* (uma das quais está ainda inédita), o papel económico da cidade está especialmente testemunhado por duas inscrições, uma (vid. *CIL*, II, 2413 = *ILER*, 547) consagrada ao *genius* do edifício do mercado (*genius macelli*) e outra (vid. *CIL*, II, 2423) dedicada, na época de Cláudio, a *Caius Caetronius Miccio* pelos cidadãos romanos que negociavam em *Bracara Augusta* (*ciues Romani qui negotiantur Bracaraugusta*).

* Assistente da Universidade do Minho.

III. O SIGNIFICADO DESTA INSCRIÇÃO: A FIGURA DE C. CAETRONIVS MICCIO E A EXISTÊNCIA DE NEGOTIATORES

3.1. C. *Caetronivs Miccio*: a evolução política de um cidadão

Como refere Géza Alföldy (1966: 372) “*os negociantes romanos que negociavam em Bracara Augusta*” erigiram uma lápide de carácter honorífico em honra de *Caius Caetronivs Miccio* considerando-o, talvez, seu patrono, em consequência das actividades económicas e financeiras por ele desenvolvidas, na condição de *legatus Augusti Hispaniae Citerioris*, aquando do seu primeiro cargo pretoriano, exercido por volta do ano 32 (ou, talvez, já anteriormente), com a função de substituição do governador *L. Arrvntius*, afastado de tais funções pelo próprio imperador, Tibério (Tranoy, 1981: 163).

Sabemos também (Alföldy, 1966: 372) que fez parte do “*cursus*” senatorial de *Caius Caetronivs Miccio* o cargo exercido como procônsul da província senatorial da Bética, cerca do ano de 37, talvez 37-38.

Particularmente interessante foi o último cargo exercido por este senador o qual, após a prefeitura do erário militar, assumiu o cargo de *praefectus reliquorum exigendorum populi Romani* (único título testemunhado na epigrafia romana), com a função de tomar a seu cargo a exacção dos saldos das contribuições destinadas ao *aerarium populi* (*id. ibidem*, 1966: 370-1).

3.2. C. *Caetronivs Miccio*: os cargos assumidos e seu significado

A substituição de *L. Arrvntius* por *C. Caetronivs Miccio*, inserida na tentativa de impedir os abusos e arbitrariedades dos governantes nas províncias (Tovar, 1975: 124; Blázquez, 1975: 123), ficou famosa na antiguidade (Tác. *An.* VI 27, *Hist.* II, 65) dado tratar-se do afastamento por cerca de dez anos dum personagem de categoria consular. Como consequência daquele “ostracismo”, *C. Caetronivs Miccio* pôde usufruir, como *legatus* do Imperador, dum estatuto privilegiado ficando com a jurisdição civil da cidade e substituindo o procônsul em todas as suas actividades.

A ascensão de *Caius Caetronivs Miccio* (Alföldy, 1966: 372) ao cargo de procônsul da província senatorial de Bética teve também pleno significado. Este cargo, atribuído por sorteio a pessoas que anteriormente tivessem exercido na sua carreira política a magistratura da prefeitura, permitiu-lhe o controlo civil e político – e, por consequência, seguramente económico – de toda a província da Bética. Na verdade, a figura de um procurador – apesar de se tratar de um cargo eminentemente associado à política administrativa da antiga república – representava agora um elemento essencial da burocracia imperial que, ao delegar o controlo financeiro a elementos da ordem equestre, controlava, desta forma, determinados recursos, como sejam a administração das minas ou a recolha de determinados impostos. Entre estes podemos citar os impostos relativos à *vigesima hereditatis* (5% sobre as heranças), à *vigesima libertatis* (5% sobre a passagem de um escravo a liberto) e ao estabelecimento de 2% sobre as importações, imposto conhecido como *quagesima* ou *portorium* (González Román, 1995: 28).

Tendo em conta o contexto conhecido dum comércio activo e permanente de *Bracara Augusta* com a província da Bética, durante o séc. I, induzido dos materiais arqueológicos,

não é de excluir a influência benéfica por ele exercida nas relações comerciais com aquela província.

Particularmente interessante foi o último cargo exercido por este senador o qual, após a prefeitura do erário militar, assumiu o cargo de *praefectus reliquorum exigendorum populi Romani* que, como vimos, tinha a função de tomar a seu cargo a exacção dos saldos das contribuições destinadas ao *aerarium populi* (Alföldy, 1966: 370-1). Ora, dada a actividade por este desenvolvida, e sabendo nós que os *negotiatores* podiam usufruir – como beneficiários directos dos Imperadores que os encorajavam a investir no comércio – da isenção dos *munera* e *honores publica*, caso estimulassem a importação de bens e investissem metade das suas fortunas (Sirks, 1991: 395-7; 412), podemos admitir que estes tenham erigido esta lápide na tentativa de vir a beneficiar de tais isenções.

Não se deve afastar ainda a possibilidade destes *negotiatores* pretenderem, com esta dedicatória de carácter evergetista, auferir o cargo de magistrados locais, à semelhança de outros casos conhecidos do mundo romano peninsular, designadamente os de *Gaius* e *Aquinus Mela* (Blazquez, 1975: 207-8), grandes homens de negócios que exploravam as minas hispânicas no final da república. Esta atitude evergetista enquadra-se, aliás, na tradição tardo-republicana segundo a qual os *negotiatores* tomavam a seu cargo a construção de santuários na região do Lácio e todo o centro de Itália (La Rocca, 1990: 408-409).

Todavia, e de acordo com as fontes literárias (D'Arms, 1980; 1981; Giardina, 1992), as recompensas sociais (*status*) não foram muito frequentes em época romana, sendo mais comum o benefício material (Juvenal 14. 201-204).

3.3. Os *negotiatores*: problemáticas relativas à sua proveniência e situação social

O termo *negotiator* é um termo dotado de uma grande polissemia: representa aquele que actua, que é activo, que pratica os *negotia* (Valencia Hernández, 1989-90: 205; *id.*, 1992: 101). O *negotiator* é um cidadão romano ligado aos meios dirigentes que exerce uma actividade muito diversificada (política, financeira, bancária ou comercial) em particular nas províncias (Feuvrier-Prevotat, 1981: not. 38; García Brosa, 1999: 184). Na generalidade, são recordados como pertencentes a um grupo definido pela sua actividade comercial e financeira, embora pouco se saiba acerca da sua proveniência e situação social.

Em época republicana o termo *negotiator* difere do de *mercator*: o primeiro indicava um comerciante de modestos recursos económicos, o segundo um rico e poderoso homem de negócios. A partir pelo menos da 2ª metade do séc. I d. C. os dois termos tendem a confundir-se e a ser usados indiferentemente para indicar comerciantes (Colavitti, 1999: 21). Regra geral o termo *negotiator* refere-se, todavia, a vendedores sedentários, mercadores de grande escala que participavam no comércio marítimo (Tácito, *Annales*, XII, 51) (a chamada *magna mercatura*), sobretudo em questões financeiras (Rougé, 1966: 274-283; Jones, 1974; Kneissel, 1983). Alugavam barcos e emprestavam dinheiro, mas não costumavam viajar com as mercadorias, delegando estas funções a outros comerciantes (Tácito, *Annales*, II, 87), os *publicanii* (os contratistas públicos da época republicana), que mantinham as suas relações com a administração imperial (Badian, 1972; Cinna, 1981).

Os achados epigráficos relativos ao porto de Óstia e seu fórum (Piazzale delle Corporazione) são demonstrativos de como os *negotiatores* se organizavam em associações

para realizar transações comerciais através de oficinas na cidade (Becatti, 1961; Pohl, 1978; Houston, 1980).

No caso presente da inscrição de Braga, independentemente da polissemia e consequente ambiguidade que os vocábulos *negotia* e *negotiatores* geram, a utilização do termo *negotiantur* revela, antes de mais, a importância política destes cidadãos romanos na cidade. À semelhança de outros contextos conhecidos no mundo romano (Valencia Hernández, 1989-90: 195-216; García Brosa, 1999: 185), o emprego desta fórmula verbal foi certamente determinada pela necessidade de encobrir uma realidade que contradizia a ideologia tradicional e conservadora da época, como se depreende da leitura e análise dos discursos narrativos de autores antigos, entre os quais Cícero (Valencia Hernández, 1989-90: 195-216), que utilizavam a mesma fórmula verbal quando se referiam aos modos de vida das classes dirigentes, fossem eles da ordem senatorial ou equestre. Mais, e de novo à semelhança de outros contextos conhecidos (*id. ibidem*), o cuidado destes dedicantes em manifestar a qualidade de *ciues Romani* (não referindo o seu estatuto social) teria servido – como vimos – para encobrir uma situação sócio-política concreta mas também para justificar determinadas práticas económicas e o seu carácter não profissional.

3.4. Os *negotiatores*: o significado da sua presença

A presença na cidade de *negotiatores* revela, como menciona Patrick Le Roux (1996: 371), a existência dum *conventus* de negociantes com estatuto oficial, cuja ocupação podia ter sido a importação de produtos como o azeite e vinho ou de cerâmica itálica ou gálica.

No estado dos nossos conhecimentos, estamos em crer que esse *conventus* de negociantes se dedicou preferencialmente à comercialização do vinho proveniente da província senatorial da Bética, como se pode induzir da relativa escassez, na cidade, das cerâmicas finas de produção itálica e gálica (Morais, 1997-98 a), bem como de ânforas para transporte de azeite, em perfeita contradição com a abundantíssima quantidade de contentores de vinho, aqui representadas pelas ânforas Haltern 70 de proveniência Bética (*id.*, 1997-98 b; 1998 a; 1998 b).

Esta actividade comercial, associada ao facto dos *negotiatores* poderem ser armadores, realizar empréstimos e participar noutras actividades ligadas à posse de terras (Pancier, 1980), tornaria quase inevitável que estes tivessem fixado a sua residência na cidade, local onde podiam realizar as suas actividades e contactar com os mercadores (*mercatores*).

Esta seria provavelmente a situação dos *negotiatores* em *Bracara Augusta*. De facto, como referimos, a presença maciça de ânforas do tipo Haltern 70 sugere um fluxo contínuo de mercadorias cujo testemunho não pode ser fruto de aventuras comerciais ocasionais, mas sim de uma certa facilidade que tinham os seus habitantes em adquiri-las e, talvez, o resultado de uma dedicação completa de um comerciante especializado com vantagens económicas em comercializar alguns bens particulares.

BIBLIOGRAFIA

- ALFÖLDY, G. (1966), "Um "cursos" senatorial de *Bracara Augusta*", *Revista de Guimarães*, vol. LXXVI, nº 1-2, Guimarães, 1966, 363-372.
- ARGOTE, J. C. (1732-34), *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, vol. II, Lisboa, 1732-34.
- BADIAN, E. (1972), *Publicans and Sinners: Private Enterprise in the service of Roman Republic*, Oxford, 1972.
- BECATTI (1961), "Scavi di Ostia", *Mosaici e pavimenti marmorei 4*, Roma, 1961.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1975), "Economía y sociedad", *Historia de la Hispania Romana. La Península Ibérica desde 218 a. C. hasta el siglo V*, (A. Tovar e J. M. Blázquez), Alianza Editorial, Madrid, 1975, 193-348.
- CINNA, M. R. (1981), *Ricerca sulle società di publicani*, Milão, 1981.
- COLAVITTI, ANNA MARIA (1999), *La presenza dei negotiatores italici nella Sardegna di età romana*, Editrice S'Alvure Oristano, Oristano, 1999.
- D'ARMS (1980), "Riflessioni antiche e moderne sulle attività commerciali a Roma nei secoli II e I a. C.", (J. H. D'Arms e E. C. Kopff, eds), 77-90.
- FEUVRIER-PREVOTAT, C. (1981), "Negotiator et Mercator dans le discours cicéronien : essai de définition", *Dialogues d'Histoire Ancienne*, 7, 1981, 367-405.
- GARCÍA BROSA, GLORIA (1999), "Mercatores y Negotiatores: simples comerciantes?", *Pyrenae*, nº 30, Universitat de Barcelona, Barcelona, 1999, 173-190.
- GIARDINA, A. (1992), *O Homem Romano*, Editorial Presença, Lisboa, 1992.
- HOUSTON, G. W. (1980) "The administration of Italian seaports during the first three centuries of the Roman Empire", (J. H. D'Arms e E. C. Kopff, eds.), 1980, 157-172.
- JONES (1974), *The Roman Economy*, Oxford, 1974.
- KNEISSEL, P. (1983), "Mercator-negotiator. Römische Geschäftsleute und die Terminologie ihrer Beruf", *MBAH ii/1*, 1983, 73-90.
- LA ROCCA, EUGENIO (1990), "Linguaggio Artistico e Ideologia Politica a Roma in Età Repubblicana (vid. "Negotiatores" italici e santuari laziali)", A.A. V.V., *Roma e L'Italia. Radices Imperii*, Libri Scheiwiller, Milão, 1990, 287-495 (408-409).
- LE ROUX, P. (1996), "Las ciudades de la *Callaecia* romana durante el Alto Imperio", *Gerión*, 14, Departamento de Historia Antigua. Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense, Madrid, 1996, 363-379.
- MORAIS, R. (1997-98a), "Importações de cerâmicas finas em *Bracara Avgvsta*: da fundação até à época flávia", *Cadernos de Arqueologia*, série II, 14-15, Braga, 1997-98a, 47-97.
- (1997-98b), "Sobre a hegemonia do vinho e a escassez do azeite no Noroeste Peninsular nos inícios da romanização", *Cadernos de Arqueologia*, série II, 14-15, Braga, 1997-98b, 175-182.
- (1998a), "As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de *Bracara Augusta*", *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, 8, Braga, 1998a.
- (1998b), "As ânforas Béticas em *Bracara Avgvsta*", *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae*, Écija e Sevilha, 17 a 20 de Dezembro de 1998b, 683-696.
- POHL, I. (1978), "Piazzale delle corporazioni ad Ostia. Tentativo di ricostruzione del portico Claudio e la sua decorazione", *MEFRA* 90, 1978, 331-347.
- ROUGÉ (1966), *Recherches sur l'organisation du commerce maritime en Méditerranée*

- sous l'Empire Romain*, Paris, 1966.
- SANTOS, LUCIANO; LE ROUX, PIERRE & TRANOY, ALAIN (1983), "Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga", *Bracara Avgvsta*, vol. 37, nº 83-84 (96-97), Jan.-Dez., 1983, Braga, 188, nº 8; Est. IV, nº 10.
- SIRKS, B. (1991), "Food for Rome. The legal structure os the transportation and processing of supplies for the imperial distributions in Rome and Constantinople", *Studia Amstelodamensia ad Epigraphican, Ius Antiquum et Papyrologicam Pertinentia*, Amesterdão, 1991.
- TOVAR, A. (1975), "La conquista romana", *Historia de la Hispania Romana. La Península Ibérica desde 218 a. C. hasta el siglo V* (A. Tovar e J. M. Blázquez), Alianza Editorial, Madrid, 1975, 9-121.
- TRANOY, A. (1981), *La Galice Romaine: Recherches sur les NW de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Boccard, Paris, 1981.
- VALENCIA HERNÁNDEZ, MANUELA (1989-90), "Mercator y Negotiator: ambigüedad y realidad económica en la obra de Cicerón", *Caesaraugusta*, 66-67, Zaragoza, 1989-90, 195-216.
- (1992), *Agricultura, Comercio y Ética. Ideología Económica en Roma (II a.e.-I d. E.)*, Zaragoza, 1992.

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

- AE - L'Année Épigraphique. Révue des Publications Épigraphiques relatives à l'Antiquité Romaine, Paris.
- CIL - *Corpus Inscriptionum Latinarum*.
- ILER - VIVES (1972 e 1972) JOSÉ VIVES - *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972.

O COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DE VALE FERREIRO, SERAFÃO, FAFE (NORTE DE PORTUGAL)

por

Ana M. S. Bettencourt*, Francisco de Sande Lemos**
& Maria Teresa Araújo***

Resumo: Os autores descrevem um complexo de estruturas arqueológicas encontradas no cabeço de Vale Ferreiro, concelho de Fafe, reportáveis à Idade do Bronze.

Palavras-chave: Norte de Portugal; Idade do Bronze; sepulcro de inumação e seu contexto.

1. CONDIÇÕES DOS ACHADOS

O túmulo de Vale Ferreiro foi encontrado a 8 de Setembro de 1999 aquando da abertura de um caminho¹, a norte do campo de futebol da freguesia de Serafão, concelho de Fafe.

Durante os trabalhos a pá mecânica da retroescavadora revolveu algumas pedras de pequena dimensão e levantou um fragmento de uma laje granítica. Esta acção pôs a descoberto uma pequena cavidade vertical, em pedra, no interior da qual eram visíveis ossadas humanas. Tal acontecimento provocou a curiosidade da população local, o que contribuiu para o remeximento parcial das ossadas mais visíveis.

Tendo este achado sido dado a conhecer à Casa da Cultura da Câmara Municipal de Fafe, no dia 9 do mesmo mês, rapidamente se providenciaram os meios para que fosse escavado cientificamente. Nesse sentido foi contactada a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, ambas instituições sediadas em Braga, que se responsabilizaram pelos trabalhos arqueológicos sob

* Arqueóloga do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710 Braga, Portugal. Email: anabett@uaum.uminho.pt

** Arqueólogo da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Av. Central, 39, 4710 Braga. Email: lemos@uaum.uminho.pt

*** Especialista em Antropologia Biológica. Professora efectiva da Escola Secundária de Alcaldes de Faria, Barcelos, 4750 Barcelos.

¹ Em propriedade do Senhor Parfídio Gonçalves, residente em Serafão a quem se agradece a autorização para a realização das escavações arqueológicas.

a direcção de Francisco de Sande Lemos. Após os necessários contactos com a delegação de Vila do Conde, do Instituto Português de Arqueologia, os trabalhos iniciaram-se com a colaboração parcial de Ana Bettencourt e de Maria Teresa Araújo².

Nas proximidades do túmulo 1 assinalámos a presença de um montículo de blocos pétreos, aparentemente artificial, muito pouco perceptível na paisagem, que poderá corresponder a uma segunda estrutura tumular. Foi designado por túmulo 2 de Vale Ferreiro.

A 52 m para norte do túmulo 1, no perfil sul de um estradão que cortou a vertente suave do cabeço de Vale Ferreiro, foram detectados fragmentos de cerâmica manual, de pasta arenosa, textura grosseira, acabamento alisado e cor castanha. Este espólio deverá relacionar-se com outras estruturas arqueológicas existentes neste local, e ainda por determinar.

Em finais de Novembro de 1999, a 32 m para nordeste do túmulo 1, foi detectada uma fossa, de forma irregular, aberta no estradão de acesso ao alto do cabeço (Fig. 3). A ameaça de destruição desta estrutura levou a que se procedessem a novas escavações de emergência no local. Após as devidas autorizações do IPA, Ana Bettencourt assumiu a direcção dos trabalhos, em Dezembro do mesmo ano, com a colaboração de José Manuel Pires Martinho e do Sr. Manuel Abraão Pires³.

O conjunto dos dados arqueológicos deste cabeço assim como as suas características geológicas, tornam esta área adequada para trabalhos de prospecção geofísica que se espera sejam efectuados em breve⁴.

2. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO AMBIENTAL

A estação arqueológica situa-se na província do Entre-Douro-e-Minho, distrito de Braga, concelho de Fafe, freguesia de Serafão, lugar de Godarilhas. Segundo a folha nº 71 da "Carta Militar de Portugal", na escala de 1: 25 000, as coordenadas geográficas são as seguintes:

Latitude: 41° 32' 31" N;

Longitude: 8° 13' 9" W;

Altitude: 207m.

Vale Ferreiro é um pequeno cabeço da base da vertente oeste da serra da Agrela⁵ contraforte da serra da Cabreira. Fica sobranceiro ao rio Ave, que corre a menos de 1,5 Km para Norte e a cerca de 2 Km para Oeste.

² A escavação contou, ainda, com a colaboração de José Manuel Pires Martinho, técnico auxiliar da museografia da Casa da Cultura da Câmara Municipal de Fafe, Cândido Semelhe, Nuno Fernandes, João Gonçalves e Vladimiro Pires da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Isabel Marques e Manuel Santos do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Carla Ferreira e Ana Valentim, do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Vila do Conde.

Agradecemos todo o apoio fornecido pela Câmara Municipal de Fafe que realizou o levantamento topográfico, suportou os encargos com os desenhos e efectuou o pagamento das datas de radiocarbono, realizadas em Uppsala.

³ Motorista da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

⁴ Conforme nos foi comunicado pelo Sr. Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Fafe.

⁵ Designação popular.

Trata-se de uma área com excelentes condições de visibilidade para a bacia aluvionar do Ave, pelo que deverá conectar-se com a paisagem de vale.

A cerca de 100m para Norte corre uma linha de água que alimenta o rio Pequeno, afluente da margem esquerda do Ave (Fig. 2).

Segundo a Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50 000, o substrato rochoso do local é constituído por granitos, sem afloramentos à superfície.

O revestimento vegetal é arbóreo, com predomínio de pinheiros, alguns carvalhos e eucaliptos esparsos. Nas imediações há quintais agricultados pertencentes ao casario do lugar.

O acesso a Vale Ferreiro faz-se pela estrada municipal nº 207 até ao lugar do Barreiro, onde se corta para o centro de Godarilhas. A partir daí o acesso a Vale Ferreiro faz-se por caminho de terra batida, durante alguns metros.

3. METODOLOGIA

3.1. Túmulo 1 de Vale Ferreiro

O início dos trabalhos correspondeu à referenciação do túmulo numa quadrícula de 2x2m, orientada para o Norte geográfico, tendo-se, mais tarde, alargado a área de escavação (mais 0,40m para Este e 0,20cm para Norte). Posteriormente, procedeu-se ao início da escavação por decapagem dos sedimentos superficiais. Após a delimitação da estrutura tumular e do levantamento da laje de cobertura, os trabalhos no interior da câmara foram efectuados pela antropóloga que subscreve este trabalho.

Na fase seguinte, iniciou-se a desmontagem total da estrutura pétreo de “tipo cairn” que envolvia a câmara funerária até à rocha de base. Esta opção visou detectar eventuais estruturas ou depósitos culturais relacionados com a construção do monumento.

O desenho de várias plantas e alçados deste túmulo foi realizado na escala de 1:10. Não há perfil do enchimento da câmara pois este era apenas constituído pelas ossadas e por uma fina camada de terra que lhes estava adossada. A necessidade de levantar o esqueleto implicou a remoção integral desta camada, que foi descrita e recolhida para crivagem. Foram, igualmente, crivadas as terras que se misturavam com o amontoado de pedras, de “tipo cairn”, que rodeava o monumento.

Efectuou-se um registo fotográfico e videográfico completo dos trabalhos.

O material osteológico deu entrada no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Braga, onde foi analisado pormenorizadamente. As ossadas foram, posteriormente, sujeitas a análises várias que se explicitam no ponto 6 deste trabalho. Também a tampa deste túmulo, que se encontrava fragmentada, foi conduzida para aquela instituição onde foi restaurada.

Para detecção de eventuais gravuras ou pinturas nos esteios do imóvel foi chamada ao local uma equipa do Centro Nacional de Arte Rupestre, sobre a direcção de António Martinho Baptista. Desta visita resultou a recomendação do levantamento fotográfico, com película sensível aos infra-vermelhos, de cada um dos esteios, o que foi realizado por Manuel Santos, do Museu D. Diogo de Sousa. Este trabalho não permitiu detectar qualquer tipo de pinturas.

Os trabalhos terminaram com a protecção da estrutura por geotêxtil e com a sua cobertura com terra e pedra.

3.2. Fossa 1 de Vale Ferreiro

Os trabalhos nesta fossa iniciaram-se pela limpeza superficial da área onde se encontrava, pelo desenho de uma primeira planta e por um primeiro registo fotográfico. De seguida, procedeu-se à sua inserção numa quadrícula de 2x2m, orientada para o Norte geográfico.

O início da escavação efectuou-se por decapagem dos sedimentos, segundo as camadas naturais mas por planos de 5 em 5cm. Cada plano foi desenhado à escala de 1:10, assim como a planta e os alçados finais.

A estrutura foi dividida sensivelmente a meio para permitir uma escavação sectorial que facultasse o perfil estratigráfico do seu enchimento.

Foram recolhidos sedimentos de cada camada para diversas análises, como as de teor de fosfatos. Os restantes foram crivados com crivos de malha muito fina, para detecção de ecofactos.

Foi efectuado o registo fotográfico dos trabalhos.

O espólio deu entrada no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, onde foi analisado e estudado.

Após a escavação integral a estrutura foi tapada com geotêxtil e terra.

4. ESCAVAÇÃO

4.1. Túmulo 1 de Vale Ferreiro

4.1.1. O *tumulus*

Após a decapagem de uma fina camada de saibro detectou-se, em posição central, uma grande laje granítica, fragmentada, que se dispunha na horizontal. Tratava-se da tampa da sepultura, *in situ*, que se encontrava rodeada por alguns blocos pétreos de pequena dimensão. O avanço da escavação, na área exterior da sepultura, pôs a descoberto um amontoado de blocos pétreos imbricados que rodeavam a câmara e definiam uma espécie de "cairn" subterrâneo composto, preferencialmente, por quartzos. Todo o monumento foi construído no interior de uma grande fossa aberta na arena granítica, com 2,07m no sentido Norte-Sul e 1,85m no sentido Este-Oeste (Figs. 5 e 13). Verificou-se, também que, após o enterramento, toda a estrutura pétrea foi tapada com terra saibrenta, de coloração clara e pouco compacta.

O espólio encontrado nos sedimentos do túmulo é muito escasso. Registámos um micrólito atípico, de quartzo semi-translúcido, com retoque, que apareceu na camada de fecho da estrutura, junto do esteio nº 6. Está inventariado com o número MDDS - 2002/0002. Nas terras do crivo detectou-se, ainda, um pequeno fragmento de uma pança cerâmica, de fabrico manual, pasta arenosa, grosseira, com acabamento alisado em ambas as faces e de cor castanha.

4.1.2. A câmara

A desmontagem do “cairn” permitiu perceber melhor as características construtivas da câmara funerária. Esta, de forma sub-rectangular, tinha, na base, 0,95m de comprimento no sentido Norte-Sul e 0,64m de largura no sentido Este-Oeste. Foi construída com sete esteios de dimensões e formas variadas, dispostos de forma inclinada para o centro da estrutura.

Parecem ter existido, igualmente, blocos de travejamento e cunhas (Figs. 6 e 14). Com excepção da tampa e do esteio nº 1, colocado a Norte da câmara, todos os outros correspondem a lajes graníticas muito polidas, com vestígio de forte erosão fluvial. Tal característica permite pensar que estes ortostatos foram trazidos intencionalmente, de área ribeirinha. De registar três lajes de travejamento polidas. Entre elas destacamos uma, colocada entre os esteios números 4 e 5, a Sul, com uma configuração sensivelmente antropomórfica, onde facilmente se poderia “imaginar” uma cabeça e o contorno dos ombros (Fig. 14).

A base da câmara era revestida por duas lajes aplanadas (Fig. 7).

A altura da câmara é de 0,57m entre o esteio de base e a superfície inferior da laje de cobertura (Fig. 8 e 9).

A laje de cobertura tem um contorno irregular, com cerca de 0,73m de largura por 1, 20m de comprimento e cerca de 0,10m de espessura máxima (Fig. 4). Actualmente está depositada na Junta de Freguesia de Serafão.

Atendendo a que o indivíduo sepultado deverá ter sido inumado directamente sobre a laje de base e que o túmulo se encontrava intacto, apenas se registou uma finíssima camada de terra a que se misturavam as ossadas. Esta, muito provavelmente resultante de processos posdeposicionais, relacionados com infiltrações de radículas e a decomposição do corpo, era de cor castanha clara, arenosa, algo compacta, com radículas e sem vestígios de carvão.

Nos sedimentos do interior da câmara não foi recolhido qualquer espólio lítico ou metálico.

Além dos restos osteológicos de um indivíduo, registado com o número de inventário MDDS – 1834/99, apenas se detectou um elemento vegetal, aparentemente fossilizado e que, observado ao microscópio, apresenta uma superfície “escamosa” e irregular. Será analisado por Isabel Figueiral e está registado com o número de inventário MDDS – 2002/0001.

4.2. Fossa 1 de Vale Ferreiro

A escavação desta estrutura permitiu definir, em planta, uma fossa de contorno sensivelmente oval, com ligeiro estrangulamento a meio e com um dos lados muito irregular. Apresenta 1,68m de comprimento máximo, no sentido Este – Oeste e 0,68m de largura a meio da estrutura. Em alçado verifica-se que é menos funda a meio. Estas características fizeram-nos colocar a hipótese de que a estrutura, agora escavada, poderia ter resultado da junção de duas fossas independentes. Mede 0,44m de profundidade máxima e cerca de 0,30m de profundidade mínima (Figs. 10, 11 e 15).

4.2.1. Estratigrafia

Registamos, sensivelmente a meio do sector Este, um buraco vertical e restos de uma raiz de uma pequena árvore ou arbusto, ainda não inteiramente carbonizada. Esta não parece ter perturbado a estratigrafia do perfil efectuado a meio da fossa, motivo pelo qual, o manteremos como referência. Este apresenta a seguinte sequência estratigráfica:

Camada 1 – Terra castanha escura, arenosa, compacta, com pedras pequenas resultantes da desintegração do granito e carvões muito pequenos, dispersos na camada. Tem cerca de 6cm de espessura. Ocorre algum material arqueológico.

Camada 1a – Bolsa de arena granítica, por vezes misturada com terras castanhas.

Camada 2 – Terra castanha, arenosa, menos compacta do que a anterior mas com mais carvões dispersos. Ocorre material arqueológico.

Camada 2a – Terra castanha escura, mais arenosa e menos compacta do que as camadas anteriores.

4.2.2. Espólio

Nesta estrutura exumou-se espólio cerâmico, lítico e alguns ecofactos. Não há concentração de artefactos. Todos eles apareceram muito dispersos nas camadas.

As cerâmicas são manuais, de pasta arenosa, texturas grosseiras, acabamentos alisados e cores escuras. Apenas registámos um bordo de orientação indeterminada e duas panças com decoração indeterminada. Os artefactos líticos são efectuados em quartzo.

5. DATAS DE RADIOCARBONO

5.1. Túmulo 1 de Vale Ferreiro

Foi enviada uma amostra de ossos para datação por AMS. Esta foi realizada no Laboratório Angstrom, do Departamento de Ciências Materiais, da Universidade de Uppsala, Suécia. A data da amostra, entretanto recebida, foi calibrada pelo programa da Universidade de Oxford, OxCal 3.5 (Bronk Ramsey, 1995) através da curva de calibração (INTCAL 98, Stuiver *et al.*, 1998).

REF. LABORATÓRIO	C 14 (Anos BP)	IDADE CALIBRADA (anos AC – 1 sigma) 68.2%	IDADE CALIBRADA (anos AC – 2 sigma) 95.4%
Ua – 19728	3635 ± 50	2130-2090 (9.2%) 2150-1870 (95.4)	2040-1910 (59%)

Esta data, inserível na transição do III para o II milénios AC coloca esta estrutura na Idade do Bronze do Norte de Portugal.

5.2. Fossa 1 de Vale Ferreiro

Foi enviada uma amostra de carvões da camada 2 para datação por AMS. Esta também foi realizada no Laboratório Angstrom, do Departamento de Ciências Materiais, da Universidade de Uppsala, Suécia.

REF. LABORATÓRIO	C 14 (Anos BP)	IDADE CALIBRADA (anos AC - 1 sigma) 68.2%	IDADE CALIBRADA (anos AC - 2 sigma) 95.4%
Ua -19500	3315 ± 50	1420-1310	1470-1260

Esta data, inserível no terceiro quartel do II milénio AC é, por ora, perfeitamente aceitável e data esta estrutura da Idade do Bronze.

6. O ESTUDO DAS OSSADAS DO TÚMULO 1 DE VALE FERREIRA

6.1. Introdução

A intervenção antropológica de campo e a observação e análise de sepulturas no seu contexto permite, não só, obter dados sobre o tipo de sepultura e de espólio, mas também, sobre a organização espacial dos enterramentos, a frequência de indivíduos por sepultura e o modo de deposição do cadáver, dados significativos para o conhecimento do “*mundo dos mortos*” das populações passadas (Cunha, 1994). Serve, portanto, o presente estudo para dar a conhecer os procedimentos adoptados na recolha das ossadas encontradas no túmulo 1 de Vale Ferreiro e fornecer o maior número de dados possíveis sobre o indivíduo aí inumado.

6.2. Metodologia: recolha do material e problemas tafonómicos

Após a retirada da laje de cobertura da câmara do túmulo de Vale Ferreira 1, iniciou-se a sua limpeza, em sucessivos planos horizontais, com concomitante localização/sinalização, recolha, acondicionamento/protecção e etiquetagem do material ósseo e dentário que se encontrava no seu interior. As primeiras ossadas a serem retiradas foram as dos planos superiores, nomeadamente de algumas vértebras, ossos longos e uma porção de um osso frontal, material que cremos remexidos. Este espólio foi devidamente envolvido em papel, acondicionado em sacos plásticos, e, posteriormente, transportado para o Museu D. Diogo de Sousa.

Seguidamente procedeu-se ao levantamento do que se encontrava *in situ*. A quantidade de raízes, no interior da construção, dificultou bastante a recolha da maior parte deste material osteológico e dentário. De facto, a penetração das raízes das plantas que faziam parte da cobertura vegetal local, contribuí significativamente para as alterações tafonómicas mais importantes observadas em alguns dos ossos. Referimo-nos, nomeadamente às epífises, muito mais frágeis do que o osso compacto. Esta situação, não só levou à utilização de

consolidante na recolha do perónio direito (levantado em bloco), como foi responsável pela deterioração progressiva do material em laboratório, principalmente da mandíbula que, assente sobre uma "cama" de raízes, foi sofrendo uma desagregação progressiva depois de ter deixado de estar sujeita à pressão intra-sepultura. A presença de pequenos orifícios circulares, de bordos bem definidos, à superfície de alguns ossos, parece remeter para a intervenção de vermes aquando dos processos posdeposicionais a que o indivíduo foi sujeito.

Tal como noutros contextos arqueológicos, o material antropológico *in situ* apresentava um estado de conservação pior do que aquele que foi encontrado no plano superior de remeximento.

A presença de fragmentos de costelas, de cor bastante clara, mas com uma série de pontos de tonalidade vermelho-ferrugem, recomenda análises para identificação dos seus constituintes.

Durante a escavação foram realizadas anotações relacionadas com a posição/orientação dos ossos e do indivíduo no interior do túmulo, entre outras, contribuíram para o estudo do material em laboratório. O único dado métrico obtido com certa fiabilidade (pois o osso encontrava-se *in situ* e em articulação anatómica) foi o comprimento máximo da diáfise do fémur esquerdo (cerca de 390 mm), valor significativo para a determinação da idade do indivíduo (Tabela 3). Em laboratório foram ainda obtidas medidas de ossos longos que contribuíram não só para a determinação da idade, mas também para a do sexo e da estatura.

6.3. Estudo do sexo, idade, análise paleopatológica e das entesopatias

Para o conhecimento do "*mundo dos vivos*" do indivíduo inumado no túmulo de Vale Ferreiro 1, é necessário avaliar parâmetros relacionados com a morfologia/morfometria, a demografia (determinação do sexo e da idade), a morbidade/mortalidade (análise paleopatológica) e a actividade física dos indivíduos (análise das entesopatias).

No entanto, a caracterização de indivíduos imaturos provenientes de contextos arqueológicos apresenta algumas dificuldades ao antropólogo biológico. Isto porque o material ósseo e dental de crianças/juvenis não se preserva tão bem como o dos adultos não só devido às suas menores dimensões, mas também à sua maior fragilidade. Tal é consequência da maior percentagem de matéria orgânica e menor de mineral nos ossos, tornando-os menos densos, e, por consequência, mais susceptíveis à degradação por acção de factores ambientais, como o pH (Saunders, 1992).

No caso concreto, a grande quantidade de raízes foi responsável por algumas alterações dos ossos e dos dentes do indivíduo em estudo, mas não impediram a aplicação de vários tipos de metodologias que permitiram contribuir para conhecermos as suas características durante o seu tempo de vida. É assim que nos propomos tentar determinar o sexo, a idade e efectuar uma análise paleopatológica do mesmo.

6.3.1. Determinação do sexo

Segundo El-Nofely & Iscan (1989), a determinação do sexo de um indivíduo, a partir dos restos osteológicos, torna-se importante na medida em que permite:

- determinar o perfil sexual de um cemitério;
- reconstruir a paleodemografia de uma população (o que reflecte a sua adaptação ou desadaptação biocultural ao ambiente em que se move, as suas condições de vida, dieta, entre outros);
- interpretar a evidência de determinada paleopatologia numa população. Tendo em conta que alguns processos patológicos são mais comuns nos homens do que nas mulheres, o conhecimento do sexo dos indivíduos ajuda a determinar a predisposição sexual para certas doenças.

Para a determinação do sexo de um indivíduo, é necessário utilizar o maior número possível de caracteres dos ossos mais dimórficos, em termos sexuais, como o crânio, a pélvis e o fémur, entre outros ossos longos. No entanto, a determinação do sexo de sub-adultos (esqueletos próximos da maturidade) é bastante problemática e dependente, também, da idade. Devido à variabilidade sexual no crescimento, os indivíduos do sexo feminino, desde a idade fetal até à maturidade, crescem a taxas diferentes dos do sexo masculino, diferença que é, presumivelmente, influenciada por um conjunto complexo de factores (Saunders, 1992). Daí que, esqueletos imaturos não possam ser submetidos a uma análise sexual, apesar de esqueletos próximos da maturidade poderem apresentar as características necessárias, para um diagnóstico aproximado (El-Nofely & Iscan 1989), pois registam, tal como nos adultos, algum dimorfismo sexual a nível das medidas da pélvis, entre outros ossos.

Foi tendo em conta estas premissas que efectuámos a tentativa de identificação sexual do inumado em Vale Ferreiro a partir das medidas expressas na tabela que se segue.

MEDIDA	LADO	VALOR (mm)	SEXO
Diâmetro da cabeça do fémur	Esquerdo	44*	Masculino
	Direito	44*	Masculino
Comprimento do talus	Esquerdo	54,5*	Masculino
	Direito	54,5*	Masculino

Tabela 1 – Determinação do sexo com base em dados métricos. Os valores assinalados com* são valores aproximados, obtidos de acordo com a metodologia proposta por Olivier e Demoulin (1984). Os valores de referência que permitiram a diagnose sexual são os propostos por Acsádi e Nemeskéri (1970).

Os valores das medidas sexualmente discriminatórias acima indicadas, assim como a aplicação de metodologias baseadas nos aspectos morfológicos da pélvis (Ferembach *et al.* 1980; Bruzek 1991) indicam que este indivíduo poderá pertencer ao sexo masculino. As medidas dos diferentes componentes dos ossos coxais (*ilium*, *isquium* e *pubis*), no entanto, revelaram valores próximos dos indivíduos do sexo feminino, o que poderá apenas resultar da dificuldade em obter estas medidas a partir dos três ossos isolados.

6.3.2. Determinação da Idade

A estimativa da idade de esqueletos imaturos envolve o estabelecimento da idade fisiológica do esqueleto (alterações do desenvolvimento dos tecidos) e tentar correlacioná-la com a idade cronológica à morte (Saunders, 1992; Ubelaker, 1989).

Segundo Ubelaker (1989), os principais critérios que permitem estimar a idade fisiológica de esqueletos sub-adultos são⁶:

- a união das epífises;
- o comprimento das diáfises dos ossos longos;
- a formação/desenvolvimento, erupção dental e perda de dentes,

A relativamente boa preservação do esqueleto do indivíduo de Vale Ferreiro 1, tornou possível, não só, a aplicação simultânea de métodos baseados nos três critérios assinalados, mas também a utilização do crânio como base de aplicação de um outro método de determinação da idade desenvolvido por Redfield (1970). O conjunto dos dados obtidos contribuiu para uma determinação da idade bastante precisa deste inumado.

6.3.2.1. Determinação da idade com base na união das epífises

As epífises (centros secundários de ossificação) desenvolvem-se após o nascimento e fundem, gradualmente, com os principais elementos do esqueleto, havendo um intervalo considerável entre o aparecimento do centro de ossificação e a fusão

Segundo El-Nofely & Iscan (1989), na análise da união epifisial deve ter em conta o estágio exacto da união, o intervalo de variação nos tempos de união, as possíveis diferenças entre o exame macroscópico e o exame radiográfico e, ainda, a possível variação entre os sexos na altura e sequência da união. Salientam, também, que o crescimento é afectado pela carência/excesso de vários nutrientes, morbidade e ainda, factores genéticos.

Dependendo da amostra que serviu de base à elaboração das tabelas de fusão, verifica-se a existência de diferenças consideráveis nos tempos de fusão propostos por diferentes autores. Assim, enquanto que os tempos de fusão propostos por Brothwell (1981) são aplicáveis a indivíduos de ambos os sexos, os propostos por Ferembach *et al.* (1980) apresentam uma separação sexual, o que é mais correcto, devido às diferenças sexuais verificadas na altura e sequência da união das epífises. De facto, a análise da maturação esquelética das raparigas, em determinada fase da puberdade e períodos anteriores, revela idades esqueléticas mais avançadas do que as dos indivíduos do sexo masculino com a mesma idade cronológica (Saunders, 1992).

⁶ A diferença entre a idade fisiológica e a cronológica resulta da introdução de fontes de erro na estimativa da idade, como a variação na maturação e os efeitos sistemáticos de factores ambientais e genéticos no crescimento.

Osso	Zona Epifisiária	Idade de fusão segundo Brothwell (1981)	Idade de fusão segundo Ferembach et al. (1980)
Úmero esquerdo	Cabeça do úmero	< 16-25	Homem: < 20-25 Mulher: < 18-23
	Epicôndilo lateral	13-19	Homem: 14-18 Mulher: 14-17
	Epicôndilo distal/medial	< 13-19	Homem: < 14-18 Mulher: < 14-17
Terceiro metacarpiano	Extremidade distal	< 14-21	Ambos os sexos: < 16-20
Falange proximal de mão	Extremidade proximal	< 14-21	Ambos os sexos: < 16-20
Ossos coxais	Crista ilíaca	< 16-23	Ambos os sexos: < 21-24
	Fusão dos 3 ossos	< 13-16	Ambos os sexos: < 15-18
	<i>Isquion</i>	< 17-25	Homem: < 21-24 Mulher: < 17-20
Fémures	Cabeça do fémur, grande e pequeno trocânter	< 15-20	Homem: < 18-21 Mulher: < 15-19
	Extremidade inferior do fémur	< 16-23	Homem: < 17-20 Mulher: < 15-19
Tíbias	Epífise superior da tíbia	< 16-23	Homem: < 17-20 Mulher: < 15-19
	Epífise inferior da tíbia	< 16-20	Homem: < 17-19 Mulher: < 15-18
	Tuberosidade anterior da tíbia	< 16-23	Homem: < 17-20 Mulher: < 15-19
Perónio esquerdo	Epífise inferior	< 16-20	Homem: < 17-19 Mulher: < 15-18
Calcâneos	Tuberosidade posterior	< 12-22	Ambos os sexos: < 16-19
Primeiro metatarsiano esquerdo	Extremidade proximal	< 12-22	Ambos os sexos: < 16-20

Tabela 2 – Determinação da idade com base na união das epífises.

A análise da união das epífises no indivíduo de Vale Ferreiro demonstra que o processo de fusão do epicôndilo lateral do úmero, já estava iniciado. Assim sendo, e de acordo com Brothwell (1981) o indivíduo teria mais de 13 anos mas, seguramente, menos de 19 anos. Ferembach *et al.* (1980) indica que a fusão desta epífise se inicia aos 14 anos, para ambos os sexos, terminando aos 17 anos nos indivíduos do sexo feminino e aos 18 anos do sexo masculino. Assim, juntamente com a análise dos resultados apresentados na Tabela 2, é de crer que o indivíduo tenha entre os 14 e os 18 anos, mais provavelmente entre os 14 e os 16 anos.

6.3.2.2. Determinação da idade com base no comprimento dos ossos longos

A idade à morte de um indivíduo sub-adulto pode, ainda, ser determinada com base no comprimento máximo das diáfises dos ossos longos e/ou largura máxima do *ilium* do(s) osso(s) coxal(ais) desses indivíduos. Referimo-nos, naturalmente, às tabelas propostas por Merchant & Ubelaker (1977 *in* Ubelaker, 1989).

Determinação da Idade pelo Comprimento das Diáfises dos Ossos Longos (em mm)			
Osso	Medida (em mm)	Idade aproximada (em anos)	Notas
Úmero esquerdo	Danificado	> 15,5 anos e < 17,5 anos	–
Fémur direito	385	> 15,5 anos e < 17,5 anos	–
Fémur esquerdo	385	> 15,5 anos e < 17,5 anos	Comprimento máximo <i>in situ</i> é de 390 mm (> 15,5 anos e < 17,5 anos)
Tíbia direita	328	> 15,5 anos e < 17,5 anos	–
Tíbia esquerda	–	–	–
Determinação da Idade pela Largura Máxima do <i>Ilium</i> (em mm)			
<i>Ilium</i> esquerdo	Danificado	–	–
<i>Ilium</i> direito	137*	> 12,5 anos e < 15,5 anos	–

Tabela 3 – Determinação da idade a partir do comprimento dos ossos longos e da largura máxima do *ilium*, segundo a tabela proposta por Merchant & Ubelaker (1977 *in* Ubelaker, 1989). *Medida aproximada.

A análise da Tabela 3 aponta para uma idade de 15 anos e meio ou mais, mas seguramente menor que os 17 anos e meio.

6.3.2.3. Determinação da idade com base no desenvolvimento dental

O desenvolvimento e a erupção dental é menos variável do que a fusão epifisial, ou seja, as taxas de calcificação dental dos indivíduos dos sexos masculino e feminino são similares, principalmente até aos 12 anos de idade – intervalo de tempo entre erupção do 2º e 3º molar (Saunders, 1992). Mas apesar da mesma sequência de erupção, os seus tempos podem variar, para além de existirem fortes influências genéticas entre os sexos (El-Nofely & Iscan, 1989).

Segundo as tabelas clássicas de determinação da idade de sub-adultos de Schour e Massler (1941 *in* Hillson, 1986), que incluem 18 estádios de formação/erupção dental, cada um correspondente a um certo intervalo etário, a dentição do inumado em Vale Ferreiro situava-se entre o Estádio 17 (15 anos \pm 6 meses) e o Estádio 18 (cerca de 21 anos). Este indivíduo possuía a totalidade da dentição permanente erupcionada, com a presença de todos os terceiros molares completamente formados, assim com as raízes dos caninos

permanentes. É, no entanto, de salientar, que este intervalo é muito extenso, uma vez que, apesar dos terceiros molares estarem completamente calcificados, não existe a certeza de que tenham erupcionado na totalidade para além da linha gengival (dente cuja coroa anatómica iguala a coroa clínica) ou que estavam ainda em erupção (dente cuja coroa clínica é menor que a anatómica).

De notar que os padrões usados para a determinação da idade, baseados no desenvolvimento, calcificação e erupção dental, baseiam-se em populações modernas. Para além disso, pode haver variação entre indivíduos de uma mesma população, entre populações, entre períodos de tempo e ainda entre sexos (El-Nofely & Iscan, 1989), pelo que o intervalo etário (de 15 ± 6 meses a 21 anos) deve ser encarado com uma certa relatividade.

6.3.2.4. Determinação da idade com base no crânio

A presença do crânio num estado de preservação razoável, apesar de incompleta, permitiu a aplicação do método proposto por Redfield (1970), baseado no desenvolvimento dos ossos cranianos desde a idade fetal até à idade adulta, nomeadamente do occipital.

Com base nas descrições dos vários estados de desenvolvimento do osso occipital realizadas pelo referido autor, o crânio do jovem de Vale Ferreiro pode enquadrar-se no estágio F de desenvolvimento, correspondente a um estágio de “jovem adulto”. Este estágio é caracterizado pela obliteração da sincondrose esfeno-occipital⁷ do osso occipital, que pode ter o seu início a meio do período adolescente e, após progressão lenta, terminar à volta dos 20 anos. Como esta sutura se encontrava aberta, o indivíduo seria, seguramente, um jovem adolescente. No entanto, não queremos deixar de referir que a observação deste fenómeno é bastante difícil, uma vez que a obliteração se inicia internamente e, só depois, prossegue para o exterior.

Após todas as análises efectuadas podemos adiantar que o indivíduo enterrado em Vale Ferreiro tinha as seguintes características passíveis de identificação da idade:

- A presença de epífises secundárias dos ossos longos (como fémures e tíbias) não fundidas com as respectivas diáfises, permite, desde logo, concluir que, anatomicamente, este indivíduo era um sub-adulto a incluir no grupo dos juvenis. De facto, segundo o diagrama de união das epífises de Brothwell (1981), o indivíduo teria entre 13 a 19 anos. Segundo o de Ferembach *et al.* (1980) entre 14 a 18, se do sexo masculino, como parece ser o caso, e entre 14 a 17 se do sexo feminino. Em conclusão, o indivíduo teria entre os 14 e os 18 anos;
- O comprimento das diáfises dos fémures e o da tíbia direita, segundo as tabelas de Merchant & Ubelaker (1970 *in* Ubelaker, 1989) apontam para um intervalo etário compreendido entre os 15 anos e meio e nunca mais de 17 anos e meio;
- Relativamente ao desenvolvimento dental, as tabelas de Shour & Massler (1941 *in* Hillson, 1986) indicam que o indivíduo teria de 15 anos \pm 6 meses a 21 anos. De notar que qualquer grande discrepância entre a idade dental estimada e a idade esquelética estimada a partir do comprimento das diáfises devem ter em conta os

⁷ Sutura existente entre a porção do osso occipital (*basilaris*) que forma a base do crânio e o terço anterior dos côndilos occipitais e o osso esfenóide.

efeitos adicionais do "stress" patológico, que pode afectar significativamente o crescimento dos ossos longos (Saunders, 1992), o que não parece ser o caso.

O osso occipital do indivíduo de Vale Ferreiro 1, de acordo com o método proposto por Redfield (1970), encontrava-se no estágio F de desenvolvimento, correspondente a um jovem adulto, pois a sincondrose eseno-occipital encontrava-se aberta, só fechando por volta dos 20 anos de idade;

As características apresentadas pela sínfise púbica (em relativamente bom estado), encaixam na Fase I descrita por Suchey & Brooks (1990) (superfície sinfisial com cristas e sulcos horizontais, com marcada ondulação e sem delimitação das extremidades superiores e inferiores) que aponta para uma idade média, no caso dos indivíduos do sexo masculino, de $18,5 \pm 2,1$ anos, fase que inclui 95% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 23 anos.

Desta feita, é de concluir que o indivíduo teria cerca de 15 anos aquando da sua morte, mas, seguramente, menos de 17 anos e meio.

6.3.3. Análise paleopatológica

A análise macroscópica cuidada, quer dos ossos, quer dos dentes não revelou a presença de qualquer tipo de lesão patológica. Também, a análise radiológica das tíbias, coxais, mandíbula e crânio⁸ não evidenciou a presença de qualquer tipo de aspecto radiologicamente valorizável. Pode-se mesmo concluir que, em termos de saúde oral, o indivíduo se encontrava em boas condições.

6.3.4. Análise das entesopatias

Este tipo de análise não é, normalmente, aplicada a indivíduos jovens, uma vez que estes não revelam, ainda, locais de inserção muscular e/ou tendinosa marcados. De facto, na análise do jovem de Vale Ferreiro 1 não se assinala a formação de excreções ósseas nas tíbias e nos fémures, resultantes de movimentos repetidos de determinados músculos de alguns membros. Salienta-se, no entanto, uma ligeiríssima acentuação da linha oblíqua da tibia, em forma de fossa. Esta é a linha (linha solear ou poplíteal), que demarca a fronteira inferior do músculo poplíteus, e a sua maior relevância pode indiciar alguma frequência de certos movimentos que envolvessem a rotação lateral e/ou a flexão da tibia.

6.4. Características do jovem de Vale Ferreiro 1

Muitas são as análises passíveis de serem efectuadas sobre o material em estudo. Para além da análise morfológica usual e radiológica, cujos resultados se encontram no

⁸ Possível graças à colaboração estabelecida, por uma das signatárias, com o Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

presente estudo, a análise do DNA, a do microdesgaste dental e a dos elementos vestigiais nos dentes foram algumas das hipóteses colocadas. A análise do DNA não foi realizada devido à escassez de restos osteológicos da Pré-História Recente, no Norte de Portugal, factor importante para os estudos comparativos que permitiriam tirar conclusões válidas. Também a análise dos elementos vestigiais e do microdesgaste dos tecidos dentais não se processou, quer pelos motivos adiantados para o caso anterior, quer por estarmos face a um indivíduo muito jovem, factores que tornariam estes resultados pouco significativos.

A análise cuidadosa da posição, profundidade e estado de cada osso encontrado no túmulo 1 de Vale Ferreiro, permitiu tirar algumas conclusões quanto ao número de indivíduos inumados, sua organização espacial e posição de inumação.

A detecção, nos planos mais superiores, de vértebras (inclusivamente das primeiras vértebras sagradas), costelas (*in situ*), e da parte direita do crânio (frontal, temporal e parietal incompleto) e, em planos cada vez mais profundos, de vários ossos *in situ* e em articulação anatómica (coxais, sacro, úmero, fémur, tibia e perónio esquerdo, temporal, parietal e parte esquerda do occipital), além de ossos do pé, aponta para o enterramento de apenas um indivíduo. Este teria sido depositado na vertical, orientado no sentido N(cabeça)-S(pés), mas em posição fetal. Posteriormente, a cabeça parece ter tombado sobre o seu lado esquerdo.

A análise de certas medidas sexualmente discriminatórias, assim como a observação de certas características morfológicas de alguns ossos (pélvis e crânio) aponta para um indivíduo do sexo masculino, provavelmente com 15 anos aquando da sua morte. A ausência de patologias ósseas e dentais morfológica e radiologicamente valorizáveis, assim como de qualquer vestígio de trauma, apontam para um estado sanitário bastante razoável aquando da sua morte, que, a ser causada por doença, esta não teria sido suficientemente prolongada de modo a deixar as suas “marcas” no esqueleto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. O túmulo

O conjunto de dados provenientes da escavação do túmulo 1 de Vale Ferreiro permitem concluir que este monumento foi usado com fins funerários durante um curto espaço de tempo. Aqui, foi praticado o ritual de inumação individual de um jovem de sexo masculino, de cerca de 15 anos, cujo estudo ósseo regista ter tido boas condições de saúde até à enfermidade ou acidente que lhe provocou a morte.

As características arquitectónicas desta sepultura são muito peculiares, conferindo a este achado uma importância significativa. Com uma câmara de tipo cistóide e um *tumulus* de tipo cairn, esta estrutura foi construída no interior de uma vala ou fossa, tendo sido tapada após a sua utilização, tornando-se totalmente imperceptível na paisagem.

Se bem que no Noroeste Peninsular sejam conhecidos, em número significativo, túmulos muito pouco perceptíveis na paisagem e que atravessam diversos períodos cronológico-culturais (Kalb *et al* 1979; Silva *et alii*, 1981; Jorge, 1989; 1992; Cruz, 1992; Bettencourt, 1992/1993; Gonçalves, 1992/1993; Vaquero Lastres, 1993a e 1993b; Jorge *et alii*, 1997; Silva, 1997; Cruz, 2000), o túmulo de Vale Ferreiro não encontra paralelo em nenhum dos conhecidas na Galiza, Norte e Centro-Norte de Portugal.

O cuidado e investimento colocados nesta construção verifica-se, também, ao nível dos esteios da câmara, escolhidos intencionalmente em zona ribeirinha, muito provavelmente nas margens do Ave, o que teria implicado o seu transporte durante cerca de 1,5Km. Atendendo a que o inumado era um jovem (embora este conceito seja discutível) parece lícito colocar-se a hipótese de que todo este aparato estaria relacionado com a sua importância e prestígio social, em vida, talvez a indiciar uma comunidade onde a diferenciação social fosse já transmitida pela hereditariedade.

Curioso, é também o facto do “cairn” ter sido construído maioritariamente com blocos de quartzo, o que sendo intencional, não deverá relacionar-se com preocupações associadas ao aumento da visibilidade do monumento, explicação que parece válida para muitos túmulos de tipo “cairn”, da Idade do Bronze da Beira Alta (Cruz *et alii*, 2000).

Talvez a importância deste local, de actividade ritual, se manifestasse através do seu local de implantação, um pequeno cabeço, destacado a Norte, a Oeste e a Sul e de grande visibilidade para quem ocupasse e circulasse na bacia do Ave ou nas vertentes que lhe são sobranceiras, a Este.

Apesar do grande número de dados obtidos, estes não são conclusivos para uma precisa inserção cronológico-cultural do enterramento. No entanto, há algumas características que apontam para uma cronologia no âmbito do Calcolítico Final ou da Idade do Bronze. Referimo-nos à inumação individual, à invisibilidade do monumento e à profusão de blocos de quartzo no “cairn”.

O ritual da inumação individual encontra paralelo em algumas sepulturas do Norte de Portugal, principalmente numa do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa, Guarda), datada radiometricamente do III milénio A.C., nas quatro sepulturas da necrópole da Tapada da Caldeira (Baião, Porto), datadas dos finais do séc. XVII aos finais do séc. XV AC (Jorge, 1980a; 1980b; 1983; 1985) e na necrópole de Agra de Antas (Esposende, Braga), datada dos finais do séc. XIV aos meados do séc. XII AC (Bettencourt, 1999; 2000; Cruz & Gonçalves, 1998/1999).

Quanto à segunda e terceira categorias, podemos adiantar que na Beira Alta se têm detectado uma série de túmulos pouco evidentes na paisagem e com uso sistemático de blocos de quartzo nos “cairns”, datados genericamente da Idade do Bronze. É o caso da Fonte da Malga e da Casinha Derribada (Viseu), da Senhora da Ouvida (Castro Daire, Viseu) e do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu), entre outros túmulos (Kalb & Hock, 1979; Cruz *et alii*, 1998a; 1998b; Cruz & Vilaça, 1999; Cruz *et alii*, 2000), que apesar das semelhanças genéricas, também se afastam do túmulo 1 de Vale Ferreiro, pela inexistência, aqui, de evidências de rituais associados ao fogo, quase sempre presentes naqueles.

Dada a originalidade deste monumento foi enviada uma pequena parte do esqueleto, para amostra radiométrica. A data, com forte probabilidade de se situar nos finais do III, inícios do II milénios AC, coloca esta estrutura na Idade do Bronze Inicial/Médio do Norte de Portugal, o que concorda com as ilações anteriores e a torna aceitável.

7.2. A fossa 1

A estratigrafia e o espólio detectados no interior desta fossa, demonstram que ela se encontrava vazia no momento do seu abandono. Por conseguinte, o seu enchimento foi-se efectuando gradualmente, pelo que a hipótese levantada no início dos trabalhos, de que

poderíamos estar face a uma sepultura aberta no saibro não encontra argumentos que a validem. Do mesmo modo, a quantidade e dispersão dos carvões encontrados não permitem relacioná-los com rituais intencionais de fogo. Assim sendo, e tendo em atenção o facto de aparecerem diversas cerâmicas no perfil norte do cabeço, já no início da vertente, é provável que esta estrutura se relacione com um eventual povoado.

É curioso verificar que esta fossa forneceu uma data do terceiro quartel do II milénio AC, portanto mais recente do que a do túmulo, talvez a revelar uma larga pervivência de utilização do local, no âmbito da Idade do Bronze, hipótese que é necessário confirmar com trabalhos futuros que se perspectivam já para 2003.

BIBLIOGRAFIA

- BETTENCOURT, A. M. (1991/1992), A mamoa nº 10 do Chão da Cheira (Maciço do Borrelho – Vila Verde), *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 43-65.
- BETTENCOURT, A. M. (1999), *A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e I milénios AC*, 5 vols (Dissertação de Doutoramento, na área de Pré-História e História da Antiguidade, apresentada à Universidade do Minho – Policopiada).
- BETTENCOURT, A. M. (2000), O vale do Cávado (Norte de Portugal), dos finais do III aos meados do I milénios AC. Sequências cronológico-culturais, *Pré-História Recente da Península Ibérica, Actas do 3º Congresso Peninsular de Arqueologia*, Porto, ADECAP, pp. 79-93.
- BETTENCOURT, A. M., F. Sande Lemos & M. T. Araújo (2002), The young man of Vale Ferreiro (Serafão, Fafe, Northern Portugal): a Late Prehistoric burial, *Journal of Iberian Archaeology*, 4, pp. 131-152.
- BRONK RAMSEY, C. (1995), Radiocarbon Calibration and Analysis of Stratigraphy: The OxCal Program. *Radiocarbon*, 37 (2), pp. 425-430.
- BROOKS, S. & J. M. Suchey (1990), Skeletal Age Determination Based on the Os Pubis: a comparison of the Acsádi-Nemeskéri and Suchey-Brooks Methods. *Human Evolution*, 5.3, pp. 227-238.
- BROTHWELL, D. (1981), *Digging up Bones. The Excavation, Treatment and Study of Human Skeletal Remains*. London. British Museum.
- BRUZEK, J. (1991), Proposition d'une nouvelle methode morphologique dans la determination sexuelle de l'os coxal. Application a Le Chausser-Tirancourt. *Méthodes d'étude des sepultures*, pp. 11-20.
- CRUZ D. (1992), *A Mamoa 1 de Chã de Carvalhal (Serra da Aboboreira)*, Ed. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- CRUZ, D.; L. F. Gomes & P. Carvalho (1998a), Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação, *A Pré-História na Beira Interior* (Tondela, Nov. 1997), Viseu, pp. 1-21.
- CRUZ, D.; L. F. Gomes & P. Carvalho (1998b), O grupo de *tumuli* da Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5, *Conímbriga*, 37, pp. 5-76.
- CRUZ, D. & A. H. Gonçalves (1998/1999), A necrópole de "Agra de Antas" (S. Paio de Antas, Esposende, Braga), *Portugália*, n.s., 19-20, Porto, pp. 5-27.
- CRUZ, D. & R. Vilaça (1999), O grupo de *tumuli* da Senhora da Ouvida (Monteiras/Moura

- Morta, Castro Daire, Viseu). Resultado dos trabalhos arqueológicos, *Estudos Pré-Históricos*, 7, Viseu, pp. 129-161.
- CRUZ, D.; R. Vilaça; A. T. Santos & J. N. Marques (2000), O grupo de *tumuli* do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu), *Estudos Pré-Históricos*, 8, Viseu, pp. 125-150.
- CUNHA, E. (1994), *Paleobiologia das populações medievais portuguesas. Os casos de Fão e de S. João de Almedina*. (Dissertação de Doutoramento. apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra).
- EL-NOFELY, A. A. & M. Y. Iscan (1989), Assessment of Age from the Dentition in Children, *Age Markers in the Human Skeleton*, Mehmet yasar Iscan, Ed. pp. 237-254.
- FEREMBACH, D. et al. (1980), Recommendations for Age and Sex Diagnosis os Skeletons. *Journal of Human Evolution*, 9, pp. 517-549.
- GONÇALVES, A. A. H. (1992/1993), Contribuição para o inventário arqueológico do concelho de Sabrosa – distrito de Vila Real, *Portugália*, n. s., 13-14, Porto, pp. 169-223.
- HILLSON, S. (1986), *Teeth. Cambridge Manuals in Archaeology*, Cambridge University Press.
- JORGE, S. (1980a), A necrópole do Tapado da Caldeira, *Arqueologia*, 2, Porto, pp. 36-44.
- JORGE, S. (1980b), A estação do Tapado da Caldeira, Baião, *Portugália*, nov. sér., 1, Porto, pp. 29-50.
- JORGE, S. (1983), Duas datas de C14 para a sepultura 1 da estação do Tapado da Caldeira (Baião), *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 55-56.
- JORGE, S. (1985a), Datas de carbono 14 para a Pré-História Recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 154-183.
- JORGE, S. (1990), Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios, J. Alarcão (dir.) *Nova História de Portugal. Das Origens à Romani-zação*, 1, Ed. Presença, Lisboa, pp. 214-258.
- JORGE, S. (1991), Idade do Bronze: apontamento sobre a natureza dos dados arqueológicos, *Arqueologia*, 21, Porto, pp. 12-15.
- JORGE, V. (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Revista de História da Faculdade de Letras-História*, 2ª sér., 6, Porto, pp. 365-443.
- JORGE, V. (1992), As mamoa funerárias do Norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão, *Revista de História da Faculdade de Letras-História*, 2ª sér., 9, Porto, pp. 463-480.
- JORGE, V. et al. (1997), *As Mamoas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço). Trabalhos de 1992 a 1994*, Porto, Textos 3 da Soc. Port. De Ant. e Etnologia.
- KALB, P. & M. Hock (1979), Escavações na necrópole de mamoa "Fonte da Malga". Viseu, Portugal, *Beira Alta*, 38 (3), pp. 595-604.
- OLIVIER, G. & F. Demoulin (1990), *Pratique Anthropologique a l'usage des étudiants. I – Osteologie*. Univ. Paris VII.
- REDFIELD, A. (1970), A New Aid to Aging Immature Skeletons: Development of the Occipital Bone. *American Journal of Physical Anthropology*, 33, pp. 207-220.
- SAUNDERS, S. R. (1992), Subadult Skeletons and Growth Related Studies, *Skeletal Biology of Past Peoples: Research Methods*. Wiley. Liss, Inc., pp. 1-20.
- SILVA, A. C.; A. B. Lopes & T. P. Maciel (1981), A necrópole do bronze inicial da Chã de Arefe (Durrães, Barcelos), *Arquivo do Alto Minho*, 26, Viana do Castelo, pp. 49-61.

- SILVA, F. (1997), Características funerárias da Idade do Bronze nos planaltos centrais do Centro-Norte Litoral português: tradição ou inovação?, *Actas do II Congresso de Arqueología Peninsular*, vol. II, Zamora, pp. 605-620.
- STUIVER, M., Reimer, P.J., Bard, E., Beck, J.W., Burr, G.S., Hughen, K.A., Kromer, B., Mc Cormac, G., van der Plicht, J. y Spurk, M. (1998), INTCAL 98 Radiocarbon Age Calibration, 24000 – 0 cal BP. *Radiocarbon*, 40 (3), pp. 1041-1084.
- UBELAKER, D. (1989), The Estimation of Age at Death from Immature Human Bone, *Age Markers in the Human Skeleton*, Mehmet Yasar Iscan Ed. pp. 55-70.
- VAQUERO LASTRES, J. (1993a), Túmulos del NW peninsular: escenas, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología. Vigo*, Vigo, 1, pp. 39-44.
- VAQUERO LASTRES, J. (1993b), Túmulos tardíos en el NW. RB1: estructuras, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología. Vigo*, Vigo, 1, pp. 405-410.



Fig. 1 – Localização do Cabeço Ferreiro na Península Ibérica.

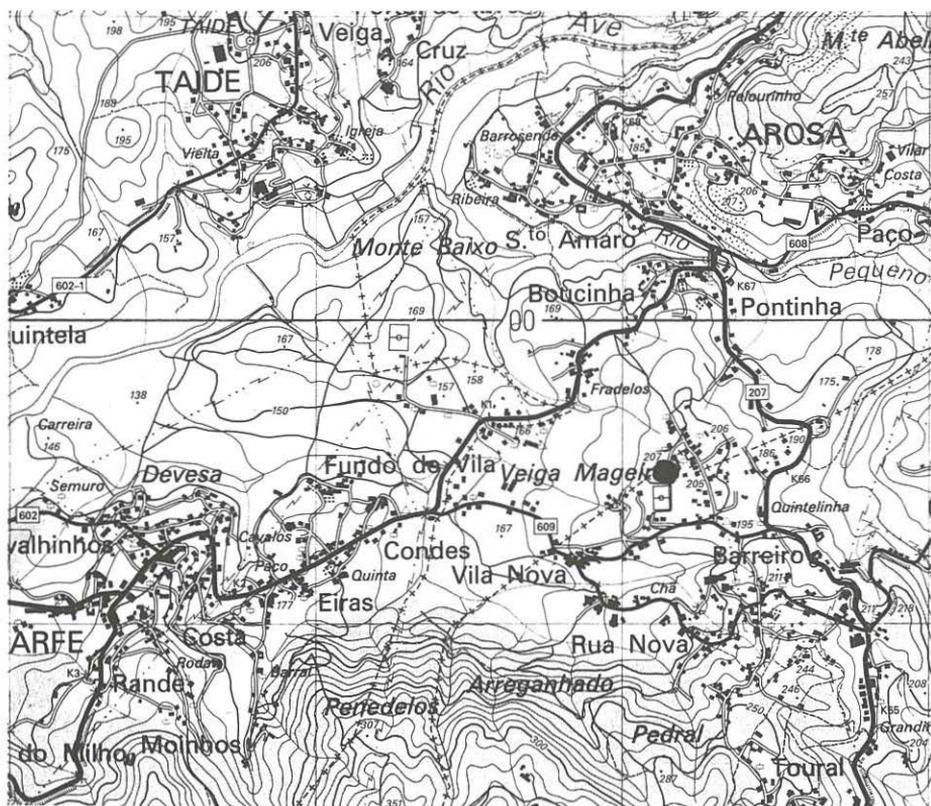


Fig. 2 – Localização do Cabeço Ferreiro na Carta Militar de Portugal, na esc. 1/25.000.

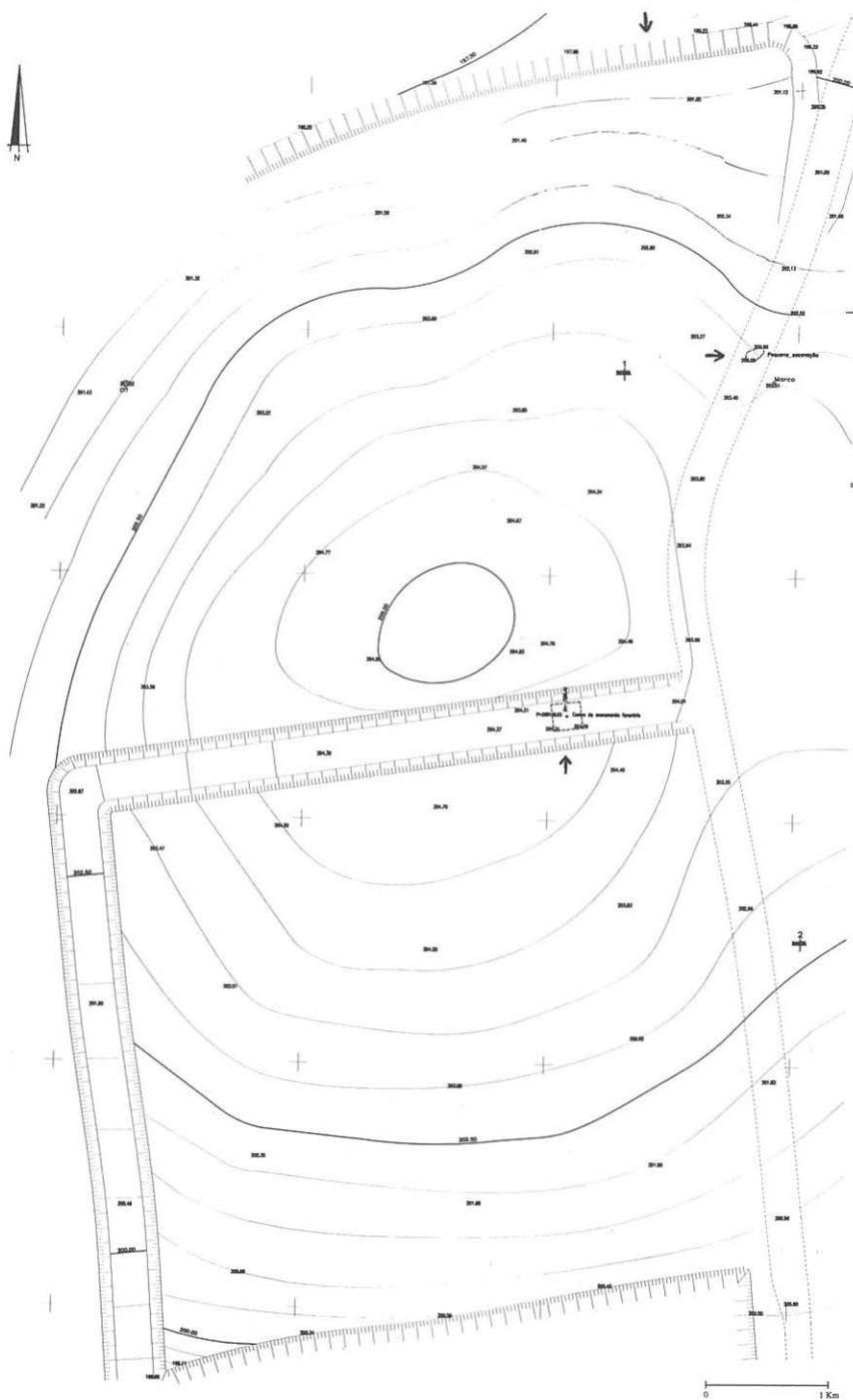


Fig. 3 – Planta geral do Cabeço Ferreiro com a localização das estruturas escavadas e do perfil Norte onde se detectaram diversas cerâmicas.

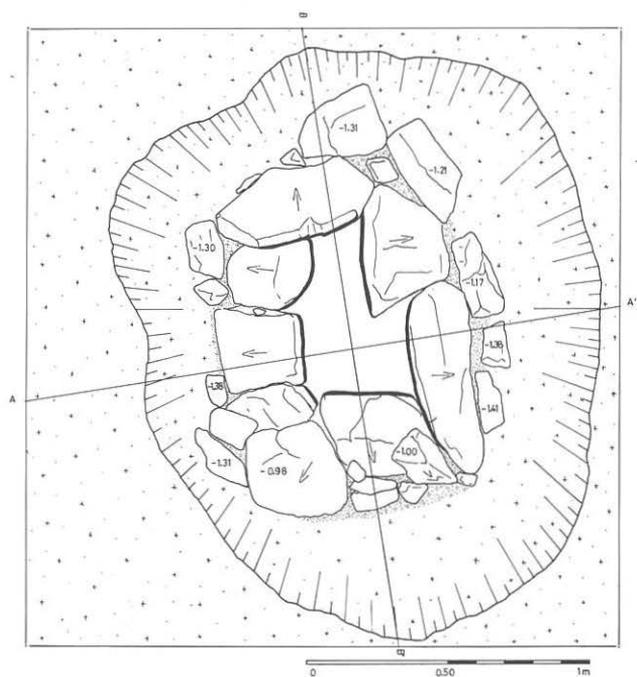


Fig. 6 – Planta da câmara e da fossa do túmulo 1, após a escavação do “cairn” envolvente.

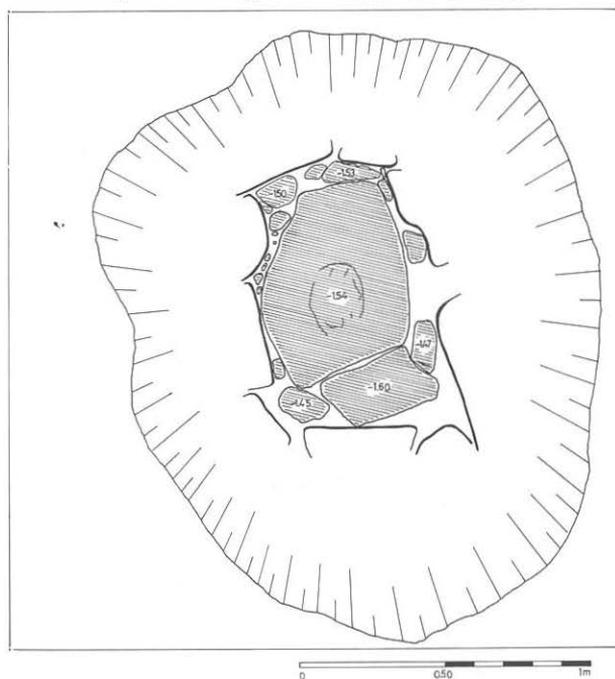


Fig. 7 – Base do túmulo 1, após a remoção das ossadas.

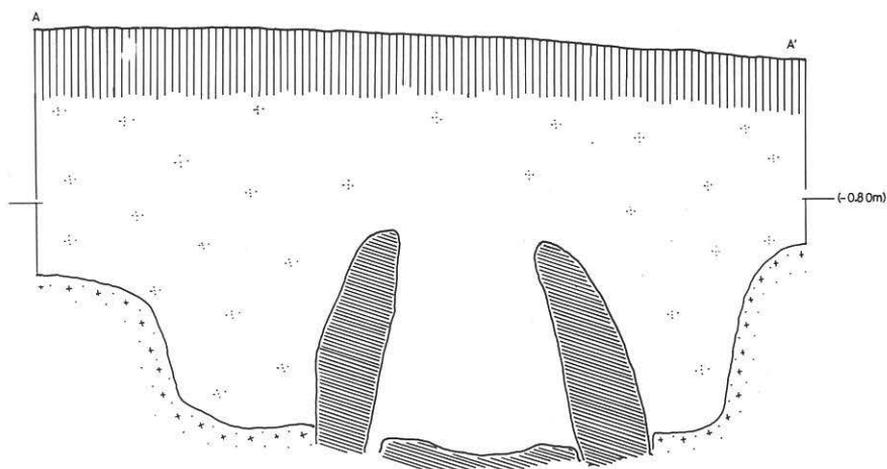


Fig. 8 - Alçado Oeste - Este do túmulo 1.

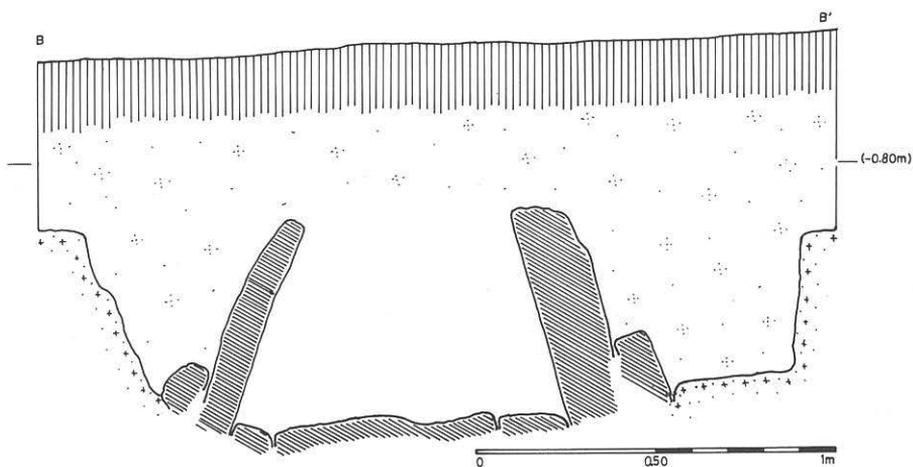


Fig. 9 - Alçado Norte - Sul do túmulo 1.

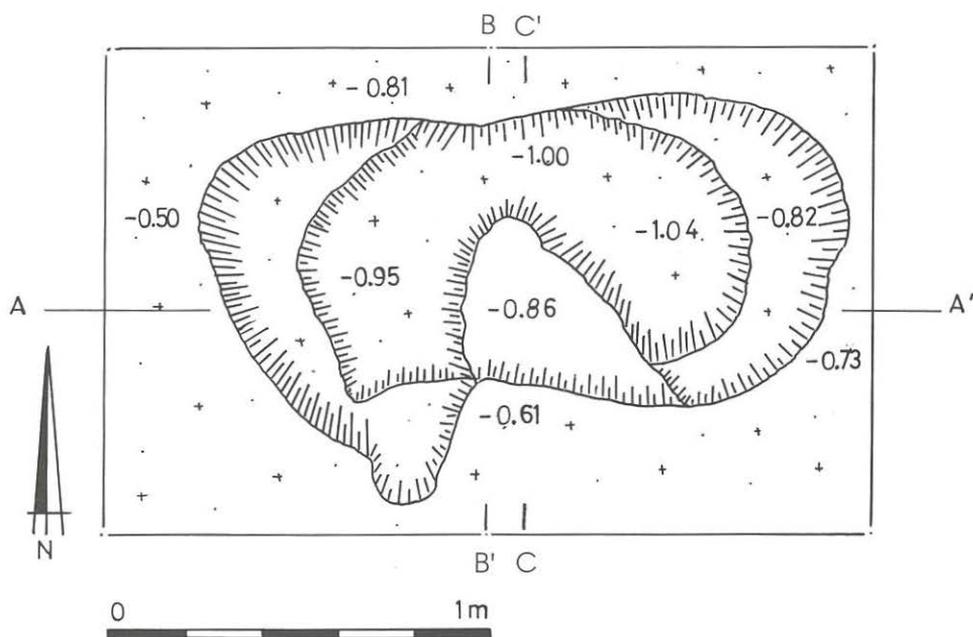


Fig. 10 - Planta da fossa 1.

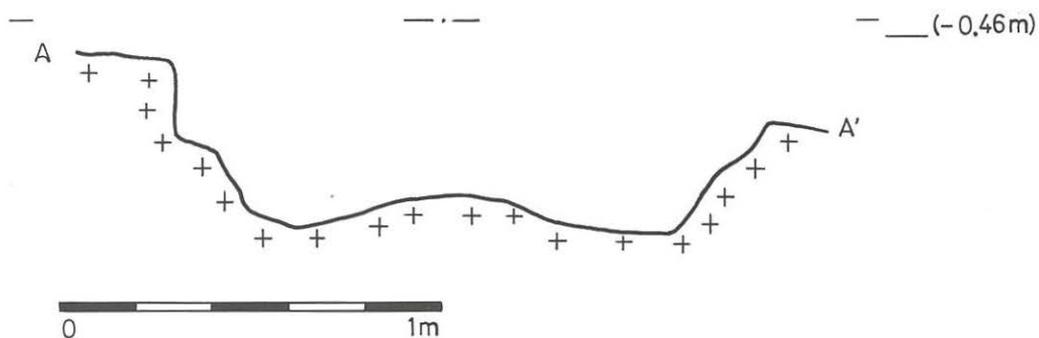


Fig. 11 - Alçado da fossa 1.

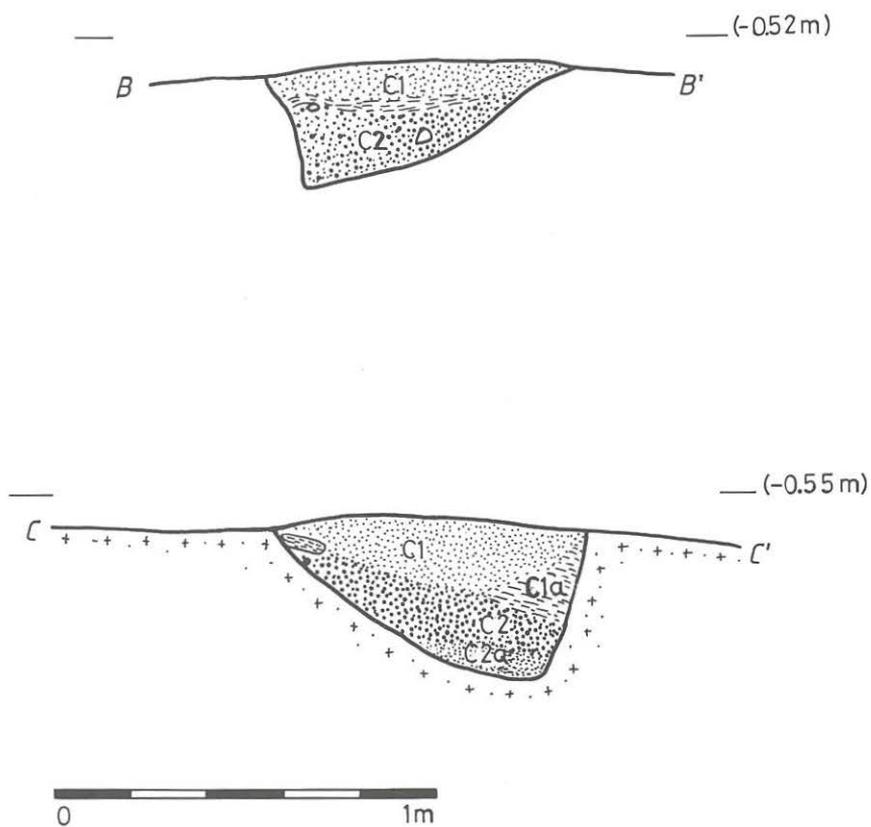


Fig. 12 - Perfis estratigráficos da fossa 1.



Fig. 13 – Aspecto da câmara funerária, rodeada de pequenos blocos de quartzo e de granito.

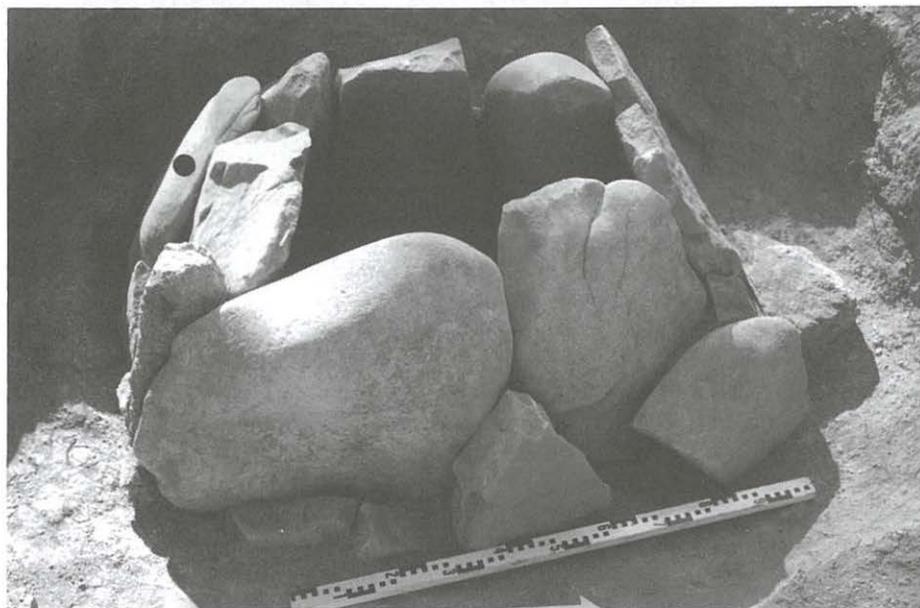


Fig. 14 – A câmara funerária composta, em grande parte, por esteios polidos. O esteio assinalado com um círculo tem forma antropomórfica.

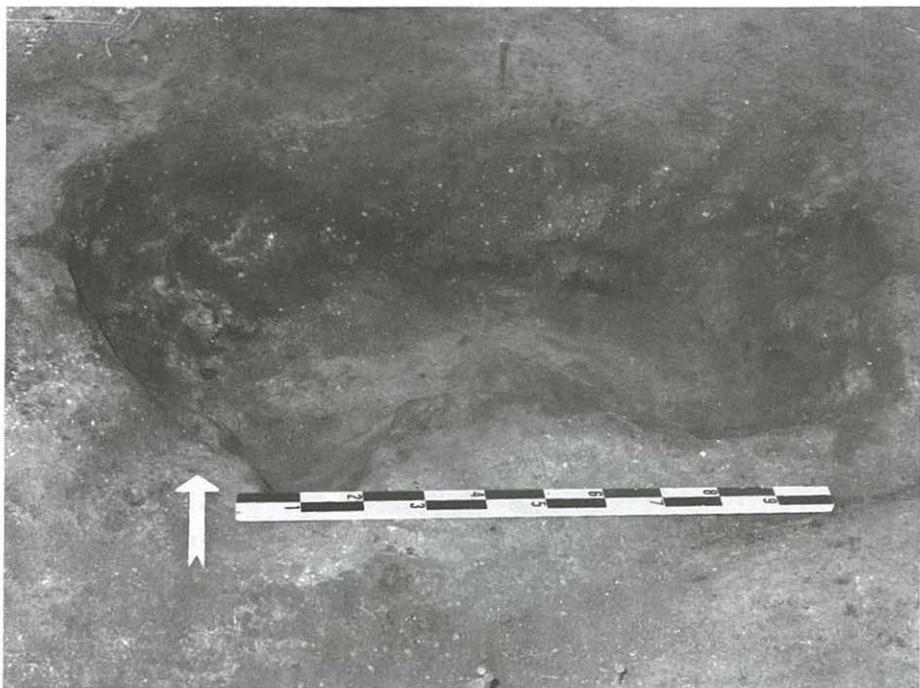


Fig. 15 – Fossa 1 após a escavação integral.

PROBLEMAS METODOLÓGICOS E INTERPRETATIVOS QUE PLANTEAN LOS DEPÓSITOS SEDIMENTARIOS DEL YACIMIENTO ARQUEOLÓGICO DE PAPA UVAS (ALJARAQUE, HUELVA)

por

José Clemente Martín de la Cruz* & Agustín M^o Lucena Martín*

Resumen: Este trabajo recoge los problemas metodológicos e interpretativos surgidos a raíz de la última intervención arqueológica en el yacimiento de Papa Uvas (Aljaraque, Huelva), y de la puesta en relación de la documentación entonces obtenida, con aquella que ya teníamos de las campañas anteriores.

Palabras-clave: Significado; colmatación; estacionalidad.

El yacimiento de Papa Uvas se encuentra localizado sobre una pequeña elevación de 45 m. de cota media. Este llano actualmente firme y compactado, fue entre el IV y el II milenio a.C. una amplia bahía o laguna litoral.

Las tareas de excavación durante la campaña de 1994 en Papa Uvas, han sido llevadas a cabo a modo de urgencia en el Sector B del yacimiento con motivo de una canalización de agua. En cuanto a la metodología de excavación, se ha seguido utilizando la técnica de planos artificiales, como en todas las campañas anteriores, incluso para las estructuras menos profundas o "fondos", ya que el terreno en el que se habían realizado era de formación terciaria, lo que permitía excavarlos y no simplemente vaciarlos (**fig. 1**).

Si bien no es este lugar para hacer una exposición y análisis pormenorizados de las estructuras y materiales recuperados en la campaña de 1994, sí consideramos necesario presentar unas breves notas sobre éstos para su encuadre cronocultural.

El rectángulo que delimitaba la superficie a excavar, de 75 x 6 m., se dividió a su vez en rectángulos de 5 x 6m. Cada uno de ellos recibe una letra del alfabeto, comenzando desde el este y suprimiendo la "CH", la "LL" y la "Ñ": A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O. Las estructuras que aparezcan en cada uno de los cuadros reciben una denominación independiente en números árabes.

* Área de Prehistoria. Universidad de Córdoba.

Las estructuras, excavadas en las margas, sólo aparecieron en los Cuadros C, D, E, F, H e I. En los cuadros en los que no se documentaron estructuras sí se pudieron ver, una vez levantada la capa superficial de terreno, una serie de las manchas aisladas. El tamaño de éstas junto con el color que presentaban durante la excavación, y sobre todo, su orientación y las relaciones espaciales establecidas con otras manchas, han permitido la definición de grupos entre ellas, clasificación en la que sin embargo no vamos a detenernos (**fig. 2**).

ESTRUCTURA 3

La estructura 3 o zanja es la que más frecuentemente se localiza en Papa Uvas y la que mejor conocemos desde el punto de vista estratigráfico y ergológico. Se trata de formaciones que por extenderse a lo largo de posiblemente cientos de metros, aparecen en diferentes puntos de la extensión del yacimiento, siendo las semejanzas formales y las estratigrafías las que nos permitan relacionarlas entre sí.

Parecía claro a la luz del conocimiento que de las zanjas se tenía tras las excavaciones de 1983, que dentro del grupo 3 podríamos distinguir 2 tipos de zanjas diferentes en cuanto a dimensiones se refiere:

La **3A** o de Neolítico Final (3200/3100-2900 b.C.) se caracteriza por ser una zanja de perfil en cubeta y por tener una potencia que oscila entre 0,90 m. y 1,30 m. Su planta, de 1 a 1,5 m. de anchura describe semicírculos u ondulaciones, aunque también tiene tramos breves sensiblemente rectos. En la campaña de 1994 no se ha documentado ningún tramo de esta zanja 3A.

La estructura **3B**, de Calcolítico Inicial A y B (3000-2900/2700 a.C.), y C (2700-2600 a.C.) y de Calcolítico Pleno (2600/2500-2300/2200 a.C.), corta a la 3A, y se extiende por los Sectores A, B y C. Se trata de una zanja con sección en "V" o con el fondo algo redondeado. Su potencia oscila entre los 2,40 y 2,60 m. y la anchura en superficie está entre los 2 m. y los 5-6 m. (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1991b: 15-24; MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., SANZ RUIZ, M^a.P., BERMÚDEZ SÁNCHEZ, J., 2000: 175-189). **La estructura 1 de los cuadros H-I**, se trata de una zanja con sección en "V" y fondo plano, de 2,40 m. de ancho a la altura de la boca y 1,20 m. de profundidad, por lo que la podemos incluir en la **variante 3B**. Así, por primera vez conocemos uno de los extremos de esta estructura. Si bien es cierto que presenta una profundidad menor que los tramos antes conocidos, es la adjudicación de sus materiales a un Calcolítico Inicial lo que nos lleva a incluirla definitivamente en esta variante (**figs. 3-4**).

La estructura 2 de los cuadros H-I, corta a la estructura 1. Se trata de una zanja de grandes dimensiones en anchura (2,40 m.) y reducida profundidad (0,73 m.). Continúa en planta en los Cuadros G y F. Presenta el fondo muy redondeado, y sus paredes no descienden en talud desde el borde, sino que lo hacen suavemente sólo hasta la mitad, para a partir de ahí precipitarse de forma más vertical. Por sus dimensiones y sección, esta estructura está a medio camino entre la variante 3A y la 3B: su escasa profundidad y fondo redondeado la acercan a la primera; su gran anchura y trazado rectilíneo la acercan a la segunda. Sin embargo, pese a que las formas carenadas hacen su aparición entre sus contenidos, no podemos atribuir una adjudicación cronocultural segura a éstos, dado lo reducido de la muestra, y al altísimo porcentaje de indeterminados. Creamos por ello un nuevo grupo provisional en que incluir esta estructura, el **3C** (**fig. 5**).

La estructura 3 de los Cuadros H-I presenta un único estrato y apenas a proporcionado material, que además no es adscribible a tipología, siendo pues de cronología

indefinida. En los Cuadros K y J, se reconoce una estructura con características semejantes en planta, y recorrido paralelo a esta estructura 3.

ESTRUCTURA 4

Las estructuras 1 de los Cuadros C, E y F, así como la estructura 2 del Cuadro D se ajustan a las características que definieron la estructura 4 (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1986a: 209-213). Este grupo 4, por presentar elementos muy dispares se subdividió a la vez en subgrupos. En la campaña de 1994 hemos documentado estructuras encuadrables en las variantes 4A y 4B.

4A) Las características comunes a todos de las estructuras que componen este subgrupo son:

- Forma sensiblemente globular y fondo horizontalizado.
- Las dimensiones oscilan entre los 1,10-1,90 m. de diámetro en el fondo, y los 0,80-1,50 m. de diámetro en la boca conservada, y 0,50-0,70 m. de potencia.
- Estas estructuras suelen tener un estrato inicial en el que la cantidad de hallazgos no son numerosos, para hacerse mucho más abundantes en el estrato II.

En los casos que ahora nos ocupan para la campaña de 1994, la estructura 2 del cuadro D, la estructura 1 del cuadro E, y la estructura 1 del cuadro F, poseemos un único estrato con escasos restos materiales y sólo el primer caso tiene una potencia de sedimentos similar a aquéllas de la campaña de 1981 (0,62 m.) (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1986a: figs. 3, 28, 29,56 y 106), mientras que las otras dos sólo alcanzan los 0,30 m. de potencia, hecho que por sí sólo podría explicar en parte la ausencia de una estratificación en estas nuevas estructuras (fig. 6).

4B) Este subgrupo presenta por su forma y relleno las mismas características que las del subgrupo anterior, pero queda nítidamente diferenciado por su mayor diámetro en el fondo, que es de 2,40-2,60 m. disminuyendo algo hacia su superficie, y por su profundidad, que alcanza los 0,80 m. Incluimos aquí la estructura 1 del cuadro C de la última campaña de 1994 (fig. 7).

Si bien hasta ahora las características formales y estratigráficas del fondo que definía el subgrupo, el nº 3 (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1986a), invalidaban una adjudicación funcional de vertedero, el nuevo caso que se nos presenta, la estructura 1 del cuadro C, ofrece una estratigrafía que hace reconsiderar tal función. Con independencia de si la estructura sirvió a diferentes usos antes de ser amortizada, la disposición de los estratos I y II, con un máximo de potencia en la parte central que decrece hacia la periferia, nos recuerda a la aglomeración de desechos producida al arrojar los restos desde el exterior de la estructura al centro de ésta.

ESTRUCTURA 6

Incluiremos en este apartado la estructura 1 del Cuadro D. Presentaba en planta una forma irregular de dimensiones 2,56 x 2,5 m., y una profundidad total de 1,90 m. En el fondo sus dimensiones son de 3,5 x 3,4 m. No sólo son sus mayores dimensiones lo que nos hace individualizar esta estructura, sino las características particulares de su estratigrafía, fundamentalmente de su estrato I. Tanto la estructura que tratamos, como los sedimentos

que forman este primer estrato se asemejan, por su disposición y composición a los fondos 10 y 12 de Loma de Chiclana (Vallecas, Madrid) (DÍAZ ANDREU, M., LIESAU, C., CASTAÑO, A., 1992), y se muestran como un sucesión de finísimas capas de cenizas, piedras, materiales arqueológicos y tierras de diferentes colores (fig. 8).

En lo referente al contenido material tipologizable de las estructuras excavadas en 1994, y con las excepciones ya vistas de las estructuras 2 y 3 de los Cuadros H-I, podemos hacer una atribución general de Calcolítico Inicial, dada la aparición de recipientes carenados, siempre en porcentajes menores al 20%, y vista la ausencia de platos de borde engrosado, característicos de la fase siguiente.

Observamos en relación a los materiales documentados en la campaña de 1994, que sólo podemos determinar con fiabilidad el predominio de las formas profundas en todas las estructuras frente a las formas abiertas, siendo la presencia de estas últimas junto con la ausencia de platos de borde engrosado, lo que nos indican que estamos en un momento cronocultural de Calcolítico Inicial.

ESTRUCTURAS	VASOS	CUENCOS	CARENAS
C-1	31,04%	19,16%	9,43%
D-1	29,75%	9,44%	19,57%
D-2	21,1%	11%	12,84%
E-1	28%	12%	20%
F-1	16,66%	16,66%	16,66%
HI-1	23,94%	9,96%	9,82%
HI-2	0%	11,11%	5,55%
T O T A L	25,08%	13,03%	14,72%

Vemos por lo tanto que se cumple la dinámica porcentual correspondiente a las fases II y III, o de Calcolítico Inicial de Papa Uvas, junto a un decrecimiento porcentual común a todos los tipos en beneficio de los indeterminados. Afinando más en la definición tipológica de estas estructuras, dentro de los grupos vasos, cuencos y carenas, las formas más representadas son las que siguen (figs. 9-10):

– Vasos: La representación mayoritaria la constituyen las formas II.c.1.a y II.c.1.b, vasos de paredes verticales y de paredes curvas ligeramente invasadas, respectivamente. Otras formas y tipos son meramente marginales.

– Cuencos: La representación mayoritaria la tienen las piezas en las que no ha sido posible diferenciar el tipo y la variante, es decir los III.F.00.00. (67,41% del total de cuencos). Todos los tipos de la forma cuencos se hallan representados de manera marginal, siendo la forma III.F.1.a., correspondiente a cuencos hemisféricos con paredes curvas, la única que está algo mejor representada que el resto (11,79% del total de cuencos).

– Carenas: La mayor parte de los recipientes carenados (58,28%), no pueden ser atribuibles a forma, siendo encuadrados en carenados, sin más precisión. Las cerámicas definidas como I.A.00.00., es decir, aquéllas encuadrables en el grupo cazuelas, aun sin poder definir el tipo ni la variante (10,87%), y las I.A.00.b., (9,71%), pueden ser tratadas

conjuntamente aquí (pues la variante "b" sólo nos informa de que presentan un refuerzo en la carena), y suman más de un 21% de los recipientes carenados. El aproximadamente 20% restante, lo forman de manera muy exigua los diferentes tipos de cazuelas y cuencos carenados definidos en la tipología, sin que haya diferencias importantes de porcentajes entre ellos.

Vemos que la alta presencia de cerámicas indeterminadas en cuanto a tipología no sólo define un elevado porcentaje de cerámicas sin grupo determinado, sino que aun cuando es posible conocer éste, las variables de "forma", "tipo" y "variante" nos son con mucha frecuencia también desconocidas

A raíz de los estudios anteriores llevados a cabo para los materiales de Papa Uvas (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1985, 1986b), se comprobaba que las formas profundas no alcanzan ya durante la fase de Calcolítico Inicial los valores de hasta el 67-77% que las caracteriza en el Neolítico Final, a favor de la aparición de las formas carenadas, y del incremento en la representación de los cuencos, que para la fase de Neolítico Final suponían entre un 16 y un 21% aproximadamente. Para la campaña de 1994, los vasos, aun siendo el grupo mejor representado, no superan nunca el 31,04%, correspondiente a los materiales de la estructura 1 del Cuadro C. Los valores para cuencos no parecen claramente separados de los de las formas abiertas, y se sitúan para esta campaña de 1994 entre un 19,16% y un 9,44%, de manera anómala por debajo de los valores que se conocen para la Fase de Neolítico Final. Los recipientes abiertos ostentan porcentajes también por debajo de los que se habían obtenido en campañas anteriores para esta Fase de Calcolítico Inicial, entre un 20% y un 5,55%. La menor frecuencia en la representación de los tipos afecta por igual a formas profundas y abiertas, produciéndose un trasvase porcentual hacia las cerámicas consideradas selectas pero no adjudicables a tipología, dado el estado muy fragmentario en el que se encontraban las cerámicas.

Puesto que las anteriores intervenciones en el yacimiento se llevaron a cabo a unos 50 metros del extremo NE de la zona de intervención de 1994, la elevada proporción de materiales indeterminados queda por el momento como un rasgo aislado de a esta última campaña.

Tras esta necesaria ubicación cronológica y material, pasamos a la constituye la razón de ser de este trabajo, esto es, una serie de planteamientos metodológicos y teóricos surgidos durante el procesado de los datos recavados durante la excavación. Ante todo recalamos la dificultad que supone atribuir una utilidad a estructuras y materiales poco especializados, debido a la polifuncionalidad de éstos (CALVO TRÍAS, M., 2002: 25). La relación inversamente proporcional que se establece entre el grado de especialización de un útil o una estructura y el número de usos posibles y su perduración en el tiempo, complica la definición de pautas homogéneas de conducta asociadas a repertorios tan simples como son fondos y fosos. Por ello es fundamental incidir en las relaciones que se establecen entre estas estructuras y otros elementos naturales y antrópicos. Dada la falta de otros elementos en Papa Uvas, puesto que sólo conservamos las estructuras en negativo y sus rellenos, sólo nos queda conocer cuál fue el papel del hombre respecto a la colmatación de las estructuras.

Establecemos por ello dos hipótesis básicas:

1. Estos procesos, fueren cuales fueren, tuvieron un carácter *natural* o *intencionado* (*antrópico*). La diferenciación entre estos dos tipos de colmatación, aparentemente nítida en inicio, se vuelve algo más turbia cuando tenemos en cuenta que la acción a largo plazo

del hombre sobre un ecosistema pudo acarrear consecuencias posteriores que entran dentro del plano natural. En cualquier caso, con antrópico nos referimos a lo que comporta una deposición directa de rellenos por parte del hombre, que acarrearó súbita o paulatinamente la colmatación de las estructuras. Es en estos casos cuando la colmatación de las estructuras está ligada a las causas de su excavación, puesto que se ciegan porque han desaparecido esas causas.

2. En uno y otro caso del punto anterior, *la representatividad del registro* viene cuestionada desde un punto de vista primero teórico, que después encuentra, además, su confrontación en los datos de excavación.

Para los momentos cronológicos y el marco geográfico que nos ocupan, es decir, el arco que comprende el Neolítico Final al Calcolítico Pleno en el Suroeste de la Península Ibérica, donde los cambios en el registro material son tan lentos, sólo la presencia de los llamados fósiles guía, acompañados de las correspondientes dataciones absolutas, nos permiten definir horizontes con fiabilidad. Nos referimos, por supuesto, a las cazuelas carenadas para el Calcolítico Inicial y a los platos de borde engrosado para el Calcolítico Medio. Sin embargo, dentro de cada una de estas subfases, la delimitación de patrones de cambio con reflejo en los repertorios materiales, es a nuestro juicio bastante difícil.

Estamos acostumbrados a identificar la estratigrafía con la representación arqueológica del paso de un largo periodo de tiempo, sobre todo desde que *estrato* es un préstamo conceptual procedente de la Geología (WHEELER, M., 1956: 57), pero en el caso que nos ocupa es importante definir este aspecto, lo cual pasa por conocer la naturaleza del proceso sedimentario. Nos cuestionamos hasta qué punto los porcentajes distintos en las formas cerámicas dependiendo del estrato pueden informarnos de la existencia de lapsos temporales entre la formación de un estrato y la del siguiente. En el caso de una colmatación por causas naturales, el agua de escorrentía, por poner un ejemplo, que a lo largo de varias ocasiones colmata un foso con sus arrastres y genera una estratigrafía bien secuenciada, hace formar parte del sedimento lo que ha podido arrastrar a su paso, y esos despojos materiales no tienen porqué ser siempre los mismos. Como consecuencia, un foso que se colmate de esta manera en tres veces, puede mostrar contenidos materiales muy diversos, mediando entre el momento en que se crea el primer estrato y el último sólo unos meses. En este caso, serán las dataciones absolutas las que muestren esta cercanía cronológica con su solapamiento.

Lo mismo tenemos en el caso de los depósitos intencionados. El uso como vertedero nos conduce al mismo punto que el ejemplo anterior. Una comunidad que ciega una estructura con aquello que ya no le sirve, suele arrojar materiales fragmentados. Vemos la importancia que tuvo para las comunidades prehistóricas la reutilización de los materiales (uso de lañas, bordes reavivados). De manera que arrojarían aquello que verdaderamente no servía para nada. Es mucho suponer que la marcha a que los materiales de una comunidad hacia uso iban dejando de ser funcionales, produjese una combinación porcentualmente uniforme y uniformemente cambiante a través del tiempo. De igual modo, en una sucesión estratigráfica creada por la acción del hombre, por causas naturales o por una alternancia de ambas, encontraremos también estratos donde el material arqueológico está ausente o aparece mínimamente representado.

En relación a estos nuevos planteamientos, hemos intentado buscar una vía de contrastación en la evidencia arqueológica. El primer problema con que nos encontramos es

que los trabajos de excavación efectuados en Papa Uvas no estuvieron guiados nunca por estos interrogantes, sino que éstos nos han surgido a posteriori. De manera que hemos tenido que "ingeniar", por así decirlo, parámetros que se pudiesen documentar en la información que teníamos, y que arrojasen cierta luz sobre las nuevas preguntas que hacíamos a esta información.

Cuestionamos la existencia de una dinámica sedimentaria constante que hubiese afectado a las distintas estructuras documentadas en Papa Uvas. Puesto que hacemos referencia a estructuras que contienen sedimentos pertenecientes a momentos diversos (Neolítico Final, Calcolítico Inicial, Calcolítico Medio), deberíamos diferenciar al menos tres momentos sedimentarios distintos.

En primer lugar deberíamos encontrarnos con una relación directamente proporcional entre la cabida cúbica de una estructura y la cantidad de material arqueológico que contenía (las estructuras de mayor tamaño deberían contener mayor cantidad de material que las de menor tamaño), por un lado, y entre el grosor de cada estrato y la cantidad de material que contenía por el otro. Para comprobar el segundo caso, la relación se estableció entre porcentuales, es decir, no se tomó el grosor de los estratos, sino el porcentaje que cada estrato representaba en relación a la potencia total de cada estructura; y lo mismo se hizo con sus contenidos materiales, no se tomaron las cantidades, sino los porcentajes de materiales que cada estrato contenía en relación a la cantidad de materiales que contenía la estructura en conjunto. Una correspondencia lógica hubiera sido que en cada estructura, el mayor porcentaje de material respecto al total que contiene un estrato, correspondiese al estrato más grueso.

En este sentido, y tras analizar todas las estructuras documentadas desde el inicio de los trabajos en Papa Uvas, hay que interpretar con matices la correspondencia entre **grosor de los estratos y porcentaje de materiales** que éstos contienen. Las estructuras del tipo fondos, o silos, presentan una correspondencia clarísima entre las dos variables mencionadas (**fig. 11**).

Sin embargo, en el caso de los tramos excavados de las zanjas, la relación no es tan clara. El problema era cómo interpretar esta diferencia entre estructuras cerradas y alargadas en lo que respecta a la dinámica sedimentaria. Pensamos que para el tipo de estructuras denominadas zanjas, la tridimensionalidad, es decir, la profundidad de los estratos juega un papel decisivo a la hora de desvirtuar la correspondencia entre porcentajes de materiales y grosores de los estratos. No olvidemos que un estrato es una realidad tridimensional, de la que las estratigrafías en cambio nos ofrecen una sección bidimensional.

Una vez que habíamos obtenido estos resultados tomando los estratos como variable, nos planteamos una nueva cuestión: conocer si se producía *de facto* lo que aún no era más que otra correspondencia lógica, esto es, que las estructuras de mayor tamaño debían contener más cantidad de material que las de menor tamaño. Para ello pensamos inicialmente que era necesario conocer el volumen de sedimento que cada estructura contenía. Dado que la forma que adoptan las estructuras son a menudo muy irregulares, consideramos que una buena solución sería hacer una descomposición de las formas volumétricas más cercanas a cada estructura o tramo de estructura excavados.

Del mismo modo intentamos adjudicar una caracterización a los estratos que destacaban, bien por un altísimo contenido de material en relación al resto de los demás estratos de las estructuras a que pertenecían, bien por su ausencia de material, y que pudiesen alterar sustancialmente la cantidad total de material que una estructura contenía. La dureza

de un estrato se mostró una cualidad inversamente proporcional a la cantidad de material que un estrato contenía, por lo que esta variable no servía a nuestro propósito. Finalmente establecimos el color de los estratos como posible indicador de una cierta homogeneidad en el patrón sedimentario de Papa Uvas. Tomamos los colores que se venían repitiendo de forma constante: gris, marrón, amarillento y anaranjado. Puesto que afectan a la cantidad de material total que una estructura contiene, las variables de volumen y colores de los estratos se debían tener en consideración de manera conjunta, de manera que una variable explicaría o matizaría los datos de la otra.

En relación a los **colores de los estratos** que colmatan las estructuras y sus contenidos materiales, observamos que no hay patrones constantes, a excepción de un hecho que parece repetido. El primer estrato de muchas de las estructuras viene a ser con frecuencia una capa de sedimento amarillento-anaranjado, de color cercano a las margas en las que se habían excavado las estructuras, de procedencia tal vez eólica, y que suele contener muy poco material. En algún caso, como es la estructura 1, este estrato colmató definitiva y completamente la estructura, arrojando un registro de sólo 5 fragmentos cerámicos. En los casos de los fondos n° 9 (corte A-8.1 del Sector A) (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1986a: fig. 29) y n° 11 (Corte F-2.2 del Sector C) (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1985: fig. 18), donde los sedimentos son completamente de este color, los materiales son muy escasos también (22 y 2 fragmentos cerámicos respectivamente). El fondo n° 8 (corte A-8.1 del Sector A) (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1986a: fig. 29) presenta tres estratos que guardan una estrecha relación grosor-porcentaje de materiales, y también aquí los estratos I y III presentan esa coloración amarillento-anaranjada, de manera que el montante total de materiales es de sólo 25 fragmentos.

A la vista de las descomposiciones de formas de las estructuras, creemos que es la presencia de esos sedimentos anaranjados la que determina la menor presencia de materiales en las estructuras que los contienen.

Otros colores de estratos, como es el color marrón oscuro de las estructuras D-2, E-1 y F-1 de la campaña de 1994, no nos dan por sí mismos una pauta de homogeneidad en cuanto a las cuantías materiales contenidas, que vendrían determinadas por las diferencias de tamaño: la estructura D-2, doble en profundidad que las E-1 y F-1, arroja mucho más material que éstas, de semejante tamaño y contenido entre sí.

De acuerdo con nuestras dudas acerca de que los contenidos de las estructuras de *Papa Uvas* sean realmente representativos de la actividad humana que generó el asentamiento, observamos los contenidos materiales de los dos únicos tramos de estructura 3A (Neolítico Final). El tramo de estructura documentado en el corte A-11.3 del Sector A responde a una sola zanja, mientras que en el corte F-13.1 del Sector B, tenemos la unión de un tramo de zanja muy similar al anterior en cuanto a forma y dimensiones con otro de menor potencia que surge o desemboca en él (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1986a). Durante la excavación se pudo ver que una zanja no cortaba a la otra, sino que estos dos tramos habían sido construidos al mismo tiempo. El hecho de que ambas zanjas fuesen coetáneas, favorecía que la volumetría de las estructuras de este corte F-13.1 fuese plasmada como una estructura única. Tal como se aprecia en las formas descompuestas de la figura 12, aunque los tramos de los cortes A-11.3 y de F-13.1 presentan dimensiones y formas muy similares, – además de una casi idéntica situación topográfica –, uno de los tramos tiene cuatro veces más material que el otro.

Cuando nos planteamos por vez primera las variables que podían influir en la can-

tividad de material arqueológico que contenía una estructura, junto al volumen de ésta, intuíamos que la abertura de boca y la posición topográfica también podían tener su importancia. Estas dos variables últimas venían a ser consideradas ante la posibilidad de que algunos de los rellenos fuesen debidos a causas naturales. Una estructura con la boca muy abierta tiene más probabilidades de recibir materiales de arrastres superficiales que otra con la boca más cerrada. En el caso de tales arrastres, es de suponer que las estructuras que ocupan una posición topográfica más baja, tengan más posibilidades de recibir materiales que las que ocupan una posición altimétrica superior.

CONCLUSIONES: UN POSICIONAMIENTO TEÓRICO

Una vez revisada toda la documentación buscando respuesta a estas nuevas preguntas, las conclusiones no han sido aparentemente muy reveladoras. Como hemos visto, sólo en el caso de la relación entre los materiales que contiene un estrato y el grosor de éste, los resultados han mostrado una clara correspondencia para las estructuras en forma de fondos o silos, y una correspondencia no tan clara en el caso de las estructuras en zanja, que se explica por las limitaciones intrínsecas a los métodos de documentación arqueológica.

De acuerdo con las variables establecidas, como es el color de los estratos y la cantidad de material de las estructuras según su tamaño, una primera mirada a las gráficas nos dice que no existe un patrón sedimentario. Sin embargo, la lectura puede ser otra bien diversa, y relacionada con los procesos de ocupación continuada o intermitente del yacimiento.

El establecimiento de variables como volumen, abertura de boca y posición topográfica de las estructuras, se enfrenta con problemas que son comunes a toda actividad científica de reconstrucción del pasado y que explican por si solos que los resultados no fuesen los esperados: *la explicación no posee una fundamentación lógica sino psicológica, puesto que consiste en asumir la ley más simple de acuerdo con nuestras experiencias* (KLUCKHOHN, C., 1961: 127; WITTEGENSTEIN, L., 1999: 6.363, 6.3631). Sin embargo, los resultados obtenidos, una vez comprobado que las variables establecidas no resultan operativas, sirven a la elaboración de una nueva hipótesis. Esta hipótesis poseerá la ventaja inicial de que viene elaborada a partir de datos que le eran completamente ajenos, es decir que no han sido obtenidos para corroborarla o descartarla.

Ya en el encuentro sobre *Interpretazione Funzionale dei "Fondi di Capanna" di Eta' Prehistórica*, celebrado en Milán en 1989, se planteaba, en relación a las reconstrucciones de las cabañas de Papa Uvas, que no todos los fondos podían haber estado en uso de manera contemporánea, puesto que de ser así, las superficies englobadas por cada cabaña se hubieran solapado (MARTÍN DE LA CRUZ, 1989). De manera que *antes de que unos fondos empezasen a utilizarse, otros ya estarían colmatados. Estaríamos pues, ante múltiples procesos de colmatación continuados y no sólo correspondientes a los tres intervalos cronoculturales de hábitat del sitio, lo cual explicaría la falta de un patrón de sedimentación visible en los depósitos del yacimiento.*

Debemos vencer la identificación mental entre yacimiento y comunidad humana, de manera que cada asentamiento es la expresión material de la vida de una comunidad. La vida humana está integrada por una serie de actividades que le son básicas (la alimenta-

ción, la reproducción y la muerte), y que tienen algún tipo de plasmación material, indistintamente de si ésta se nos han conservado o no. Una comunidad humana realiza todas esas actividades que le son consustanciales, y así, un asentamiento que sólo nos notifique la producción de alimentos de quienes lo habitaron, no nos lo está diciendo todo. Cuando la malacofauna de un asentamiento fue recogida sólo en una estación del año (CASSANO, S.M., CAZZELLA, A., MANFREDINI, A., MOSCOLINI, M., 1987; TINÉ, S., 1983), se entrevé la posibilidad de que otros yacimientos cercanos sean la expresión de la vida de esa comunidad en otros momentos. De igual modo, cuando una esfera del comportamiento humano, como es el relacionado con el tratamiento al muerto, no se nos conserva en un asentamiento, tendremos que irnos a buscarla a otro lado.

Hay yacimientos que presentan estructuras en negativo, como es el caso de *Polideportivo de Martos* (LIZCANO, R., *et alii*, 1992, 1993; LIZCANO, R., 1999) o *Valencina de la Concepción* (MURILLO, T., *et alii*, 1987: 311-315; SANTANA, I., 1993: 548-553; RUIZ, M.T., MARTÍN, A., 1993: 554-58; MARTÍN, A., RUIZ, M.T., 1992: 455-458; RUIZ, M.T., 1991: 461-464; MURILLO, M.T., 1991: 555-560; MURILLO, M.T., 1991: 561 y ss.) en los que tenemos evidencias de enterramientos intencionales en fondos excavados. Dejando a un lado la discusión acerca de si estas estructuras tuvieron una primera funcionalidad como lugares de enterramiento o bien sirvieron a este fin en un último momento, lo cierto es que suponen enterramientos intencionales, tanto como los complejos dolménicos que encontramos en la propia *Valencina de la Concepción* o a una escasa distancia de *El Lobo* (Badajoz) (MOLINA LEMOS, L., 1980). En los casos mencionados queda cubierta la necesidad humana de dar algún tipo de tratamiento a los cadáveres de sus congéneres. Los enterramientos documentados no pudieron suponer el montante total de la población de estas comunidades, y así pudo haber tratamientos de los cadáveres que no hayan dejado traza arqueológica visible (las sociedades en las que el tratamiento al difunto es simplemente deshacerse de él por cuestiones de higiene), pero este hecho resulta aceptable sólo como hipótesis de trabajo, no como evidencia empírica demostrable.

En cuanto al poblamiento de *Papa Uvas*, podemos suponer pues, a través de un planteamiento teórico y de los datos ya comentados acerca de la sucesión de múltiples procesos de sedimentación, un hábitat estacional. Éste, en medio de condiciones ecológicas cambiantes (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C.: 1994a, 1995), habría estado ligado a los ciclos de cosechas o a los procesos de explotación/recuperación posterior de la vegetación y recursos naturales del entorno, y estaría así inserto en un circuito más amplio de asentamientos. Si el grupo o los grupos humanos que frecuentaron *Papa Uvas* llevaron a cabo durante cada nueva ocupación el vaciado de las estructuras ya colmatadas, esta tarea habría supuesto un gasto de tiempo y energía menor sin duda que la excavación otras nuevas. De ser correcta la interpretación hecha en *Marroquíes Bajos* (Jaén) (SÁNCHEZ, A., RAMOS, N., 2002), acerca de que las estructuras que no presentan niveles de ocupación fueron abandonadas premeditadamente, la constatación del mismo hecho en *Papa Uvas* nos hablaría de nuevo de este ciclo de ocupación y abandono sucesivos del yacimiento, inserto en una estrategia económica bien definida.

La definición del tipo de estacionalidad se somete a mayores interrogantes, y en este patrón no sólo debemos tener en cuenta los yacimientos que comparten con él características en cuanto a localización (*La Dehesa, Judío*), sino aquellos que por poseer una situación diversa y distinto tipo de estructuras, pudieron suponer emplazamientos que completasen un posible modelo de ocupación estacional del territorio. Vienen a colación entonces

los distintos tipos de localización para los asentamientos señalados para el litoral SO de la Península Ibérica (MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., 1991a, 1994b). Entre los casos de emplazamientos que debemos considerar se encontraría *Cabezo de los Vientos* (PIÑÓN VARELA, F., 1987), ocupado desde un primer momento por una comunidad que posee una tecnología muy similar a la de la fase II de *Papa Uvas*, y que en un momento posterior se fortifica con una muralla de piedra con bastiones.

Pensemos en los contenidos malacológicos de las estructuras de *Papa Uvas*: pese a su abundancia aparente no reflejan más que un consumo ocasional de estos recursos por parte de la comunidad que habitó el yacimiento. Revisando los aportes calóricos de la malacofauna y la relación entre el peso que en ella representa el alimento, sólo un 22% (GAMBLE, C., 1990), vemos que depósitos como el definido por el estrato II de la estructura C-1 de la campaña de 1994, pudieron formarse en una sola "comida" de un par de personas.

Puesto que en *Papa Uvas* no tenemos otra cosa que las estructuras excavadas en las margas y los rellenos de éstas, cabe la posibilidad incluso de que el yacimiento hubiese seguido siendo un lugar frecuentado por una comunidad humana en momentos posteriores a la definitiva colmatación de los fosos, sin que de ello tuviésemos posibilidad de conservar estructura alguna. En este sentido creemos plausible que las manchas que aparecen en la campaña de 1994, y que ya habían aparecido con anterioridad en las campañas previas, fundamentalmente formando conjuntos, pueden ser una huella de esa frecuentación del sitio posterior a la definitiva colmatación de los fosos. Recordemos que algunas de estas manchas están superpuestas a las zanjas y que las superposiciones entre manchas aisladas, que vienen a significar relaciones de anterioridad/posterioridad para los conjuntos de que formaban parte, nos indican una rápida sucesión entre los procesos que dieron lugar a la formación de esos conjuntos, (puesto que el terreno estuvo consagrado a un mismo uso repetidas veces). Estas agrupaciones de manchas pueden ser la impronta que generase una estructura vegetal, cuya orientación en la topografía, parece que fue cambiando con el tiempo, tal vez para ajustarse a las condiciones climáticas de cada estación.

Otro punto que surge inmediatamente a partir de la posibilidad de frecuentación del sitio posterior a la definitiva colmatación de las estructuras, es si pudo haber una ocupación previa a la que registran las estructuras de Neolítico Final. Debemos considerar la posibilidad de que los fosos se colmatasen y vaciaran en sucesivas ocasiones, de manera que las fechas que poseemos para los rellenos conservados sean las correspondientes a la última colmatación de cada estructura.

Creemos que los sedimentos que colmatan las estructuras de *Papa Uvas* nos proporcionan una mirada a modo de instantánea a las actividades que esas comunidades desempeñaron en varios momentos, y no una sucesión cronológica continua entre el 3200 y el 2200 a.C. Es decir, *Papa Uvas* fue ocupado en un intervalo mínimo de unos 1000 años, y de ello nos quedan los repertorios materiales pertenecientes a las distintas fases mencionadas. La posibilidad de un modelo de ocupación estacional sería aplicable tanto para el caso de la ocupación continuada, como para el de diversas ocupaciones espaciadas en el tiempo y coincidentes con las fases comentadas. Una ocupación intermitente habría generado innumerables procesos sedimentarios que aparecerían en el registro como una ausencia de patrón de colmatación. Definir el patrón de esa estacionalidad es por hoy, muy difícil, pero surgen toda una gama de posibilidades interpretativas nuevas a partir de la consideración de la posible estacionalidad del yacimiento. Una vez más, recurre la nece-

sidad de planteamientos novedosos para que los nuevos datos permitan avances en el conocimiento (BUNGE, M., 1985).

BIBLIOGRAFÍA

- BUNGE, M. (1985), *Seudociencia e Ideología*. Madrid.
- CALVO TRÍAS, M. (2002), *Útiles líticos prehistóricos, forma, función y uso*. Barcelona.
- CASSANO, S.M., CAZZELLA, A., MANFREDINI, A., MOSCOLINI, M. (1987), *Coppa Navigata e il Suo Territorio: Testimonianze Archeologiche dal VII al II millennio a.C.* Roma.
- DÍAZ-ANDREU, M., LIESAU, C., CASTAÑO, A. (1987), "El Poblado Calcolítico de la Loma de Chiclana (Vallecas, Madrid), Excavaciones de Urgencia realizadas en 1987". *Arqueología, Paleontología y Etnología*, nº 3, pp. 31-116. Madrid.
- GAMBLE, C. (1990), *El Poblamiento Paleolítico de Europa*. Barcelona.
- KLUCKHOHN, C. (1961), *Mirror for man*. New York.
- LIZCANO, R., *et alii* (1992), "El Polideportivo de Martos. Producción Económica y Símbolos de Cohesión en un Asentamiento del Neolítico Final en las Campiñas del Alto Guadalquivir". *Cuad. Preh. Gr.*, 16-17, 1991-1992, pp. 5-101. Granada.
- LIZCANO, R., *et alii* (1993), "1ª Excavación de Urgencia en el Pabellón Polideportivo de Martos (Jaén)". *A.A.A./1991/III*, pp. 278-291, Sevilla.
- LIZCANO, R. (1999), *El Polideportivo de Martos (Jaén): Un Yacimiento Neolítico del IV Milenio a.C.: Nuevos Datos para la Reconstrucción del Proceso Histórico del Alto Guadalquivir*. Córdoba, 1999.
- MARTÍN ESPINOSA, A., RUIZ MORENO, M^a. T. (1992), "Excavación Calcolítica de Urgencia en la Finca La Gallega, 1ª fase. Valencina de la Concepción, Sevilla". *A.A.A./1990/III*, pp. 455-458.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C. (1985), *Papa Uvas I. Aljaraque, Huelva: Campañas de 1976 a 1979*. Excavaciones Arqueológicas en España, nº 136. Madrid.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C. (1986a), *Papa Uvas II. Aljaraque, Huelva: Campañas de 1981 a 1983*. Excavaciones Arqueológicas en España, nº 149. Madrid.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C. (1986b), "Aproximación a la Secuencia del Hábitat en Papa Uvas (Aljaraque, Huelva)". *Homenaje a Luis Siret*, pp. 227-242, Sevilla.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C. (1989), "L'insediamento neolitico e calcolitico di Papa Uvas", *Interpretazione Funzionale dei "Fondi di Capanna" di Eta' Prehistórica*, pp. 82-90. Milano.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C. (1991a), "El Calcolítico y la Edad del Bronce en Andalucía", *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, nº 30-31, pp. 55-74, Madrid.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C. (1991b), "Types of Fortification in Sites in Southern Italy and Spain During the Neolithic and Copper Ages". *Iberian/Sardinian Colloquium*, Tufts University, Boston.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C. (1994a), "La Relación Vegetación-Fauna en el Caso de Papa Uvas (Aljaraque, Huelva)". *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana*. Huelva.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C. (1994b), *El Tránsito del Neolítico al Calcolítico en el Litoral del Sur-Oeste Peninsular*. Madrid.

- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C. (1995), "Alteraciones Antrópicas del Ecosistema: Indicadores Arqueológicos Según Papa Uvas (Aljaraque, Huelva)". *I Congrès del Neolític a la Península Ibérica*. Gavá-Bellaterra.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., MIRANDA ARIZ, J.M. (1988), "El Poblado Calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla): una Revisión Crítica". *CuPAUAM*, nº 15, pp. 37-67, Madrid.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., GÓMEZ PASCUAL, M.J., CONSUEGRA RODRÍGUEZ, S. (1990), "Urgencias en Aljaraque, Huelva". *A.A.A./1987/III*, pp. 314-316. Sevilla.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.C., SANZ RUIZ, M^a.P. BERMÚDEZ SÁNCHEZ, J. (2000), *La Edad del Cobre en el Llanete de los Moros (Montoro): El Origen de los Pueblos en la Campiña Cordobesa*. Revista de Prehistoria, nº 1. Córdoba.
- MOLINA LEMOS, L. (1980), "El Poblado del Bronce I El Lobo (Badajoz)". *Noticario Arqueológico Hispánico*, nº 9, pp. 93 y ss. Madrid.
- MURILLO DÍAZ, M^a.T. *et alii* (1987), "Excavaciones en el Yacimiento Calcolítico del Polideportivo de Valencina de la Concepción (Sevilla), 1985". *A.A.A./1985/III*, pp. 311-315, Sevilla.
- MURILLO DÍAZ, M^a.T. (1991), "Excavaciones de Urgencia en el Poblado Calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla), 1988-1989". *A.A.A./1989/III.*, pp. 555-560, Sevilla.
- MURILLO DÍAZ, M^a.T. (1991), "Otras Intervenciones de Urgencia en el Yacimiento Calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla), 1988-1989". *A.A.A./1989/III.*, pp. 561 y ss., Sevilla.
- PIÑÓN VARELA, F. (1987), "El Cabezo de los Vientos, La Zarcita (Santa Bárbara de Casa): un Poblado Calcolítico Fortificado en el NE de la Provincia de Huelva. Campaña de Excavaciones de 1985". *A.A.A./III/1985*, pp. 272-278, Sevilla.
- RUIZ MORENO, M^a.T. (1991), "Excavación Arqueológica de Urgencia en Valencina de la Concepción "Urbanización de la Cima" (Sevilla), 1989-1990". *A.A.A./1989/III*, pp. 461-464, Sevilla.
- RUIZ MORENO, M^a.T., MARTÍN ESPINOSA, A. (1993), "Excavación de Urgencia en el Dolmen de la Pastora, Valencina de la Concepción, Sevilla". *A.A.A./1991/III*, pp. 554-558.
- SÁNCHEZ, A., RAMOS, N. (2002), "Phosphorus and Copper Analysis in an Rescue Excavation (Jaén, Spain)", *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, vol. 2, nº 1, pp. 81-92. Rodas.
- SANTANA FALCÓN, I. (1993), "Excavación Arqueológica de Urgencia en El Algarrobbillo. Valencina de la Concepción (Sevilla)". *A.A.A./1991/III*, pp. 548-553, Sevilla.
- TINÉ, S. (1983), *Passo di Corvo e la Civiltà Neolitica del Tavoliere*. Genova.
- WHEELER, M. (1956), *Archaeology from the Earth*. Baltimore.
- WITTGENSTEIN, L. (1999), *Tractatus Lógico-Philosophicus*. Madrid.

Notas:

Dibujo de estructuras y materiales: Agustín M^a Lucena Martín.
Montaje de láminas: José L. Liébana Mármol.



Fig. 1 – Localización del yacimiento arqueológico de Papa Uvas (Aljaraque, Huelva) en la Península Ibérica.

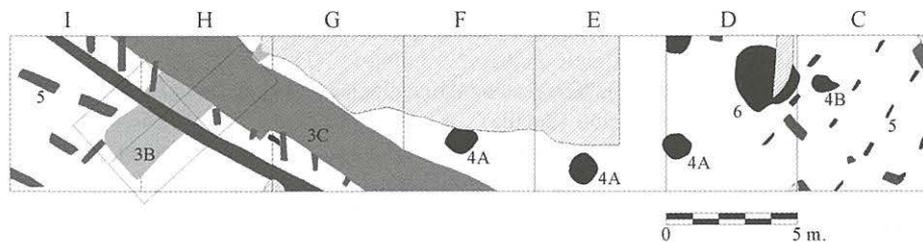
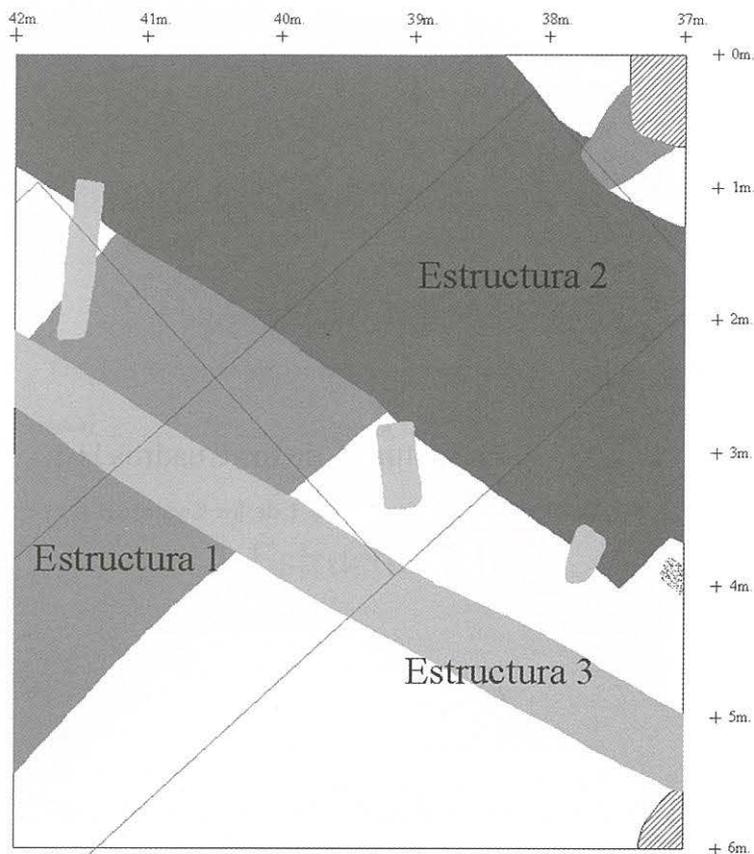


Fig. 2 – Cuadros de la zona de intervención de la campaña de 1994, en los que se localizan las estructuras comentadas en el texto.



Cuadro H. Plano 1.

Fig. 3 – Planta de los Cuadros H-I donde se cortan las estructuras 1 y 2.

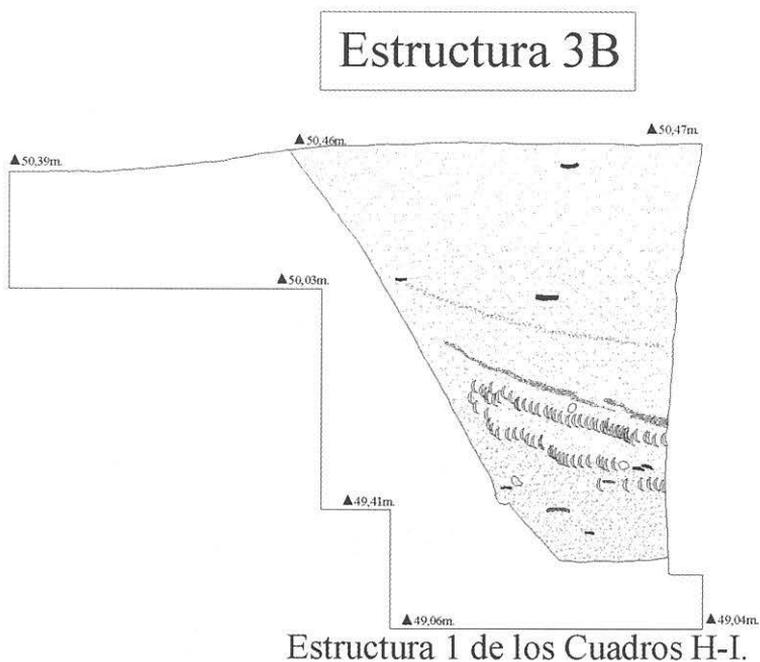


Fig. 4 – Sección Sur de la estructura 1 de los Cuadros H-I.

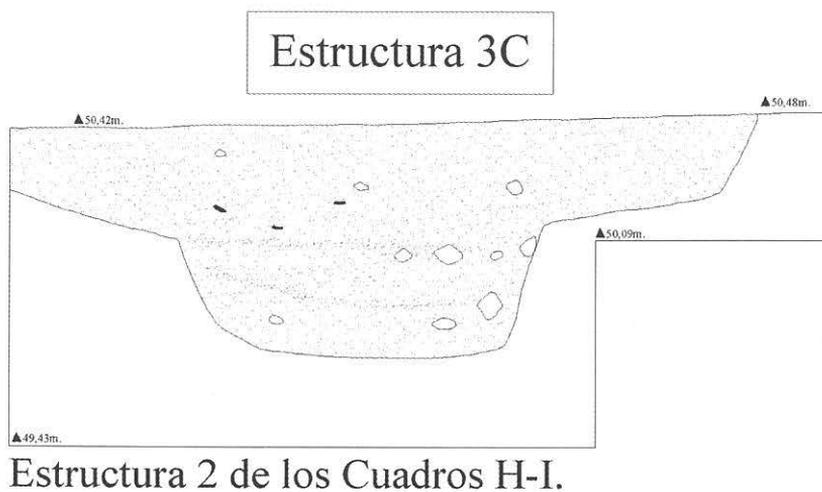


Fig. 5 – Sección Este de la Estructura 2 de los Cuadros H-I.

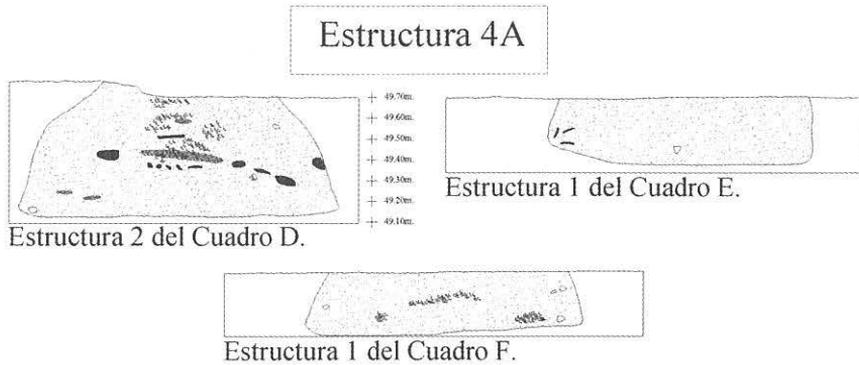


Fig. 6 – Secciones de las estructuras englobadas en el grupo 4A.

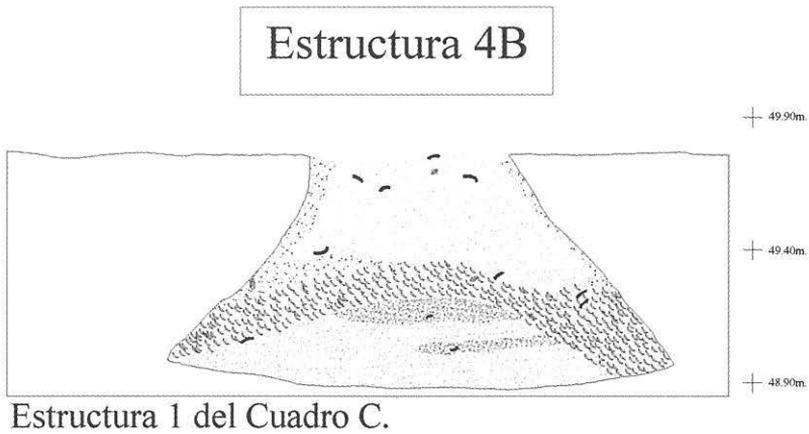


Fig. 7 – Sección Oeste de la estructura 1 del Cuadro C.

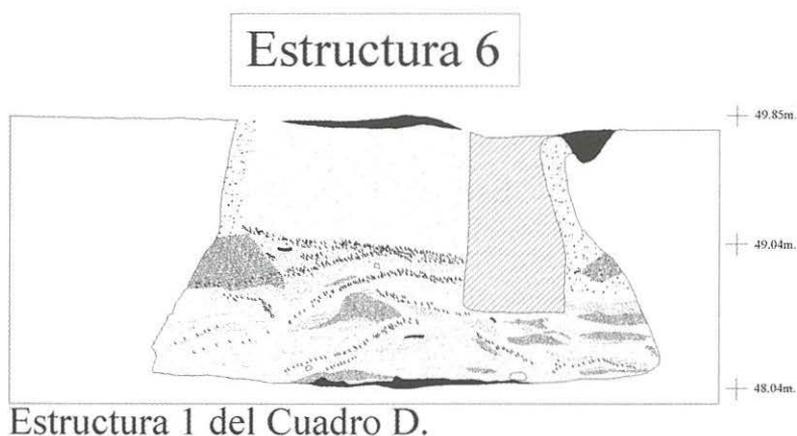


Fig. 8 – Sección Norte de la estructura 1 del Cuadro D.



Fig. 9 – Esquema de las formas cerámicas más representadas entre los materiales de la campaña de 1994 de Papa Uvas.

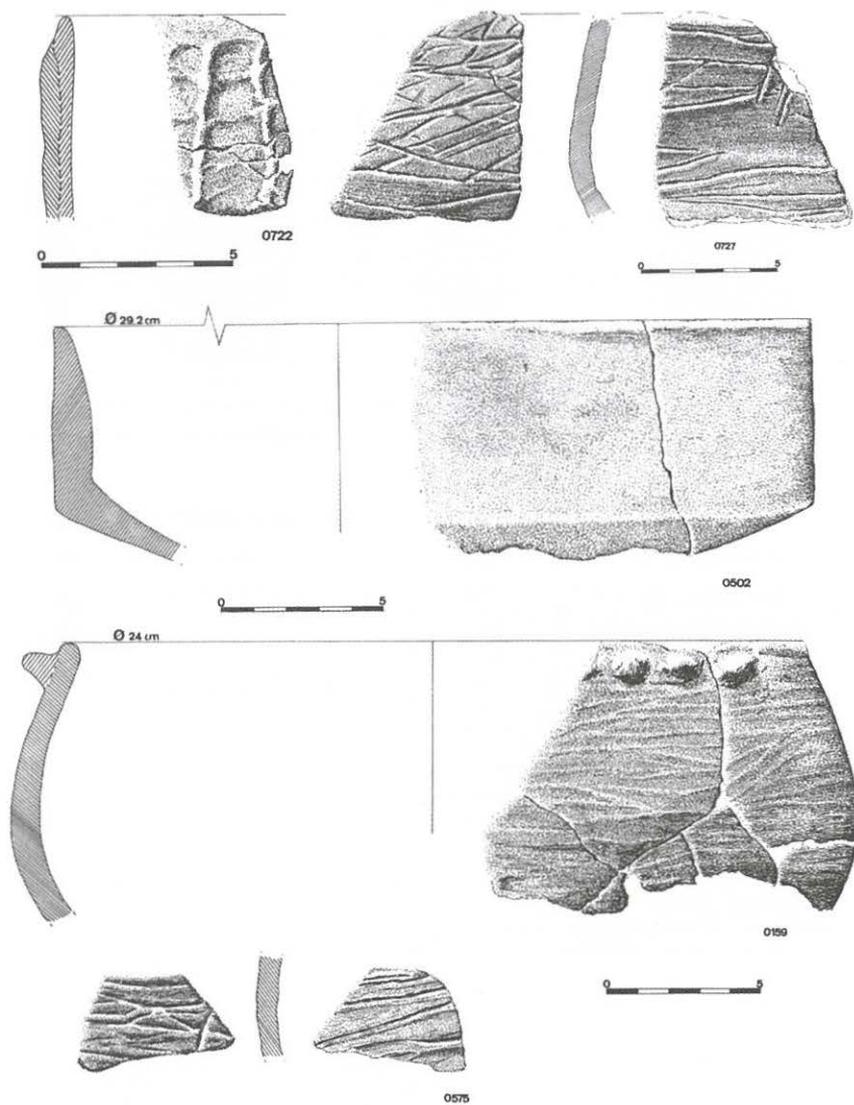
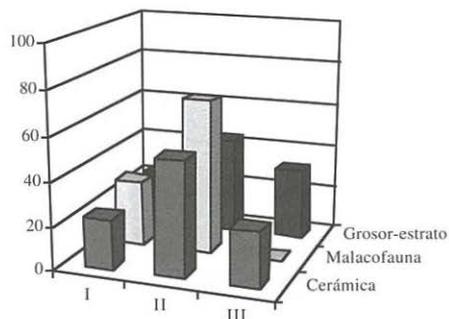


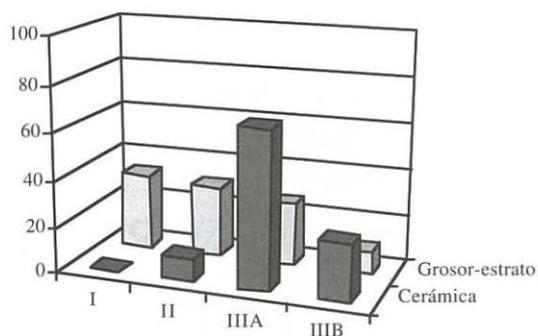
Fig. 10 – Cerámicas decoradas de la estructura I de los Cuadros H-I.

Gráfico 1

Relación porcentual entre cerámica, malacofauna y grosor de los estratos. Estructura 4B, corte C-4.3, n^o 3.

**Gráfico 2**

Relación porcentual entre cerámica y grosor de los estratos. Estructura 3B, corte E-4.3.

**Gráfico 3**

Relación porcentual entre cerámica y grosor de los estratos. Estructura 4A, corte A-7.3, n^o 7.

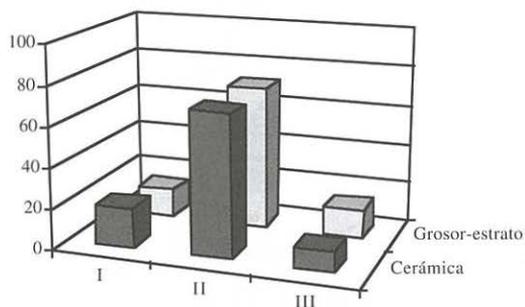


Fig. 11 – Gráficas correspondientes a la relación entre grosor de los estratos y porcentaje de material que contienen.

ANÁLISIS PALINOLÓGICO DEL POBLADO CALCOLÍTICO DE LOS ITUEROS (SANTA MARÍA DEL ARROYO, VALLE AMBLÉS, ÁVILA, ESPAÑA)

por

José Antonio López Sáez* & Pilar López García*

Resumo: El análisis paleopalinológico del poblado calcolítico de Los Itueros nos ha permitido reconocer las principales pautas paleoeconómicas y paleoambientales durante el Subboreal de la provincia de Ávila.

Palabras-clave: Calcolítico; Ávila; Subboreal.

INTRODUCCIÓN

La palinología arqueológica es una de las disciplinas más válidas a la hora de acontecer el paisaje prehistórico de una zona determinada, permitiendo discernir el origen y la dinámica de los procesos de antropización del entorno, y establecer las principales bases paleoeconómicas durante la Prehistoria (López Sáez *et al.*, 2000; Galop & López Sáez, 2002).

El trabajo que proponemos viene a llenar un gran vacío dentro de los estudios paleoambientales y paleoeconómicos de la zona suroccidental de la Meseta Norte española (López García, 1985, 1986), provincias de Ávila y Salamanca, donde si exceptuamos el análisis publicado para el castro prerromano de El Raso de Candeleda (López Sáez *et al.*, 1991) no se conoce ningún otro tipo de investigación al respecto.

Aunque nuestro estudio procede únicamente de los resultados derivados de dos muestras, creemos que su importancia es notable en tanto y en cuanto constituyen la primera evidencia directa de las bases paleoeconómicas del Calcolítico en la Submeseta Norte española, así como del paisaje existente en dicho periodo cultural. En todo caso, esta investigación se enmarca dentro de otra más general a todo el ámbito provincial.

* Laboratorio de Arqueobotánica, Departamento de Prehistoria, Instituto de Historia, CSIC, Duque de Medinaceli, 6. 28014 Madrid.

ZONA DE ESTUDIO

El Valle Amblés comprende una extensa nava de ca. 750 km², que se extiende a lo largo del valle alto y medio de río Adaja, siendo su núcleo urbano más importante la capital provincial, Ávila de los Caballeros (Fig. 1). Se trata de un valle amplio, situado por lo general por encima de los 1000 m, que ocupa la vertiente meridional de la Sierra de Ávila y las septentrionales de la Serrota y Parameras, sumando en su conjunto las tierras llanas que se extienden desde el Puerto de Villatoro, al oeste, hasta la capital. Su principal actividad es la agricultura cerealística y la explotación del encinar adhesionado para el ganado, así como la industria en torno a la capital. Actualmente, en la zona se cultivan básicamente tres cereales: centeno (*Secale cereale*), trigo (*Triticum aestivum*) y cebada (*Hordeum vulgare*); así como una leguminosa, la alfalfa (*Medicago sativa*) (Fuentes, 1989a, 1989b).

Corológicamente, el Valle Amblés pertenece a la provincia Carpetano-Ibérico-Leonesa, sector Bejarano-Gredense, subsector Gredense, distrito Cornejano-Amblense, hallándose representados en el territorio los pisos bioclimáticos supramediterráneo y oromediterráneo (Rivas Martínez, 1975). Fuentes & Ladero (1978), a quienes corresponde el estudio fitosociológico de este valle, consideran, no obstante, que por su particular situación y orientación, así como por su altitud, el Valle Amblés debería constituir un distrito particular que denominan distrito Amblense, bien diferenciado del que sería el distrito correspondiente al Valle del Corneja, el cual, por su carácter abierto hacia tierras salmantinas así como por una mayor pluviosidad media y por la regularidad de las precipitaciones, posee una temperatura más suave influenciada por los vientos húmedos de poniente, todo lo cual se traduce en una mayor amplitud de los bosques caducifolios en el distrito Cornejano, y una mayor presencia de un encinar con tintes continentales en el distrito Amblense.

El yacimiento de Los Itueros es un poblado del Calcolítico precampaniforme, que se encuentra situado en torno a un promontorio granítico en el reborde norte del Valle Amblés en su zona central, en el municipio abulense de Santa María del Arroyo (Fig. 1). El poblado, en sí, se compone de unas pocas cabañas ubicadas al amparo y protección de los berrocales graníticos, con una forma aproximadamente circular, materiales de construcción pobres y hogares centrales; por el momento no ha aparecido fragmento alguno de vaso campaniforme (Fabián García, 1995).

En este yacimiento se han llevado a cabo, por el momento, dos campañas de excavación en los años 1990 y 1991 (Caballero *et al.*, 1990; Fabián García, 1995), con resultados aceptables y abundancia de material, especialmente del cerámico. Caracterizan a Los Itueros las cerámicas en tonos oscuros y superficies generalmente bruñidas, de formas cerradas o con tendencia a ello, decoraciones a base de pastillas repujadas en relieve, cordones plásticos con incisiones, oculados, etc, con una metalurgia rica y avanzada (Caballero *et al.*, 1990; Fabián García, 1992).

Desde un punto de vista biogeográfico, Los Itueros se encuentra en el piso supramediterráneo medio, siendo su vegetación climática el encinar carpetano sobre suelos ácidos (*Junipero oxycedri-Quercetum rotundifoliae*) (Fuentes & Ladero, 1978; Rivas Martínez, 1975, 1987). Quizá por el carácter rupestre del territorio, la zona de estudio se encuentra en la actualidad poco alterada, y el bosque autóctono (encinar) aparece bien desarrollado en el entorno del yacimiento.

MATERIAL Y MÉTODOS

En el poblado de Los Irueros se han excavado por el momento dos sectores (1 y 3), y en cada uno de ellos en concreto una cabaña. De cada uno de estos sectores se ha podido estudiar una muestra palinológica en el denominado nivel 1 o nivel de habitación calcolítico (Fig. 2).

Las muestras fueron tratadas químicamente utilizando la metodología clásica para yacimientos arqueológicos propuesta por Girard & Renault-Miskovsky (1969) con concentración del polen mediante flotación en licor denso de Thoulet, adoptando las modificaciones expuestas por Goeury & de Beaulieu (1979) y Burjachs (1990).

La determinación de los tipos polínicos se realizó básicamente de acuerdo a Moore *et al.* (1991). Los microfósiles no polínicos fueron identificados siguiendo la tipología numérica establecida para cada uno de ellos por la Escuela del Dr. B. van Geel de la Universidad de Amsterdam (Holanda) así como a partir de un trabajo nuestro previo (López Sáez *et al.*, 1998).

El espectro polínico de cada muestra ha sido establecido a partir de la contabilización como término medio de alrededor de 200 pólenes, que constituye la suma base polínica (S.B.P.). Una suma de base así establecida junto a conteo mínimo de 20 táxones permiten albergar un estudio estadísticamente fiable (McAndrews & King, 1976; Janssen, 1981). Los valores relativos de los táxones, tanto arbóreos/arbustivos (AP) como no arbóreos (NAP) se han obtenido a partir de la suma de los valores absolutos de cada uno de ellos y vienen referidos a la suma base polínica, de la que se han excluido los pólenes de especies hidro-higrófitas, las esporas de criptógamas, los pólenes indeterminados y los microfósiles no polínicos; así como Cichorioideae, en las secuencias de yacimientos arqueológicos, de acuerdo a su hipotética sobrerrepresentación por su carácter zoófilo (Bottema, 1975; Carrión, 1992).

Para este yacimiento se dispone de tres fechas radiocarbónicas (Fabián García, 1995): 2460 ± 330 a.C. (4410 ± 330 BP; I-16229), 2170 ± 130 a.C. (4120 ± 130 BP; I-16150) y 1900 ± 100 a.C. (3850 ± 100 a.C.; I-16149), que lo situarían cronológicamente hacia los momentos finales del III milenio a.C., probablemente en la transición al II°.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Los espectros polínicos de las dos muestras estudiadas (Fig. 2) parecen bastante concordantes, lo que nos permite considerarlas en su conjunto, aunque es cierto que se denotan algunas diferencias menores entre ellas que, en cualquier caso, no parecen obedecer a causas tafonómicas. La concentración polínica no es demasiado alta ($542-625$ granos/cm³).

El porcentaje de polen arbóreo-arbustivo (AP) en ambas está cercano al 25%, siendo por tanto el polen herbáceo (NAP) el mayoritario. Estos resultados demostrarían la existencia de un paisaje deforestado, abierto, dominado fisionómicamente por herbáceas de diversa índole, donde la vegetación arbórea tendría escasa preponderancia, salvo quizá en los ambientes montanos aledaños a la zona de estudio.

Entre los táxones arbóreos los mayoritarios son *Quercus pyrenaica* type con el 15-17% sobre el total, mostrando la existencia de robledales de roble melojo o melojares

(*Quercus pyrenaica*), relativamente bien conservados en las estribaciones montañosas más cercanas, ya sea al norte en la Sierra de Ávila o hacia sur en Las Parameras. La vegetación potencial actual del territorio (encinares carpetanos con enebro de la asociación *Junipero oxycedri-Quercetum rotundifoliae*), aparece representada en el diagrama polínico pero no en porcentajes que nos hagan suponer una buena conservación y presencia en el territorio de esta vegetación climática, por lo que su baja presencia es el mejor reflejo de ese paisaje deforestado y abierto antes comentado, al menos en el área inmediata el yacimiento de Los Itueros, que no tanto en las zonas montañas aledañas donde muy posiblemente se desarrollaron bosques caducifolios mejor conservados. La encina (*Quercus ilex* type) no supera siquiera el 5% del total, mientras que el enebro (*Juniperus* type) presenta porcentajes similares (2-6%).

Un hecho bastante importante que debemos considerar es el hallazgo en Los Itueros de fragmentos cerámicos muy ilustrativos, en los cuales dentro de la pasta se habían colocado cuidadosamente hojas de jara estepa (*Cistus laurifolius*) (Caballero *et al.*, 1990), las cuales quizá por su carácter pegajoso – gracias al contenido en lánano – habrían favorecido una mayor adherencia o compacticidad de la pasta (Fabián García, 1995). La jara estepa forma, en la actualidad, parte de los jarales supramediterráneos de la asociación *Santolino rosmarinifoliae-Cistetum laurifolii* que ella misma preside, cuyo óptimo se encuentra en el sector corológico Guadarrámense, aunque también penetran al Bejarano-Gredense (Fuertes, 1989b; Sánchez Mata, 1989). Estos jarales ocupan en nuestra zona de estudio las zonas de umbría (exposiciones N y NO), desarrollándose sobre litosuelos, como es el caso en la zona de Los Itueros donde la abundancia de un sustrato granítico limita el desarrollo de una vegetación de tipo arbóreo. En todo caso, quizá lo más importante es que los jarales supramediterráneos de jara estepa representan etapas degradativas de los melojares supramediterráneos, en sus aspectos más degradados (Sánchez Mata, *op. cit.*). Estos hechos nos vendrían a confirmar que durante el periodo de ocupación de Los Itueros la vegetación potencial del territorio correspondería posiblemente al melojar supramediterráneo (*Luzulo forsteri-Quercetum pyrenaicae*) y no a la que supuestamente corresponde en la actualidad, el encinar carpetano (*Junipero oxycedri-Quercetum rotundifoliae*).

Considerar al melojar como el bosque climático de la zona de estudio durante el Calcolítico nos permitiría, además, entender que sea *Quercus pyrenaica* type el palinomorfo dominante del AP, muy por encima del porcentaje mostrado por *Quercus ilex* type (Fig. 2). No obstante, también es cierto que en ambos espectros polínicos no se ha identificado polen de jara estepa o del palinomorfo correspondiente, lo que limita ciertamente nuestra hipótesis. De hecho, el roble melojo, en la actualidad, también entra a formar parte de las fresnedas supramediterráneas cabeza de formación de las geomacros series riparias silicícolas comarcales (Rivas Martínez, 1975), por lo que una mayor preponderancia en Los Itueros de los melojos podría no estar indicando el desarrollo *in situ* del melojar, sino de esos bosques mixtos de Fresno y melojo adherados que se extenderían en los fondos aluviales. Cercano a la zona de estudio se encuentra el arroyo Hocino, hábitat más que probable de esas fresnedas supramediterráneas provistas de melojo.

La vegetación ribereña vendría representada fundamentalmente por el Fresno (*Fraxinus*) y el chopo/álamo (*Populus*), en ambos casos con porcentajes ínfimos no superiores al 3%, lo que sería igualmente reflejo de una deforestación manifiesta del bosque ripario. Fresnedas y alamedas poblarían los cauces del arroyo Hocino sin constituir bosques densos, posiblemente a causa de la alteración de estos entornos. Es importante señalar aquí la

presencia del fresno, el mejor indicador de la existencia de fresnedas, cabeza de las geoseries riparias silicífilas supramediterráneas de esta área carpetana. La presencia del acebo (*Ilex*) es testimonial en la muestra analizada del sector 3, siendo un taxon que posiblemente se refugiara en el seno del melojar o en su caso del bosque ripario, de donde se habría extinguido ya que actualmente no forma parte de la flora del Valle Amblés (Fuentes, 1989a, 1989b).

Entre los palinomorfos de carácter arbóreo debe señalarse la ausencia total de pólenes atribuibles al género *Pinus*, particularmente de *Pinus sylvestris* type, lo que podría ser indicativo de la lejanía de los pinares respecto al área de estudio, o lo que podría ser más significativo, la desaparición o gran deforestación de este tipo de bosques del piso oromediterráneo de Las Parameras, la única zona serrana donde por su altitud el pino albar pudo vivir en el pasado.

Entre las herbáceas (NAP) el dominio porcentual corresponde a Cichorioideae (excluidas de la suma base polínica) y a Gramineae, que aparecen con porcentajes en ambos casos del 36-39% y 22-27% respectivamente. Táxones igualmente importantes, con porcentajes superiores o cercanos al 5%, serían *Aster* type, Cardueae, *Rumex acetosa* type y *Rumex acetosella* type. No se ha identificado polen de cereal. El espectro polínico conjunto del NAP reflejaría que ese paisaje abierto comentado con anterioridad estaría dominado básicamente por pastizales gramínoides relativamente extensos, acompañados en las zonas más antropizadas por elementos de carácter nitrófilo favorecidos por la presencia del hombre, tales como *Aster* type, Boraginaceae, Cichorioideae, Cardueae, *Rumex* sp, etc. (Behre, 1981).

La presencia de *Artemisia*, Chenopodiaceae/Amaranthaceae, así como la preponderancia de amerosporas (ca. 80% con referencia a la S.B.P.) sería el reflejo de un clima con tendencia a ser seco y posiblemente térmico, lo cual viene también apoyado por los bajos porcentajes con que aparecen Filicales monoletes.

Entre los microfósiles no polínicos es destacable la presencia en ambas muestras de dos tipos correspondientes a especies coprófilas de la familia Sordariaceae, el type 55 (con porcentajes del 13 y 32%) y *Cercophora* sp (type 112; 3,5-5%). Estos palinomorfos no polínicos serían testigos de la existencia de animales en el entorno próximo a las muestras estudiadas, y por lo tanto nos darían cuenta del desarrollo de actividades ganaderas por los pobladores de Los Itureros (López Sáez *et al.*, 2000). Entre el resto de palinomorfos cabe igualmente señalarse la identificación de algunos indicadores de este mismo tipo de actividades, fundamentalmente de *Plantago lanceolata* type (2-4,3%), Chenopodiaceae/Amaranthaceae (ca. 1,5%) y *Urtica dioica* type (ca. 2-3%) (Galop, 1998). Sea como fuere, lo que parece ser cierto es que estos palinomorfos relacionados con la presencia de animales en el entorno aparecen representados en ambas muestras, aunque con mayor valor cuantitativo en la analizada en el sector 3, sobre todo en lo referente al type 55, estando posiblemente este sector más influenciado por este tipo de actividades que el otro.

Ciertas esporas de origen fúngico, como *Chaetomium* sp (type 7A) y *Coniochaeta* cf. *ligniaría* (type 172), reflejarían la ocurrencia de fenómenos que implicarían la existencia del fuego, tanto a nivel local (fuego de hogares, procesos de aclarado del bosque) como regional (incendios forestales) (López Sáez *et al.*, 1998, 2000), aunque el disponer únicamente de dos muestras, sin evolución temporal definida entre ellas, no nos permite realizar mayor precisión a tales fines, ni en su origen ni en su carácter. En todo caso, la concentración de carbones es muy baja, del orden de ca. 40×10^3 fragmentos/cm³, por lo que cabe pensar en un aporte alóctono de dichas palinodebris y en una incidencia más bien lejana o regional

de los incendios que no local. Estos datos corroboran que sea precisamente *Coniochaeta* cf. *ligniaria* el microfósil no polínico mejor representado en el diagrama polínico, pues no en vano sus porcentajes representan el 86-147% con respecto a la S.B.P. Tan altos porcentajes de dicho palinomorfo no polínico podrían relacionarse con la ocurrencia de incendios con carácter regional (López Sáez *et al.*, 1998, 2000) que no local, que habrían afectado posiblemente a los pinares montanos – cuya ausencia es total en ambos espectros – e incluso a nivel regional al encinar, pues no en vano esta vegetación que representaría la climax territorial apenas aparece representada.

Al no haberse identificado polen de cereal en este yacimiento, no podemos poner en relación la utilización del fuego con los procesos de aclarado previos a la cerealicultura. No obstante, *Glomus* cf. *fasciculatum* (type 207) daría cuenta de la ocurrencia de ciertos procesos de carácter erosivo en el medio de sedimentación (López Sáez *et al.*, 2000), posiblemente relacionados con la naturaleza granítica del medio más que con fenómenos de origen antrópico.

CONCLUSIONES

El análisis palinológico de dos muestras (Fig. 2), procedentes de dos sectores diferentes del poblado calcolítico precampaniforme de Los Itueros, ofrece un panorama de un paisaje muy abierto, altamente deforestado, donde la vegetación potencial (encinar carpetano) apenas estaría representada por pies dispersos de encina y enebro o, en su caso, por bosquetes aislados; mientras que las zonas montanas cercanas (Sierra de Ávila, Las Parameras) aparecerían pobladas, al menos en su pie de monte, por robledales de melojo (melojares) relativamente bien conservados, en los que posiblemente el pinar habría desaparecido mayoritariamente de los niveles superiores.

La dominancia porcentual del melojo sobre la encina, así como la abundancia de fresno y el hallazgo de hojas de jara estepa en el seno de material cerámico, nos llevan a considerar la hipótesis de que el melojar fuera realmente la vegetación climácica de la zona de estudio durante el Calcolítico y no el encinar, sin desdeñar la posibilidad de que realmente el melojo formara parte de las fresnedas que poblarían las zonas aluviales. Incluso, podríamos adivinar cierta movilidad de los pisos bioclimáticos, de tal manera que si bien en la actualidad Los Itueros se ubica en el piso supramediterráneo medio, al menos durante el Calcolítico la vegetación de la zona se adscribía fundamentalmente al piso supramediterráneo superior, más propio al desarrollo actual en la comarca de bosques caducifolios (melojares).

Los incendios, que tendrían un carácter regional que no local, habrían conducido posiblemente a la desaparición del pinar montano e incluso de ciertos enclaves de encinar en otras zonas más alejadas al yacimiento.

El dominio paisajístico del entorno de Los Itueros correspondería a amplias planicies de pastizales vivaces ricos en gramíneas, posiblemente con un uso ganadero y con un claro origen antropozoógeno, pues así lo atestigua el alto porcentaje de gramíneas así como la presencia de ciertos microfósiles no polínicos indicadores de la existencia de animales en el medio.

Las zonas más visitadas por el hombre, o las mayormente influenciadas por éste, estarían pobladas de una flora ruderal rica en elementos de origen antrópico y marcado

carácter nitrófilo, fundamentalmente por especies de Asteraceae. Aquellas zonas nitrificadas relacionadas con la estabulación o paso de ganado se poblarían de una flora nitrófila de marcado carácter zoógeno, dominada por ortigas (*Urtica dioica* type) y llantén (*Plantago lanceolata* type). No ha podido identificarse ningún polen de cereal en las dos muestras estudiadas de Los Itueros, aunque sí otra serie de palinomorfos que normalmente acompañan a los cultivos cerealísticos, plantas arvenses como Cruciferae o *Rumex* sp (Behre, 1981), que en todo caso podrían indicarnos la posible existencia de cultivos de cereal en el entorno de Los Itueros, aunque no sería más que una evidencia en todo caso indirecta. Sea como fuere, el análisis palinológico emprendido en Los Itueros parece demostrar que la economía básica en este poblado fue la ganadería.

BIBLIOGRAFÍA

- BEHRE, K.E. (1981), The interpretation of anthropogenic indicators in pollen diagrams – *Pollen et Spores*, 23: 225-245.
- BOTTEMA, S. (1975), The interpretation of pollen spectra from prehistoric settlements (with special attention to liguliflorae) – *Palaeohistoria*, 17: 17-35.
- BURJACHS, F. (1990), *Palinologia dels dòlmens de l'Alt Empordà i dels dipòsits quarternaris de la cova de l'Arbreda (Serinyà, Pla de l'Estany) i del Pla de l'Estany (Olot, Garrotxa). Evolució del paisatge vegetal i del clima des de fa més de 140.000 anys al EN de la Península Ibèrica* – Tesis Doctoral, Publicaciones de la Universitat Autònoma de Barcelona, Edición microfotográfica 1991, Bellaterra.
- CABALLERO, J., GARCÍA-CRUCES, C., GÓMEZ, M.M. & SALAZAR, A. (1990), *Memoria de la excavación de urgencia en Los Itueros (Sta. M^a del Arroyo, Ávila)* – Servicio Territorial de Cultura de Ávila, Ávila.
- CARRIÓN, J.S. (1992), Late Quaternary pollen sequence from Carihuela Cave, southeastern Spain – *Review of Palaeobotany and Palynology*, 71: 37-77.
- FABIÁN GARCÍA, J.F. (1992), El enterramiento campaniforme del Túmulo 1 de Aldeagordillo (Ávila) – *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 58: 97-132.
- FABIÁN GARCÍA, J.F. (1995), *El aspecto funerario durante el Calcolítico y los inicios de la Edad del Bronce en la Meseta Norte. El enterramiento colectivo en fosa de "El Tomillar" (Bercial de Zapardiel, Ávila) en el marco cultural de la Prehistoria reciente en el sur de la Meseta Norte española* – Acta Salmanticensia, Estudios Históricos y Geográficos, 93. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca.
- FUERTES, E. & LADERO, M. (1978), Avance de la vegetación y flora del valle de Amblés (Ávila) – *Pharm. Mediterranea*, 3: 113-126.
- FUERTES, E. (1989a), Aportaciones a la flora abulense. El valle de Amblés I. (Equisetaceae-Violaceae) – *Botánica Complutensis*, 14: 123-148.
- FUERTES, E. (1989b), Aportaciones a la flora abulense. El valle de Amblés II. (Cistaceae-Orchidiaceae) – *Botánica Complutensis*, 15: 101-125.
- GALOP, D. (1998), *La forêt, l'homme et le troupeau dans les Pyrénées. 6000 ans d'histoire de l'environnement entre Garonne et Méditerranée* – Geode, Laboratoire d'Ecologie Terrestre, Toulouse.
- GALOP, D. & LÓPEZ SÁEZ, J.A. (2002), Histoire agraire et paléoenvironnement: les

- apports de la palynologie et des microfossiles non-polliniques – *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 42 (1-2): 161-164.
- GIRARD, M. & RENAULT-MISKOVSKY, J. (1969), Nouvelles techniques de préparation en palynologie appliquées à trois sédiments du Quaternaire final de l'Abri Cornille (Istres, Bouches du Rhône) – *Bulletin de l'Association française pour l'Etude du Quaternaire*, 1969 (4): 275-284.
- GOEURY, C. & DE BEAULIEU, J.L. (1979), À propos de la concentration du pollen à l'aide de la liqueur de Thoulet dans les sédiments minéraux – *Pollen et Spores*, 21: 239-251.
- JANSSEN, C. (1981), Contemporary pollen assemblages from the Vosges (France) – *Review of Palaeobotany and Palynology*, 33: 183-313.
- LÓPEZ GARCÍA, P. (1985), Resultados de análisis polínicos del Holoceno en la Meseta española procedentes de yacimientos arqueológicos – *Anales de la Asociación de Palinólogos de Lengua Española*, 2: 283-288.
- LÓPEZ GARCÍA, P. (1986), Estudio palinológico del Holoceno español a través del análisis de yacimientos arqueológicos – *Trabajos de Prehistoria*, 43: 143-158.
- LÓPEZ SÁEZ, J.A., LÓPEZ GARCÍA, P. & MACÍAS ROSADO, R. (1991), Análisis polínico del yacimiento arqueológico de El Raso de Candeleda (Ávila) – *Actas de Gredos*, 11: 39-44.
- LÓPEZ SÁEZ, J.A., VAN GEEL, B., FARBOS-TEXIER, S. & DIOT, M.F. (1998), Remarques paléoécologiques à propos de quelques palynomorphes non-polliniques provenant de sédiments quaternaires en France – *Revue de Paléobiologie*, 17 (2): 445-459.
- LÓPEZ SÁEZ, J.A., VAN GEEL, B. & MARTÍN SÁNCHEZ, M. (2000), Aplicación de los microfósiles no polínicos en Palinología Arqueológica – in Oliveira Jorge, V. (Coord. Ed.), *Contributos das Ciências e das Tecnologias para a Arqueologia da Península Ibérica. Actas 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. IX, Vila Real, Portugal, setembro de 1999, Adicap, Porto, pp. 11-20.
- MCANDREWS, J.H. & KING, J.E. (1976), Pollen of the North American Quaternary: the top twenty – *Geoscience and Man*, 15: 41-49.
- MOORE, P.D., WEBB, J.A. & COLLINSON, M. E. (1991), *Pollen analysis*. 2nd. edition – Blackwell Scientific Publications, London.
- RIVAS MARTÍNEZ, S. (1975), Mapa de vegetación de la provincia de Ávila – *Anales del Instituto Botánico A.J. Cavanilles*, 32 (2): 1493-1556,
- RIVAS MARTÍNEZ, S. (1987), *Memoria del MAPA de Series de Vegetación de España* – Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, ICONA, Madrid.
- SÁNCHEZ MATA, D. (1989), *Flora y vegetación del Macizo Oriental de la Sierra de Gredos (Ávila)* – Diputación Provincial de Ávila, Institución Gran Duque de Alba, Ávila.

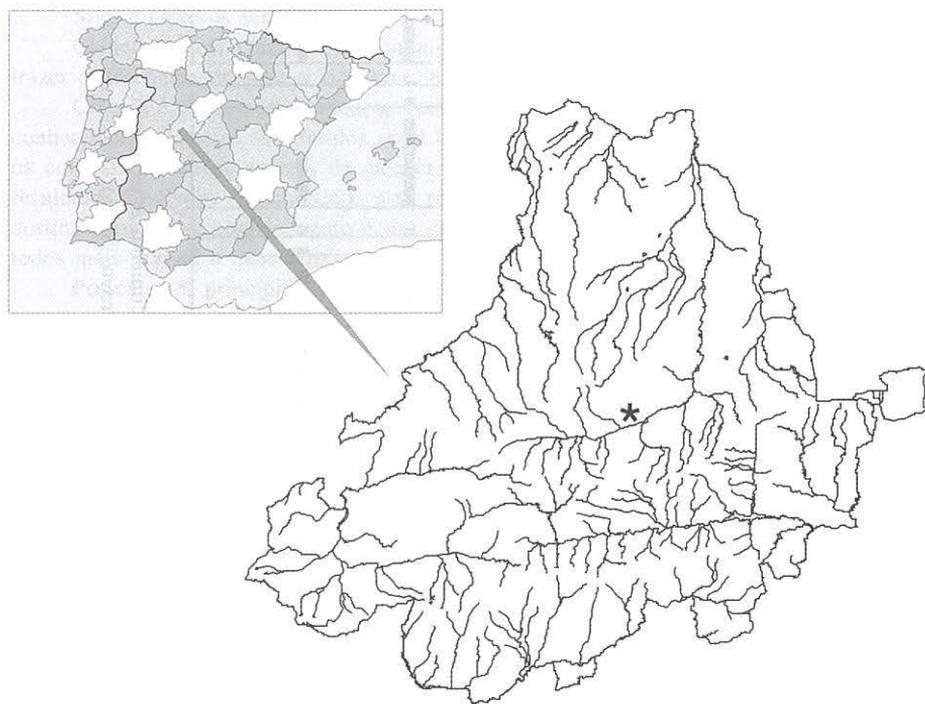


Fig. 1 – Mapa de situación del Valle Amblés (Ávila) y del yacimiento calcolítico precampaniforme de Los Itueros.

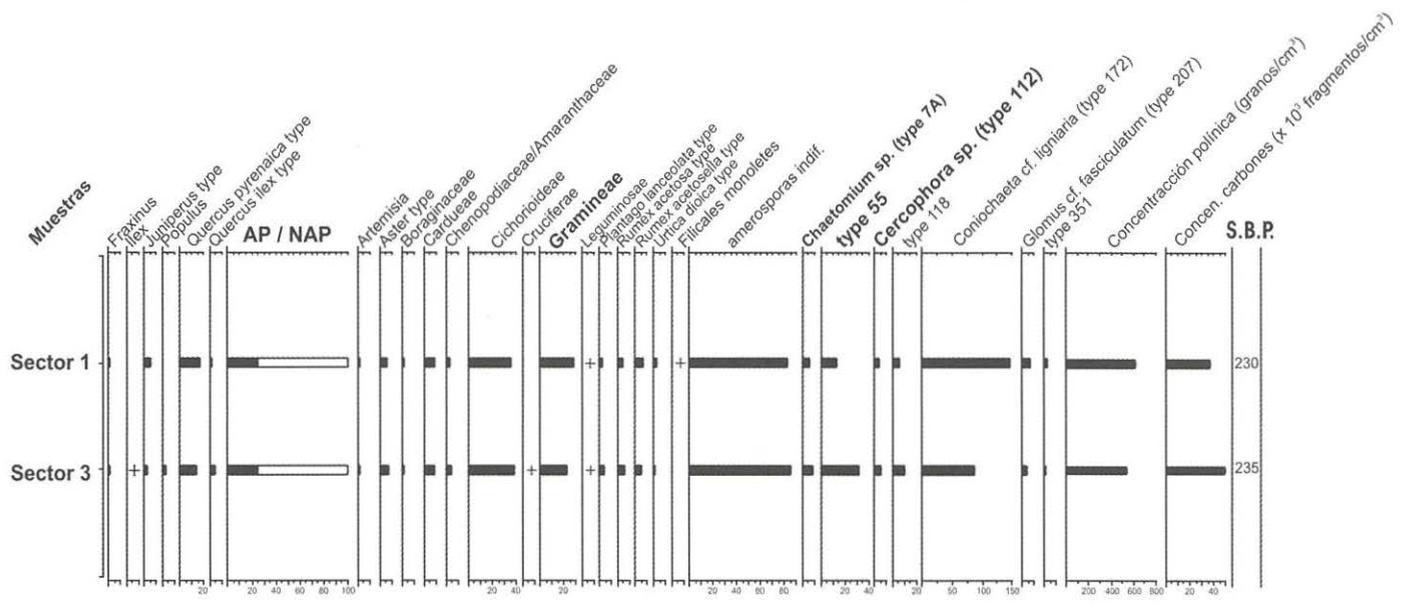


Fig. 2 – Diagrama paleopalinológico del yacimiento arqueológico de Los Itueros (Santa María del Arroyo, Ávila).

CIÊNCIA É COMUNICAÇÃO?*

Sim, e em dois sentidos.

Ciência é uma tentativa de comunicação com o desconhecido – um esforço para trazer o desconhecido para o lado do conhecimento.

Ciência é também comunicação com os outros seres humanos – comunicação desse conhecimento. E entre os referidos seres humanos, podemos ainda fazer a distinção entre os colegas, os outros agentes da ciência, pois que não se pode fazer pesquisa, e obter resultados credíveis, isoladamente; e os restantes cidadãos, que são em última análise os destinatários desse conhecimento e das suas aplicações, no sentido de tornar a vida de todos mais vivível e mais feliz.

Postos estes princípios evidentes, poderíamos desenvolvê-los, perguntando por que é que a ciência não é mais vezes comunicação, precisamente numa sociedade que valoriza tanto uma e outra. Por que é que a ciência e a comunicação estão mais vezes de costas voltadas, do que unidas no mesmo movimento? Por que é que tantos cientistas se queixam de que se sentem encerrados num casulo, apesar de toda a gente elogiar a interdisciplinaridade? E por que é que o público, em geral, tem tanta dificuldade de aceder à ciência, sobretudo quando se passa das generalidades ou das apresentações sedutoras, a um maior grau de complexidade? Qual a responsabilidade dos “comutadores” deste processo (o de ligar os cidadãos à cultura científica, tão deficitária ainda), ou seja, dos jornalistas, dos professores, dos responsáveis pelos museus e outros dispositivos comunicacionais? A(s) resposta(s) daria(m) pelo menos para um livro!

Na impossibilidade de escrever aqui o livro, vou apenas formular um conjunto de ideias-base.

Comunicar com o desconhecido, e tentar aprender, não é só um processo lúdico; é também difícil, e envolve esforço. Um ensino que não treine a força de vontade não vai lá.

O regime inter e transdisciplinar concilia-se mal com as corporações e “capelinhas”: enquanto não houver uma avaliação justa e isenta do trabalho científico, não discriminando ninguém, e colocando todas as ciências ao mesmo nível de dignidade, também não se vai lá.

Enquanto se pensar (ou quiser fazer pensar) que ciência e política não têm nada a ver uma com a outra, e que o conhecimento e a vida em geral (incluindo a comunicação) são duas esferas separadas, também não se compreende, nem muda, nada. O saber, a sua construção, e a sua comunicação são, como todos os outros domínios sociais, campo(s) de poder(es), e não espaços angélicos. O que se visibiliza e o que se não visibiliza não têm,

* Pergunta feita pelo Museu dos Transportes e Comunicações, do Porto, a um conjunto de investigadores, no quadro da Exposição “Comunicação do Conhecimento e da Imaginação” (2002). Aqui se reproduz a minha resposta (V.O.J.).

muitas vezes, a ver com o valor próprio, mas com redes de influência que fazem com que uns triunfem e outros não. E essa descriminação é uma forma de violência disfarçada, que não é justa, não é democrática – é primitiva. A ciência e a comunicação deveriam lutar permanentemente contra ela, em nome da partilha e fruição do conhecimento e da realização inteira do maior número de cidadãos.

Finalmente: é fundamental educar os nossos jovens para a sociedade de comunicação de massas: ou seja, fazer-lhes compreender que o conhecimento é um processo lento, mas que a comunicação (por exemplo, na TV) obedece a outros ritmos, e que um (tempo do amadurecimento) e outro (tempo da mensagem) não são inconciliáveis. Pelo contrário: é quando explicamos as coisas aos outros, de um modo diferente do habitual, que nos confrontamos com o nosso imenso desconhecimento. O que pode ser muito estimulante.

Janeiro de 2002.

Vítor Oliveira Jorge

PATRIMÓNIO E CRIAÇÃO CONTEMPORÂNEA: UMA DICOTOMIA INÚTIL*

No domínio da “Cultura”, assume-se por vezes uma divisão em duas áreas: a da “cultura herdada”, ou património (material ou imaterial), e a da “cultura em construção”, ou criação contemporânea. Procurar-se-á mostrar que esta dicotomia não é correcta, na medida em que o “património” e as “tradições” são invenções da Modernidade, são criações tão contemporâneas como o teatro, o cinema, ou outras. Em todas se parte de uma “herança”, do antigo, do já feito, para fazer novo, para recriar. No domínio da arquitectura, por exemplo, isso é (ou deveria ser) claríssimo.

O que há são actos culturais mais ou menos colectivos, e outros mais ou menos individuais (mas cuja fruição posterior pode ser mais ou menos generalizável). Porém, o importante é a promoção de variadas formas de cultura (no seu sentido mais amplo), e da comunicação (interacção) entre elas, pois essa é uma das condições da própria democracia, com tudo o que de saudavelmente utópico ela contém. Nessa perspectiva, cultura e educação estão intimamente ligadas, por forma a permitir aos cidadãos ocuparem os seus lazes distraíndo-se com produtos de qualidade, e fomentando assim a coesão social, não apenas através de manifestações primárias de pertença, mas também de expressões mais “sofisticadas” (mais diversificadas e ricas de sentidos), à medida que a escolaridade aumenta e se sedimentem, nas sucessivas gerações, novas formas de gosto.

De facto, a “Cultura” (incluindo a cultura “erudita”, tradicional apanágio e marca distintiva de uma elite) é (ou deveria ser) um bem público como a saúde, a educação, a segurança, a justiça, etc. Nela podem e devem intervir os mais diferentes agentes, mas o mercado, só por si, e mais uma vez, não resolve os problemas: o Estado tem uma missão reguladora central, além de dever exercer um papel, quer de impulsionador, quer de elemento supletivo, nomeadamente em muitas situações em que sem a sua acção não há condições (em particular, materiais) para o acto criativo e comunicativo que a “Cultura” pressupõe.

Esse acto pode ancorar-se ou exprimir-se em realidades físicas, cuja materialidade lhes dá “a priori” condições de perdurabilidade/visibilidade (isto é, de fruição dilatada no tempo), ou, no extremo oposto do espectro, realizar-se de forma efémera, performativa, onde o que resta é um guião ou uma pauta, e depois um registo (audio, video, etc.); mas o que é importante é poder fazer/assistir o/ao “momento único” em que se produz.

Em qualquer dos casos, se um acto for realmente criador, se trazer algo de novo (o que é sempre imprevisível, e só avaliável passado algum tempo), a sua qualificação

* Resumo de conferência pronunciada no dia 3 de Junho de 2002 no Salão Nobre da Câmara Municipal de Matosinhos.

como “património” (como algo que merece ser conservado) será sempre um juízo valorativo “a posteriori”, que depende de uma comunidade. Só neste sentido tem interesse distinguir “criação” e “patrimonialização” como duas etapas distintas, no tempo, de um mesmo processo cultural. Mas a patrimonialização não deve ver-se como o reconhecimento passivo de um valor existente, mas antes como um movimento activo de transformação, de reenquadramento, de revivificação, de interpretação - isto é, como um acto de tradução, e, muitas vezes, de comunicação interactiva, como uma “performance” que actualiza e reencena.

A “produção de património” não é um mero acto técnico, social ou político, é, por si própria, um acto de criação cultural que envolve escolhas, gostos, programas, toda uma responsabilidade histórica, porque se trata, se quisermos, de voltar ao “já criado” e de o revitalizar, não como tal, como se fosse um fóssil, mas bem ao contrário, como uma obra reinvestida de energia e de capacidade estimulante. Não se trata de fazer proliferar arquivos, no sentido de registos perfeitos, exactos, mas de mobilizar as capacidades técnicas contemporâneas, inéditas na história, para re-presentificar (necessariamente reformulando-os), valores adormecidos ou ocultos, e pô-los agora ao serviço da comunidade, ao dispor da fruição dos cidadãos.

É isso que faz o arqueólogo (que eu sou): ele não desenterra coisas, ele cria um passado que nunca existiu, dotando os territórios de uma espessura, de uma densidade temporal, que de outro modo não têm, descaracterizando-se e homogeneizando-se. Neste sentido, a cultura pode ser vista como um imenso laboratório de produção de diferenças, indispensáveis à própria sobrevivência da humanidade.

Porto, Maio de 2002.

Vitor Oliveira Jorge

OS JOVENS E A CRIAÇÃO DE IDENTIDADE(S) EM TORNO DE UMA PROFISSÃO EMERGENTE: A ARQUEOLOGIA*

Em comentário ao título geral do painel, começarei por dizer que não sei se, como pessoa, ou mesmo como profissional de Arqueologia, “me procuro”, porque não sei se existe algum “lugar” que seja “eu”. “Eu” é um artifício do discurso. Assim, não faria sentido tentar encontrar algo que é um mero recurso retórico.

No entanto, parece que a maior parte das pessoas (e o autor também, certamente) está sempre tentando definir-se, procurando encontrar uma identidade que as salve das escorrências da alteridade – das quais a mais radical é a morte, ou seja, a impossibilidade definitiva de continuar a pensar/sentir(-me). As pessoas elaboram continuamente discursos sobre o que são e o que não são, sobre o que acham que os outros são e não são, etc., por vezes com uma convicção surpreendente – são estratégias de sobrevivência. Parece nunca as ter visitado (ou temporariamente esquecerem) esta “era da suspeita” em que vivemos, e que é incómoda. Mas, para quem pode, é mais interessante viver do lado da carne viva (a interrogação) do que do lado da crosta (a resposta). Até porque a ciência – e a Arqueologia é também uma ciência – está mais do lado da busca constante do que da conclusão insofismável. É certo que, como profissão, socialmente aceitável, a Arqueologia – tal como a Engenharia ou a Medicina – tem de estabelecer um conjunto de regras de procedimento e de padrões de conduta para os seus profissionais, sem nunca esquecer que cada situação é uma situação específica e que a adaptabilidade é sempre a melhor solução.

A interrogação é uma postura de vida, e pode exercer-se de muitas formas. O autor desta intervenção é arqueólogo e poeta, o que significa que da sua actividade resultam certos produtos reutilizáveis (fruíveis) por outros, de formas obviamente diferentes.

Como arqueólogo, procura no solo as marcas da presença dos que desapareceram – como o anjo, no filme de Wenders, que ouve o que os leitores da biblioteca estão lendo. Para ele, o chão que pisamos não é uma superfície funcional – mas um palimpsesto de experiências, a epiderme de toda a vivência humana. Ao debruçar-se sobre um património colectivo, está obviamente obrigado ao protocolo da prova, ou seja, a fornecer a outros a possibilidade de avaliarem a qualidade e validade da sua experiência.

Como poeta, sujeita-se a outro tipo de regras. Utiliza palavras, procurando furtar-se ao “já dito”, tentando o enunciado radicalmente surpreendente. Jogo difícil, porque a todo o tempo espreita a tentação (não consciente, claro) de escrever segundo tiques aprendidos, segundo “efeitos poéticos” (dir-se-ia fáceis) que são a negação da criatividade poética. A

* Resumo da comunicação apresentada ao Congresso “Identidade e Cultura” (Porto, Pueri, Outubro de 2001) – Painel “Identidade e indefinições.Procuro-me e não me encontro”.

poesia é uma outra forma de rigor, e o seu trabalho, ao seu feito por um arqueólogo, interage evidentemente com o que este faz nesta segunda qualidade.

Pode ser que com perseverança, bastante trabalho, e algum talento, se chegue a qualquer coisa de interessante para os outros. A essas coisas vai-se apor o meu nome, a minha cara, a minha biografia – uma quantidade de eus. Mas “eu” garanto que estou inocente – foi assim que me ensinaram a fazer, isto é, que fui obrigado a fazer para poder sobreviver aqui.

No que toca especificamente à Arqueologia, esta começou por ser um passatempo de “gente bem”, e só muito mais tarde ganhou estatuto científico (sécs. XIX/XX), tendo depois entrado nas Universidades como uma matéria integrada no curso de História (no caso português, no séc. XX, e, com algum desenvolvimento, só após o 25 de Abril de 1974). Mas, durante muito tempo, a Arqueologia foi uma matéria para Universidades e Museus, de que o grande público andava arredado. As autarquias não viam nela uma forma rentável de afirmação, a curto prazo (o que interessa ao “timing” eleitoral), e de qualquer modo estavam ocupadas, num quadro de meios parcos, com outras prioridades, como as das infra-estruturas.

Porém, recentemente, a Arqueologia ganhou autonomia como licenciatura independente (os primeiros estudantes estão actualmente – 2002-2003** – no seu 4º ano). Agora, está a ser uma profissão muito procurada, devido à abundância de obras e à necessidade de se realizarem previamente estudos de impacte – os técnicos de arqueologia (arqueólogos e assistentes de arqueólogo) não estão ameaçados de desemprego e, pelo contrário, constituem-se como trabalhadores independentes, empresários individuais, ou, mesmo, criam empresas de serviços de arqueologia.

Por outro lado, a nossa sociedade acompanha a tendência geral para o lazer, a ocupação dos tempos livres dos reformados e jovens, e o concomitante interesse dos políticos por infra-estruturas e pólos culturais como meios de afirmação identitária e de “desenvolvimento” local. O “património”, em particular, tornou-se uma autêntica obsessão, na medida em que contribui para a promoção do “típico”, e de novas formas do local se afirmar perante o global – em articulação com as mais variadas formas de turismo e sua ideologia, que é central na nossa sociedade.

Como é que todos os actores sociais envolvidos ou interessados na patrimonialização do território se posicionam no terreno, e como é que os jovens arqueólogos (ou auxiliares de arqueologia) se inserem nesta realidade nova e movente? À satisfação de começarem a ter um salário muito cedo, por vezes ainda como estudantes, pode suceder a frustração inerente à tecnocratização da arqueologia e à sensação de se passar, sem transição, de um trabalho fisicamente esgotante a outro, perdendo de vista o fundamental, que é a componente da investigação.

Ou seja, está a constituir-se, entre os jovens arqueólogos, todo um naipe de “identidades”, que vai do “empresário”, com maiores ou menores ambições culturais, mas que vê o seu trabalho a “render” materialmente, até ao “intelectual” verdadeiramente interessado na pesquisa, tendencialmente (quando tem a sorte de conseguir tal) saltando de bolsa em bolsa, ou de pós-graduação em pós-graduação, como forma de preencher uma vocação que não se esgota no trabalho rotineiro ou na prestação de serviços, mas visa a produção de uma realidade autoral, isto é, de ideias novas, plasmadas em livros e artigos publicados em revistas da especialidade.

Vítor Oliveira Jorge

** Informação actualizada em Dezembro de 2002.

NOTICIÁRIO

Investigadores franceses das áreas da Antropologia e Pré-história no Porto

Em Outubro/Novembro último, passaram pelo Porto, a convite do DCTP-FLUP (Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da U.P.) dois antropólogos e um pré-historiador franceses, tendo cada um deles pronunciado duas conferências na FLUP, as quais encheram anfiteatros. Esta iniciativa teve a colaboração da Embaixada de França e do Instituto Francês do Porto. Foram eles: Philippe Descola, Jean Clottes e Marc Augé.

Os temas que abordou Philippe Descola foram os seguintes (dias 17 e 18 de Outubro de 2002, respectivamente):

- “Ontologies et variations culturelles”; e
- “Le sauvage et le domestique”.



Philippe Descola com V. e S. Oliveira Jorge, à porta do Círculo Universitário do Porto

Philippe Descola nasceu em 1949 em Paris. É director de estudos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) e dirige o Laboratório de Antropologia Social (Colégio de França, EHESS, CNRS). Foi eleito em 2001 como professor do Colégio de França – cátedra de “Antropologia da Natureza”. A sua lição inaugural versou então o tema: “Onde acaba a natureza? Onde começa a cultura?”.

Entre 1976 e 1979, estudou detalhadamente a vida dos índios “jívaros” Achuar, na fronteira do Equador com o Peru.

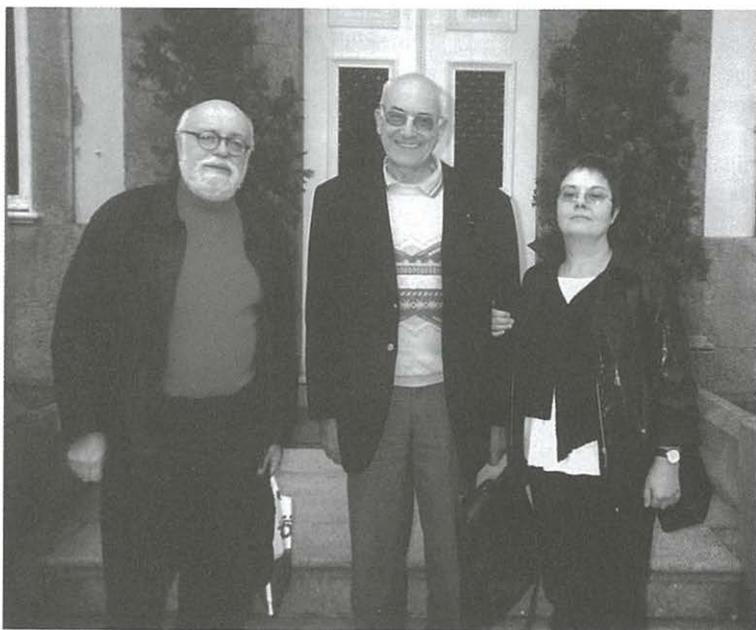
A sua tese de doutoramento, elaborada sob direcção de Claude Lévi-Strauss, aborda esse povo, sob o título de “A Natureza Doméstica. Simbolismo e Praxis na Ecologia dos Achuar” (1986).

Em 1993 (2ª ed., 2000) publicou “As Lanças do Crepúsculo. Relações dos Jívaros, Alta Amazónia” (obra de bolso, de leitura extremamente agradável).

O autor define o seu próprio trabalho como uma “antropologia comparativa dos modos de socialização da natureza.” Trata-se de estudar “as diferentes maneiras como os homens concebem, categorizam e vivem as suas relações com o mundo que os rodeia.” (J. Souty – v. entrevista dada pelo autor à revista “Sciences Humaines”, nº 121, Novembro de 2001, pp. 40-43).

Quanto ao pré-historiador Jean Clottes, tratou das seguintes questões, nos dias 7 e 8 de Novembro, respectivamente:

- “A Grutra Chauvet, hoje”; e
- “Os xamãs das cavernas”.



Jean Clottes com V. e S. Oliveira Jorge, à porta do Círculo Universitário do Porto

Jean Clottes é um dos grandes especialistas mundiais de arte rupestre, e em particular de arte paleolítica. Foi Conservador geral do Património, e Presidente do Comité Internacional de Arte Rupestre (ICOMOS). Actualmente, está encarregado da direcção da equipa que estuda a gruta Chauvet – uma das mais significativas descobertas dos anos 90 neste âmbito. Publicou numerosos livros sobre o tema, nomeadamente sobre a gruta de Niaux, a gruta Cosquer, a gruta Chauvet, etc.

Em 1998, juntou uma grande série de artigos num livro importante, “Viagem na Pré-história” (“Voyage en Préhistoire”), publicado pela editora “La Maison des Roches” (Paris), cuja leitura se recomenda. Com David Lewis-Williams, assinou em 2001 (na mesma editora) a segunda edição, de bolso, do livro “Les Chamanes de la Préhistoire”, que tem a particularidade de incluir a resposta às críticas que a primeira edição da obra suscitou.

Finalmente, Marc Augé tratou, nos dias 21 e 22 de Novembro, respectivamente, dos seguintes temas:

- “Espaço e sociedade”; e
- “Por uma antropologia das finalidades”.



Marc Augé com V. e S. Oliveira Jorge, à porta do Círculo Universitário do Porto

Marc Augé é Director de Estudos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), Paris – Centro de Antropologia dos Mundos Contemporâneos (“Lógica Simbólica e Ideologia”). Dirigiu, aliás, durante muitos anos, esta instituição.

Apenas alguns dos muitos livros de que é autor: "Symbole, Fonction, Histoire", Hachette, 1979; "Génie du Paganisme", Gallimard, 1982; "Un Ethnologue dans le Metro", Hachette, 1986; "Le Dieu Objet", Flammarion, 1988; "Domaines et Châteaux", Seuil, 1989; "Non-Lieux", Seuil, 1992 (traduzido em português – "Não-Lugares", Bertrand, 1994); "Le Sens des Autres", Fayard, 1994; "Pour une Anthropologie des Mondes Contemporains", Aubier, 1994; "Fiction Fin de Siécle", Fayard, 2000; "As Formas do Esquecimento", Almada, Íman Ed., 2001; "Journal de Guerre", Ed. Galilée, 2002. Marc Augé tem ainda um outro livro traduzido em português, "A Guerra dos Sonhos", Celta, 1998. Também se podem encontrar, nas ed. 70, dois livros dirigidos por ele (os que inauguram a colecção "Perspectivas do Homem"): "A Construção do Mundo" (1978) e "Os Domínios do Parentesco" (1978).

Estes três investigadores trouxeram a um Outono algo cinzento bastante satisfação e prazer intelectual. Poder conviver com eles durante uns dias foi factor de enriquecimento. Estes contactos inserem-se numa longa tradição de colaboração da UP com a cultura francesa, que esperamos tenha continuidade em 2003 e anos seguintes.

Vítor Oliveira Jorge

RECENSÃO

“A Romaria da Senhora da Agonia: Vida e Memória da Cidade de Viana”

por Moisés Martins; Albertino Gonçalves; Helena Pires – Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 2000, 151 pp.

O álbum a “Romaria da Senhora da Agonia” é o resultado feliz de um esforço conjunto de três autores directamente vinculados à Universidade do Minho, que nessa obra verteram a expressão, tanto do seu bom gosto comum, como de cada uma das suas competências específicas.

Moisés Martins trouxe-lhe o benefício da sua experiência e qualificação em terrenos de Sociologia da Cultura e de Ciências da Comunicação assegurando, *ab initio*, que esta obra resulta num eficaz discurso de comunicação entre autores e leitores e alargando o espectro de interesses destes últimos.

Albertino Gonçalves contribui para o trabalho com a visão atenta da Antropologia Social e Cultural, casada com a perspectiva sociológica da atenção aos Estilos de Vida. O seu contacto, intenso e frequente com a problemática das migrações e consequentes aporções sociais e culturais confere-lhe a acuidade da visão do investigador em todas as matérias que nestas perspectivas se enformam.

Helena Pires, para além de uma qualificação específica em domínios de Comunicação, tem enfatizado a sua atenção nessa difícil forma de discurso persuasivo que caracteriza o ambiente publicitário habilitando-a para o casamento, por vezes problemático, entre o textual e o icónico.

De facto, todo este rico conjunto de vivências e de competências se reconhece visivelmente no belíssimo trabalho de que são autores, editado pelo Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Trata-se de uma obra que conseguiu o difícil equilíbrio entre o rigor científico do conteúdo (que a torna apetecível para leitores qualificados em territórios das Ciências Sociais) e, conjuntamente, o apelativo da apresentação e a transparência do discurso, que tornam o livro acessível à generalidade do público.

A decisão suplementar de apresentação do texto em formato bilingue leva ainda mais longe o desejo de alargar a população-alvo passível de por ele se interessar.

Foi esta intenção legítima e apropriada à natureza do tema, já que as festas da Senhora da Agonia revestem um cariz e uma projecção, não apenas vianense e minhota mas também nacional e internacional.

Nesse aspecto, a obra referida assume o carácter de um “edição diplomática” na medida em que fixa definitivamente um conteúdo, assegura a sobrevivência *ad infinitum* de todo o seu contexto e características distintivas, apondo assim uma espécie de marca de

apelação controlada à Romaria da Senhora da Agonia; e obstando a uma futura (embora muito improvável) desvirtuação ou decadência.

As Festas da Agonia têm já uma história antiga, que se empalma na da própria cidade que lhe é berço e possuem um carácter multifacetado (ou cósmico, no próprio dizer dos autores), já que envolve os quatro elementos da natureza e que cinco sentidos são necessários para a sua completa degustação. Da pena dos autores e das chapas das ilustrações resulta um retrato vivo de movimentos, de formas, de luzes e de cores; de sabores e de odores; de falas, de música e de ruídos; de dinâmicas motoras e de oportunidades tácteis.

As devoções casam-se com emoções pagas, os rituais com os improvisos, a tradição com a inovação. A riqueza e complexidade do ambiente lúdico asseguram a diversidade de todos os participantes directos e indirectos, em que os próprios promotores se tornam beneficiários festivos e o público ocorrente retroage com a Festa, contribuindo para sublimá-la.

Percorrendo o leitor a história das Festas, d'Agonia vai simultaneamente atravessando a panorâmica cronológica da vida portuguesa (talvez sobretudo minhota), com as suas exteriorizações e tensões do social, do político, do económico e do cultural, mais do que adequadamente retratadas através de numerosos testemunhos das várias épocas, transcritos pelos autores.

Tiveram estes o escrúpulo de ilustrar os resultados da sua investigação com numerosíssimas imagens, cuja justeza representativa e, para mais, a grande qualidade estética evidenciam um aturado labor de pesquisa documental, traduzido pela detecção de muitas boas agulhas em vastos e inúmeros palheiros.

No caso vertente, a maquetização e o arranjo gráfico respeitaram com felicidade as intenções dos autores.

Em cômputo final, pode afirmar-se que a obra beneficiou da riqueza do objecto de estudo, já que consabidamente a Romaria da Senhora da Agonia é a mais bela das festas populares portuguesas.

Os autores, efectivamente, fizeram disso a respectiva e inequívoca prova.

*Maria Beatriz Rocha-Trindade**

* Universidade Aberta, Lisboa – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI.

O XV CONGRESSO DA UISPP

Lisboa, Setembro de 2006

No seu XIV^o. Congresso, realizado em Liège em Setembro de 2001, a União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas (UISPP – membro do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas da UNESCO), decidiu realizar o XV^o Congresso em Portugal, em 2006.

A hipótese de realizar o Congresso em Portugal fora já aventada em 1996, durante o XIII Congresso, realizado em Forlí (Itália). A decisão agora tomada, nas palavras do Secretário-Geral da UISPP, Jean Bourgeois, permitirá destacar o imenso trabalho dos arqueólogos portugueses desenvolvido desde há décadas, e exprime a internacionalização crescente dos nossos trabalhos.

O alcance desta decisão pode ser medido se se tiver em conta a dimensão da UISPP: mais de 40.000 membros em mais de 100 países em todo o mundo. Portugal, ao receber o XV^o Congresso da UISPP em 2006, confirma o seu prestígio crescente no plano das ciências do património, e da cultura.

A UISPP elegeu Luiz Oosterbeek como Secretário-Geral do XV^o Congresso, e Vítor Oliveira Jorge como Presidente da União. Será constituído um Comité Nacional durante os próximos meses, a partir dos investigadores e das instituições que intervêm na arqueologia pré-histórica e proto-histórica em Portugal (universidades, centros de investigação, associações, gabinetes de autarquias, organismos oficiais, etc.).

Em Setembro de 1880, em Lisboa, reuniu o IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas. Nessa altura, Portugal estava no centro da investigação arqueológica mundial, e os concheiros de Muge constituíam um dos principais focos de atenção. A sociedade e a imprensa, com destaque para Rafael Bordalo Pinheiro, não deixaram de lhe prestar a devida atenção.

Mais de um século depois, Lisboa voltará a receber a comunidade internacional. Mais de 20 sessões simultâneas, cerca de dois mil congressistas, durante três semanas, entre o final de Agosto e a primeira quinzena de Setembro de 2006. Trata-se de um evento científico e cultural que honra Lisboa e Portugal, mas que nos coloca a todos grandes desafios, e que nos leva a assumir grandes responsabilidades.

O Congresso deve ser um espaço assumido por todos os arqueólogos portugueses e estrangeiros, que desde já são convidados a propor iniciativas no seu âmbito.

Apoio organizativo: Instituto Politécnico de Tomar

Morada: XV^o Congresso da UISPP, CEIPHAR

Instituto Politécnico de Tomar – P-2300 TOMAR

Email: loost@ipt.pt

Email geral: uispp.xvcongress@ipt.pt



NOVIDADE EDITORIAL

OLHAR O MUNDO COMO ARQUEÓLOGO

Vítor Oliveira Jorge

Quarteto Editora, Coimbra, 2003

Nas livrarias a partir de Janeiro

Prefácio de Jorge de Alarcão
Col. "Caminhos", dirigida por João Maria André

Do mesmo autor:

Projectar o Passado, Lisboa, Presença, 1987.
Arqueologia em Construção, Lisboa, Presença, 1989.
Arqueologia, Património e Cultura, Lisboa, Instituto Piaget, 2000.
A Irrequietude das Pedras (em preparação).

E, de colaboração com Susana Oliveira Jorge:

Incursões na Pré-história, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1990.
Arqueologia. Percursos e Interrogações, Porto, ADECAP, 1998.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Vols. 42-44 2002-2004

Conselho Redactorial (lista provisória)

Augusto Santos Silva (FEUP)
Brian J. O'Neill (ISCTE)
Henrique Gomes de Araújo (FLUP)
João Arriscado Nunes (CES-UC)
Jorge de Alarcão (FLUC)
Jorge Freitas Branco (ISCTE)
Maria de Jesus Sanches (FLUP)
Mário Jorge Barroca (FLUP)
Paulo Castro Seixas (Univ. F. Pessoa)
Rui Cunha Martins (FLUC)
Susana Oliveira Jorge (FLUP)
Tito Cardoso e Cunha (FCSH-UNL)

Os artigos propostos para publicação nos TAE são,
em regra, lidos por dois dos elementos do Conselho Redactorial.
As opiniões expendidas por cada autor (ou autores) dos textos publicados
são da sua exclusiva responsabilidade.

NESTE VOLUME

Envelhecimento: contos da idade e a contos com modos de viver e morrer

Tanto faz, ou a cultura do aborrecimento: uma viragem ética na construção identitária pós-moderna

Da máquina panóptica ao teatro heterotópico. A arquitectura, o urbanismo e a convivialidade

O centro comercial, o espaço público e os cidadãos

O Museu do Côa e a sua circunstância

Os vinte anos do Campo Arqueológico de Mértola. Entrevista com Cláudio Torres

VÁRIA

O contributo da epigrafia na história económica de Bracara Augusta

O complexo arqueológico de Vale Ferreiro, Serafão, Fafe (Norte de Portugal)

Problemas metodológicos e interpretativos que plantean los depósitos sedimentarios del yacimiento arqueológico de Papa Uvas (Aljaraque, Huelva)

Análisis palinológico del poblado calcolítico de Los Itueros (Santa María del Arroyo, Valle Amblés, Ávila, España)

Ciência é comunicação?

Património e criação contemporânea: uma dicotomia inútil

Os jovens e a criação de identidade(s) em torno de uma profissão emergente: a arqueologia

Noticiário. Investigadores franceses das áreas da Antropologia e Pré-história no Porto

Recensão

APOIO:

MC

MINISTÉRIO DA CULTURA



INSTITUTO PORTUGUÊS DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS